

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

ROBERTO MENDES RAMOS PEREIRA

**SOBRE(VIVÊNCIAS): MODOS DE VIDA, TRABALHO E
INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS PESCADORES ARTESANAIS DE SÃO
FRANCISCO-MG (1960-2014)**

**UBERLÂNDIA/MG
Março/2015**

ROBERTO MENDES RAMOS PEREIRA

**SOBRE(VIVÊNCIAS): MODOS DE VIDA, TRABALHO E
INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS PESCADORES ARTESANAIS DE SÃO
FRANCISCO-MG (1960-2014)**

Tese apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: História Social

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dra. Dilma Andrade de Paula

UBERLÂNDIA/MG
Março/2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

P436s
2015 Pereira, Roberto Mendes Ramos, 1973-
 Sobre(vivências) : modos de vida, trabalho e institucionalização dos
 pescadores artesanais de São Francisco - MG (1960-2014) / Roberto
 Mendes Ramos Pereira. - 2015.
 223 f. : il.

 Orientadora: Dilma Andrade de Paula.
 Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
 de Pós-Graduação em História.
 Inclui bibliografia.

 1. História - Teses. 2. São Francisco, Rio - Teses. 3. Modos de
 vida - Teses. 4. Sobrevivência - Teses. I. Paula, Dilma Andrade de.
 II. Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em
 História. III. Título.

CDU: 930

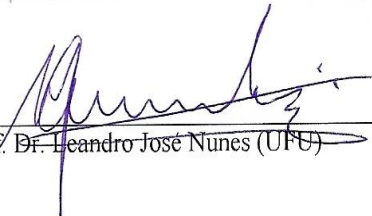
**SOBRE(VIVÊNCIAS): MODOS DE VIDA, TRABALHO E
INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS PESCADORES ARTESANAIS DE SÃO
FRANCISCO-MG (1960-2014)**

Tese aprovada para a obtenção do título de Doutor
no Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Uberlândia (MG), pela
banca examinadora formada por:

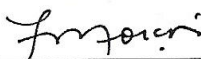
Uberlândia, 30 de Março de 2015.



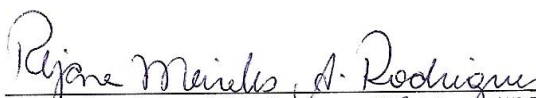
Prof. Dra. Dilma Andrade de Paula – Orientadora (UFU)



Prof. Dr. Leandro José Nunes (UFU)



Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais (UFU)



Prof. Dra. Rejane Meirelles Amaral Rodrigues (UNIMONTES)



Prof. Dr. Túlio de Souza Muniz (UNILAB)

Dedico este trabalho aos homens e mulheres que fazem da pesca não somente uma profissão ou um “ganha-pão” para si e suas famílias, mas uma referência cultural, política e social no seu cotidiano, que, por isso, diz muito sobre o seu ser neste mundo.

AGRADECIMENTOS

A alegria sentida no momento de uma conquista só é completa quando acompanhada pela gratidão. Ao longo do percurso dessa pesquisa muitas pessoas se fizeram presentes em minha vida, apoiando-me, sugerindo fontes, dando dicas, rezando, enfim, compartilharam diversos momentos por mim vividos nesses quatro anos de estudo. Por tudo, expresso aqui o meu sincero “muito obrigado” a tantos “anjos” que participaram dessa minha caminhada.

Agradeço à Universidade Estadual de Montes Claros e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, não somente pelo apoio financeiro através da bolsa do Programa de Capacitação de Recursos Humanos – PCRH, mas também pelo incentivo, confiança e estímulo concedidos para uma maior solidificação de minha formação profissional.

À professora Doutora, Dilma Andrade de Paula, orientadora deste trabalho, meus sinceros agradecimentos, não apenas pela disponibilidade, competência e conhecimento, aspectos essenciais na “modelagem” deste estudo, indicando textos, sugerindo posturas teóricas, orientando-me sempre pelos melhores caminhos, mas também por um aspecto nem sempre levado em consideração nos bastidores das universidades: seu jeito humano de ser. Obrigado, Dilma, por tudo o que você significou nesses quatro anos na melhoria de minha vida profissional e pessoal. Com um jeito próprio de orientar, soube, com sabedoria e serenidade, me alertar quando era preciso, criticar nos momentos certos, ser amiga quando eu precisava, e, com uma firmeza digna de uma grande profissional, usou de toda sua formação teórica e humana durante o processo de construção desta pesquisa. De coração, expresso: Obrigado Dilma!

Aos professores Sérgio Paulo Morais, Leandro José Nunes, Rejane Meirelles Amaral Rodrigues e Túlio de Souza Muniz por terem aceitado participar da banca de qualificação e, assim, contribuir, pontuando falhas, fazendo considerações, sugerindo melhorias nas discussões desse estudo.

À minha esposa, Lucyanne Ribeiro Domingos Mendes Ramos, por compartilhar comigo as agruras, os desafios, as dificuldades que foram me aparecendo durante a elaboração desta tese. Agradeço-lhe por estar presente, por respeitar este “meu momento”, repleto de tensão e que, muitas vezes, exigiu horas em frente ao computador

ou mesmo em pesquisas. Obrigado pela paciência e companheirismo. Igualmente, o meu obrigado às minhas “filhas do coração”, Laura e Mariana, por vivenciarem, indiretamente, esta fase de minha vida.

Aos meus pais, Maria Mendes Ramos e Corional Ramos Pereira, fica aqui expressa minha gratidão por sempre se fazerem presentes em minha vida, dando o incentivo necessário para o meu crescimento. Nesse incentivo percebo um amor incondicional de pais, que se reflete no meu fortalecimento. Agradeço também aos meus irmãos, Robson e Regiane Kelly, aos seus modos, me motivaram nesta jornada.

Expresso, ainda, o meu agradecimento fraterno aos meus amigos e irmãos de profissão, os professores da Universidade Estadual de Montes Claros, Irineu, Susi Karla, Lenize, Rejane Meirelles e Filomena. Ao grande amigo Irineu, agradeço imensamente pelos tantos momentos que se fez presente em minha vida durante esses quatro anos, principalmente nos mais difíceis, com conselhos, com palavras motivadoras e me fazendo entender razões dessa vida que eu mal conseguia enxergar. Ao estimado amigo Laurindo Mékie, pelos conselhos, dicas, incentivo fraterno e pela generosidade em estender a mão quando precisei. Às amigas Susi e Lenize, obrigado pelo apoio, pelo incentivo e por tantas vezes que precisei de vocês nas trocas de horários, com gentileza e carinho se fizeram disponíveis em me auxiliar. E à amiga Filomena que, também vivenciando os desafios do doutorado em Uberlândia, compartilhou suas dúvidas, medos, tensões e desafios presentes durante esse curso. A cada um de vocês, o meu muito obrigado!

Aos colegas de turma do doutorado, sou grato pelos inúmeros momentos que compartilhamos durante esse período. Obrigado pelas dicas, pelos aconselhamentos quanto à construção deste trabalho, especialmente ao colega Carlos Menezes, que do lugar de aluno na Escola Estadual Bueno Brandão, ainda no início dos anos 2000, passou a dividir comigo o mesmo banco de aprendiz neste curso da Universidade Federal de Uberlândia.

Aos professores do Doutorado, pelas aulas, depoimentos, incentivo, pelos bons debates e pela sabedoria em me orientar na compreensão da História Social dos pescadores do São Francisco. Muito obrigado.

Expresso minha gratidão, também, às professoras Wilma Isabel, ex-chefe do Departamento de História, que sempre vibra quando percebe que estou crescendo neste campo da História, e à minha inesquecível amiga Marta Sayago (*in memoriam*), por acreditar tanto em mim, desde o primeiro momento em que ingressei no quadro de

professores da Universidade Estadual de Montes Claros. Tenho certeza, Marta, que você compartilha minha felicidade neste momento. Muito obrigado!

O meu muito obrigado também à professora Márcia Valéria Reis, pela disponibilidade, paciência e dedicação empreendidas na correção do meu texto e, com competência, ajustá-los às normas da Língua Portuguesa e da ABNT.

Aos amigos Jorge Lisboa, Tadeu, Auricharme, Guilherme e Gaby, Hélio Monteiro de São Romão, Alair, Rosiney e Igor, bem como a Barley, Georgeane e Vanessa, cada um participando desta caminhada de uma forma específica.

Aos meus alunos e ex-alunos, expresso minha carinhosa gratidão por compartilharem dos problemas, discussões e abordagens desta tese. Por muitas vezes, nas aulas sobre o Brasil Republicano, vocês me ajudaram enxergar outros pontos de vista, outros prismas em relação à emergência dos direitos em nossa sociedade. Muito obrigado!

Um muito obrigado também à ONG Preservar, às Colônias de Pescadores às quais visitei, especialmente a Z-3, de São Francisco, e a todas as entidades e arquivos pelas quais pesquisei. Agradeço aos amigos professor Clemente e João Naves pelo apoio, à professora Maria do Perpétuo Socorro e ao fotógrafo Jéferson Felizardo.

Apesar de extensos esses agradecimentos, é possível que eu tenha me esquecido de alguém. Peço perdão por isso. Centenas de pessoas, durante esses quatro anos, cruzaram meu caminho, cada um com uma contribuição diferente foi essencial na construção deste trabalho. Obrigado a todos, de coração.

Por fim, quero agradecer aos “meus” pescadores, Josés, Antônio, Marias e Joãoes, homens e mulheres que se dispuseram em falar sobre suas vidas, seus sonhos, suas preocupações, suas histórias. A cada um agradeço a atenção e confiança por terem recebido em seus lares um “estranho”, com quem compartilharam sua caminhada de profissionais da pesca e que, a partir de agora, têm nesta tese, uma parte de suas histórias.

Obrigado a todos vocês!

RESUMO

“Sobre(vivências): modos de vida, trabalho e institucionalização dos pescadores artesanais de São Francisco-MG (1960-2014)” é uma tese sobre as formas de sobrevivência de pescadores artesanais que lidam com pressões de todas as formas nas últimas décadas, seja na tarefa de cuidarem de suas famílias, seja lutando pelo acesso à pesca e ao rio São Francisco. Trata-se de uma pesquisa no campo da História Social, cujos referenciais teórico-metodológicos estão calcados, principalmente, em trabalhos de E. P. Thompson, Raymond Williams, Antônio Gramsci e Alessandro Portelli. São diversas as fontes trabalhadas, tais como periódicos, legislação, projetos oficiais, boletins, súmulas estatísticas, boletins de ocorrência e, sobretudo, um conjunto de 26 entrevistas. Busca-se evidenciar a luta pela hegemonia nos espaços da vida e do trabalho de pescadores artesanais, focalizando o processo de lutas e conquistas de direitos, mas também mostrando que esses sujeitos têm sido colocados numa condição de tamanha vulnerabilidade nos últimos anos que, em busca da sobre(vivência), têm se tornado muito mais uma figura jurídica, detentora de direitos e deveres, do que uma realidade no leito do rio, vivendo e trabalhando como profissional da pesca.

Palavras-chave: Rio São Francisco. Modos de Vida. Institucionalização. Sobrevivência.

ABSTRACT

"Survival/experiences: lifestyles, work and institutionalization of artisanal fishermen of São Francisco - Minas Gerais (1960-2014)" it is a thesis about the ways of survival of artisanal fishermen who deal with pressures of all forms in the last decades, be in the issue of taking care of their families, be fighting for access to fishing and to the São Francisco River. It is a research in the field of Social History, whose theoretical and methodological references are based mainly on work of E. P. Thompson, Raymond Williams, Antonio Gramsci and Alessandro Portelli. There are several sources worked, such as: journals, legislation, official projects, newsletters, bulletins, statistical overviews occurrence and, above all, a set of 26 interviews. The aim is to highlight the struggle for hegemony in the spaces of the life and work of artisanal fishers, focusing on the struggles and achievements of rights, but also showing that these subjects have been placed in a condition of such vulnerability in recent years which, in pursuit of survival/experience, have become much more a legal figure, holder of rights and duties, than a reality in the riverbed, living and working as a professional fisher.

Descriptors: São Francisco River; Lifestyles; Institutionalization; Survival.

LISTA DE SIGLAS

ANA - Agência Nacional das Águas

BB - Banco do Brasil

BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CAN - Correio Aéreo Nacional (CAN)

CEASAMINAS - Centro de Abastecimento de Minas Gerais S.A

CEF - Caixa Econômica Federal

CEMIG - Centrais Elétricas de Minas Gerais

CF- Constituição Federal

CGU - Controladoria Geral da União

CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CLT - Consolidação das Leis de Trabalho

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CNTI - Centro de Treinamento da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba

COMENAC - Conselho Municipal de Entidades e Associações Comunitárias

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CPP - Comissão Pastoral de Pescadores

CPT- Comissão Pastoral da Terra

CVSF - Comissão do Vale do São Francisco

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

DPA - Departamento de Pesca e Aquicultura

EGAM - Instituto Mineiro de Gestão das Águas

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

ETE - Estação de Tratamento de Esgoto

FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

FUNRURAL - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IEF - Instituto Estadual de Floresta

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IBAMA-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

ITASA - Indústrias Alimentícias Itacolomy

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MPA- Ministério da Pesca e Aquicultura

MPP-Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil

MSF-Missionários da Sagrada Família

MTE-Ministério do Trabalho e Emprego

ONG's - Organizações Não-Governamentais

PCRH – Programa de Capacitação de Recursos Humanos

PESCART-Plano de Assistência à Pesca Artesanal

PIB-Produto Interno Bruto

PMMG-Polícia Militar de Minas Gerais

PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRESERVAR-Núcleo de Pesquisa e Preservação do Patrimônio Cultural de São Francisco

PRONAF-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRO-RURAL- Programa de Assistência ao Trabalhador Rural

RGP - Registro Geral de Pesca

RURALMINAS - Fundação Rural Mineira

SEAP-Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca

SEBRAE-Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais

SEMAD-Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SESP-Secretaria de Estado de Segurança Pública

SUDEPE-Superintendência de Desenvolvimento da Pesca

SUVALE-Superintendência do Vale do São Francisco

TSE-Tribunal Superior Eleitoral

UFU-Universidade Federal de Uberlândia

UNIMONTES-Universidade Estadual de Montes Claros

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO-MG.....	16
FIGURA 02 – CAPA DE FOLDERES ANUNCIANDO O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO-MG COMO LOCAL DE BONS INVESTIMENTOS.....	54
FIGURA 03- COMÉRCIO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAS NO RIO SÃO FRANCISCO ATRAVÉS DOS BARCOS A VAPOR	63
FIGURA 04 – A ENCHENTE DE 1979 EM SÃO FRANCISCO-MG.....	76
FIGURAS 05 E 06 - PESCADORES ARTESANAIS EM TEMPOS DE ABUNDÂNCIA DE PEIXE NO RIO SÃO FRANCISCO. SÃO FRANCISCO-MG	88
FIGURA 07– PROCISSÃO NA FESTA DE NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES EM SÃO FRANCISCO-MG.....	102
FIGURA 08 - PRODUÇÃO DE ABÓBORAS DAS VAZANTES DO RIO SÃO FRANCISCO - SÃO FRANCISCO/MG	128
FIGURA 09 – ACAMPAMENTO DE PESCADORES: MORADIA PROVISÓRIA	131
FIGURAS 10, 11 E 12 – O PESCADOR “ZÉ PINCEL” CONSTRUINDO UM BARCO.....	136
FIGURA 13 - PRODUÇÃO PESQUEIRA NACIONAL (1950 – 2009) E EXPECTATIVA DA PRODUÇÃO PESQUEIRA PARA 2011.....	153
FIGURA 14 – PEIXES APREENDIDOS DURANTE PATRULHAMENTO DA POLÍCIA AMBIENTAL EM SÃO FRANCISCO-MG.....	184
FIGURA 15- OBRAS DA ESTAÇÃO DE PISICULTURA EM SÃO FRANCISCO PARADAS DESDE 2007: SOLUÇÃO OU OBSTÁCULO PARA O PESCADOR ARTESANAL?	195
FIGURA 16 - PESCADOR ARTESANAL NO SEU TRABALHO NO RIO SÃO FRANCISCO ASSOREADO. SÃO FRANCISCO-MG	199

SUMÁRIO

RESUMO

INTRODUÇÃO	15
------------------	----

CAPÍTULO I - “SÃO FRANCISCO – A CIDADE CREPÚSCULO” EM QUESTÃO.....	42
--	----

1.1 O chão social da pesquisa: condições sociais e econômicas vivenciadas pelos ribeirinhos de São Francisco	43
1.2 Itinerâncias inter e intra-regionais: à procura de melhores condições de vida e da sobrevivência	62
1.2.1 Do campo para a cidade: expulsos da terra, em busca de um chão	70

CAPÍTULO II - NA FARTURA E NA ESCASSEZ: MODOS DE VIDA E DE TRABALHO DOS PESCADORES ARTESANAIS DE SÃO FRANCISCO.....	85
---	----

2.1 Antigamente era assim...: vida e trabalho dos pescadores artesanais em tempos de fartura	87
2.2 Mas a vida foi mudando...: ações governamentais no Vale do São Francisco e outras transformações	107
2.3 Sonhos de futuro: os filhos	138

CAPÍTULO III - COLÔNIA DE PESCADORES: INSTITUCIONALIZAÇÃO E SENTIDOS CONSTRUÍDOS PELOS PROFISSIONAIS DA PESCA	144
---	-----

3.1 Os pescadores artesanais no Brasil: de servidores da pátria a fiscalizados pelo Estado.....	145
3.2. Colônia de Pescadores: entidade governamental ou sindicato dos trabalhadores da pesca?	157
3.3. Os Diferentes Sentidos da Colônia Z-3 para os Pescadores Artesanais de São Francisco-MG.....	167
3.4. Sutilezas de um (des)encantamento: recentes intervenções do Estado e do capital – pesca artesanal no rio São Francisco, ameaçada?	188

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	201
---------------------------	-----

REFERÊNCIAS	209
-------------------	-----

PESCADORES ARTESANAIS ENTREVISTADOS	216
---	-----

OUTRAS FONTES	217
---------------------	-----

BIBLIOTECAS E ARQUIVOS CONSULTADOS	223
--	-----

SITES..... 223

ANEXOS 224

INTRODUÇÃO

“E a formosa cidade de São Francisco – que é a que o rio olha com melhor amor”¹, assim Guimarães Rosa referiu-se a essa cidade do Norte de Minas Gerais em seu clássico da literatura *Grande Sertão Veredas*, publicado pela primeira vez em 1956. Seu olhar romanceado sobre esse lugar, exaltando suas belezas naturais, certamente, teve em sua viagem, realizada na década de 1940, ao sertão do São Francisco, parte da inspiração para a “leitura” que teceu sobre o São Francisco. Talvez a exuberância de suas veredas, a grandiosidade do rio São Francisco, possuidor de uma piscosidade que impressionava já naquela época, ou mesmo o brio da fauna e da flora expliquem o fascínio do autor pelo lugar. Seguramente, Guimarães Rosa foi testemunha ocular de um tempo e de um lugar em que a riqueza de recursos naturais nesse pedaço do Norte de Minas servia de alento para as pessoas dessa região, as quais, mesmo vivenciando dificuldades no dia a dia, tinham sua sobrevivência garantida.

A alusão de Guimarães Rosa à cidade como lugar formoso, e ao rio, como elemento da natureza que zela com amor pelas pessoas do lugar, tem, atualmente, a meu ver, um sentido provocativo, mas pertinente como preâmbulo para minhas reflexões. Isso porque desenvolvi este estudo em um tempo e lugar em que os moradores dessa cidade têm uma visão consensual de que a vida dos ribeirinhos não é mais a mesma de tempos atrás, visto que a abundância de peixes e a opulência do rio, segundo eles, deram lugar, nessas últimas décadas, a uma situação de escassez de pescado e de diminuição das riquezas naturais nesse espaço.

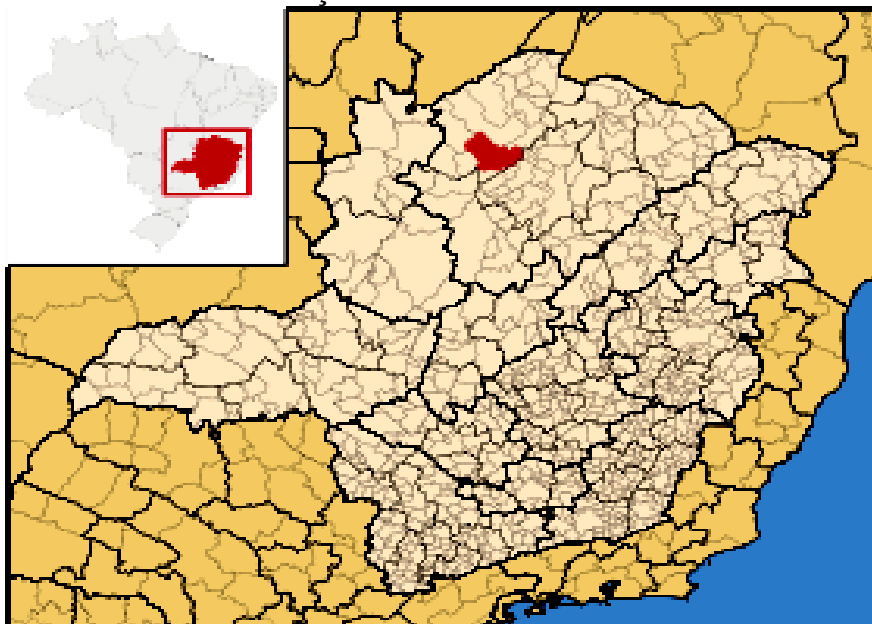
Inúmeras cidades preenchem as margens do rio São Francisco com suas populações, desde a Serra da Canastra, em Minas Gerais, passando pelos estados da Bahia, Pernambuco, Sergipe, até chegar em Alagoas. Com uma extensão de aproximadamente 2.830 km, a bacia do São Francisco é comumente dividida em quatro segmentos, sendo o Alto São Francisco, o Médio São Francisco, o Submédio São Francisco e o Baixo São Francisco. Segundo Paiva citado Alexandre Lima Godinho e Hugo Pereira Godinho², o Alto compreende da nascente até Pirapora-MG, numa extensão de 630 km; o Médio, com 1.090 km, estende-se de Pirapora até Remanso-BA; o Submédio, de Remanso até a cachoeira de Paulo Afonso-BA e, finalmente, o trecho mais curto, com 274 km – o Baixo, que se estende de Paulo Afonso até a foz. Nesse longo percurso, 2,4 milhões de pessoas, em 103 municípios ribeirinhos,

¹ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986, p. 364.

²GODINHO, Alexandre Lima; GODINHO, Hugo Pereira. Breve Visão do São Francisco. In: _____. (Orgs.) **Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.

convivem com o São Francisco, sendo Minas Gerais o segundo estado com maior índice populacional nas suas margens, com 30% da população, ficando atrás somente do estado da Bahia, com 36%.³

FIGURA 01 – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO-MG.



Fonte: Disponível em
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=316110>>.
Acesso em 10 ago. 2014.

Certamente, em toda sua extensão, o São Francisco tem múltiplos e diferentes significados para suas populações ribeirinhas, dadas as diferentes finalidades de suas águas. Utilizado como fonte de energia, através das hidrelétricas; como recurso econômico e de subsistência, através da pesca artesanal e da agricultura em suas margens; como atração turística, com praias e clubes em muitas cidades, ou mesmo como referência cultural, já que é inspiração para a elaboração popular de lendas, causos, dentre outros elementos da tradição ribeirinha, o “Velho Chico”, como carinhosamente foi apelidado, apresenta uma importância econômica, social e cultural significativa para as pessoas que moram nas suas margens.

Diversos estudos, alguns mais clássicos, outros produtos de pesquisas acadêmicas e, ainda, obras de memorialistas e viajantes oferecem olhares distintos, construídos em momentos diferentes sobre as populações ribeirinhas da região do Médio São Francisco mineiro. Esses, no seu conjunto, mostram que essa parte do Brasil e o homem aí presente têm sido historicamente analisados e representados sob uma perspectiva hegemônica. Assim, em

³MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Rio São Francisco: Patrimônio Cultural e Natural**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2003.

muitas dessas construções, as marcas da pobreza, da falta de estrutura, de condições precárias de vida, geralmente relacionados a essa região, colocam grande parte de sua população numa posição de miseráveis e dependentes dos recursos do Estado, legitimando ainda as constantes migrações em busca de garantir sua sobrevivência. Por outro lado, é importante notar que algumas análises mais recentes têm problematizado essa visão de que as carências sociais e econômicas dessas populações ribeirinhas e norte - mineiras são naturais e inerentes aos seus modos de vida.

Para pesquisar a vida e o trabalho dos pescadores artesanais do São Francisco, de modo específico da cidade de São Francisco-MG tive, inicialmente, contato com escritos de viajantes estrangeiros que passaram por essa região no século XIX, com uma visão bastante pejorativa em relação ao homem do São Francisco. Assim, consultei escritos de Auguste de Saint-Hilaire, Carl Friedrich Philipp Von Martius e Johann Baptiste Von Spix, os relatos de Henrique Guilherme Fernando Halfeld, e, ainda, Richard Francis Burton para perceber que no estranhamento do “olhar de fora”, estrangeiro, é possível constatar uma visão bastante focada nas riquezas e potencialidades naturais ao longo do São Francisco.

Esses viajantes, olhando o sertão do São Francisco sob a “lente” do Iluminismo do século XVIII e da Europa imperialista e em crescimento do século XIX, enxergaram os ribeirinhos como povos “atrasados”, mas que viviam sob um lugar cheio de riquezas e potencialidades. Certamente suas formações como engenheiros, botânicos, antropólogos, favoreciam essas elaborações. Saint-Hilaire, por exemplo, em 1817, ao passar pela cidade de São Francisco, naquela época Pedras dos Angicos⁴, registrou: “Os habitantes dessa espécie de povoado passam os dias na miséria e na indolência, e morreriam de fome sem a pesca, que, nas margens do Rio São Francisco, é tão abundante⁵”. Numa frase, Saint Hilaire vai da exaltação das riquezas naturais à depreciação do povo que com ela convive.

Halfeld se destaca como um dos mais importantes viajantes, já que, em 29 de janeiro de 1852 firmou contrato com o governo imperial para fins de exploração do rio São Francisco, estando em serviço por um ano e cinco meses, de setembro de 1852 a fevereiro de 1854⁶. Durante o tempo em que esteve no rio, o engenheiro analisou as diversas paisagens ao longo do rio, a vazão de água em cada trecho, os locais de queda d’água, as condições de navegabilidade, a presença de minérios e riquezas outras, as condições de vida de suas

⁴Nome alusivo ao porto natural no rio São Francisco, formado por grandes pedras às suas margens, e pela quantidade de uma espécie de árvore (os angicos) no local.

⁵SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 1975, p. 353-354.

⁶MATA-MACHADO, Fernando. **Navegação do Rio São Francisco**. Rio de Janeiro: 2ed.ToPbooks, 2002.

populações. Enfim, o século XIX foi marcado por uma literatura de viagem em que o estudo do rio São Francisco, para fins de aproveitar suas potencialidades, fora a tônica do período.

Os relatos desses viajantes foram valiosos para que eu percebesse que o homem do Médio São Francisco, e mais especificamente, as populações que moram e trabalham nesse espaço, já no século XIX, eram “entendidos”, assim como as existentes em todo o interior do país, como atrasados, carentes, indolentes. Aliás, essa visão foi reproduzida por outros viajantes que passaram pelo São Francisco no século XX, como Theodoro Sampaio, engenheiro e historiador, que também apresentou essa mesma noção de que os moradores de São Francisco têm um estilo de vida simples, com marcas de um lugar pobre. O autor cita a observação de Halfeld quanto à já existente cidade, emancipada em 1877, que a apresenta da seguinte forma:

[Possuí] três ruas longitudinaes, algumas transversaes curtas, tortuosas todas por calçar, ou com um calçamento rudimentar apenas iniciado, 378 casas de feio aspecto, irregulares, mal construídas, uma população de 2.000 habitantes escassos, e muita pobreza, apesar de se nos dizer que o logar era bom, prospero e fadado a auspicioso futuro, eis o que era então novíssima cidade que tão gentilmente nos recebia.⁷

No conjunto das obras desses viajantes há um olhar que contrasta a riqueza dos recursos naturais e as potencialidades econômicas do rio com as precárias condições de vida das pessoas que moram ao longo de suas barrancas. Essa perspectiva sobre as populações ribeirinhas e as riquezas naturais desse rio foi uma matriz ideológica que teve desdobramentos importantes nos escritos do século XX. Ela foi responsável pela construção de uma linha interpretativa que ganhou espaço em estudos das mais variadas áreas do conhecimento, ou seja, de um olhar sobre essas populações ribeirinhas como uma “civilização do São Francisco”, autônoma, com modos de vida próprios, que eram vistos como uma forma de lidar com as adversidades impostas pelo local (seca, enchentes, desmandos políticos, etc.). Nessa direção, a obra de Geraldo Rocha, *O rio São Francisco: fator precípua da existência do Brasil*, juntamente com o livro de Donald Pierson, *O homem no vale do São Francisco*, tornaram-se clássicos no corpo dessa literatura que, paulatinamente, construiu uma noção de que o rio São Francisco se mostra como elemento de “unidade nacional”, responsável pela construção de uma identidade brasileira ao país, mas principalmente por ser possuidor de uma enorme potencialidade que poderia ser utilizada em favor do desenvolvimento nacional.

⁷Halfel (1797) apud SAMPAIO, Theodoro. 1905. **O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina**: trechos de um diário de viagem (1879-80). Publicado pela primeira vez na Revista S. Cruz. São Paulo: Escolas Professionaes Salesianas. Disponível em < <http://biblio.etnolinguistica.org/sampaio-1905-rio>>; acesso em 15 mai. 2011, p. 76.

Como participante dos debates legislativos que criou, em 1948, a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), Geraldo Rocha representou muito bem um grupo de escritos, que “bebeu” na fonte da literatura de viagem e que, muitas vezes, se posicionou na defesa do “progresso” e do “desenvolvimento” do país. Pierson, da mesma forma, com seu estudo de caráter sócio-antropológico, compartilhou desse olhar, servindo-se como uma das bases de sustentação teórico-ideológica para essa “modernização” do país. Não por acaso, seu estudo sobre o homem do São Francisco foi tutelado pela Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), instituição criada em 1967 assumindo as funções da extinta CVSF, mas que também será extinta em 1974, sendo sucedida pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF). Na verdade, esses escritos estavam em consonância com muitos governos ditos desenvolvimentistas que se utilizaram do discurso do progresso para legitimar a construção de obras como as hidrelétricas, barragens e projetos de irrigação ao longo do São Francisco, numa espécie de redescoberta e reconquista do rio. Foi nessa direção que, no campo político, o discurso em nome do progresso e do desenvolvimento regional ganhou força, principalmente no governo JK (1956-1961) e no Regime Militar (1964-1985). Assim sendo, energia elétrica, hidrelétricas, projetos de desenvolvimento regional, intervenções implementadas pela CODEVASF, criação de órgãos como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, e das Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG), em 1952, são algumas das ações que fazem parte de um todo nesse contexto em que o progresso era a tônica dos discursos na arena política.

Na interface dessas produções que sustentaram ideologicamente os projetos de desenvolvimento do Brasil em meados do século XX, também foram surgindo nas pequenas cidades escritos diversos produzidos por memorialistas locais que compartilhavam a necessidade de melhorar as condições de vida nesses lugares. Nas cidades ribeirinhas, por exemplo, é possível identificar diversos livros que tratam da história, da economia, da cultura e da política vivenciadas por suas populações. Entre esses memorialistas pude observar a construção de um discurso que mescla anseio pelo “desenvolvimento” e saudosismo em relação às riquezas e belezas de outros tempos, quando o rio São Francisco e o cerrado da região proporcionavam fartura às famílias aí existentes. Ao ler os textos dos memorialistas são-franciscanos Brasiliano Braz, João Naves de Melo e João Botelho Neto⁸, percebi esse

⁸ Esses três memorialistas, Brasiliano Braz com seu livro *São Francisco nos caminhos da história* e João Naves de Melo e João Botelho Neto com seus ensaios e crônicas publicados em livros de circulação local e na imprensa são-franciscana, são figuras importantes para o processo de construção de uma memória sobre a cidade e a região, visto que, ao lado de outro escritor, Petrônio Braz, filho de Brasiliano Braz, forma um grupo de escritores que se preocuparam em registrar diversos aspectos da vida da população ribeirinha de São Francisco.

desejo “civilizador” dividindo espaço com um tom de tristeza pelas transformações sofridas pela região, afetando diretamente a vida dos ribeirinhos.

Essas produções são inspiradas, em grande parte, numa historiografia que traz Diogo de Vasconcelos⁹ (com forte influência do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB)) como principal referência ao tratar da história mineira, num sentido teleológico e abarcando as vilas, cidades e pessoas das Gerais num frenético processo civilizatório. A tarefa de pesquisar a bibliografia existente sobre a cidade, nesse sentido, se mostrou desafiadora, visto que trazia como exigência metodológica a utilização desses memorialistas e, a partir da análise de suas leituras sobre São Francisco, tecer reflexões capazes de apontar para os modos de vida e de trabalho dos pescadores artesanais aí presentes.

A principal obra que conta a história dessa cidade é *São Francisco nos Caminhos da História*, do memorialista Brasileiro Braz, lançada em 1977 em comemoração ao centenário da emancipação político-administrativa do município. Até hoje ela se apresenta, para os moradores de São Francisco, como a principal referência no que tange aos registros históricos desse lugar. As teses e dissertações existentes, que tratam de temáticas relacionadas à cidade tiveram nela um aporte significativo de informações.

Todavia, esse “livro de memórias” é passível de muitas críticas¹⁰. Uma delas surgiu no próprio ato de pesquisa, quando, em suas 611 páginas, pouco identifiquei os sujeitos deste estudo, os pescadores, assim como outras categorias de trabalhadores que também compõem a sociedade são-franciscana. Da forma como foi escrita, a obra demonstra ser a narrativa de um lugar com poucos problemas sociais, uma verdadeira epopeia em homenagem

⁹VASCONCELOS, Diogo de. **História Antiga das Minas Gerais**. 4 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, v2;

¹⁰ O livro apresenta uma visão bastante parcial e partidária, visto que o autor, em muitos trechos, se envolve como parte da história contada por ele próprio (seja como ex-prefeito, assessor político, vereador, etc.), característica reconhecida por ele mesmo quando diz que o livro é uma espécie de auto-biografia. Essa obra faz um balanço geral do crescimento do povoado de Pedras dos Angicos até se tornar a cidade centenária da segunda metade do século XX, relatando diversos aspectos do município. Entendo que essa fonte nos aponta para uma história contada “de cima pra baixo”, história de uma cidade construída por colonizadores, fazendeiros, padres, prefeitos, famílias ditas “tradicionais” e membros de grupos favorecidos socialmente. Nos dias de hoje, quem ler tal obra buscando entender as razões históricas da atualidade econômica, social, política e cultural de São Francisco talvez tenha uma visão, se não distorcida, pelo menos fragmentada, visto que, em geral, trata de episódios nos quais os protagonistas da construção da cidade não são trabalhadores ou despossuídos, mas sempre pessoas “distintas” que, em sua visão, contribuíram com o “progresso” e o “desenvolvimento” do lugar. Além dessa crítica, outras podem ser feitas à obra de Brasileiro Braz. Dentre elas o fato de sua escrita se dar com poucas alusões às referências e fontes de onde foram colhidas as informações ali existentes, principalmente quando trata de períodos anteriores ao nascimento do autor (1897), dando-lhe uma característica de onipresença. Outra é a exaltação feita aos colonizadores e fazendeiros que exterminaram os índios das barrancas do rio São Francisco, trazendo, segundo Braz, “civilização” a esta parte do país, sem contar com o partidário que o autor toma em muitos fatos ocorridos na cidade, qualificando algumas pessoas como cordiais, inteligentíssimos, ilustres e tantos outros adjetivos amistosos, e, de outro lado, apontando outros como assassinos, raposas, infiéis, etc. Isso sem contar com a utilização constante e pretenciosa da expressão “verdade histórica” como foco da sua obra. Outra obra de menor destaque, *Serrano de Pilão Arcado - A saga de Antônio Dó*, de Petrônio Braz, filho de Brasileiro Braz, tem um tom parecido ao descrever fatos ocorridos em São Francisco.

aos cem anos de emancipação política do município, atendendo satisfatoriamente ao objetivo do seu lançamento. No seu conjunto, parece ter tido muito mais um propósito de consolidar uma memória (a do autor e da elite a que ele estava associado naquele momento) sobre outras periféricas e de menor visibilidade, do que efetivamente abordar de forma dialógica o processo de formação do município de São Francisco. Nesse sentido, se o meu objetivo era o de tentar compreender como os pescadores artesanais sobreviveram nesse lugar, o contato com essa fonte pouco auxiliou, servindo-me muito mais para entender que o processo de construção da memória de uma cidade e de sua reprodução para as futuras gerações compõe um intenso e conflitante jogo de demarcação de lugar na história de uma sociedade.

A mesma tônica aos seus escritos deram os memorialistas Afrânio Teixeira Bastos, da cidade de Januária, tratando das mudanças ocorridas na vida do povo januarense; e os piraporenses Domingos Diniz, Ivan Passos Bandeira da Mota e Mariângela Diniz, com seu trabalho de registrar a memória em torno dos barcos a vapor antes existentes no rio São Francisco e que foram desaparecendo, um a um, do cenário barranqueiro. No seu conjunto, esses trabalhos buscam não apenas mostrar as riquezas que um dia a região já teve, mas também, mesmo almejando o progresso, apontam para o que está se perdendo no tempo, num alerta sobre o quanto os governos têm tratado com indiferença as mazelas sociais dos moradores presentes nas margens do “Velho Chico”. Essa constatação de que a região localizada nas margens do São Francisco é atrasada, carente de recursos, repleta de mazelas sociais e de lacunas de políticas públicas, motivou, no século XX, a construção de um discurso que evidencia as disparidades regionais e o quanto essa região historicamente vem sendo explorada por outras nos seus recursos econômicos, naturais e humanos. Ao que parece, o discurso de dependência por parte das populações ribeirinhas foi reforçado por esses escritos de memorialistas.

A partir da década de 1990, assim como ocorre no cenário político brasileiro, um discurso ambiental e ecológico ganha força também na academia. Estudos da antropologia, da biologia e da geografia foram se mostrando relevantes na identificação dos problemas produzidos por tal exploração. Neste sentido, foi importante que eu dialogasse com produções dessas áreas para mostrar que o processo de transformação da vida e do trabalho das populações ribeirinhas estava sendo discutido em diferentes campos do conhecimento. A visão antropológica de Zanoni Neves e a histórico-econômica de Fernando da Matta-Machado discutindo o processo de esvaecimento por que passaram os remeiros e as diferentes embarcações antes existentes no rio São Francisco (ajoujos, vapores, barcas, etc.), ou a discussão etnográfica de pesquisadores das Universidades Federal de Uberlândia e Estadual

de Montes Claros, em relação às culturas das comunidades ribeirinhas que têm se transformado nas últimas décadas, revelam que tais mudanças são sentidas no dia a dia dessas pessoas, no jeito de trabalhar, de cuidar da vazante, na pesca, na busca pela sobrevivência, etc. Além dessas discussões, textos que abordassem a temática da sustentabilidade foram relevantes para mostrar que a sustentabilidade é um produto resultante das transformações ocorridas nos últimos anos, no entanto, permeado de polêmicas.

Em face de tantas transformações dos modos de vida e de trabalho e do ambiente em que os ribeirinhos se encontram, outro grupo de estudos foi utilizado para apontar as contradições ocorridas nesse processo, com um tom crítico a essas mudanças. Um dos principais foi escrito por Marco Antônio Tavares Coelho, *Os descaminhos do São Francisco*. Talvez sua trajetória de advogado, membro do Partido Comunista Brasileiro, deputado federal e ex-preso político no período do Regime Militar tenha sido responsável pelo tom crítico em seu livro sobre o processo de exploração realizado sobre o rio São Francisco implementado pelo Estado e pelos setores produtivos. Outros estudos, como *Pescadores do rio São Francisco: a produção social da inexistência*, de Norma Valêncio e *Diagnóstico da pesca artesanal no Norte de Minas, Alto/Médio São Francisco*, organizado por membros do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), apontam para impactos diretos na vida dos pescadores do Médio São Francisco, revelando as dificuldades em relação às condições de trabalho vivenciadas por esses trabalhadores. Nesses estudos, a crítica sobre o “desenvolvimento” proposto para as populações ribeirinhas revela outras versões e visões, em contraposição ao discurso oficial dos governos nas últimas décadas.

No campo científico, dois grupos de estudos foram importantes para pensar esses anteriores (viajantes, memorialistas, textos de outras áreas do conhecimento, críticos): textos produtos de congressos, seminários, encontros, muitos deles presentes na rede mundial de computadores (*internet*), revelando que a discussão sobre as transformações na vida e no trabalho dos pescadores artesanais do São Francisco é algo vívido, atual e presente em diferentes espaços da sociedade; e teses e dissertações de diferentes universidades do país, trazendo para o debate, aspectos diversos sobre os embates vivenciados pelas populações ribeirinhas como parte de um processo mais global de enfrentamentos nos campos político, econômico, social e cultural.

Ao analisar, por exemplo, textos como *A política pesqueira atual no Brasil*, de Natália Tavares de Azevedo e Naína Perri¹¹; *Pescadores, Estado e Desenvolvimento Nacional*, de Cristiano Wellington Norberto Ramalho¹²; e ainda, *A regulamentação jurídica da pesca artesanal no Brasil e o problema do reconhecimento do trabalho profissional das pescadoras*, de Vera Lúcia da Silva e Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão¹³, fui compreendendo que o pescador artesanal sempre fez parte de um conjunto de estratégias implementado pelo Estado com objetivo de alcançar objetivos claramente políticos e econômicos, ficando, muitas vezes, as demandas dos pescadores artesanais em segundo plano.

Nas pesquisas mais atuais, em forma de dissertações e teses, procurei o entendimento sobre o trabalho, a cultura, os modos de vida nesta região do Médio São Francisco Mineiro. Trabalhar com a dissertação de Elicardo Heber Batista Almeida, *Povos de Santana*¹⁴, que trata do mundo rural de São Francisco, foi importante para compreender esse universo como campo significativo no mundo urbano de São Francisco. Investigando as razões das inúmeras migrações realizadas pelos são-franciscanos, essa pesquisa, juntamente com as dissertações de Eduardo Silva Rodrigues¹⁵, sobre os viveres de trabalhadores dessa cidade; o de Valmiro Ferreira Silva¹⁶, sobre a reconstrução dos viveres dos moradores do bairro Sagrada Família, onde moram muitos de nossos entrevistados; e ainda de Saulo Jackson de Araújo Brito¹⁷, que discute o mosaico de atividades exercidas pelos trabalhadores ribeirinhos no rio São Francisco, foi de grande valia para compreender, a partir do contexto

¹¹AZEVEDO, Natália Tavares de; PIERRI, Naína. **A política pesqueira atual no Brasil**: a escolha pelo crescimento produtivo em detrimento da pesca artesanal. Disponível em <<http://www.cppnac.org.br/wp-content/uploads/2013/08/A-pol%C3%ADtica-pesqueira-atual-no-Brasil.pdf>>; acesso 22 ago. 2014.

¹²RAMALHO, Cristiano Wellington Norberto. **Pescadores, Estado e Desenvolvimento Nacional**: da reserva naval à aquícola. In: Mesa-Redonda: Os Desafios da Pesca Tradicional: Continuidades e Mudanças. XVI Encontro Norte e Nordeste de Ciências Sociais Pré-Alas do Brasil. Universidade Federal do Piauí, 04 a 07 Set, 2012. Disponível em <<http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/MR06.pdf>>; acesso em 07 nov. 2013.

¹³SILVA, Vera Lúcia da; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. **A regulamentação jurídica da pesca artesanal no Brasil e o problema do reconhecimento do trabalho profissional das pescadoras**. 17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero. Comunicações Orais. 2012. Disponível em <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/view/230>>; acesso em 22 ago 2013.

¹⁴ALMEIDA, Elicardo Heber Batista. **Povos de Santana**: condições de vida e mobilidade espacial no Norte do estado de Minas Gerais. Dissertação (mestrado)– Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2010.

¹⁵RODRIGUES, Eduardo Silva. **História, Memória e Viveres de Trabalhadores em São Francisco (1970-2010)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2013.

¹⁶SILVA, Valmiro Ferreira. **Moradores do bairro, moradores da cidade**: reconstruindo vivências. Sagrada Família São Francisco-MG. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia, 2012, p. 33.

¹⁷BRITO, Saulo Jackson de Araújo. Uma cidade, muitas memórias: trajetórias de vida dos trabalhadores ribeirinhos de São Francisco-MG. In: SILVA, Valmiro Ferreira; BRITO, Saulo Jackson de Araújo; SOUZA, Harilson Ferreira de (orgs.). **São Francisco em perspectiva**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2010.

vivenciado pelos moradores de São Francisco nos últimos anos, as formas de sobrevivência criadas e constantemente reinventadas por eles nesse espaço.

No que diz respeito às transformações implementadas no rio São Francisco nas últimas décadas, a tese de Ely Souza Estrela¹⁸, *Três felicidades e um desengano*, que elucidou as experiências das populações expulsas da região onde se construiu a represa de Sobradinho na Bahia; bem como a de José Vieira Camelo Filho-Zuza¹⁹, refletindo as políticas públicas existentes em torno do rio São Francisco, e ainda o texto dissertativo de Cláudia Luz de Oliveira²⁰, *Vazanteiros do Rio São Francisco*, ganharam espaço neste estudo para traçar uma relação direta entre as decisões no campo político e os reflexos na vida das pessoas que moram ao longo do rio São Francisco, vendo suas formas de sobrevivência se alterar na mesma proporção em que medidas são tomadas nos campos político e econômico.

Nessa direção, foram importantes as abordagens sobre a Colônia de Pescadores enquanto principal instituição de arregimentação e organização dessa categoria, geralmente feitas a partir dos textos de Maria de Lisieux Amado Guedes²¹, que problematiza a identidade dessas instituições na sociedade, mostrando que atuam em dois campos contraditórios, ou seja, como organizações corporativas e como entidades representativas da classe. Além dessa autora, Azevedo²², com sua tese *Política Nacional para o Setor Pesqueiro (2003-2011)*, muito auxiliou nas minhas discussões sobre as escolhas dos agentes do Estado que, nas últimas décadas, neste setor da pesca, privilegiaram o crescimento econômico, em detrimento da preservação do meio ambiente, atingindo direta e indiretamente os pescadores artesanais. Essa direção da política estatal, focando o “progresso”, o “desenvolvimento”, e utilizando-se de todos os meios possíveis (imprensa, órgãos, criação de leis, etc.), em certa medida discutidos por Marcos Fábio Martins de Oliveira²³, Laurindo Mékie Pereira²⁴, Rejane

¹⁸ ESTRELA, Ely Souza. **Três felicidades e um desengano**: a experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho-BA. Tese (doutorado). Pontifícia Universidade Católica. Programa de Estudos Pós-Graduados em História. São Paulo, 2004.

¹⁹FILHO-ZUZA, José Vieira Camelo. **Rio São Francisco, Problemas e Soluções**: uma questão de políticas públicas Tese (Doutorado). Programa De Pós-Graduação de Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP, Campinas, 2005, p. 314.

²⁰OLIVEIRA, Cláudia Luz de. **Vazanteiros do Rio São Francisco**: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Sociologia e Antropologia. Belo Horizonte, 2005, p. 10.

²¹GUEDES, Maria de Lisieux Amado. *Colônias de pescadores: organizações corporativas ou entidades representativas da classe?* Brasília: Universidade de Brasília, 1984.

²²AZEVEDO, Natália Tavares de. **Política Nacional para o Setor Pesqueiro (2003-2011)**. Tese (doutorado) Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2012.

²³ OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. **O processo de desenvolvimento de Montes Claros (MG), sob a orientação da SUDENE (1960-1980)**. 1996. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo – USP, São Paulo.

Meirelles Amaral Rodrigues²⁵ e por outros autores, revelam que o processo de dissolução/transformação dos modos de vida e de trabalho na região norte-mineira, entre as populações ribeirinhas, não é um fenômeno recente, muito menos local, mas compõe uma lógica muito mais abrangente, na qual os interesses econômicos e políticos de alguns setores da sociedade se sobrepõem às demandas sociais de outros.

Neste estudo, significativo e importante, em face dessas várias perspectivas, é entender esses diversos olhares (sobre o rio São Francisco, sobre a região e as suas populações), a partir do contexto em que foi escrito, inclusive tendo como referencial a(s) pessoa(s) que expressa(m) seus pontos de vista. Afinal, cada ponto de vista, inclusive os dos entrevistados, é fruto de um “chão social”, de uma conjuntura específica. Uma interpretação tecida a partir de Edward Hallet Carr que, ao abordar a temática *Que é História?* ressaltou que para se estudar história, é necessário estudar e compreender anteriormente o próprio historiador que a escreve, e para se estudar esse historiador é importante que se estude seu meio histórico e social²⁶. Assim, com essa noção de que cada escrito sobre o São Francisco e suas gentes tem explicações próprias de ser, é que neste estudo procurei trazer os autores e seus tempos para um diálogo.

Essa historiografia mais recente sobre a vida e o trabalho nas cidades ribeirinhas do São Francisco, em diferentes perspectivas, mostrou que a vida dessas populações tem se transformado intensamente nas últimas cinco décadas. Assoreamento, poluição, degradação das matas ciliares e a diminuição das espécies e da quantidade de peixes são alguns dos problemas enfrentados em relação ao rio São Francisco. A percepção de Guimarães Rosa, citada anteriormente, se confrontada com a realidade atual do rio, em muito se assemelha à evocação nostálgica de um passado de abundância e felicidade feita por muitas pessoas com as quais tive contato. Sentimentos e pensamentos conflitantes permeiam suas falas quando referem-se ao São Francisco. Saudades e desprendimento, alegria e tristeza, amor e ódio, sensações que se mesclam recorrentemente quando comparam o passado de fartura com a realidade de dificuldades e escassez. Esse contraste, aliado às constantes notícias veiculadas pela imprensa de que “o rio está morrendo” e à legislação relativa ao uso e acesso ao rio, que anuncia um crescente controle e fiscalização por parte do governo sobre os recursos naturais, especificamente sobre as águas do São Francisco, me instigaram a problematizar, do início ao

²⁴PEREIRA, Laurindo Mékie. **Em nome da região, a serviço do capital**: o regionalismo político norte-mineiro. (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

²⁵RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. **Memórias em disputa**: transformando modos de vida no sertão e na cidade. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

²⁶CARR, Edward Hallet. **Que é história?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

fim desta pesquisa, a sobrevivência de um grupo social diretamente ligado ao rio, os pescadores artesanais, categoria que será definida no decorrer da tese.

A pesca sempre foi uma atividade exercida no rio São Francisco, seja por meio de arpões, espinheis, redes, varas e anzóis, tarrafas, canoas e barcos de madeira, embarcações movidas a motor, etc. As formas pelas quais essa pesca foi realizada ao longo do tempo denunciam dimensões significativas das condições de vida e de trabalho das pessoas que utilizam-no como fonte de alimentação para sobreviverem. Isso porque o espaço em que elas se dão condiciona-lhes um conjunto de características que lhes garantem uma especificidade.

Seu diferencial em relação à pesca existente em alto-mar, por exemplo, não se encontra apenas nos tipos e tamanhos das embarcações utilizadas, mas em vários aspectos. Geralmente, os barcos utilizados no rio São Francisco na prática pesqueira são menores, assim como nos rios do interior do Brasil. Outro ponto refere-se aos instrumentos de pesca, que também diferem dos da Costa Brasileira, onde se utilizam basicamente jangadas, saveiros, canoas, cúteres, botes, traineiras e baleeiras, enquanto na região do Médio São Francisco, atualmente as embarcações habituais são barcos de médio porte (de alumínio ou madeira) movidos ou não com motores de propulsão, além das canoas. O órgão que regulamenta as embarcações tanto no São Francisco, como nas Costas Brasileiras é a Marinha do Brasil, que cadastra e orienta os pescadores artesanais por meio de portarias e reuniões periódicas.

A existência da mata ciliar, ao logo do trajeto do rio, é outro diferencial entre esses espaços. Essa, em grande medida, é responsável pela “defesa” e alimentação dos peixes, sendo fator preponderante na dinamização do ecossistema. Isso se evidencia na experiência pesqueira do senhor Benedito, “seu Binú”, como é conhecido na cidade norte-mineira de Januária. Ele ressaltou essa especificidade da pesca no São Francisco, apontando, inclusive um dos pontos de discussão deste estudo, que são as transformações do rio São Francisco como fonte de sobrevivência:

Porque moço, olha, antigamente esse rio olha, era cheio de pau dentro da água, cheio de pau no beiradão. Era aquele bando de pau tudo dentro da água e tudo em pé, e tudo vivo, né? Então ali o peixe naquela pausada tudo, ele fazia a cama de deitar, porque o peixe tem a cama de deitar, meu companheiro, tem a cama onde ele deita. Ele faz a cama aqui encostada no pé de pau, outro faz ali, outro faz ali, e vai lá aquela fila ali de fora a fora. Então, na hora de sair pra caçar o que comer, ele sai e come, e volta certinho na cama, que chegou, deita e vai descansar, é igual nós. O senhor chega, toma café de manhã, vai pro serviço. Quando volta na hora do almoço, almoça, só descansa um pouquinho pra tornar voltar pro serviço, né? Pois do mesmo jeito é o peixe. E e então o povo com a usura foi tamanha que eles, não nós vamos fazer o seguinte, vamos fazer rede que é rede era sessenta braça e depois deu pra fazer rede, hoje o pescador que não tem uma rede de duzentas e cinquenta braça não é pescador ai, vamos fazer uma rede, a rede que atravessa o rio de um lado

no outro, é a usura, ai fez, arrumou uns ajoujo e juntou a turma e foi rancar esses paus na beira do rio, ai o beiradão toda noite você ouvia, o peixe comia a noite inteirinha é, ai rancaram tudo e acabou tudo. Eu pescava lá, tinha uma pescaria de caboclo, eu pescava lá de noite não aguentava de tanto ve peixe grande comer, depois desse dia em diante que eles acabou de rancar o derradeiro pau né? Eu fui lá pra pescar não vi mais nenhum surubim comer, nenhum, nem pequeno nem grande nem nada desapareceu tudo, acho que arribaram no mundo, foram caçar esses córregos grandes lugar de pedreira no rio porque lugar de pedreira ele tem, eles encosta ali naqueles pedreira pra deitar, aquelas locas tudo ai assim né? Rancou, acabou com a cama deles, vamos arribar, vamos embora. E era assim desse jeito²⁷.

A pesca artesanal no rio São Francisco tem ainda um importante distintivo, em relação à pesca marítima, quando é visualizada como parte de um sistema produtivo. Isso porque aliadas à pesca estão as vazantes, extensões de terra fértil que surgem no leito e nas margens do rio nos tempos de seca, onde muitos pescadores cultivam produtos como abóbora, melancia, quiabo, etc. Assim, a orientação dos pescadores a partir do ciclo da natureza em que tempos de seca e de chuva (cheias) se alternam é um dos elementos que mais caracteriza sua vida enquanto trabalhadores do rio São Francisco.

Apesar dos fatores que diferenciam esses dois universos de pesca, o Estado, no esforço de regulamentar esse setor em nível nacional, desde a década de 1930, quando criou o primeiro Código de Pesca do Brasil, tem tipificado as pessoas que sobrevivem da pesca homogeneamente sob a definição de “pescadores artesanais”, independentemente se atuam nos rios, nas lagoas ou no mar.

Atualmente, o órgão que regula a pesca no Brasil é o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Para esse órgão, pescador artesanal é aquele profissional que, licenciado, “exerce a pesca com fins comerciais, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parcerias, desembarcada ou com embarcações de pequeno porte”²⁸, ou seja, é o pescador que tem no peixe o produto final para comercialização e que nele encontra um meio de sustento para si e para sua família. Apesar de outras tipificações de pescadores serem feitas pelos órgãos governamentais²⁹, a referente ao pescador artesanal é a que mais abrange numericamente pessoas que atuam na pesca.

²⁷Entrevista realizada com Benedito Dionísio da Silva, pescador aposentado, 103 anos, no dia 06 de agosto de 2013, em sua residência em Januária-MG.

²⁸ BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Pesca artesanal**. Disponível em <<http://www.mpa.gov.br/pescampa/artesanal>>; acesso em 22 abril 2012.

²⁹ Segundo o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais – IEF/MG existem pelo menos seis categorias de pescadores, classificados de acordo com a pesca praticada: A pesca classifica-se nas seguintes categorias: I - Categoria "A" - amadora, realizada com a finalidade exclusiva de lazer ou recreação, autorizada e licenciada pelo órgão competente, permitido o uso de anzol, chumbada, linha, vara ou caniço, molinete ou carretilha ou similar, puçá, iscas artificiais e naturais e embarcação, subdividindo-se em: a) Subcategoria "A1" - pesca amadora desembarcada, realizada sem o emprego de embarcação, utilizando-se os petrechos previstos no inciso I deste

Em todo o país, essa categoria sempre foi arregimentada em torno das Colônias de Pescadores, instituições que ao longo do tempo foram utilizadas pelo Estado para fins diversos. Organizadas territorialmente em zonas de abrangência³⁰, essas Colônias fazem parte do cotidiano da maioria dos pescadores artesanais³¹, visto que constituem a “porta de entrada” para que eles sejam contemplados pelas políticas públicas dirigidas à categoria. Financiamentos, direitos sociais e trabalhistas são condicionados à sua associação nessas entidades. Ou seja, para o acesso a todos esses recursos, exige-se que o pescador tenha seu Registro Geral de Pesca (RPG), identificado na carteira de pescador profissional³², reconhecida pelo Ministério da Pesca e pelo Instituto Estadual de Floresta (IEF). Por esse motivo, associar-se às Colônias tem sido prática bastante comum entre os ribeirinhos nos últimos anos. Atualmente (2014), a Colônia de Pescadores Z-3, localizada em São Francisco, conta com 1.884 associados, segundo dados da Controladoria Geral da União (CGU)³³.

artigo. b) Subcategoria "A2" - pesca amadora embarcada, compreende a Subcategoria "A1", utilizando-se embarcação. II - Categoria "B" - pesca profissional, praticada como profissão e principal meio de vida, devidamente comprovado, por pescador cadastrado e licenciado no órgão competente, específica por bacia hidrográfica no Estado, subdividindo-se em: a) Subcategoria "B1" - pesca profissional, exercida por pescador profissional, permitida a utilização de rede de emalhar, tarrafa, anzol, linha chumbada, vara ou caniço, espinhel, caçador, pinda ou anzol de galha, molinete ou carretilha ou similar, João Bobo, galão ou cavalinha, embarcação e demais aparelhos a serem normatizados pelo órgão competente. b) Subcategoria "B2" - aprendiz de pesca profissional, exercida com a utilização dos aparelhos de pesca previstos na Subcategoria "B1", com autorização dos pais ou responsável legal. III - Categoria "C" - subsistência, praticada por pessoas carentes, nas imediações de suas residências, em ambientes de domínio público, com a utilização de anzol, chumbada, linha e caniço, destinando-se ao sustento da família, normatizada pelo órgão competente. IV - Categoria "D" - científica, praticada com finalidade exclusiva de pesquisa e/ou manejo, por pessoas com qualificação técnica para tal fim, normatizada e autorizada pelo órgão competente. V - Categoria "E" - desportiva, realizada para fins de competição, promovida por entidade regularmente constituída, sujeita à autorização e licenciamento do órgão competente, nos termos das normas vigentes. VI - Categoria "F" - despesca, destinada à captura de espécimes da fauna aquática para fins comerciais e de manejo, sujeita à regulamentação do órgão competente. Cf. MINAS GERAIS. Instituto Estadual de Florestas – IEF. **Categorias de Pesca**. Disponível em <<http://www.ief.mg.gov.br/images/arquivos/categoriasdespesca.pdf>>; acesso em 12 de jan. 2013.

³⁰Em cada estado da União, as colônias são organizadas em zonas de abrangência, recebendo uma sigla (Z-1, Z-2, e assim, sucessivamente), incorporando diversos municípios a elas ligadas.

³¹Em São Francisco, muitas pessoas que também trabalham na pesca optam por não fazerem parte da Colônia de Pescadores Z-3, visto que já estão cadastrados noutras associações (trabalhadores rurais, produtores hortigranjeiros, etc.).

³²As garantias previstas ao pescador profissional são adquiridas com o Registro de Pescador Artesanal, pelo qual todos os pescadores conseguem a carteirinha de pescador, que lhe dará direito a vários benefícios do Governo Federal. Nos últimos meses, o Ministério da Pesca e Aquicultura tem realizado uma fiscalização intensiva a fim de que pessoas que não sejam realmente pescadores não tenham acesso a tal carteirinha. Para tanto, tem feito recadastramento de todos os pescadores do Brasil a partir da Campanha “Seja um Pescador de Carteirinha”, atingindo a mais de meio milhão de pescadores em todo o país. Para adquirir a carteirinha há algumas exigências: Comprovação que não há vínculo empregatício em outra atividade profissional, inclusive junto ao setor público federal, estadual e municipal; Comprovação de que não exerce outra atividade econômica não relacionada diretamente com a atividade pesqueira, mesmo sem vínculo empregatício; Atestado de nada consta ou certidão negativa de débito junto ao IBAMA.

³³BRASIL. Controladoria Geral da União. Portal da Transparência. **Pescador artesanal por estado e município**/Minas Gerais/São Francisco. Disponível em <<http://www.portaltransparencia.gov.br/defeso/defesoListaFavorecidosPorMunicipio.asp?UF=MG&codMunicipio=316110>>; acesso em 29 jul 2014.

Embora a acepção do Estado relativa ao pescador artesanal elenque como requisito primordial a finalidade de comércio que a pesca deve ter na vida desses trabalhadores, o que fundamenta a sua atividade é um conjunto de saberes e fazeres acumulados cotidianamente, que lhes confere uma autoridade na lida com a pesca. Em diversos momentos de minha pesquisa, esses pescadores me revelaram alguns desses conhecimentos:

Peixe, geralmente, não anda muito... Às vezes anda de dia, mas não pega, porque ele enxerga muito o material, aí você tem que ir a noite. Você corta a noite toda³⁴.

Não é nem todo lugar que você pode soltar uma rede, porque o rio tem muito pau, muita defesa. O peixe, se ele não tivesse uma defesa, o rio não tinha peixe mais não. Ele não tinha mais por quê? Teve um dia que fui soltar uma rede em São Romão, vim resgatar ela aqui. Aí, qual é a defesa do peixe? É um pau, é uma pedra, é uma água que o rio sempre joga uma água aqui pra esse lado daqui. Vamos supor: joga lá no porto da lancha pra cá, porque tem um raso lá, né? Aí, aquelas água pega e cai pra cá, quando chega ali ele já joga pra li. Isso é uma defesa do peixe³⁵.

O melhor tempo de pegar peixe é agora, o mês que vem, agosto e setembro, o peixe sobe. Quando é o tempo do frio o peixe arruína, né..a água esfria, e no tempo do calor, não, a água esquentada e o peixe melhora³⁶.

Essas vivências, geralmente compartilhadas entre gerações no seio familiar, compõem um quadro de experiências que a todo instante é acionado por esses pescadores artesanais em busca de sua sobrevivência. Assim, pescar durante o dia ou à noite, mais próximo à margem do rio ou em sua porção central, nos dias de calor ou de frio, não se mostram ao pescador artesanal apenas como meras alternativas. Suas escolhas e ações na prática pesqueira são, em geral, pautadas naquelas experiências que lhe orientam o viver, revelando que o pescador artesanal se constitui na lida diária.

Esse perfil da pesca artesanal no rio São Francisco expõe uma condição conflituosa vivenciada pelos homens e mulheres nela inseridos, já que, como citado, em face das transformações ocorridas tanto no rio, quanto nos seus modos de trabalhar, sua sobrevivência tem se apresentado como fator de tensão em suas vidas. Além disso, o quadro se torna mais complexo quando levamos em consideração a situação econômica e social da maioria das cidades em que os pescadores artesanais se encontram. No Médio São Francisco, porção em que o rio atravessa grande parte da região Norte do estado de Minas Gerais,

³⁴ Entrevista realizada com o senhor Manuel Ribeiro Pereira, pescador, 63 anos, no dia 25 de Fevereiro de 2012, em sua residência no bairro Aparecida em São Francisco-MG.

³⁵ Entrevista realizada com Higino de Freitas Silva, pescadora, 67 anos, no dia 07 de maio de 2012, em sua residência no bairro Sagrada Família em São Francisco-MG.

³⁶ Entrevista realizada com Januário Mendes Abreu, pescador, 57 anos, no dia 04 de janeiro de 2013, em sua residência no bairro Sagrada Família, em São Francisco-MG.

geralmente associada a condições econômicas e sociais deficitárias de boa parte de suas populações, a falta de empregos formais, a precarização de muitas atividades exercidas como meio de sobrevivência, os baixos índices de produção nos setores primário e secundário, dentre outros aspectos, parecem colocar os pescadores artesanais numa condição de vulnerabilidade dentro e fora da pesca. Uma vulnerabilidade favorecida também por outros fatores como a baixa escolaridade, comum entre os pescadores; famílias numerosas, sendo raros os casais com apenas dois ou três filhos; moradias precárias, dentre outros.

Como citado inicialmente, realizar esta pesquisa em meio a uma conjuntura em que os problemas ocasionados pela falta de chuva nessa região sudeste do país, pelos intensos períodos de seca nunca antes vivenciados pelos ribeirinhos e que tem feito o São Francisco chegar a um estado crítico no que diz respeito ao seu volume d'água, mostra-se como uma ação relevante e significativa no sentido de proporcionar uma possível explicação histórica tanto para esses eventos, como para os impactos nos modos de vida e de trabalho dos pescadores artesanais.

No que se refere à cidade de São Francisco, a importância deste estudo sobre sua população pesqueira não se encontra somente no estabelecimento de mais um referencial sobre a história da cidade, mas antes de tudo que ela tenha como prisma a perspectiva desta categoria profissional. Os poucos livros que tratam sobre a cidade são marcados pelo olhar dos memorialistas de São Francisco, também registrado na imprensa local, o que considero um problema, visto que é insuficiente para explicar as experiências vivenciadas pelos pescadores artesanais. Assim, no intuito de identificar outras versões e visões sobre a vida social do lugar para além do que esses memorialistas cristalizaram como “a história de São Francisco”, encontrei nas falas dos pescadores artesanais e de outros moradores enredos diferentes do registrado nos livros de memória, dando-me uma noção outra, de uma cidade permeada de embates e conflitos sociais os quais, a todo instante, me revelavam as contradições do lugar social a partir do qual falavam.

Desse modo, enxerguei nas memórias dos pescadores com os quais tive contatofaces da cidade bastante conflitantes com as expressas e impressas nos jornais e nas obras desses memorialistas. Percebi pessoas lutando por um espaço na zona urbana, gente indo e vindo de todos os lugares à procura de melhores condições de vida, sujeitos com valores e noções de vida construídos a partir de suas vivências. Dessa forma, sua ausência nas páginas dos jornais locais e dos livros memoriais me fez procurá-los noutros espaços, nas periferias da vida, quase “invisíveis”, longe dos holofotes dos colunistas sociais e da atenção dos cronistas e memorialistas. Esses, quando muito, referem-se aos pescadores como algo

exótico, elementos folclóricos, semelhantemente a um quadro na parede que expõe um cenário sem contradições sociais, sem conflitos. Problematicar, pois, as formas de sobrevivência adotadas por esses pescadores artesanais de São Francisco, abordando suas lutas, alegrias, decepções, projetos de vida, escolhas, etc., significa avaliar de forma mais ampla as mudanças ocorridas na vida dessas pessoas, tentando, desse modo, a exemplo de Edward Palmer Thompson, escrever uma história dos pescadores “vista de baixo”.

Além disso, mesmo instigado e ciente de que o aumento do número de pescadores artesanais no Brasil e, especificamente em São Francisco, tenha nas recentes políticas públicas sua maior razão de ser, essa explicação não me bastava, pois naturalizá-la explicação significaria desconsiderar a importância de uma investigação histórica sobre o assunto. Apesar de a imprensa constantemente noticiar casos existentes em todo o Brasil de “pescadores de pé limpo”, numa alusão aos falsos pescadores que têm se associado às Colônias para receberem os benefícios do governo, avalei como desafiador analisar o olhar daqueles que sempre tiveram no rio um esteio para assegurar sua sobrevivência. Mesmo considerando arriscado, visto que a todo o momento estaria lidando com interesses pessoais e coletivos, muitas vezes conflitantes entre si, ou com as noções tecidas pelos pescadores do que seja justo e injusto, certo e errado, acreditei valer a pena realizar esta investigação dada a sua relevância para a compreensão dos embates vivenciados por essa categoria.

Completando esse quadro de fatores que justifica o empreendimento deste estudo no bojo das discussões da História Social, entendo como pertinente o esforço em compreender o processo pelo qual esses pescadores artesanais foram, lenta, gradativa e continuamente incorporados a uma lógica capitalista que parecia não ser tão determinante na orientação de suas vidas noutros tempos. Ao que tudo indica, sua economia de subsistência foi aos poucos perpassada por outras regras, outras formas de viver, de sobreviver. No acesso às inovações tecnológicas as diferenças entre esses pescadores parecem se acirrar, impactando suas relações de trabalho. A propriedade (de barcos, motores, congeladores, tralhas, ou mesmo do capital para constituir um empreendimento particular) parece ter dado o tom das relações pessoais e de trabalho no seio dessa categoria, legitimando a concorrência entre esses pescadores, principalmente quando a fartura de peixes deixou de ser uma constante no seu dia a dia. Desse modo, trabalhar na perspectiva de confrontar os embates causados pelas relações capitalistas, bem como pelas intervenções do Estado e de empresas privadas em seu ambiente de trabalho (rio), mostra-se como uma atividade das mais significativas para nos levar a uma compreensão histórica dos resultados da “modernização” e do “progresso” empreendidos “de

cima pra baixo” sobre os modos de vida e de trabalho desses pescadores artesanais, alterando decisivamente suas formas de sobrevivência.

Escolhi a cidade de São Francisco como espaço de investigação desta pesquisa, contudo a visita a outras cidades ribeirinhas da região do Alto – Médio São Francisco foi relevante para fundamentar de modo mais abrangente as análises expostas. Essa escolha está pautada não apenas no critério de acessibilidade, já que resido nessa cidade, mas principalmente na constatação de diversas contradições e conflitos nas relações que esses pescadores tecem com o Estado, tendo a Colônia Z-3 como principal interlocutora no acesso às políticas públicas.

Quanto ao período analisado nesta pesquisa, esse compreende os anos de 1960 a 2014, quando identifiquei uma variedade de transformações na vida dos pescadores artesanais no que se refere ao seu espaço de atuação (rio São Francisco), às leis que regulam sua profissão e suas práticas pesqueiras, bem como às políticas públicas dirigidas a eles. A motivação para delimitar a década de 1960 como marco inicial do estudo está no fato de perceber nesse período uma intensificação das intervenções do Estado na vida dos pescadores artesanais do rio São Francisco, seja pela construção de barragens e usinas hidrelétricas, especificamente a de Três Marias, ou mesmo por uma significativa alteração no trato dado aos pescadores a partir da criação da SUDEPE, em 1962, e da criação de um novo Código de Pesca, em 1967. As décadas seguintes são preponderantes para a compreensão do objeto escolhido: a de 1970, devido as características da pesca nesse tempo e pela grande enchente do rio São Francisco em 1979, gerando tensão e contradições na vida das populações ribeirinhas; a de 1980, principalmente em razão da Promulgação da Constituição Federativa do Brasil, em 1988, que trouxe muitos benefícios para os pescadores artesanais enquanto sujeitos de direitos, mas também pelo aumento significativo do número de Colônias de Pescadores pelo país, após essa década; a de 1990, pela emergência relevante da aquicultura como setor associado à pesca, incorporando-a de modo intenso à lógica capitalista; e, por fim, os anos 2000, até 2014, devido ao surgimento de um conjunto de políticas públicas que passam a contemplar essa categoria.

A problematização que ancora essa tese é a seguinte: afinal, como os pescadores artesanais têm sobrevivido neste processo de transformação de uma realidade de fartura para outra de escassez? Ou seja, tendo como suposto um conjunto de transformações na vida e no trabalho dos pescadores artesanais da região do Médio São Francisco entre 1960 e 2014, muito em razão das intervenções ao longo do São Francisco realizadas por instituições públicas e privadas com o fim de explorar os recursos naturais ali presentes, quais as saídas

encontradas por esses pescadores para garantirem a sua sobrevivência e de suas famílias? Em meio a uma situação de vulnerabilidade social e econômica em que esses sujeitos foram historicamente colocados, trabalho com a tese de que a busca pela sobrevivência tem lhes pressionado a ingressarem em uma lógica capitalista de negação de si próprios, por isso alienante, enquanto pescadores que se constituíram na urdidura de vivências, saberes e fazeres no rio São Francisco. Assim, se noutros tempos a fartura de peixes assegurava a sobrevivência dos pescadores, motivando-lhes até uma despreocupação quanto ao futuro, nos últimos anos, o que defendo, é que, para garantirem sua sobrevivência, esses sujeitos, de modo gradativo, estejam procurando outros recursos, abandonando progressivamente, em grande medida, seus tradicionais modos de vida e de trabalho de pescadores artesanais. Ou seja, o perecimento, ou na melhor das hipóteses, as transformações dos seus modos de viver e de trabalhar parecem estar se dando na mesma proporção e intensidade em que buscam novos meios de subsistir às mudanças ocorridas no espaço em que trabalham.

Portanto, esta tese tem como objetivo geral analisar, a partir do conjunto de transformações econômicas, sociais e políticas nas últimas cinco décadas na vida dos pescadores artesanais, especificamente da cidade de São Francisco, como esses têm garantido a sobrevivência para si e suas famílias. Dessa forma, no contato direto com esses pescadores, busquei entender as imbricações existentes entre o universo da pesca, de suas vidas pessoais, das formas de organização enquanto grupo e dos sentidos que o rio São Francisco tem para eles no processo de manutenção da própria vida. Na interface dessa meta principal, busco, em primeiro lugar, identificar e discutir o ambiente social e econômico em que esses pescadores artesanais estão inseridos, compreendendo, a partir daí as condições de vida desses trabalhadores. Busquei, ainda, analisar os seus modos de vida e de trabalho, avaliando não apenas as transformações sofridas nesses campos, mas também as razões para tais mudanças. Além disso, almejei compreender o processo de institucionalização pelo qual esses pescadores passaram nos últimos anos, identificando nesse processo os fatores de tensão na busca pela sobrevivência. Tendo como pressuposto a noção de que “homens e mulheres, ao se confrontarem com as necessidades de sua existência, formulam também seus próprios valores e criam sua cultura própria, intrínsecos a seu modo de vida”³⁷, em todo o processo de investigação em torno dessas questões, não busquei, pois, “verdades” do que aconteceu ou não em suas trajetórias pessoais ou coletivas, mas procurei entender como essas pessoas têm

³⁷ THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. NEGRO, Luigi; SILVA, Sérgio (orgs.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 261.

pensado e sentido a própria condição de pescadores artesanais no rio São Francisco nas últimas décadas e, principalmente, como têm agido para assegurarem a própria sobrevivência.

Construída sob a perspectiva do Materialismo Histórico, esta pesquisa constitui-se, no quadro de discussão da História Social, privilegiando as relações tecidas pelos pescadores, problematizando suas experiências em seus enfrentamentos. A pertinência desse campo de investigação sobre o qual tracei minhas abordagens está em perceber os sujeitos históricos como pedras fundamentais do fazer histórico, ou seja, é um campo que se mostra “enquanto forma de abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos – sociais – na explicação histórica”³⁸. Esse viés se mostrou essencial para o alcance dos objetivos propostos, já que as noções de experiência e de cultura, que, aliás, são lidas e compreendidas no interior de uma tradição marxista britânica, tornaram-se caras neste processo de investigação. Foi preciso dessa forma, de minha parte, uma lente apurada sobre o agir, o pensar, o sentir dos pescadores com os quais tive contato, tudo para compreender os sentidos dados por eles às suas vidas, ao seu trabalho na pesca e às leis e políticas associadas a esse universo pesqueiro.

Sob tal perspectiva, a experiência humana pensada por Thompson como de sujeitos “que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura das mais complexas maneiras”³⁹, ou seja, como de sujeitos que constroem sua própria natureza, constitui-se como um dos supostos teóricos basilares deste estudo. Isso porque trato os pescadores artesanais de São Francisco não a partir de tipificações ou conceitos elaborados por agências reguladoras da pesca no Brasil, como faz o Ministério da Pesca e Aquicultura, mas busco visualizá-lo no seu fazer-se pescador, esquivando-me, pois, de qualquer determinismo conceitual. Em se tratando das experiências humanas notei, como indicara Thompson, que sempre estaria próximo das “fronteiras do desconhecido”⁴⁰, reordenando ideias, problematizando o que é naturalizado na vida dos pescadores e, principalmente, reinserindo-os na história como sujeitos capazes de elaborarem o que o autor nomeou de “consciência afetiva e moral”, uma vez que eles também experimentam suas experiências como sentimentos. Essas ideias aliadas à de que “toda luta de classes é ao

³⁸CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 54.

³⁹ THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 182.

⁴⁰Ibidem., p. 185.

mesmo tempo uma luta acerca de valores”⁴¹ foram preponderantes para que eu conseguisse trabalhar com o conjunto de valores, opiniões, pensamentos e sentimentos expressos pelos pescadores nas entrevistas e que me revelavam a todo instante suas experiências, seja em relação ao trabalho no rio, à sua inserção na Colônia de Pescadores ou mesmo ao cotidiano na família ou nos momentos de lazer. A partir desse apoio teórico que me fez compreender Cultura no processo de constituição dos modos de vida dos pescadores artesanais de São Francisco, postulei outros autores e conceitos para discutir as transformações do viver e do trabalhar dos sujeitos investigados no período proposto.

Nessa direção, tendo que abordar questões como as intervenções estatais e do capital na exploração dos recursos naturais ao longo do rio São Francisco por meio de barragens/usinas hidrelétricas, projetos de irrigação e de outras formas, mas também como as inúmeras regulamentações da pesca artesanal ou ainda as políticas públicas dirigidas a essa categoria, o diálogo com Antônio Gramsci foi essencial. Seu conceito de hegemonia como “o momento do consenso” orientou minha reflexão a respeito das formas como foram realizadas todas essas intervenções no trajeto do São Francisco. A hegemonia para Gramsci, segundo Stuart Hall,

É um “momento” historicamente muito específico e temporário da vida de uma sociedade. Raramente esse tipo de unidade pode ser alcançado, permitindo à sociedade estabelecer para si mesma uma agenda histórica inteiramente nova, sob a liderança de uma formação específica ou de uma constelação de forças sociais (períodos de estabilidade). Não é automático, mas tem que ser ativamente construídos e positivamente mantidos⁴².

Por tal característica, não há como não utilizar esse conceito para explicar todo o processo transformador por que o rio São Francisco e suas populações ribeirinhas passaram nas últimas décadas. Ideias como “desenvolvimento”, “modernização” e “progresso”, bem como a noção de que os moradores das regiões Nordeste do país, Norte de Minas e principalmente das cidades ribeirinhas, seriam salvos de suas condições de pobreza e de afligidos pelas enchentes, tomaram espaços cada vez maiores na imprensa (local, regional e nacional), nas justificativas de projetos de construção de usinas hidrelétricas e de irrigação, ou ainda nas falas de políticos em defesa desses projetos desenvolvimentistas. O processo de aproveitamento das potencialidades do rio São Francisco e que tem na Constituição Federal de 1946, mas principalmente, na criação da CVSF, em 1948, suas bases fundadoras, aponta as

⁴¹Ibidem., p. 190.

⁴² HALL, Stuart. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 293.

décadas subsequentes, segundo a perspectiva gramsciana, como o período de solidificação de um “bloco histórico” industrial-desenvolvimentista no país. Isso porque fica bem claro que “é esse processo de coordenação dos interesses de um grupo dominante aos interesses gerais dos outros grupos e à vida do Estado como um todo que constitui a “hegemonia” de um bloco histórico particular⁴³”.

As intervenções estatais na vida e no ambiente de trabalho dos pescadores artesanais existentes no São Francisco, implantando nesses espaços um modelo de desenvolvimento às populações ribeirinhas, ao que parece, têm mostrado contradições e falhas que as fazem ser objetos de críticas de diversos setores da sociedade. Para além das estruturas hierárquicas que arregimentam, organizam e regulam o trabalho (e a vida) dos pescadores artesanais na atualidade, constatei diversas ações por parte de movimentos sociais, religiosos, grupos ambientalistas, dentre outros, que têm emergido como uma resposta às ações sobre o rio São Francisco e sobre o trabalho pesqueiro aí desenvolvido. Nessa direção trago Raymond Willians para dialogar sobre essa questão, já que, aliada à ideia de hegemonia, ele concebe a de “contra-hegemonia e hegemonia alternativa, que são elementos reais e persistentes da prática”⁴⁴. Isso porque, segundo ele,

Uma hegemonia vivida é sempre um processo. Não é um sistema ou estrutura. É um complexo realizado de experiências, relações e atividades, com pressões e limites específicos e mutáveis. Isto é, na prática a hegemonia não pode nunca ser singular. Suas estruturas internas são altamente complexas, e podem ser vistas em qualquer análise concreta. Além do mais, não existem apenas passivamente como forma de dominação. Tem de ser renovada continuamente, recriada, defendida e modificada. Também sofre uma resistência continuada, limitada, alterada, desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões⁴⁵.

Isso mostra que a incorporação dos pescadores artesanais a uma lógica hegemônica a que lhes envolve em outras formas de viver e de trabalhar, em um ambiente também “usado” para fins econômicos específicos, não se dá sem tensão no seio da sociedade civil. Mesmo com a implementação de benefícios e políticas públicas dirigidas a esses pescadores, compensando, de certo modo, o processo de exploração do ambiente de trabalho em que eles desenvolvem suas atividades (rio), ou ainda com tentativas de implantar medidas sob a égide de um “Desenvolvimento Sustentável” ou de uma “Ecologia Verde”, buscando o

⁴³ Citação de Stuart Hall referindo-se às Cartas da Prisão de Gramsci. Cf. HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 293.

⁴⁴ WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 116.

⁴⁵ WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 115.

que Elder Andrade de Paula denomina de “ecologização do capitalismo”⁴⁶, o que se tem notado é uma avassaladora transformação dos modos de vida, de trabalho e do ambiente em que este acontece, em alguns casos, de modo irreversível.

Em face das pressões econômicas impostas aos pescadores artesanais de São Francisco, muito em razão de um rol de transformações dentro e fora do universo pesqueiro, considero como chave interpretativa para esses processos os próprios pescadores. Constituídos a partir de suas experiências históricas, eles forjaram sentidos, estabeleceram práticas, arquitetaram modos de vida e de trabalho, ora resistindo, ora adaptando-se a essas mudanças no seu entorno.

Na coleta de dados sobre suas vidas e seu trabalho nos últimos anos, bem como de fontes relacionadas a este estudo, percorri bibliotecas, arquivos públicos, Organizações Não-Governamentais (ONG's), órgãos do Governo, dentre outros, em diversas cidades. Leis, jornais, discursos, fotografias, dentre outras fontes foram levantadas e organizadas de acordo com o tempo de sua produção, tendo a década de 1980 como período de transição entre dois momentos tanto no que se refere à realidade do rio São Francisco de fartura/escassez de peixes; como à emergência de conquistas no campo dos direitos e de pressões ambientais, impactando diretamente a vida dos pescadores artesanais. Com a intenção de encontrar muito mais do que aquilo que os jornais locais e os livros dos memorialistas apresentavam, ter um contato direto com os pescadores artesanais foi uma necessidade. Assim, nas cidades ribeirinhas de Januária, São Romão, Três Marias e, principalmente, São Francisco, esta última, como já divulgado, recorte espacial deste estudo, entrevistei pescadores, pescadoras, presidentes de Colônia, e até mesmo o presidente da Federação de Pescadores de Minas Gerais, em Três Marias. Os pescadores entrevistados foram selecionados prévia e prioritariamente pelo critério da experiência acumulada no trato com o mundo da pesca, ou seja, privilegiei os mais idosos, sendo poucos os mais jovens. Essa escolha foi fundamentada no próprio recorte temporal do estudo (1960-2014), e também porque essas pessoas estavam mais aptas a elaborarem comparações entre as décadas iniciais desse recorte e os dias atuais.

Nas entrevistas realizadas com os pescadores e pescadoras artesanais com os quais tive contato, sendo dezessete de São Francisco⁴⁷, três de Três Marias, três de São Romão e

⁴⁶ PAULA, Elder Andrade de. Entre selvas – capitalismo verde, hegemonia e contra-hegemonia. In: PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sônia Regina de. (orgs.). **Sociedade Civil: ensaios históricos**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2013, p. 103.

⁴⁷Em razão de abordar questões polêmicas nas entrevistas, abrindo precedentes para possíveis constrangimentos aos entrevistados, optei, pelo menos no caso dos que moram na cidade de São Francisco, que os seus nomes fossem trocados por pseudônimos, com exceção do senhor Severiano Rendeiro, primeiro presidente da Colônia de Pescadores, falecido no mês de agosto de 2013, ou seja, durante a realização dessa pesquisa, e do atual

três de Januária, tive como referência teórica para trabalhar metodologicamente com a oralidade além dos estudos de Alessandro Portelli, algumas reflexões adotadas neste campo de reflexão da linha de pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). A visita do autor italiano ao Programa de Pós-Graduação de História da UFU em 2011, quando ainda iniciava meus estudos neste curso, foi um importante passo para a adoção de sua perspectiva de trabalho na construção deste estudo. Naquela ocasião de sua presença em uma das aulas do doutorado, Portelli, instruindo-nos sobre como trabalhar com a memória e a oralidade no fazer histórico, ressaltou que a Memória, sendo inerente ao humano assim como é o ato de respirar, não é um simples conjunto de informações, mas um espaço de mutação. Sua função de não naturalizar a história, revelando-nos que as coisas nem sempre foram assim como nos aparecem, faz da memória, segundo o autor, o fundamento de um projeto social, “um processo ativo de criação de significações”⁴⁸. Essa abordagem foi de grande importância para minha compreensão do saudosismo dos pescadores em relação aos tempos de fartura de peixes no rio São Francisco como relevante para a elaboração de seus pensamentos sobre seu trabalho na atualidade. Dessa forma, desenvolver as entrevistas desconsiderando esse aspecto da nostalgia em muitas falas desses pescadores, do ponto de vista da investigação histórica, seria negligência de minha parte. Dessa relação entre o presente em que a pessoa elabora e expressa sua fala e o passado lembrado, pensado, sentido, emerge a centralidade da fonte oral para este estudo, já que elas não nos contam “apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez”⁴⁹.

Outro aspecto apontado por Portelli em nossa conversa em sala de aula foi sua noção de que, nas entrevistas, o silêncio é uma forma (ao lado da fala obsessiva) de expressão da memória, já que nele se encontram traumas e abalos ocorridos no passado, cabendo ao historiador uma postura de respeito à privacidade da pessoa, preservando-a de qualquer interrogação invasiva. O fato de lidar com uma temática permeada de polêmicas, principalmente quando se esbarra em assuntos como acusações, injustiças, “falsos pescadores”, etc., as entrevistas com esses pescadores, ao que parece, geraram em diversos momentos um clima de tensão por parte dos entrevistados. Em muitos casos, a marcação de

presidente dessa entidade. Quanto aos pescadores das outras cidades são identificados com seus nomes verdadeiros. É importante ressaltar que todos os pescadores artesanais entrevistados neste estudo aceitaram participar livremente das entrevistas.

⁴⁸ PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História**, PUC-SP, n. 14, fev. 1997, p. 33.

⁴⁹ PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História**, PUC-SP, n. 14, fev. 1997, p. 31.

horário e lugar dos encontros para as entrevistas, por parte deles, se deu em meio a desconfiança e receio, fazendo com que a concordância em participar, por si só, já fosse um grande desafio, uma vez que muitos pensavam que eu era um fiscal do Ministério da Pesca. Dessa forma, além de um zeloso trabalho de convencimento, preservar suas identidades foi um cuidado para que não se expusessem. Somente depois dessa sintonia é que as entrevistas, entendidas por Portelli como momentos de diálogo em que as pessoas se “entre olham”, foram possíveis⁵⁰. Mesmo assim, percebendo que algumas barreiras ainda se mantinham intransponíveis, atentei-me para os silêncios, para o “não dito”, visto que “a informação mais preciosa pode estar no que os informantes escondem e no fato que os fizeram esconder mais que no que eles contaram”⁵¹.

Com uma noção de que “excluir ou exorcizar a subjetividade (...), quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados”⁵², procurei discutir a temática da sobrevivência dos pescadores artesanais de São Francisco tendo bem claro que era preciso me adentrar nesse campo que Portelli denomina de “território da subjetividade”. Na construção desta pesquisa, eu poderia ter analisado uma variedade de leis, documentos relacionados à pesca, estatísticas, fotografias e muitas outras fontes, porém, se eu não me embrenhasse nesse campo de sentimentos, dores, alegrias, vivências, em um contato direto com os pescadores e suas famílias, este estudo ficaria incompleto, parcial ou inconsistente. Suas narrativas se mostraram vias de acesso ao conjunto de sentidos que eles, a todo momento, constroem sobre si enquanto profissionais da pesca, sobre seu trabalho e trajetórias na busca pela sobrevivência. Essa característica das narrativas dimensionou sua relevância em todo o texto, visto que

Ao narrar, as pessoas estão sempre fazendo referências ao passado e projetando imagens, numa relação imbricada com a consciência de si mesmos, ou daquilo que elas próprias aspiram ser na realidade social. Associando e organizando os fatos no espaço e no tempo, dentro dos padrões de sua própria cultura e historicidade, cada pessoa vai dando sentido à experiência vivida e a si mesma nela⁵³.

⁵⁰ Alessandro Portelli em visita ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, em setembro de 2011, esteve presente em nossas aulas de doutoramento para tratar das temáticas Memória e Oralidade; na oportunidade ele fez essas considerações citadas.

⁵¹ PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História**, PUC-SP, n. 14, fev. 1997, p. 34.

⁵² Idem. A filosofia e os fatos. In: **Tempo**, nº. 01, UFF/Relume Dumará, 1996, p. 60.

⁵³ KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro *et al.* **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2004. p.116-138.

Nesse sentido, a oralidade insere-se neste estudo de forma a substanciar minhas discussões sobre os modos de vida, trabalho e as sobre(vivências) dos pescadores artesanais de São Francisco, sendo que suas experiências convergem para aquilo que o próprio Thompson entende por cultura, por meio da qual é possível visualizá-los experimentando suas vivências cotidianas não apenas no âmbito do pensamento, mas também na esfera dos sentimentos, tratando esses sentimentos como valores.

Como forma de atender o caminho de pesquisa proposto, organizei este estudo em três capítulos. No primeiro, intitulado “São Francisco – a cidade crepúsculo” em questão, procurei discutir sobre o que denominei de o “chão social da pesquisa”, problematizando a conjuntura socioeconômica na qual estão inseridos os pescadores artesanais de São Francisco. A temática da sobrevivência pressupõe essa discussão inicial para um maior entendimento dos modos de vida e do trabalho desses sujeitos sociais, que em busca de melhores condições para si e suas famílias articularam-se, movimentaram-se, fizeram escolhas, agindo e reagindo às pressões que lhes circundam cotidianamente.

No segundo capítulo “Na fartura e na escassez: modos de vida e de trabalho dos pescadores artesanais de São Francisco” abordei a temática desses modos de vida numa interface com o trabalho desenvolvido pelos pescadores artesanais. Analisei as transformações sofridas pelo rio São Francisco no que se refere à disponibilidade do pescado em seu leito, às mudanças no meio ambiente, e, associado a isso, como esses trabalhadores vivenciaram tais tensões no mundo do trabalho pesqueiro. Captar suas experiências, sentimentos, pensamentos, valores, enfim, a elaboração realizada a partir da vivência dessa transformação proporcionou espaço para discutir os impactos sofridos por seus modos de viver em relação às intervenções de cunho hegemônico estabelecidas nas últimas décadas pelo capital, cujo agente legitimador é o próprio Estado, responsável, em grande medida, pela institucionalização do lugar social ocupado por esses pescadores artesanais.

O terceiro e último capítulo “Colônia de pescadores: institucionalização e sentidos construídos pelos profissionais da pesca” foi desenvolvido com base numa discussão sobre o processo de institucionalização em que os pescadores artesanais foram arregimentados pelo Estado para fins de defesa do território nacional, para produzirem em escala industrial e sujeito de direitos. De modo paralelo, abordei o abarcamento dos pescadores artesanais pela lógica capitalista no período investigado, analisando os reflexos desse processo na busca pela sobrevivência.

Assim, “Sobre(vivências): modos de vida, trabalho e institucionalização dos pescadores artesanais de São Francisco-MG (1960-2014)” é uma abordagem sobre vivências,

mas também sobre as formas de sobrevivência desses homens e mulheres que, tendo na pesca uma referência social, econômica e cultural, vivenciaram pressões de todas as formas nas últimas décadas, seja na tarefa de cuidarem de suas famílias, lutando pelo acesso ao rio, resistindo na manutenção de seus laços afetivos com o rio, etc. É, portanto, uma história com “cheiro de gente”, com “cheiro de pescador”, uma história que extrapola os sentidos e as identidades dadas pelas leis, pela imprensa, pelos órgãos oficiais, sendo, assim, substancialmente social, seguindo o coro enunciado por Portelli: “Que nossa história seja autêntica, lógica, confiável e documentada como deveria ser um livro de história”⁵⁴.

⁵⁴PORTELLI, Alessandro. “O momento daminha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa et. al. (orgs.) **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D’água, 2000, p.313.

CAPÍTULO I

“SÃO FRANCISCO – A CIDADE CREPÚSCULO” EM QUESTÃO

Na tarefa de compreender os sentidos dados pelos pescadores artesanais de São Francisco ao seu trabalho e de como essa dimensão da vida tem transformado o cotidiano dessas pessoas nos últimos tempos como forma de sobrevivência, torna-se importante mapear o ambiente no qual estão inseridos. Os sentimentos, os pensamentos, as visões de mundo desses trabalhadores ganham inteligibilidade nas raízes do “chão social” de suas experiências. Essas foram constituídas em um tempo e espaço capazes de nos indicar uma chave interpretativa para os seus modos de vida apresentados no tempo presente, bem como para as transformações ocorridas durante esse processo. Assim, com base no pressuposto de que para se compreender os modos de vida de um grupo social é impossível a divisão entre sua base econômica e sua superestrutura cultural⁵⁵, busco neste primeiro capítulo identificar e discutir o ambiente social e econômico do qual emergiu a problematização dessa tese, e também compreender, a partir dos dados coletados, as condições de vida no período investigado, que muito nos dizem sobre o que essa cidade tem significado para os sujeitos sociais desta pesquisa.

Nesse intuito, considero a perspectiva apresentada na introdução deste estudo de que a cidade de São Francisco, divulgada e reproduzida na imprensa local e em alguns livros de memorialistas, é resultado de um projeto sonhado por setores da elite política e econômica do lugar. As “luzes do progresso”, tão anunciado sob o título de “cidade crepúsculo”, dado a São Francisco nas décadas de 1960 e 1970 pela imprensa local, ao que parece, pouco brilharam para a população menos favorecida. Diante disso, alguns questionamentos são pertinentes neste capítulo: Como essa cidade se configurou no período investigado? Ela foi formatada em que premissas, sob quais interesses e a partir de que valores? Nesse processo, em que condições econômicas, sociais, políticas e culturais se encontravam as pessoas que sobreviviam e ainda vivem da pesca no rio São Francisco?

Nessa direção, procuro traçar, num primeiro momento, algumas características econômicas, sociais, políticas e culturais da cidade de São Francisco nas últimas décadas. Foram sobre esses “trilhos estruturais”, construídos historicamente, que se movimentaram os nossos sujeitos em busca da própria sobrevivência, trabalhando no rio ou fora dele, na cidade

⁵⁵THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. NEGRO, Luigi; SILVA, Sérgio (orgs.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 254-255.

ou na roça, em São Francisco ou em outros lugares. Portanto, a análise empreendida nesta pesquisa sobre essa cidade e a região na qual está inserida, possibilitará compreender esse lugar, contrastando com a visão impressa nos jornais e nos livros dos memorialistas, como espaço de outras vivências, outras memórias e da construção de outros projetos tecidos em meio a contradições e enfrentamentos e que dificultaram, em grande proporção, a sobrevivência dos moradores desse lugar. Desta forma, busco, a seguir, problematizar e colocar em questão as condições gerais dessa cidade que um dia fora denominada “cidade crepúsculo”.

1.1. O chão social da pesquisa: condições sociais e econômicas vivenciadas pelos ribeirinhos de São Francisco

A história da cidade de São Francisco está intimamente ligada à história do rio São Francisco e à descoberta de ouro. A ocupação do sertão norte-mineiro se deu através do sertanista baiano e do paulista caçador de índios que, a fim de combater o contrabando de ouro, foram avançando sertão adentro. O Governador-geral convocou os bandeirantes paulistas confiando a missão ao coronel Januário Cardoso que fundou os arraiais de São Romão e Porto do Salgado (atual Januária). As terras adjacentes foram confiadas e repartidas a seus parentes dentre eles, o sobrinho Domingos do Prado Oliveira, que se instalou em Pedras dos Angicos, hoje, São Francisco. Desde seu surgimento, por volta de 1702, explorada por esse paulista, quando ainda era a Fazenda Pedras de Cima, até as últimas décadas do século XX, São Francisco e essa região-mineira, às margens do rio, viram o universo rural e todos os seus componentes, as fazendas, a pecuária, a agricultura, dentre outros, darem o tom das atividades econômicas, sociais e políticas nessa parte do Brasil⁵⁶.

Existe uma historiografia que trata a região na qual São Francisco está inserida como um lugar onde os currais de gado aí existentes no período colonial serviram de entrepostos de abastecimento para as regiões das minas⁵⁷ ou mesmo como região de motins

⁵⁶SOUZA, Alexandre Rodrigues de. A “DONA DO SERTÃO”: mulher, rebelião e discurso político em Minas Gerais no século XVIII. Dissertação (mestrado)– Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2011.

⁵⁷CARRARA, Ângelo Alves. Minas e currais. **Produção rural e mercado interno de Minas Gerais**, 1674-1807. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007, 364 p.; RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Florestas anãs do sertão: o cerrado na história de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005; MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. **História do sertão noroeste de Minas Gerais** (1690-1930). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991; CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Perfeitos Negociantes: Mercadores das Minas Setecentistas**. São Paulo: Annablume, 1999, 184p. (Selo Universidade. História, 87).; VASCONCELOS, Diogo de. **História Antiga de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974, 2 v; dentre outros.

contra a coroa portuguesa, referindo-me aqui à Sedição de 1736⁵⁸, ocorrida na Vila Risonha de Santo Antônio da Manga de *São Romão*, atual cidade de São Romão e que, até fins do século XIX, incorporava o território onde hoje é a cidade de São Francisco.

São Francisco adquiriu a prerrogativa de cidade em 5 de novembro de 1877 através da lei nº 2.416⁵⁹. Entre os séculos XVII e XIX, já tendo várias denominações⁶⁰ e tomando novas configurações no campo político, ao que parece, em relação ao aspecto econômico, São Francisco, assim como tantas outras pelo interior do país, continuou apresentando elementos da vida rural nas raízes de sua formação socioeconômica.

Atualmente o município tem uma população majoritariamente urbana, com 34.235 pessoas, contra 19.663 moradores da área rural, 53.828 no total, segundo dados do censo de 2010, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sua extensão territorial, que passava dos 8.000 km² até a década de 1990, após o processo de emancipação político-administrativa de muitos municípios por todo o Brasil ocorrido nessa década, passou a ser de apenas 3308 km², quando quatro dos seus antigos povoados (Chapada Gaúcha, Icaraí de Minas, Pintópolis e Urucuia) se emanciparam como municípios independentes⁶¹. Francisco Diniz Martins descreveu em 1973 a situação demográfica local, mostrando que o município era, naquele ano, “o quarto em extensão no estado de Minas Gerais com 8141 km² e população com mais de 60.000 habitantes e cerca de 90% deste povo vive na zona rural”⁶². Mas, como já apontado, tal realidade foi se transformando paulatinamente.

⁵⁸ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Vassalos Rebeldes: Violência Coletiva nas Minas na Primeira Metade do Século XVIII**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1998.

⁵⁹LEI N. 2.416 de 5 de novembro de 1877. Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras_docs/photo.php?lid=71289>; acesso 23 jul 2014.

⁶⁰Pedras de Cima, Pedras dos Angicos, São José dos Angicos, Cidade Evangelina, São Francisco das Pedras e, por fim, em 5 de novembro de 1877. As diversas denominações que São Francisco já teve se deram por causa das suas características físicas. Pedras de Cima se referia ao cais natural de pedra que impedia que as inundações do rio São Francisco atingissem a cidade. Utilizava-se a expressão “de Cima” para diferenciar das Pedras de Baixo, como era conhecida a atual cidade de Maria da Cruz, próxima cidade, e descendo o rio. Pedras “dos Angicos” passou a ser utilizado devido à diversidade dessa árvore às margens do povoado, posteriormente mudada para São José dos Angicos, em homenagem ao padroeiro da Igreja construída às margens do rio. São José foi sendo cultuado e se tornou padroeiro da cidade de São Francisco. E “São Francisco” se deu como uma homenagem ao rio que o banha e que tem o mesmo nome.

⁶¹Os municípios de Chapada Gaúcha e Pintópolis emanciparam-se em 1995, ambos pela lei estadual nº 12030, de 21-12-1995. Já Icaraí de Minas e Urucuia foram emancipados de São Francisco em 1992, pela Lei estadual nº 10704, de 27-04-1992.

⁶²MARTINS, Francisco Diniz. São Francisco – Cidade Progresso. **SF – O Jornal de São Francisco**. São Francisco-MG. n.565, 25 de novembro de 1973, p.4 e 6.

Com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os mais baixos de Minas Gerais⁶³(0, 689), São Francisco localiza-se a 580 km da capital mineira, Belo Horizonte, a 420 km da capital federal, Brasília-DF, e está situado a 158 km de Montes Claros, a qual se caracteriza como principal polo demográfico, industrial, comercial e de serviços da região.

Com o crescimento da cidade, o perímetro urbano de São Francisco, antes com poucas ruas centrais, começou a se modificar de forma cada vez mais acelerada, aumentando o número de bairros e recebendo pessoas de todas as partes do município. Como resultado até os dias atuais o campo está presente na cidade, não apenas na quantidade de pessoas originárias do interior do município, mas também porque trouxeram para o meio urbano hábitos sociais, práticas econômicas, modos de vida, enfim, sua cultura.

Assim, percebem-se referências culturais originárias no campo na produção de hortaliças no quintal das casas, na criação de porcos e galinhas, na utilização de carroças e cavalos como meio de transporte ou de trabalho em pleno centro da cidade, ou ainda nos festejos religiosos, numa complementaridade não problematizada por essas pessoas, mas que, a todo o momento, é objeto de regularização por parte da Prefeitura e da Câmara Municipal de São Francisco, através de Códigos de posturas⁶⁴ e tantas outras formas⁶⁵ que insistem em dividir o que muitos moradores não veem como inseparáveis, o seu jeito de viver.

⁶³O município de São Francisco encontra-se circunscrito simultaneamente na região Norte do estado, no vale do Médio São Francisco e na microrregião de Januária (Além de Januária, o Norte de Minas possui mais cinco microrregiões, sendo elas Salinas, Pirapora, Montes Claros, Grão Mogol e Bocaiúva).

⁶⁴Código de Posturas é um documento que normatiza o espaço público, regulamentando diversos aspectos da vida social na urbe, tais como o comportamento individual dos cidadãos, a higiene das vias públicas e das habitações, da alimentação e dos estabelecimentos públicos, os costumes, a segurança e a ordem pública, a moralidade e o sossego público, divertimentos, dentre outros existentes na vida coletiva de uma cidade, cabendo punição por meio do pagamento de multas pecuniárias aos infratores de tais regulamentações, caso sejam julgados e considerados culpados. Em 1983, no mandato do prefeito Severino Gonçalves da Silva, foi instituído por meio da Lei n.918, de 03 de outubro de 1983, o Código de Posturas da cidade de São Francisco. Mesmo considerando que essa não é a primeira tentativa de regulamentar uma forma de organização social no perímetro urbano por parte do poder público, esse Código de Posturas é significativo pelo momento em que foi implantado, ou seja, num período em que todas as cidades ribeirinhas estavam vivenciando os reflexos da enchente do rio São Francisco ocorrida na virada da década, principalmente no que diz respeito ao crescimento demográfico urbano.

⁶⁵Também em 1983, foi instituído através da Lei 933/83 o Código de Obras e Especificações de São Francisco, Minas Gerais, que regulamentava as construções públicas e privadas neste município. No site da Câmara Municipal de São Francisco está o arquivo desta lei, sugestivamente ainda escrito à mão. Entre moradores da cidade, especificamente os mais antigos, foi possível ouvir histórias que davam conta de casos em que um ex-prefeito, vendo que os moradores não atendiam ao seu pedido de não criarem porcos no perímetro urbano, ele mesmo desferia disparos com arma de fogo contra o animal. Nesses dois casos, assim no que se refere ao Código de Posturas de 1983, é possível perceber um conflito entre o que é habitual e o que se procura impor como lei.

Rejane Meireles Amaral Rodrigues⁶⁶, analisando um conjunto de jornais da cidade de Montes Claros, faz uma reflexão sobre a intensidade com que se deram os embates entre o que se entende como modos de vida no campo e modos de vida na cidade na primeira metade do século XX no Norte de Minas, situação que, segundo ela, em muitos aspectos, continua até os tempos atuais. Mostrando que de forma recorrente a imprensa montes-clarense denunciava hábitos e práticas que não eram condizentes ao que se entendia como costumes de uma cidade, a autora me fez compreender que esses embates não são específicos de Montes Claros, existindo, sob outras formas, em diferentes regiões do país.

Em São Francisco nossas fontes (jornais, fonte oral e documentos oficiais da Prefeitura) nos dão conta de que até a década de 1960 o reduzido perímetro urbano era limitado por cercas e cancelas de madeira que tinham a função não somente de delimitar as fronteiras das propriedades rurais, mas principalmente dificultar o acesso de bois e vacas à urbe para que não danificassem os canteiros e jardins públicos ou ameaçassem a segurança dos transeuntes⁶⁷. Observo que também em São Francisco já existiam conflitos em torno da construção de uma cidade progressista e desenvolvida.

Dessa forma, se por um lado a imprensa são-franciscana, entre os anos de 1960 e 1980, insistia em tratar São Francisco como “cidade encanto”⁶⁸, “cidade progresso”⁶⁹, “cidade crepúsculo”⁷⁰, ou denunciava situações recorrentes que em nada lembravam uma cidade moderna (falta de água encanada em muitos bairros, falhas no fornecimento de energia elétrica com *black-outs* constantes, infestação de barbeiros, estradas e pontes em péssimas condições, etc.), por outro, o jeito de viver das pessoas apontava outra direção, expressando, nessas e noutras condições, uma vida simples e que se aproximava em muitos aspectos à vida no campo.

Em meio a esses embates, na segunda metade do século XX, em razão de diversos fatores, como as intervenções governamentais na região com obras estruturais (barragens, hidrelétricas, indústrias etc.), instituição de leis que impactaram as relações de produção no campo (Estatuto da Terra, abordado no próximo tópico) e os reflexos da enchente ocorrida em 1979-1980 e, ainda, a crescente incorporação da cidade e região à dinâmica capitalista nacional, São Francisco viu suas características socioeconômicas ganharem novas feições. Nesse processo, o suposto universo bucólico vivenciado até poucas décadas atrás tem sido

⁶⁶ RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. **Memórias em disputa**: transformando modos de vida no sertão e na cidade. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

⁶⁷Cf. SF-O JORNAL DE SÃO FRANCISCO. Primeiro ano da gestão do prefeito. n.3, ano I, 27 mar 1960, p. 1.

⁶⁸Idem., 17 abr. 1966, p.1.

⁶⁹Idem., 25 nov. 1973, p.4.

⁷⁰Cf. SF-O JORNAL DE SÃO FRANCISCO. 01 mar. 1970, p.1

gradativamente implodido em nome de novas relações de produção, novos interesses políticos e econômicos, numa dinâmica em que dualismos do tipo cidade-campo, economia local-economia global, poder local-poder central, dentre outros, perdem sua razão de ser.

Com o crescimento urbano e aumento da população, São Francisco, em meio à diminuição do processo produtivo no campo, foi estabelecendo no setor terciário a principal base de sua economia. Com um setor industrial reduzido a poucos estabelecimentos nas áreas de beneficiamento de leite, produção de tijolos, telhas e pré-moldados, dentre outros microempreendimentos, e com uma agricultura quase de subsistência, a cidade, hoje, tem no setor de serviços – principalmente comércio e bancos – sua principal forma de movimentação financeira.

O município já viveu tempos de maior produtividade nos setores da agricultura e pecuária. Em 1980, foi considerado pela imprensa local como o primeiro produtor de mamona entre todos os municípios de Minas Gerais, título que levou os cronistas do *SF-O Jornal de São Francisco* a considerá-la como “preciosa oleaginosa”⁷¹. Na década de 1960, quando o Norte de Minas foi incluído na área de atuação e de investimentos da SUDENE, a produção da região foi apontada pelo governo do Estado de Minas Gerais como um setor no qual se poderia ter mais pesquisas e orientação técnica dada sua viabilidade quanto ao mercado⁷². O algodão⁷³, também já foi considerado, até a década de 1980, uma das principais fontes de riqueza entre os produtores rurais da região, sendo seu destino a indústria têxtil de cidades como Belo Horizonte, Montes Claros e Pirapora. Além de milho e feijão, outros produtos também foram cultivados em escalas consideráveis, mas não a ponto de superar sua característica de produção de subsistência. No entanto, a produção agrícola, outrora significativa, mesmo tendo à disposição as águas do São Francisco para o desenvolvimento de projetos de irrigação, atualmente se mostra irrelevante, obrigando grande parte dos comerciantes varejistas comprar produtos no Centro de Abastecimento de Minas Gerais S.A (CEASAMINAS), em Belo Horizonte⁷⁴.

⁷¹Cf. SF-O JORNAL DE SÃO FRANCISCO. Mamona preciosa oleaginosa. Nº 972, 07 dez. 1980, p.1.

⁷²MINAS GERAIS. Governo do Estado de Minas Gerais. Conselho Estadual do Desenvolvimento, SUDEMINAS. **A zona mineira do polígono das secas e o nordeste brasileiro**. Contribuição do governo estadual à elaboração do IV Plano Diretor do Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste. Belo Horizonte, 1967, p. 54.

⁷³Em tempos mais remotos, especificamente na primeira metade do século XX, já houve na cidade uma fábrica de beneficiamento de algodão de propriedade do senhor Sancho Ribas, dada a grande produtividade que havia nas margens do rio São Francisco.

⁷⁴Informação obtida com os proprietários dos três maiores comércios varejistas de São Francisco. Somente em relação a alguns produtos, como hortaliças e produtos da região são comprados, a compra dos produtos é feita em São Francisco.

O clima semiárido que domina a região faz dos grandes períodos de estiagem, dentre outros motivos, um dos principais responsáveis por esse quadro de baixa produtividade agrícola no município. Conforme a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER–MG), regional de São Francisco, somente no ano de 2013, entre os meses de janeiro e junho, a precipitação de chuvas não chegou a 500 mm, índice inferior aos anos anteriores⁷⁵. Como resultado, as culturas plantadas no município ficaram com números extremamente baixos⁷⁶. Nesse quadro, as principais lavouras plantadas no município na safra 2012/2013 obtiveram perdas na ordem de: milho 90%, feijão 100%, arroz de várzea 90%, mandioca 50%, cana-de-açúcar 30%, sorgo-granífero 90%, sorgo-forrageiro 30% e mamona 60%; revelando um perfil de vulnerabilidade da produção agrícola no município, visto que a falta de chuvas age na vida dessas pessoas como elemento de pressão nas vivências e sobrevivências.

A pecuária também é outro setor que tem suas especificidades no quadro econômico de São Francisco. Na década de 1970, o município já era considerado predominantemente pecuário, possuindo, segundo dados do censo agrícola de 1970, 116.393 cabeças de gado. Era, portanto, no Norte de Minas, o terceiro município nesse setor, perdendo apenas para Janaúba (121.416) e Montes Claros (124.076)⁷⁷.

Nas últimas décadas, segundo técnicos da EMATER de São Francisco, com a diminuição do volume anual de chuvas, os resultados têm sido geralmente os mesmos: morte de animais, comercialização do gado para outros lugares do país, queda na produção de leite e ainda a desvalorização do produto que é vendido para a única empresa de beneficiamento do município por um preço que varia entre R\$0,50 e R\$1,20. No entanto, verificou-se que de 2007 para 2013⁷⁸ houve um aumento considerável na produção leiteira da região, de 2.886.270

⁷⁵De acordo com relatórios da Emater sobre o Índice Pluviométrico anual em São Francisco entre os anos de 1984 e 1998, o município nunca recebeu menos do que 500 mm de chuva: 1984 – 800,7 mm, 1985 – 1387,3 mm; 1986 – 713,3 mm; 1987 – 935,2 mm; 1988 – 815,9 mm; 1989 – 1390,3 mm; 1990 – 571,2 mm; 1991 – 1059,2 mm; 1992 – 1412,1 mm; 1993 – 570 mm; 1994 – mm; 1995 – 874,7 mm; 1996 – 768 mm; 1997 – 1030,8 mm; 1998 – 838,7 mm.

⁷⁶ Segundo o Relatório Agroclimatológico da EMATER, neste ano de 2013, o Arroz de Várzea, com 100 hectares plantados, o Feijão 1.^a Safra (600 ha plantados), Feijão 2.^a Safra (200 ha), Feijão 3.^a Safra (50 ha), o milho com 1800 ha de área plantada e o sorgo granífero (100 ha), todas essas culturas tiveram 0% de produção. A produção agrícola do município, assim, se restringiu a mandioca (300 ha de área plantada), com 3000 toneladas produzidas; a cana-de-açúcar (500 ha), com 15000 toneladas colhidas, o sorgo forrageiro (450 ha) com 6750 toneladas produzidas; a mamona (400 ha) com 192 toneladas e, por fim, o amendoim (30 ha), com 4000 toneladas produzidas.

⁷⁷MINAS GERAIS. Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral. **Área Mineira da SUDENE: 1º Encontro de Planejamento Regional (Pré-diagnóstico)**. Fundação João Pinheiro. Agosto 1975.

⁷⁸Segundo técnicos do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA (2014), o motivo para esse aumento na produção coletada pelo laticínio está no aumento dos proprietários rurais que, deixando de produzir o carvão vegetal como fonte de renda, em razão da fiscalização realizada por entidades ambientais, migraram para a atividade leiteira, aumentando, assim, o número de produtores que contribuem para o montante da produção

litros para 16.952.507, dados coletados na empresa de laticínios⁷⁹. Esse aumento na produção, conforme o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), regional de São Francisco (2014), se deve ao fato de que a maioria dos proprietários rurais deixou de produzir carvão vegetal, produção esta que desde meados do século XX representou fonte de renda para os produtores, que em razão da intensa fiscalização das entidades ambientais migraram para a atividade leiteira. Além disso, houve também uma melhoria no manejo do gado, com a introdução de ração e diminuição de doenças, etc.

Em face das tensões econômicas vivenciadas no interior do município, a partir da década de 1990, surge, como forma de sobrevivência, uma gama de associações e cooperativas nas mais diferentes comunidades rurais e também na área urbana, essas foram utilizadas como um caminho de enfrentamento das dificuldades na produção. Segundo dados do Conselho Municipal de Entidades e Associações Comunitárias (COMENAC), no ano de 2010 em São Francisco, em toda sua extensão havia 141 associações e cooperativas⁸⁰. A partir da união de forças, enfrentando os problemas comuns, diversos setores da sociedade (produtores rurais, vazanteiros, associações de bairro, hortigranjeiros, artesãos, etc.) têm conseguido comprar máquinas agrícolas para suas comunidades, desenvolvido cursos e oficinas profissionalizantes, adquirido facilidades nos financiamentos junto às agências bancárias com juros menores e sistematizado junto aos órgãos governamentais formas de assistência técnica aos pequenos produtores do campo e da cidade, dentre outros benefícios.

No perímetro urbano, também o setor de serviços, principalmente o comércio, sofre tensões econômicas, contudo, este tem a seu favor três fatores que garantem seu aquecimento: os salários do funcionalismo público (municipal e estadual, predominantemente), a renda dos aposentados e pensionistas, e os benefícios oriundos de Programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, do Governo Federal⁸¹. Neste

anual dos municípios envolvidos. Além disso, de acordo com esses técnicos, houve também uma melhoria no manejo do gado, com uma significativa qualificação no que diz respeito à inserção de ração no trato do animal, contenção de doenças, etc.

⁷⁹Dados coletados junto à Empresa Laticínio Saboroso, com sede em São Francisco-MG, em junho de 2014, referente à produção coletada junto aos produtores rurais dos municípios de São Francisco, Icaraí de Minas, Pintópolis e Ubáí.

⁸⁰SÃO FRANCISCO. Conselho Municipal de Entidades e Associações Comunitárias - COMENAC. **Relação de comunidades do município de São Francisco**. Fotocópia. 2010.

⁸¹ Para ter uma ideia do peso da economia movimentada por tais setores na vida social desse município, pesquisei o montante financeiro movimentado por cada um deles, obtendo os seguintes números: Aposentados e pensionistas do município: 213 pessoas, movimentando 220.000,00 em julho de 2014 (fonte: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São Francisco – IPREMSAF); Aposentados e pensionistas do INSS: 19210, movimentando um total de 12.741.986,00 em junho de 2014 (fonte: Regional do INSS de São Francisco-MG); Servidores públicos municipais: 1921 em junho de 2014, movimentando 3.691.903,87 (fonte: Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São Francisco); Servidores públicos estaduais: 1416 pessoas, movimentando 2.899.308,22 em junho de 2014 (fonte: Superintendência Central de

último enquadra-se também a renda obtida pelos pescadores artesanais, o Seguro Defeso (também chamado Seguro Desemprego⁸² ou bolsa-pesca)⁸³, salário mínimo a que tem direito esses trabalhadores durante quatro meses do ano, novembro a fevereiro, quando é proibido a pesca, uma regulamentação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) em defesa dos peixes em seu período de reprodução.

Almeida, natural de São Francisco, aborda em seu estudo sobre essa dependência econômico-financeira que também abrange o interior do município, seja no que se refere aos empregos públicos ou mesmo quanto aos programas governamentais. Segundo ele,

[...] grande parte dos empregos formais, inclusive os mais atrativos, é ofertada pelo poder público (prefeitura e órgãos públicos em geral). (...) O dado emblemático desse município refere-se à ampla presença de políticas públicas com caráter de assistência social, como o Programa Bolsa Família.⁸⁴

As pesquisas empreendidas pelo autor o levaram a perceber que ter acesso aos programas governamentais contribui para permanência do homem no campo, visto que tais programas têm garantido a sobrevivência dessas famílias. Assim, conforme Almeida,

Entre as famílias pobres, quanto maior o braço do estado no interior de seus lares, mais significativa foi essa melhora das suas condições de vida, ou seja, entre as famílias com rendimento oriundo do Programa Bolsa Família combinado com aposentadoria rural, houve melhora significativa nas condições de vida em comparação àquelas que recebem apenas o benefício do Programa Bolsa Família. De forma mais ampla, esses benefícios sociais ao expandir o poder de compra de bens duráveis para as famílias mais pobres, expandiu também o comércio tanto em Santana quanto na sede urbana do município de São Francisco⁸⁵.

Nesse sentido, tanto os dados coletados por Almeida quanto os que eu apresento apontam a configuração da economia de São Francisco como dependente dos recursos

Administração de Pessoal – SCAP); Famílias inscritas no Cadastro Único do Ministério de Desenvolvimento Social: 12504 (fonte: Secretaria de Assistência Social de São Francisco-MG) e Famílias contempladas com o Programa Bolsa Família: 7576, movimentando 1.285.444,00 em junho de 2014 (fonte: Secretaria de Assistência Social de São Francisco-MG.). Além desses, segundo o Portal da Transparência do Governo Federal, foram pagos aos pescadores artesanais de São Francisco entre os anos de 2007 e jun/2014 um total de R\$ 11.394.715,08. Não consegui os dados referentes aos aposentados e pensionistas do Estado de Minas Gerais, lotados em São Francisco.

⁸²Por essa caracterização, sua liberação é regulamentada pelo Ministério de Emprego e Trabalho – MTE.

⁸³De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o Seguro Defeso é uma assistência financeira temporária concedida ao pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal. O benefício serve para os pescadores que trabalham individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, e que esteja com suas atividades paralisadas no período do defeso, geralmente entre os meses de novembro e fevereiro, na região do Médio São Francisco. O valor da parcela é de um salário mínimo. Cf. Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em <http://portal.mte.gov.br/seg_desemp/seguir-desemprego-pescador-artesanal.htm>; acesso 23 ago 2014.

⁸⁴ALMEIDA, Elicardo Heber Batista. **Povos de Santana: condições de vida e mobilidade espacial no Norte do estado de Minas Gerais**. Dissertação (mestrado)– Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2010, p. 23-26.

⁸⁵Ibidem, 2010, p.118.

públicos (aposentadoria, empregos e programas governamentais) mais do que uma capacidade de produção dos setores primário e secundário. Assim, como se vê, não fosse a movimentação financeira no mercado através dessas fontes de renda o próprio comércio também não teria fôlego para desenvolver suas atividades.

No que se refere aos empregos formais, a situação também se mostra problemática. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), São Francisco contava, em 1º de janeiro de 2012, com apenas 1835 empregos formais no setor privado, sugerindo uma lacuna expressiva quanto à questão em todo o município. Essa carência aparece nos relatos dos pescadores que reclamam a falta de emprego. A pescadora Dona América, por exemplo, aponta que em 1974, ano em que chegou à cidade, as oportunidades de trabalho já eram poucas. Ela compara o tempo atual com o tempo de sua chegada, com a conclusão de que nada mudou.

O trabalho era muito precário, como tá até hoje. São Francisco é uma cidade que está grande, mas que não tem uma estrutura, não tem uma fábrica. Você vê, a única que tá tendo aqui melhor é esse café, que chegou agora a pouco tempo, e essas fabriquetas de tijolo furado que chegou aí, tem aquela do outro lado. Você não vê. Uma cidade tão velha como São Francisco, São Francisco não tem nada de se aproveitar⁸⁶.

A experiência de cidade que Dona América tem, ao que parece, está fundamentada em suas vivências construídas no bairro em que mora, o Sagrada Família, apontando, num tom depreciativo à sua condição, frustração por não encontrar na cidade mais indústrias e postos de trabalho. Para Dona América a importância dada à indústria, à fábrica, enfim, à produção de bens (de consumo ou não), como sinônimos de empregabilidade e melhoria da qualidade de vida, se sustenta na situação vivenciada em sua casa, tendo três filhas desempregadas. Durante a entrevista, por várias vezes ela comparou a sua vida com a de outras mulheres que têm filhos trabalhando em grandes cidades, como Belo Horizonte, verificamos, pois, que esse talvez seja o critério valorativo de que ter mais indústrias na cidade seria a garantia de uma vida melhor para sua família.

Os dados do CAGED se aproximam dos levantados pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (SEBRAE) que, tendo uma filosofia de capacitar e promover o desenvolvimento aos pequenos negócios de todo o país⁸⁷, em 2014, publicou resultados de um estudo sobre as identidades econômicas, sociais e demográficas do

⁸⁶ Entrevista realizada com América Geralda da Silva, pescadora, 49 anos, no dia 03 de janeiro de 2013, em sua residência no bairro Sagrada Família em São Francisco-MG.

⁸⁷SEBRAE. **Conheça o Sebrae. Quem somos.** Disponível em<
http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quemsomos>; acesso 16 ago. 2014.

município de São Francisco. Segundo o SEBRAE, o mercado de trabalho desse município, considerando apenas os trabalhadores que possuem carteira de trabalho, era preenchido por apenas 1453 trabalhadores, no ano de 2012, no setor privado; sendo que 90% deles atuavam em micro ou pequenas empresas, e os outros 10%, em médias e grandes empresas.⁸⁸

Do ponto de vista da macroeconomia, pelo número reduzido de indústrias e empresas em geral, minimizando, assim, a arrecadação de impostos que poderiam alavancar os investimentos da administração pública em políticas públicas, o que se nota, assim como ocorre no setor comercial, anteriormente abordado, é uma histórica dependência do poder público municipal em relação aos recursos⁸⁹ oriundos dos governos estadual e federal, ou ainda a criação de estratégias com o objetivo de atrair investimentos do setor privado para o

⁸⁸No que se refere ao porte das empresas existentes no município, inclusive estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços, São Francisco tinha no ano de 2012 apenas duas empresas de médio e grande porte, 852 micro ou pequenas empresas e um total de 510 empreendedores individuais. Esta última modalidade, desde o ano de 2008, tem sido uma alternativa para muitos trabalhadores que atuavam de modo informal e que agora, com a formalização de suas atividades, têm direitos a benefícios antes desconhecidos por eles, como direito à aposentadoria por idade ou por invalidez, auxílio-doença, dentre outros. Parece não ser muito, entre 2013 e 2014 (ver quando começou a cadastrar), a Junta Comercial de São Francisco já tinha cadastrado 234 empreendedores individuais nas mais diversas atividades. Dentre as atividades formalizadas estão: confeitaria, quitandaria, cabeleireiro (a atividade de maior número de cadastrados: 49), costureira, serralheiro, manicure, vendedor de roupas, artesã, vendedor de cachorro quente, vendedor de produto de limpeza, churrasqueiro ambulante, mecânico, pedreiro, pintor, tapeceiro, estamparia, plantador de milho, esteticista, pipoqueiro, abatedor de aves, eletricitista, churrasqueira, chocolateiro, manutenção de refrigeração, vendedor de artigos de ótica, locadora, autopeças, padaria, farinheiro de mandioca, lanchonete, promotor de eventos, proprietário de lanhouse, sorveteiro, caminhoneiro, motorista, joalheiro, açougueiro, barraqueiro, biscoiteiro, cantor, chaveiro e comerciantes em geral. O empreendedorismo individual é uma modalidade de trabalho regularizada pela Lei Complementar 128/2008 que veio atender a uma demanda de pessoas que trabalhavam por conta própria ou que tinha apenas um pequeno negócio. Atividades como comércio, culinária, serviços de estética, manutenção e reparação em geral, dentre outros, que tem um faturamento até de 60 mil por ano e que é desenvolvida apenas por uma pessoa ou com no máximo um funcionário de até um salário mínimo, começaram a ser cadastradas dentro dessa nova modalidade. De acordo com um Guia da Previdência Social sobre esse tipo de trabalho, os benefícios da formalização são: obtenção de um número de CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, acesso facilitado a produtos e serviços bancários, apoio técnico do SEBRAE, cobertura da previdência social, emissão de nota fiscal para venda para outras empresas ou para o governo, etc. Para o empreendedor é possível obter aposentadoria por idade, por invalidez, auxílio doença, salário maternidade e, para a família, pensão por morte e auxílio reclusão. Cf. BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Guia do Empreendedor Individual: tudo o que você precisa saber para formalizar o seu negócio**. nov, 2010.

⁸⁹ A falta de recursos do poder público municipal é percebida também na quantidade de convênios firmados pelo município com outras esferas de poder ou com empresas privadas, angariando daí recursos para investimentos no município em diversas áreas. Para realização de obras de infraestrutura (asfalto, postos de saúde, compra de automóveis, máquinas, etc.) dentre outros, em geral, a origem dos recursos se dá por este meio. Segundo o Portal da Transparência da Controladoria Geral da União, no período entre 01/01/1996 e 29/09/2014, o município de São Francisco recebeu somente dos cofres federais um total de R\$ 25.522.471,08 por meio de convênios. Segundo o Governo Federal, convênio é um acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

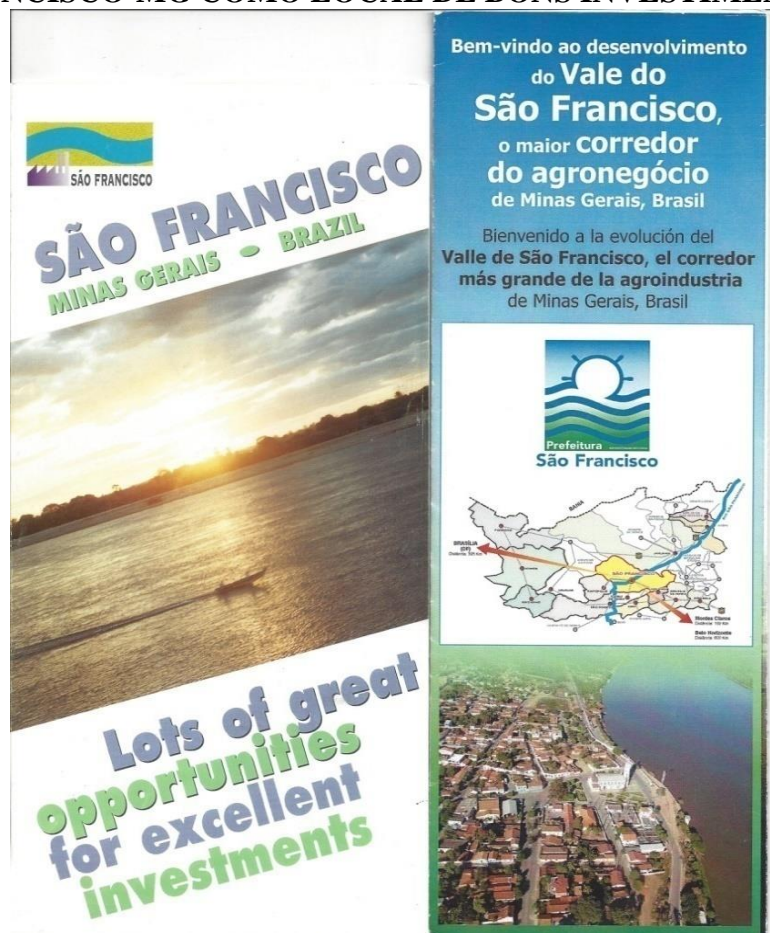
Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/convenios/convenioslista.asp?uf=mg&estado=minas%20gerais&codmunicipio=5221&municipio=sao+francisco&codorgao=&orgao=&tipoconsulta=0&periodo=&Pagina=2>>; acesso 30 set. 2014.

município. Em dois momentos políticos distintos (1997-2000 e 2012-2016⁹⁰), o município criou amplo material de divulgação nas línguas inglesa e espanhola para este fim. “São Francisco, Minas Gerais, *Brazil: Lotsofgreatopportunities for excelente investments*” e “*Bienvinido a La evolucióndel Valle de São Francisco, el corredor más grande de La agro industria de Minas Gerais, Brasil*”⁹¹ eram os slogans de uma propaganda do município como um lugar promissor para se investir, uma propaganda, aliás, paradoxal se levarmos em consideração a realidade econômica e produtiva do município.

⁹⁰Em 2010 o prefeito José Antônio Rocha Lima foi afastado do cargo, continuando o mandato o vice-prefeito Luiz Rocha Neto, que se reelegeu em 2012 para o mandato de quatro anos.

⁹¹Tradução: “São Francisco, Minas Gerais, Brasil: lugar de grandes oportunidades para excelentes investimentos” e “Bem-vindo ao desenvolvimento do Vale do São Francisco, o maior corredor do agronegócio de Minas Gerais, Brasil”. No primeiro folder, no qual vem estampada a imagem do rio São Francisco e um símbolo alusivo ao rio e uma indústria na capa, traz como conteúdo além de uma descrição da localização e da infraestrutura do município e das distâncias entre ele e cidades como Brasília, Goiânia, Belo Horizonte, dentre outras, expõe as potencialidades do município no que diz respeito à agricultura, irrigação, produção leiteira, agroindústria e turismo, tratando-as como áreas promissoras, além de apontar que no município existem incentivos fiscais e financeiros para as empresas que ali investirem. O segundo folder, produzido em razão de uma reunião do prefeito na Espanha no ano de 2012, traz na capa, além do logotipo da prefeitura municipal, figura indicativa do mapa da cidade, referenciando sua distância em relação a Brasília-DF, a Montes Claros e a Belo Horizonte, além de indicar o rio cortando o território do município. No seu interior, uma descrição em espanhol e em português das características gerais do lugar (área, clima, população, IDH, dentre outros), mas apontando principalmente áreas de possíveis investimentos, tais como o agronegócio, a bioenergia (pela produção de mamona, macaúba e girassol), a produção mineral (gás mineral que está sendo pesquisado na região) e ainda o turismo e artesanato.

FIGURA 02 – CAPA DE FOLDERES ANUNCIANDO O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO-MG COMO LOCAL DE BONS INVESTIMENTOS.



Fonte: Prefeitura Municipal de São Francisco, Governos de 1997-2000 e 2012-2016.

Portanto, a tentativa do poder público em abrir as portas do município para a exploração capitalista dos seus recursos e potencialidades e, nesse processo, extrair benefícios financeiros e estruturais para o município, ao que parece, não é algo isolado. Em todo o país, diante da carência de postos de trabalho, em muitos estados e municípios, centenas de empresas e prefeitos e/ou governadores firmaram contratos que fossem vantajosos para ambas as partes.

Nesse aspecto, a SUDENE, já na década de 1960, sob a justificativa da necessidade de minimizar as disparidades econômicas entre a região Nordeste do país e o Centro-sul, se preocupou em trazer empresas para a região, incorporando o Norte de Minas em sua pauta de investimentos e objetivando, desse modo, o desenvolvimento econômico nacional⁹². Nesse processo, institucionalizou-se o que ficou conhecido como Área Mineira da

⁹²BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. 2ª Ed. Recife: SUDENE, 1967, p.9.

Sudene (ou Região Mineira do Polígono das Secas), essa articulação entre as demandas locais da região e os cofres públicos federais se intensificou, resultando numa otimização do setor produtivo em diversos municípios. Assim, num processo denominado por Laurindo Mékie Pereira⁹³ como “nordestinização jurídica do Norte de Minas”, deflagrado pelas elites regionais, diversos investimentos foram feitos na região.

Os reflexos desses investimentos chegaram a São Francisco somente na década de 1970, mais especificamente em 1977, por ocasião das comemorações do centenário da emancipação político-administrativa da cidade. Na época, foi instalado no município todo um aparato das Indústrias Alimentícias Itacolomy (ITASA), pertencente ao Grupo Nestlé, um projeto financiado pela SUDENE, através do Banco do Nordeste do Brasil (BNB)⁹⁴, com o objetivo de alavancar a pecuária da região. Naquela ocasião o chefe do poder executivo municipal, através do projeto de Lei 618/77, autorizou a doação de um terreno para a instalação da empresa. No entanto, no ano de 2000, a ITASA, por estratégia da Nestlé passa a focar em Montes Claros toda a captação do leite produzido na região, decretando falência e encerrando suas atividades em São Francisco. Em função disso, dezenas de trabalhadores foram demitidos e tiveram que buscar outras alternativas de sobrevivência. Em 2003, nesse setor pecuário, foi criada outra empresa de beneficiamento de leite, o Laticínio Saboroso, fabricando produtos como iogurtes, muçarela e outros derivados do leite, de propriedade de um empresário local, mas também com financiamento do Banco do Nordeste do Brasil.

Essa tentativa de angariar recursos para o município através de contrato com empresas de grande porte, se por um lado objetiva trazer investimentos para o município, por outro parece esconder uma face bastante clara da lógica capitalista, que é a exploração dos recursos disponíveis na região, extraíndo o máximo de lucro. Tal postura aponta um empobrecimento das potencialidades aí existentes. Como tem ocorrido com a produção do carvão vegetal utilizado pelas siderúrgicas do centro-sul do Brasil e que, segundo o IEF, não apresenta a mesma disponibilidade de quarenta anos atrás; foi assim com a exploração do peixe do rio São Francisco por estabelecimentos comerciais de cidades como Belo Horizonte, São Paulo e Montes Claros, peixe em fartura até a década de 1980 e hoje escasso até no

⁹³PEREIRA, Laurindo Mékie. **Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro.** (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

⁹⁴A imprensa local noticiou que foi assinado entre o BNB e a Prefeitura Municipal de São Francisco um contrato na ordem de 32 milhões de cruzeiros, como parte do investimento total previsto, financiado pela SUDENE, aprovado no valor de 83 milhões de cruzeiros para a implantação de uma fábrica de leite em pó e manteiga em Montes Claros e cinco postos de resfriamento de leite na região. Cf. SF-O JORNAL DE SÃO FRANCISCO. Itasa pronta para início. N.793, ano XVI, 17 out.1976, p.1.

mercado local; e, nos últimos anos, também com o gás natural⁹⁵, presente no subsolo de vários municípios da região, incluindo São Francisco, parece ser um dos próximos alvos da exploração capitalista nesse espaço.

Há algum tempo o poder público, por meio de convênio com o capital privado, tem objetivado aumentar a receita do município com a exploração de recursos naturais. Em 1969 o executivo municipal propôs à Câmara de vereadores de São Francisco um projeto de lei que autorizava a criação de uma taxa sobre a exploração dos mais diferentes produtos (madeiras de lei, mamona, dentre outros). Para tanto, a administração pública já sentindo o peso da falta de recursos financeiros, se justificava:

De longos anos vem saindo todos os produtos de nosso município, sem deixar nenhuma renda, pondo a nossa receita (do município), bem baixa e, mesmo, no caso de estatística, não temos dado de nossa produção. Os chamados caminhãozeiros(sic), trafegam pelas estradas de rodagem municipais, exigem e criticam as estradas e em muitos casos, maioria deles, nenhuma renda ou taxa deixa para o município⁹⁶.

Se, por um lado, a falta de recursos é sentida pela administração, que, supostamente, age de diversas formas para saná-la, por outro, a pressão econômica vivenciada pela maior parte da população, faz com que essa parcela despossuída de meios de produção,

⁹⁵O Ministério da Integração Nacional, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, publicou a resolução Nº 106/2011 aprovando uma carta-consulta para de uma empresa brasileira do setor de gás e óleo e que faz parte do Grupo Econômico STR, anunciando o processo de exploração do gás natural em São Francisco e em diversos municípios do Norte de Minas. Eis o seu teor integral: “RESOLUÇÃO Nº 106/2011. Aprova a Carta-consulta da empresa PETRA ENERGIA S/A, que objetiva a exploração e produção de gás natural em Municípios do Norte do Estado de Minas Gerais, com o apoio financeiro do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE. O Diretor de Gestão de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V, do art. 18º, do Anexo I do Decreto nº 6.219, de 4 de outubro de 2007, torna público que a Diretoria Colegiada, em sessão realizada nesta data, **Art. 1º** Aprovar, observado o disposto nos §§ 3º e 10º do art. 28 do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, aprovado pelo Decreto Nº 6.952, de 2 de setembro de 2009, com as alterações dadas pelo Decreto Nº 7.564, de 15.09.2011, a carta-consulta da empresa PETRA ENERGIA S/A, CNPJ 07.243.291/0001-98, que objetiva a exploração e produção de gás natural nos municípios de Arinos, Bocaiúva, Brasília de Minas, Buritizeiro, Campo Azul, Capitão Enéas, Claro das Poções, Coração de Jesus, Engenheiro Navarro, Francisco Dumont, Francisco Sá, Glaucilândia, Ibiracatu, Icarai de Minas, Itacambira, Itacarambi, Jaíba, Janaúba, Januária, Japonvar, Jequitai, Juramento, Lagoa dos Patos, Lassance, Lontra, Luislândia, Mirabela, Montes Claros, Patis, Pedras de Maria da Cruz, Pirapora, Ponto Chique, Riachinho, São Francisco, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João do Pacuí, São Romão, Ubaí, Urucuia, Várzea da Palma, Varzelândia e Verdelândia, no Estado de Minas Gerais, com participação de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, de até **R\$ 297.500.000,00** (duzentos e noventa e sete milhões e quinhentos mil reais); **Art. 2º** Enquadrar o empreendimento na faixa “B” da tabela de encargos financeiros aprovada pela Resolução nº 035, de 04/11/2010, da Diretoria Colegiada da SUDENE; **Art. 3º** Comunicar que, de conformidade com o §12 do art. 28 do citado Regulamento, a Empresa terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data da cientificação oficial da aprovação desta Resolução, para apresentar o projeto definitivo; **Art. 4º** Determinar, observado o disposto no § 15 do art. 28 do Regulamento do Fundo, a publicação desta Resolução em meio eletrônico de amplo acesso, para consulta pública; **Art. 5º** Esta Resolução entra em vigor nesta data. Recife, 23 de novembro de 2011. CLÁUDIO VASCONCELOS FROTA. Diretor”

⁹⁶São Francisco. Minas Gerais. Câmara Municipal de São Francisco. **Projeto de Lei n.22/69. Assunto: Autoriza criar taxa de mercado para exportadores. São Francisco, 10 de outubro de 1969.** O parecer da Câmara de vereadores foi contrário à aprovação do projeto, dada sua inconstitucionalidade, uma vez que compete à União a decretação do imposto de exportação, sendo vedado aos municípios o direito de criar impostos compreendidos na competência tributária da União.

em muitos casos, se resigne diante dos baixos salários oferecidos pelos empregadores, mas que é um ganho certo ao final de cada mês, a ficar desempregado e sem nenhuma remuneração. Assim, não é difícil encontrar na cidade pessoas com remuneração inferior a um salário mínimo, como é o caso de empregadas domésticas ou, daqueles que trabalham em lojas e pequenos comércios, recebendo apenas o mínimo estabelecido em lei. De modo geral, o salário médio nas diversas atividades é fixado, consensualmente ou não, em seu nível mais baixo.

Por outro lado, também encontramos aqueles que não se submetem a essas condições, ou até mesmo que não são absorvidos por esse mercado de trabalho, e, em razão disso, migram para outras cidades à procura de emprego. O estudo de Valmiro Ferreira da Silva, que analisa as condições de vida no bairro Sagrada Família, o mais populoso da cidade (oito mil moradores aproximadamente), aponta o trabalho sazonal em outros lugares do país como uma saída para muitas famílias das periferias de São Francisco:

Ao longo do ano, percebem-se também particularidades nesse local. O bairro é um dos principais polos de saídas anuais de trabalhadores para diferentes regiões do país. Tão logo se inicia o mês de janeiro, os ônibus originários de grandes fazendas do estado de Goiás e região Noroeste de Minas Gerais, sumamente das cidades de Unai e Paracatu, aportam no bairro recrutando trabalhadores, cuja seleção é feita previamente, mediante contato com um representante dos empreendedores no bairro. Centenas de maridos vão para o trabalho temporário nas lavouras, o trabalho sazonal. As esposas – ou melhor, as viúvas de plantio e de colheita – ficam no bairro esperando remessas de dinheiro que os maridos enviam (muitas vezes vai o casal e também famílias inteiras com filhos maiores de idade). O período de cada temporada perdura por três ou até cinco meses ininterruptos nas fazendas do agronegócio.⁹⁷

Entre as famílias dos pescadores analisados, deparei-me com a realidade de muitos filhos distantes dos pais, trabalhando em outras cidades, como é o caso do senhor Paulo: “Tenho dois filhos longe de mim: uma filha mulher trabalhando em Belo Horizonte, fichada. E outro em Icarai de Minas, fichado também”⁹⁸.

A falta de postos de trabalho empurra um grande número de pessoas para a informalidade. Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil⁹⁹, documento produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 55,41% da

⁹⁷SILVA, Valmiro Ferreira. **Moradores do bairro, moradores da cidade: reconstruindo vivências**. Sagrada Família São Francisco-MG. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia, 2012, p. 33.

⁹⁸Entrevista realizada com o Sr. Paulo Sérgio de Almeida Bastos, pescador, 74 anos, no dia 04 de janeiro de 2013, em sua residência no bairro Quebra em São Francisco-MG.

⁹⁹PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil. 2013, Disponível em < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/sao-francisco_mg>; acesso em 02 ago.2013.

população de São Francisco atuava basicamente no setor informal, no ano de 2010, um percentual que chegou a 72,43%, no ano de 2000. Nos últimos 40 anos, o crescimento demográfico acelerado propiciou um perfil econômico e social bastante complexo para a cidade, fazendo proliferar “profissões” como pintor, moto-taxista, empregada doméstica, cabeleireiro, camelô, vendedor (a serviço de empresas atacadistas), ajudante de pedreiro, dentre outras, com menor exigência de estudos e com baixa remuneração.

Compondo esse cenário, muitas famílias que residem na zona rural, em determinadas períodos do ano, se dirigem à cidade para venderem frutos da época como pequi, umbu, etc., ou mesmo artigos diversos na feira local de pequenos produtores. Sendo comum, também, nos bairros, vendedores de peixe, alface, temperos, queijo, dentre outros produtos. São pessoas com pouca ou nenhuma qualificação e que, para se manterem, utilizam os diversos espaços de trabalho possíveis no campo e na cidade.

No conjunto dessa economia que se desenvolve tanto pela dependência de rendas provenientes do setor público, quanto pela informalidade e de pequenos negócios, um dado significativo para nossa compreensão sobre São Francisco, levantado pelo SEBRAE¹⁰⁰, é o referente à escolaridade da população adulta (25 anos ou mais). Esse dado mostra que em São Francisco 69% de pessoas são consideradas sem instrução, 11% com o fundamental completo; 14% com o ensino médio completo, e apenas 6% com o curso superior completo. Ou seja, se em tese a instrução escolar se mostra como um importante elemento para o acesso das pessoas ao mercado de trabalho formal, há que se levar em consideração que a informalidade, mesmo que associada a toda insegurança, é, neste município, é um espaço comum ocupado por grande parte da população.

Grande parte dos pescadores artesanais está incluída nesse número de pessoas sem educação formal, como Higino, Antônio, Raimundo, Januário e Manuel. Este último nos relatou ter cursado apenas a terceira série primária, pois não tinha condições naquela época. Essa vivência de não ter concluído os estudos representa atualmente dificuldade de ingressar no reduzido mercado de trabalho e ainda a necessidade de enfrentar a dureza das águas do São Francisco como meio de sobrevivência. Isso tem feito com que muitos desses pescadores incentivem seus filhos a continuarem estudando, não seguindo, portanto, a atividade do próprio pai. Conforme reitera o senhor Manuel: “Eu não vou criar eles na beira do rio, porque o trem é muito difícil demais e as leis tá ficando muito rigorosa. Então eu não quis ensinar

¹⁰⁰SEBRAE. **Identidade econômica dos municípios mineiros: São Francisco**. Região Norte. Microrregião Januária. Disponível em <<http://www.sebraemg.com.br/Atendimento/bibliotecadigital/documento/Diagnostico/Identidade-dos-Municipios-Mineiros---Sao-Francisco>>; acesso 23 jul 2014.

eles pra ser dessa profissão não. Só eu mesmo, porque não tem jeito de sair dela mesmo. Eles não. Têm que estudar, caçar outra profissão”¹⁰¹.

No município, pessoas como ele, mesmo em idade avançada, ainda precisam continuar trabalhando como meio de complementar a renda da família. Portanto, inserem-se em atividades pouco impactantes na vida econômica do município, como um todo, mas significativas para sua própria sobrevivência. Realidade que se verifica tanto na atividade pesqueira, como na de barqueiro¹⁰², de vazanteiro¹⁰³, areeiro¹⁰⁴, oleiro¹⁰⁵. Essa baixa remuneração e as dificuldades em se acumular um montante financeiro significativo são as razões de muitos trabalhadores circularem entre as mais diferentes atividades produtivas.

Atualmente, o impacto econômico da pesca na economia da cidade é insignificante, sendo notado de forma mais evidente, apenas na vida daqueles que, com persistência e paciência, conseguem capturar o produto. A fala do senhor Vanilson quando esclarece que “antes o difícil era vender o peixe e que hoje o difícil é pegar o peixe”¹⁰⁶ é sintomática para compreender sua experiência de nem sempre obter sucesso em seu trabalho diário. Em minha pesquisa junto a diferentes órgãos ligados à produção animal em São Francisco não consegui identificar dados sistematizados sobre a produção pesqueira no município, visto que, mesmo havendo uma Colônia de Pescadores na cidade, tanto a captura quanto a destinação do pescado se dá de forma bastante difusa, participando do mesmo espaço pescadores artesanais, amadores, esportistas, visitantes, etc. Assim, mesmo identificando que os pescadores artesanais vendem os peixes que capturam (quando capturam) a valores que variam de acordo com a espécie e a demanda, que vão de R\$10,00 a R\$25,00, sendo

¹⁰¹Entrevista realizada com o senhor Manuel Ribeiro Pereira, pescador, 63 anos, no dia 25 de Fevereiro de 2012, em sua residência no bairro Aparecida em São Francisco-MG.

¹⁰²Proprietários de barcos que fazem o trabalho de transportar pessoas de uma margem à outra do rio São Francisco. É uma atividade bastante útil na vida dos ribeirinhos, principalmente os que moram à margem esquerda do rio, visto que a cidade está situada à margem direita.

¹⁰³Os vazanteiros são aqueles homens que trabalham nas vazantes, áreas inundáveis localizadas nas margens e no meio do rio, onde, no período em que as águas abaixam, ou seja, no período da seca, são plantados diversos tipos de culturas, tais como a melancia, abóbora, mandioca, feijão, dentre outros. Esses trabalhadores das vazantes também são denominados na literatura como lavrador de vazante, barranqueiro, lameiro ou varzeiro.

¹⁰⁴Trabalhadores que extraem areia do leito do rio para vender para estabelecimentos comerciais ou para compradores individuais.

¹⁰⁵Fabricantes de tijolos. Até a década de 1990, esse profissional era bastante presente às margens do rio São Francisco, utilizando-se da argila, da água e de madeiras para serem utilizadas nos fornos. Com uma intensificação na fiscalização por parte da Polícia Ambiental e do IBAMA, cumprindo o disposto do decreto n.33.944, artigo 7 (de 18/11/1992), o qual exigia que em uma faixa de 500 metros da margem do rio para fora não se desmate nem se faça escavações para não provocar assoreamento do rio, esses trabalhadores foram obrigados a se afastar das margens do rio, muitos sendo contratados por empresas fabricantes de tijolos que, além de utilizarem de outras técnicas de produção (com a utilização de maquinário específico), passaram a produzir em larga escala, aumentando a concorrência neste setor.

¹⁰⁶Entrevista realizada com Vanilson de Jesus dos Santos, pescador, 64 anos, no dia 30 de julho de 2013, em sua residência no bairro Centro, em São Francisco-MG.

revendidos pelas peixarias ou pela Colônia de Pescadores por um preço maior¹⁰⁷, a frustrante experiência dos últimos tempos de chegar ao final do dia e não ter produto suficiente para a sobrevivência da família em suas diversas necessidades, tem lhes pressionado a atuar também noutras atividades.

A circulação dos pescadores em outras atividades se revela nas palavras de dona Paulina dos Santos, ao relatar em que condições conheceu o marido, senhor Januário: “Eu conheci ele pescando, pescando e fazendo tijolo. Trabalhando pra todo mundo, mas mais mesmo era pescando”. Noutro trecho da entrevista, mostra que a plantação na vazante também era uma atividade da família: “A gente ficava no meio do rio lá na “crôa”, aí eles pescavam, o meu marido com os outros, aí eu ia lá, nós ficava lá na vazante, lá na “crôa”, só eu e meus menino, e o meu marido saía pescando”¹⁰⁸. As diversas atividades desenvolvidas em São Francisco, principalmente em condições vulneráveis, sem nenhuma espécie de segurança, parece ser uma das características mais evidente a qual essas pessoas estão submetidas como forma de sobreviverem.

Assim, se a agricultura nas fazendas da região sofre com a baixa produtividade, se o setor industrial na cidade só é relevante devido à produção leiteira de pequenos produtores rurais, e se ainda a grande parcela da renda movimentada na cidade é originária do funcionalismo público, das aposentadorias e dos programas de renda mínima, quando focamos as pessoas que trabalham diretamente no rio, especificamente em relação aos pescadores artesanais, compreendemos que suas atividades múltiplas, mas integradas, são o núcleo da economia doméstica de suas famílias.

Para além das análises e estatísticas feitas pelos mais diferentes órgãos sobre o que tem significado a conjuntura econômica desse município ribeirinho, ao que parece, ela reflete diretamente no cotidiano de sua população, formando um mosaico de realidades que compõe um quadro de desigualdades sociais e econômicas construído historicamente e que muito diz como as pessoas têm se movimentado na cidade de São Francisco à procura de meios de vida.

¹⁰⁷De acordo com os pescadores entrevistados, o valor dos peixes segue uma tabela mais ou menos consensual entre eles. O surubim com cabeça é vendido a 20 reais o quilo e a peixaria/colônia revendem a 25 reais, já o sem cabeça é vendido a vinte reais o quilo e revendido pelos atravessadores por 30 reais. O Dourado é vendido a 13 reais o quilo e revendido por 17 reais, a Caranha é vendida a 13 reais o quilo e revendida a 16 reais, a Curimatá é vendida a 10 reais o quilo e revendida a 13 reais, o Pocomã é vendido a 15 reais o quilo e revendido a 18 reais, dentre outros.

¹⁰⁸Entrevista realizada com Paulina dos Santos Abreu, pescadora, 46 anos, no dia 03 de janeiro de 2013, em sua residência no bairro Sagrada Família, em São Francisco-MG.

Os avanços no campo dos direitos sociais, ocorridos principalmente a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88)¹⁰⁹, têm dimensionado não somente a precarização do trabalho, como já abordado, mas também a vulnerabilidade a qual estão expostos muitos dos moradores de São Francisco, incluindo aí jovens e crianças. Nesse sentido, refiro-me a casos de trabalho infantil, de prostituição juvenil, pedofilia, aumento significativo de pedintes e, nos últimos anos, o problema do tráfico de drogas. Isso tem destacado a cidade de São Francisco nos noticiários da imprensa regional e nacional¹¹⁰ como um lugar onde esses casos estão se alastrando de modo acelerado. Apesar de ser um fenômeno nacional, essa realidade reflete a face de um município em que a sobrevivência se dá sob condições sociais bastante tensas.

Assim, emergindo da experiência do seu cotidiano, muitos dos que residem em São Francisco constroem uma visão própria sobre a cidade, elaborada a partir do que consideram bom ou ruim, certo ou errado, vantajoso ou desvantajoso, tecendo seus modos de vida e de trabalho numa avaliação constante do que se viveu e do que se vive nesse lugar.

A investigação empreendida nesta pesquisa tanto em relação às entrevistas com os pescadores artesanais de São Francisco, quanto a partir dos dados econômicos da cidade, corroboram a ideia de Anete Marília Pereira sobre os municípios do Norte de Minas Gerais, que os caracteriza como “uma área onde a precariedade ainda persiste”¹¹¹. Assim, com a proposta de inserir São Francisco na região a qual pertence, dimensionando os caminhos e escolhas tomadas por essas pessoas que nas últimas décadas utilizaram o rio, por meio da pesca, como meio de sobrevivência, é que procuro, no tópico seguinte, tentar compreender a sua movimentação em busca de melhores condições de vida.

¹⁰⁹A Constituição de 1988 abriu um grande caminho para a emergência de diversas leis com um caráter de defesa dos interesses sociais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), que favorece a proteção integral de pessoas até completar os 18 anos de idade; o Estatuto do Idoso (2003), garantindo diversos direitos aos homens e mulheres com idade igual ou superior a 60 anos; e, mais recentemente, a Lei nº 12964 (2014), que garantiu mais direitos aos trabalhadores domésticos.

¹¹⁰Entre as reportagens veiculadas pela TV (Rede Globo, SBT) e pela imprensa escrita (jornais e internet) as principais são: 1) A mobilização do Ministério Público de Minas Gerais - MPMG, em 2003, para prender 22 pessoas e denunciar outras 15 acusadas de abusarem sexualmente de menores de idade, atos tipificados como pedofilia. 2) Operação Carranca, deflagrada no ano de 2010 pela Polícia Federal para prender traficantes de droga na cidade de São Francisco e outras adjacentes. 3) Operação Integração, de iniciativa das polícias militar e civil, aliadas ao Ministério Público, que, em 2014, mobilizou 180 policiais no combate ao tráfico de drogas. 4) Trabalho infantil e Tráfico de drogas às margens do rio São Francisco, entre trabalhadores que extraem areia do rio como meio de sobrevivência. Esses dois casos foram veiculados pelo Jornal SBT Brasil, mostrando uma face da vulnerabilidade social à qual boa parte da população está exposta.

¹¹¹PEREIRA, Anete Marília. A urbanização no sertão norte-mineiro: algumas reflexões. In: ____; ALMEIDA, Maria I. S.(orgs.) **Leituras Geográficas sobre o Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2004. p.28.

1.2. Itinerâncias inter e intra-regionais: à procura de melhores condições de vida e de sobrevivência

O rio São Francisco, desde o período colonial até meados do século XX, sempre se apresentou como elemento essencial na constituição das cidades ribeirinhas, dinamizando não apenas suas economias, mas também integrando suas populações e acionando uma intensa movimentação de pessoas, ideias e mercadorias, noção consensual entre autores de áreas e temporalidades diversas.

O trecho entre as cidades de Pirapora-MG, no Alto São Francisco, e Juazeiro-BA, no Médio São Francisco, devido à inexistência de obstáculos naturais ou artificiais, favoreceu a navegação dos barcos a vapor¹¹² entre o fim do século XIX até a segunda metade do século XX. Homens, mulheres, idosos e crianças de todos os lugares, ao longo do São Francisco, subiram e desceram o “Velho Chico” para os mais diferentes fins: procurar emprego no centro-sul do país, visitar parentes, comercializar os mais diversos produtos, estabelecer comunicação por meio do serviço postal, enfim, a vida dos ribeirinhos, por muito tempo, esteve diretamente ligada a esse meio de transporte. Aproximadamente 45 vapores navegaram nas águas do São Francisco com estilos e traços diferenciados, promovendo a integração regional e a união dos estados¹¹³. Grande parte desses vapores fora construída nos Estados Unidos e em países da Europa, como a Inglaterra, e aqui no Brasil foram relevantes para a sobrevivência das populações ribeirinhas do São Francisco.

Em cada cidade, os portos se tornavam locais de aglomeração comercial, onde os ribeirinhos aguardavam ansiosamente com seus cestos, carroças e balaios a chegada dos vapores. Uma oportunidade para venderem, mas também para comprarem os mais diferentes produtos. Assim, em meio a pequenos e grandes comerciantes, vendia-se o fumo, comprava-se o sal; vendia-se queijo, comprava-se o querosene; vendia-se o algodão, compravam-se panelas de ferro, numa infinita negociação em que o atendimento das demandas dos moradores da cidade era uma das metas a alcançar.

¹¹² Os vapores pertenciam às Capitânias de Navegação, empresas responsáveis pelo mantimento e suporte dos vapores, quando em funcionamento. As principais empresas eram a Navegação Mineira do Rio São Francisco, com sede em Pirapora, a Viação Baiana do São Francisco (ex- Viação do São Francisco) Juazeiro/BA, e a Companhia Indústria e Viação de Pirapora (particular). Essas empresas permaneceram por um longo período da era vaporzeira, até serem absorvidas pela Companhia de Navegação do São Francisco FRANAVE, fundada em 1963. Os vapores do São Francisco foram exaustivamente analisados por autores como Zaroni Neves (1998), Domingos Diniz, Ivan Passos Bandeira da Mota e Mariângela Diniz (2009), e ainda Fernando da Matta Machado (2002).

¹¹³ DINIZ, Domingos; MOTA, Ivan Passos Bandeira da; DINIZ, Mariângela. **Rio São Francisco: vapores e vaporzeiros**. Pirapora: Ed. Dos autores, 2009.

FIGURA 03 - COMÉRCIO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAS NO RIO SÃO FRANCISCO ATRAVÉS DOS BARCOS A VAPOR



Fonte: ONG Preservar, São Francisco/MG. S/d.

Essa dinâmica comercial através do São Francisco era favorecida pelo fato de que, até a década de 1970, havia uma dificuldade enorme de locomoção dos moradores para outras cidades por meio terrestre, dada a precariedade das estradas ou mesmo sua inexistência. Essa realidade somente vai começar a se transformar com a abertura e melhoramento de estradas por entidades governamentais como a Fundação Rural Mineira (RURALMINAS), órgão da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do estado de Minas Gerais.

O *Diário de Navegação* do Vapor Wenceslau Braz, uma das mais importantes embarcações que interligaram o Nordeste e o Sudeste do país pelo rio São Francisco, mostra bem o quão era intensa essa relação. Os registros feitos pelos comandantes desse vapor, entre maio de 1966 e março de 1967, revelam que além do trânsito de pessoas e comercialização de produtos de primeira necessidade, existiam os “Portos de Lenha”¹¹⁴, em todo o trajeto do rio, que também serviam como fonte de renda para os ribeirinhos.

¹¹⁴Os portos de lenha localizavam-se nas margens do São Francisco, os barcos a vapor atracavam nesses portos para que seus comandantes pudessem comprar a lenha necessária à movimentação da embarcação, já que esse produto constituía-se como único “combustível” utilizado por esse meio de transporte.

A movimentação de pessoas no trecho navegável do Alto Médio São Francisco era favorecida pela presença nos seus extremos (Pirapora, ao Sul, e Juazeiro, ao Norte) de ferrovias que davam acesso respectivamente a Belo Horizonte e Salvador. Essas itinerâncias, que nem sempre ocorriam somente pelo rio São Francisco¹¹⁵, revelavam um fenômeno mais amplo, a luta pela sobrevivência em busca de melhores condições de vida e de trabalho. A exemplo disso, temos a narrativa do senhor Paulo Sérgio, que saiu da Bahia, onde morava, para a cidade ribeirinha mineira de Itacarambi, no ano de 1955, mudando-se posteriormente para São Francisco. Questionado sobre as razões para sair do seu lugar de origem com toda a família, ele argumentou:

Ah! O senhor sabe que esse negócio tem uma cassação de melhora, e meu irmão veio na frente e falou que Itacarambi era uma cidade boa, boa pra lavoura. Aí, naquilo, pai deu de vir. Ele veio na frente, falou que era muito bom cá na cidade Itacarambi, aí nós viemos”. [E complementa] “é um negócio de uma cassação de melhora, tanto que eu nunca mais fui na Bahia da onde eu vim”¹¹⁶.

A busca por melhores condições de vida, segundo o senhor Paulo Sérgio, foi o motivo para sua mudança de cidade. Assim como ele, centenas de pessoas fizeram o mesmo trajeto, deixando o lugar onde morava para virem aportar na cidade e na região. Isso se confirmou ao identificarmos as origens de nossos entrevistados, cujas referências apontadas foram vários estados da região Nordeste¹¹⁷. Dona América é outro caso emblemático desse processo migratório que marcou a vida de grande parte dos moradores de São Francisco. Em sua família esse processo iniciou-se com o seu o avô paterno que é natural de Petrolina-PE; o pai, de Caculé-BA; e o esposo natural de Remanso, também na Bahia.

¹¹⁵ Segundo Zarur (1946) essa intensa movimentação de pessoas entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil ocorreu não somente através do rio São Francisco, forma mais barata e utilizada, mas também a pé ou em caminhões e trens através do leste baiano e Norte de Minas Gerais, até a estação inicial de Montes Claros, e daí por trem via Belo Horizonte - São Paulo, e ainda, a pé, montados ou em caminhões pelo Piauí, Goiás e Minas Gerais, até alcançarem São Paulo, levando, dessa forma, até dois anos para terminarem suas jornadas. Nota-se, portanto, que o rio São Francisco era a principal via de locomoção das pessoas entre as regiões nordeste e sudeste do Brasil, mas não a única. Uma via que se intensificara ao longo do tempo, principalmente depois da criação da Estrada de Ferro na cidade mineira de Pirapora em direção a Belo Horizonte. Para Carlos Lacerda (1965), foi essa extensão da Estrada de Ferro Central até Pirapora que transformou esse antigo arraial de pescadores que era Pirapora num dos melhores centros regionais.

¹¹⁶Entrevista realizada com o Sr. Paulo Sérgio de Almeida Bastos, pescador, 74 anos, no dia 04 de janeiro de 2013, em sua residência no bairro Quebra, em São Francisco-MG.

¹¹⁷Segundo João Naves de Melo (2013), membro da Comissão Mineira de Folclore e também morador de São Francisco, diversas famílias ditas “tradicionais” da cidade também têm suas origens nos estados nordestinos. Exemplos delas são as famílias Barbosa e Santos Leal, originárias do Piauí; Próbio e Rocha Lima, do Ceará; do Rio Grande do Norte veio a família Azevedo; a família Evangelista tem raízes na Paraíba; de Pernambuco tem os Ferraz e os Cavalcante; E com origem na Bahia: famílias Figueiredo, Ferreira, Ribas, Gangana, Neves, Magalhães, Gomes da Mata, Leite, Martins Braga, Albernaz, Faria, Mesquita, Maynart, Canabrava, dentre outras. Essa pesquisa foi feita pelo folclorista e seu teor é apresentado numa das músicas cantadas pelo grupo musical Mensageiros da Emoção, de São Francisco.

Essa migração, constatada e discutida por diversos autores¹¹⁸, já foi bastante intensa em outros tempos da história do São Francisco. Segundo Carlos Lacerda¹¹⁹, já nos tempos coloniais o grande intercâmbio comercial e a movimentação de pessoas, rio abaixo e rio acima, originou o que ele chama ironicamente de um “arremedo de civilização”. Para Lacerda, o impulso inicial foi dado pelos pioneiros do povoamento nas margens ribeirinhas, onde fixaram seus currais de gado, mas depois foram entregues à própria sorte e às próprias forças, referindo-se ao isolamento vivenciado pelos povoados e cidades ribeirinhas em relação aos centros econômicos e de poder.

Donald Pierson aponta algumas razões para essas pessoas virem à procura dessa “melhora”, expressa pelo senhor Paulo Sérgio, migrando em direção ao Sul do país. Dentre essas razões o autor ressalta “o desejo de melhorar de situação na luta pela vida, juntamente com a esperança e, em alguns casos, as notícias de que a existência é mais fácil em outra localidade”¹²⁰. Outras razões que o autor aponta para esse processo migratório são: a seca, a falta de apego a terra e o desejo de aventura.

Trabalhos de autores contemporâneos, como Andrea Maria Narciso Rocha de Paula¹²¹, Cláudia de Jesus Maia¹²² e Elicardo Heber Almeida Batista¹²³, mostram que não somente nas cidades ribeirinhas, mas em todo o Norte de Minas Gerais e no Vale do Jequitinhonha, principalmente no que se refere aos pequenos núcleos populacionais, a existência do fenômeno da migração sempre esteve presente.

Joan Vincent, em estudo clássico da Antropologia, analisa processos migratórios, como o ocorrido na segunda metade do século XX, sob uma ótica que associa o desenvolvimento de algumas localidades ao empobrecimento de outras, noção que remete à

¹¹⁸COELHO, Marco Antônio T. **Os descaminhos do São Francisco**. São Paulo: Paz e Terra, 2005; PIERSON, Donald. **O homem no vale do São Francisco**. Tomo II. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE). Ministério do Interior. 1972; ZARUR, Jorge. **A Bacia do Médio São Francisco: uma análise regional**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1946; NEVES, Zanoni. **Navegantes da Integração: remeiros do rio São Francisco**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998; LACERDA, Carlos. **Desafio e Promessa: o rio São Francisco**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1965.

¹¹⁹Jornalista, perseguido pelo Regime Militar no Brasil, desceu o São Francisco desde Pirapora até Juazeiro, seguindo para Salvador, onde foi preso e encaminhado para o Rio de Janeiro.

¹²⁰PIERSON, Donald. **O homem no vale do São Francisco**. Tomo II. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE). Ministério do Interior. 1972, p. 58.

¹²¹PAULA, Andrea Maria Narciso Rocha de. **Travessias-movimentos migratórios em comunidades rurais no sertão do norte de Minas Gerais**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em geografia. Universidade Federal de Uberlândia- UFU. Uberlândia, 2009.

¹²²MAIA, Claudia de Jesus. **Lugar e Trecho: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha**. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2000.

¹²³BATISTA, Elicardo Heber Almeida. **Povos de Santana: condições de vida e mobilidade espacial no Norte do estado de Minas Gerais**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

ideia discutida por Jorge Zarur, que trata o Nordeste do Brasil como uma reserva de população para outras regiões do país¹²⁴:

Os estudos de migração, em geral, focalizam o movimento dos rapazes, quer de uma área rural a outra, quer em direção aos centros urbanos. O primeiro tipo de deslocamento é, visivelmente, um reflexo de diferenciação econômica e social existente entre diversas localidades rurais. (...) A segunda espécie de migração reflete o processo de “descampesinização”, por meio do qual os setores médios são gradualmente desintegrados, tendência (ou fase) acentuada pelos programas de desenvolvimento aplicados entre os campesinatos do Terceiro Mundo, que promovem o empresário “progressista” à custa de seus vizinhos mais pobres ¹²⁵.

Tal noção auxilia na superação de uma construção teórica dualista que contrapõe a lógica de desenvolvimento tecida nas regiões centro-Sul e Nordeste do Brasil. A explicação para o subdesenvolvimento, na segunda metade do século XX no Brasil, concebida na relação entre um Nordeste “atrasado” e um Centro-Sul “moderno” e industrializado, criticada por Francisco de Oliveira¹²⁶ e tão em voga na concepção dual-estruturalista do modelo cepalino¹²⁷, pouco nos ajuda na compreensão sobre o processo migratório existente entre essas duas regiões. Para esquivar-me dessa concepção, optei por buscar embasamento nesses teóricos com o propósito de perceber que o fluxo migratório aí existente é produto de uma mesma lógica, na qual não há oposição entre um Nordeste pobre e um Sudeste rico, e sim que a pobreza de um está inerente à riqueza do outro, numa relação simbiótica. De tal modo, Francisco de Oliveira aponta para o entendimento do que ocorre não somente na interação entre essas regiões, mas também nas interações existentes entre campo e cidade, citadas no tópico anterior e igualmente marcantes nas trajetórias dos pescadores aqui analisados:

O conceito do subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno”, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”¹²⁸.

¹²⁴ZARUR, Jorge. **A Bacia do Médio São Francisco**: uma análise regional. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1946, p. 19.

¹²⁵VINCENT, Joan. A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. **A antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987, p.385.

¹²⁶OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista, o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

¹²⁷Refere à visão econômica da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL, que defendia a separação da modernização e os setores tradicionais da sociedade, frisando que, os benefícios da primeira poderiam beneficiar, por meio de assistência humanitária o segundo grupo. Cf. OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista, o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013, p.19.

¹²⁸OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista, o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013, p. 32.

Essa discussão remete e, em certa medida, pode ser complementada pelas abordagens realizadas tanto por Laurindo Mékie Pereira, quando analisa a questão do regionalismo no Norte de Minas, quanto por Rejane Meirelles Amaral Rodrigues, que debate sobre o conflito entre as categorias sertão e cidade, atrasado e moderno respectivamente, utilizadas pela imprensa norte-mineira ao tratar da realidade vivenciada pela cidade de Montes Claros na primeira metade do século XX. Para o primeiro autor¹²⁹, a burguesia no Norte de Minas se organizou e se constituiu como classe, fundamentando-se em concepções, visões de mundo e ideologias, fazendo-se, assim, hegemônica nessa região na segunda metade do século XX, e para isso utilizou-se da imprensa, de escritores regionais, de entidades de classe e órgãos públicos. Ao analisar o trabalho de Pereira, verifico que as ações dessa burguesia, regionalista em sua formação, mas associada a uma lógica capitalista presente para além dos limites no Norte de Minas, negam a lógica da dualidade entre o que ocorre nessa parte do Brasil e fora dela, desvelando daí, uma interação entre essas partes.

Já Rodrigues¹³⁰ contribui para esse debate quando, utilizando-se da imprensa local como principal fonte, discute a memória construída em torno da maior cidade do Norte de Minas, Montes Claros, a partir do conflito entre as concepções de sertão (atrasado) e de cidade (moderna e progressista) existente na primeira metade do século XX. Segundo a autora, tais concepções foram apropriadas pelos grupos políticos locais no intuito de defenderem seus direitos, aspecto que nos remete para a mesma interação apresentada por Laurindo M. Pereira, Francisco de Oliveira e Joan Vincent, citados anteriormente.

A visão apresentada por esses autores desconstrói uma linha interpretativa compartilhada por muitos outros¹³¹ de que ao longo do São Francisco formou-se uma civilização fechada em si mesma, isolada social e culturalmente, de populações como as do litoral ou dos grandes centros urbanos, e constituída originalmente como “o cadinho [do Brasil] onde se criou uma população quase isenta de influência externa”¹³². Nessa aproximação

¹²⁹ PEREIRA, Laurindo Mékie. **Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte - mineiro**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. USP. São Paulo, 2007.

¹³⁰ RODRIGUES, Rejane Meirelles Amaral. **Memórias em disputa: transformando modos de vida no sertão e na cidade**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

¹³¹ ROCHA, Geraldo. **O rio São Francisco: fator precípua da existência do Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004; LACERDA, Carlos. **Desafio e Promessa: o rio São Francisco**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1965; SAMPAIO, Theodoro. 1905. **O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina: trechos de um diário de viagem (1879-80)**. Publicado pela primeira vez na Revista S. Cruz. São Paulo: Escolas Professionaes Salesianas. Disponível em < <http://biblio.etnolinguistica.org/sampaio-1905-rio>>; acesso em 15 mai. 2011; COELHO, Marco Antônio T. **Os descaminhos do São Francisco**. São Paulo: Paz e Terra, 2005; BRASIL, Vanessa M. **O rio São Francisco: a base física da unidade nacional do Império**. Revista Mosaico, v.1, n.2, p.133-142, jul./dez., 2008.

¹³² Frase de Moraes Rego citado por COELHO, Marco Antônio T. **Os descaminhos do São Francisco**. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p.49.

dos ribeirinhos com o rio São Francisco a abundância de peixe foi essencial para garantir a autonomia daquele que se fixaram às suas margens, ou seja, foi o “peixe que assegurou a autarquia, no momento em que não encontrasse o de-comer, o são-franciscano já teria emigrado ou desaparecido”¹³³.

Essa ideia de uma civilização fechada em si mesma não se sustenta, dado o processo de utilização dos recursos da região do São Francisco desde o período colonial, para atender demandas externas. Processo esse que se evidenciou ao longo do século XX, com a criação da CVSF, em 1948, quando começou a tomar forma o maior aproveitamento do Vale do São Francisco em seus recursos hídricos em prol da geração de energia elétrica, da industrial da agricultura, etc., como previa o documento que lhe deu origem¹³⁴.

No início da segunda metade do século XX, o rio São Francisco lentamente deixa de ser caminho obrigatório para as migrações inter-regionais. A intensificação do uso da Estrada de Ferro, em Montes Claros, em meados do século, aliada às dificuldades existentes na navegação do rio (constantes atracamentos dos barcos a vapor nos bancos de areia, a morosidade das viagens, a falta de manutenção dos barcos e os altos custos dessa manutenção), contribuíram para a diminuição de pessoas utilizando o Velho Chico como rota de passagem entre as regiões Norte-Nordeste e Centro-Sul do país. Ao mesmo tempo, Montes Claros vai se solidificando como polo econômico da região, processo que se iniciou ainda no século XIX¹³⁵, voltando para si a atenção das cidades do Norte de Minas como referência mais próxima para as atividades comerciais, produtivas e de serviços.

Simone Narciso Lessa, analisando o impacto que a rede ferroviária teve na cidade de Montes Claros, ressaltando sua importância para a dinamização da economia regional, mostra-nos também que o fluxo migratório para essa cidade foi intensificado ainda mais devido às diversas estradas de rodagem que foram se propagando pelo sertão, onde antes

¹³³LACERDA, Carlos. **Desafio e Promessa: o rio São Francisco**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1965, p. 65.

¹³⁴BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 541**. 15 dez. 1948. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0541.htm>; acesso em 27 set. 2013.

¹³⁵ De acordo com Marcos Fábio Oliveira, já no século XIX, quando o Rio de Janeiro ascendeu como sede da Corte Portuguesa e também quando a Zona da Mata de Minas se despontava como importante produtora de café, Montes Claros já ganhava destaque para a economia nacional e provincial, fazendo com que o sertão se tornasse importante rota para escoar as riquezas do interior para o litoral. De acordo com o autor, tanto a descoberta de jazidas mineiras em Itacambira, a leste de Montes Claros, como a existência de uma estrada que fazia ligação entre o sul de Minas e a Bahia e, portanto, dando a Montes Claros a condição de “passagem obrigatória” para tropeiros e viajantes, contribuíram para transformação do local em ponto de referência. Cf, OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. **O processo de desenvolvimento de Montes Claros (MG), sob a orientação da SUDENE (1960-1980)**. 1996. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, p. 78.

existiam apenas estradas de tropas. As estradas eram de construção do estado e de particulares, ligando fazendas, povoados e cidades¹³⁶.

Além das migrações inter-regionais através do rio, houve, a partir da década de 1970, uma intensa movimentação de pessoas no interior da região norte-mineira e mesmo do próprio município de São Francisco. A pescadora América Geralda da Silva, nascida na zona rural de São Francisco, vivenciou esse processo. Até 1974 residia e trabalhava com a família numa fazenda às margens do rio, numa comunidade denominada Lajedo que, por muito tempo, serviu como “porto de lenha”. Ao se lembrar do tempo em que era criança, narrou a dinâmica da vida perto do rio, ressaltando a orientação que os ribeirinhos têm para a organização de suas vidas, conforme os tempos de chuva e de seca. Ao se reportar à época dos vapores, explanou sobre as alternativas de sobrevivência dos moradores da comunidade Lajedo:

Muitos [viviam ...] da lenha, mas nós vivia da pesca e de algumas criações que tinha também, porque não é só a pesca. Porque hoje se a pessoa falar, ah eu vivo só da pesca, eu acho que ele tá mentindo, porque se nós não tivéssemos um porco, galinha, quer dizer, alguma outra criação, a pesca só não dá não. Porque nós era muitas pessoas, então disso aí a gente tirava uma renda. Não vou dizer que não tirava não, porque antigamente tinha muito peixe, a gente tirava, mas a maioria era das criação que a gente tinha, tinha lavoura, tinha vazante, tinha roça no alto. Quando o rio tava cheio a gente aproveitava o alto, quando tava vazio a gente aproveitava a vazante. Então aquilo ali era importante pra nós¹³⁷. (grifos meus)

A vida no campo, até a década de 1970, para a maioria das pessoas que não possuía terras, bens e que sobrevivia do trabalho na lavoura, estava associada à sua condição de “agregado”, como tal ele estava submetido a critérios estabelecidos pelos proprietários da fazenda. Critérios esses que representavam uma troca entre ambos, ou seja, o fazendeiro oferecia moradia e direito a terra para plantio próprio, e em contrapartida obtinha do seu agregado sua força produtiva. O agregado era um trabalhador rural que residia nas terras de um fazendeiro, o qual estabelecia as condições para ele e sua família trabalhar e morar em suas terras. Para o agregado, morar em terras alheias era tido como um favor, uma gentileza proporcionada pelo fazendeiro. Para este, era uma forma de ter em suas terras mão-de-obra barata e fiel aos seus objetivos de produção.

Muitas pessoas que chegavam de outras regiões, ao invés de se fixarem na cidade, se encaminhavam com a família para as fazendas de algodão, de mamona e de outras culturas,

¹³⁶LESSA, Simone Narciso. **Montes Claros – Uma cidade nas principais vias do sertão**. Caminhos da História. Montes Claros, v.4, n.4, p.83-110, 1999, p. 105-106.

¹³⁷Entrevista realizada com América Geralda da Silva, pescadora, 49 anos, no dia 05 de maio de 2012, em sua residência no bairro Sagrada Família, em São Francisco-MG.

se tornando agregados. Dados do IBGE e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), referentes ao número de estabelecimentos agropecuários e de pessoal ocupado entre as décadas de 60 e 80, apontam que o município de São Francisco era o que mais tinha pessoas trabalhando na zona rural mesmo não possuindo um grande número de estabelecimentos, superior inclusive aos municípios com maior densidade demográfica, como Montes Claros¹³⁸. Conforme dados do Governo do Estado de Minas Gerais, em fins da década de 1960, esse aspecto era comum em toda região do Polígono das Secas¹³⁹. Isso mostra que as atividades agropecuárias, naquele período, dinamizavam a economia, no que se refere ao trabalho, e contribuía, sobremaneira, para a sobrevivência dessas pessoas.

Essa condição, somada a três fatores externos: mudança na regulamentação das relações trabalhistas no campo, a seca e a enchente do rio São Francisco ocorrida no ano de 1979, a maior da história, formam o tripé que pressionou muitas dessas pessoas a migrarem para a cidade em busca de meios de sobrevivência. Esse processo migratório expôs contradições de uma cidade que não estava preparada para receber tamanha leva de pessoas, gerando tensões nas relações sociais nesse novo lugar de morada.

1.2.1. Do campo para a cidade: expulsos da terra, em busca de um chão

Se até os anos 1970 o campo era o lugar mais procurado pelas pessoas para trabalhar, a partir dessa década a situação vai se transformar. Com o advento da Lei Complementar nº 11 de 1971¹⁴⁰ pela qual foi instituído o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRO-RURAL), foi criado o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). No seu conjunto, esse programa previa a concessão dos benefícios de aposentadoria por velhice, aposentadoria por invalidez, pensão, auxílio-funeral, serviço de saúde e serviço social aos trabalhadores rurais, incluindo também os seus dependentes como beneficiários da previdência social¹⁴¹. Com essa novidade um cronista são-franciscano já

¹³⁸PEREIRA, Laurindo Mékie. **Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte - mineiro**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. USP. São Paulo, 2007, p.68.

¹³⁹MINAS GERAIS. Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral. **Área Mineira da SUDENE: 1º Encontro de Planejamento Regional (Pré-diagnóstico)**. Fundação João Pinheiro. Agosto 1975, p.53.

¹⁴⁰BRASIL. Presidência da República. **Lei 4504**.30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, 30 de novembro de 1964.

¹⁴¹PIERDONÁ, Zélia Luiza. A proteção previdenciária do trabalhador rural na constituição de 1988. Disponível em <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/salvador/zelia_luiza_pierdona-1.pdf>; acesso 25 jul2013. A autora é professora da Universidade presbiteriana Mackenzie e Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Inclusão e Seguridade Social”.

anunciava uma mudança na vida dos trabalhadores rurais, conforme publicação do *SF-O Jornal de São Francisco*:

O homem do campo era um injustiçado, além das inúmeras dificuldades no meio rural, teria que somar o futuro incerto, sem amparo algum. (...) O FUNRURAL como uma bandeira de redenção, chegou ao campo, alertando uma classe, um povo, uma gente desesperançada. (...) Reabilitou-se uma classe, humanizou-se um povo, levou-se luz e sossego onde imperava a mais completa apatia e intranquilidade.¹⁴²

No Brasil esses direitos chegaram aos trabalhadores urbanos na década de 1930, durante o governo Getúlio Vargas (1930-45), mas no campo essa proteção previdenciária passou a contemplar esses trabalhadores somente na década de 1970. No entanto, mais do que essa emergência de benefícios procedentes do FUNRURAL aos trabalhadores, foi o Estatuto da Terra¹⁴³, criado em 1964 por meio da Lei nº 4.504, que mais teve impacto no cenário rural da região em fins da década de 1960 e início de 1970. Essa lei previa a reforma agrária e a garantia de posse dos trabalhadores rurais a terra, a qual era vista em sua função social, pois deveria favorecer “o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam” (art.2). Eduardo Magalhães Ribeiro coletou um depoimento significativo do senhor Antônio Inácio Correia, ex-dirigente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Januária, o qual explica a situação dos agregados da região: “Ele mora ali, ali ele planta uma chácara perto da casinha. Se tem contrato, o patrão leva vantagem na Justiça. Se não tem contrato, ele se torna um posseiro. E ali, onde ele cultivou, o agregado no mínimo tem a indenização do que cultivou e construiu”.¹⁴⁴

Em termos práticos, os agregados, que até então moravam nas terras dos proprietários, podendo ali trabalhar, produzir e sustentar sua família, passariam a ter direitos antes nunca imaginados. Botelho Neto, em seu trabalho de registrar as memórias do local, ressaltou que “esses agregados moravam nas terras da fazenda sem vínculo empregatício e prestavam serviço quando solicitados para roçadas de pastos, construção de cercas, mutirões nas lavouras. Fora dessas ocasiões trabalhavam em suas roças ou ajudavam os vizinhos”¹⁴⁵.

Para Eduardo Scolese¹⁴⁶, a instituição do Estatuto da Terra foi uma forma de o Governo Militar prevenir eventuais problemas políticos e sociais no meio rural, principalmente que os camponeses fossem usados como massa de manobra por grupos

¹⁴²Cf. SF-O JORNAL DE SÃO FRANCISCO. Funrural. Ano XIV, nº680. 04 ago.1974, p. 1.

¹⁴³BRASIL. Presidência da República. **Lei Complementar nº11**, de 25 de maio de 1971. Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural e dá outras providências. Brasília, 25 de maio de 1971.

¹⁴⁴RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org). **História dos Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 53.

¹⁴⁵NETO, João Botelho. **Fragments da história: a pecuária até a metade do século XX**. São Francisco: Gráfica Santo Antônio, 2007.

¹⁴⁶SCOLESE, Eduardo. **A reforma agrária**. Coleção Folha Explica. São Paulo: Publifolha, 2005.

organizados na implementação da reforma agrária pelo viés socialista. Isso quer dizer que, em vez da propriedade rural se tornar um bem a ser dividido democraticamente, observando-se sua função social, o capitalismo defendido pelo regime militar promoveu a modernização do latifúndio por meio da criação de linhas de crédito rural subsidiado e abundante. Assim, o que se viu na década de 1970 foi um aumento da demanda por terra e, ao invés da tão sonhada reforma agrária, ocorreu uma paulatina concentração de terra. Vale dizer que em 1974 foi fundado em São Francisco o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco, fato que tensionou as relações entre os proprietários de terra e os trabalhadores, principalmente aqueles que estavam na condição de agregado.

Essa tensão em torno da terra ficou mais evidente na zona rural de São Francisco quando, em 1984, o líder do movimento sindical, Eloy Ferreira da Silva, foi assassinado em seu sítio na região do povoado de Serra das Araras, na porção esquerda do rio, se tornando símbolo, a partir daquele momento, pelo menos no interior do movimento sindical rural do país, como um dos nomes mais expressivos na luta pelo direito a terra¹⁴⁷.

Paralelamente a esses conflitos, em muitos lugares do país a tecnologia no campo gerou uma massa de trabalhadores rurais desempregados, sendo expulsos das fazendas em que trabalhavam. No entanto, em São Francisco e em muitos outros municípios da região norte-mineira, essa grande leva de trabalhadores que saíam das fazendas estava sendo “produzida” pelo interesse dos grandes e pequenos proprietários rurais em não concederem os benefícios a que os trabalhadores tinham direito ou mesmo por não terem condições de fazê-lo.

Segundo o advogado João Naves de Melo, que acompanhou na época, em São Francisco, muitos processos que correram na justiça, esse Estatuto da Terra teve consequências sociais irreversíveis. Ele explica que era muito comum, nos anos de 1960 e 1970, os fazendeiros dividirem suas propriedades em várias glebas, colocando ali os agregados. Estes, por sua vez, tinham o “seu pedaço de terra” e mesmo não sendo donos,

¹⁴⁷Eloy Ferreira da Silva é visto até hoje como o maior mártir na luta pelo direito à terra no Norte de Minas. A denominação de um Centro de Documentação com o seu nome, em Belo Horizonte, foi uma homenagem dada à sua memória por parte do movimento. Também leva o seu nome o assentamento do Movimento Sem Terra – MST no município de Engenheiro Navarro, no Norte de Minas. Em 1985, membros da Comissão Pastoral da Terra – CPT como Luiz Chaves, e lideranças como Nilmário Miranda, Fernando Pimentel, Jô Amado, publicaram o livro *Eloy: morre uma voz, nasce um grito*, pela Sociedade Editora e Gráfica de Ação Comunitária (Belo Horizonte), como uma forma de apontar para a necessidade de Reforma Agrária na região. No livro são descritos o crime, a identidade dos criminosos, a situação da grilagem em São Francisco e um histórico da pessoa e das ideias de Eloy. Cf. AMADO, Jô. **Eloy: morre uma voz, nasce um grito**. Belo Horizonte: SECRAC, 1985. Apesar de tamanha visualização de Eloy no movimento sindical rural fora de São Francisco, entre os moradores da cidade, seu nome é pouco lembrado, sem relevância na história da cidade. Atualmente (2013), na zona rural de São Francisco os conflitos pela terra ainda persistem, havendo ____ assentamentos do Movimento Sem Terra. O seu filho, Paulo Gomes, conhecido como Paulo de Eloy, é o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na cidade, estando neste posto por mais de uma década.

podiam explorá-la, terem suas casas, criar seus animais, tudo pela sobrevivência, num sistema em que ele trabalhava para o patrão e pra si próprio.

Em meio aos embates judiciais, geralmente incitados pelo emergente Sindicato dos Trabalhadores Rurais, muitos agregados, acompanhados de testemunhas, conseguiram provar que eram trabalhadores nas terras daqueles fazendeiros e, assim, receberam indenizações vantajosas dos seus “patrões”. João Naves reconhece que, em meio a tantos conflitos, os vínculos entre fazendeiros e agregados, que até então eram fortes, foram enfraquecendo, isso fez com que os trabalhadores rurais migrassem para a cidade:

Na verdade [aquele fazendeiro] não era nem patrão, né? Era o dono da propriedade que eles trabalhavam com ele. Então eu acompanhei aqui vários casos que inclusive alguns deles eu fui até advogado de fazendeiro amigo, dois ou três fazendeiros amigos, que eu conhecia o processo deles, eu já sabia que eles tratava de que a relação deles era muito boa com os agregados, mas eles se viram em situação muito difícil, pois tiveram de vender parte da fazenda para pagar essas ações trabalhistas e, ao fim de tudo isso, o que aconteceu? Eles não ficaram com ninguém na fazenda. Então teve um efeito contrário: a pessoa tava lá garantido, tinha onde morar, onde produzir, tinha tudo, ele ganhou um dinheiro extra na justiça do trabalho, mas foi mandado embora e sem outros direitos. Veio pra cidade e ficou aí vivendo uma vida miserável naquelas casinhas populares, outros nem casinha tinham, vivendo com parentes. Em pouco tempo não tinha nem mais um tostão no bolso, aí levou uma vida muito precária, muito miserável, né? Foi um drama, isso foi geral no município, provocou o êxodo rural em grandes proporções¹⁴⁸.

O pescador Paulo Sérgio, já citado, que vivenciou dois processos migratórios, faz uma interpretação significativa sobre o direito à terra naquele período:

Que naquele tempo, também, os fazendeiros tinham muito empregado. Que antes de existir essa lei desse sindicato [referindo-se às leis trabalhistas], o sujeito morava na fazenda. Não tinha essa lei do sujeito querer tomar a terra do fazendeiro. Hoje em dia, você pode tá lá, se o sujeito morar na terra do fazendeiro, o fazendeiro paga ele pra trabalhar e tudo, e depois ainda tem esse direito de tomar a terra do fazendeiro, aí os fazendeiro botou tudo pra fora. Aí veio tudo pra cidade¹⁴⁹.

Percebe-se tanto na interpretação de João Naves de Melo, anteriormente citada, como na de Paulo Sérgio que a noção de propriedade e a naturalização da dominação permeiam a concepção do que é certo ou errado, sem colocar em questão os direitos daqueles trabalhadores rurais. A partir do momento em que a lei passou a vigorar as relações entre os proprietários e trabalhadores rurais ficaram mais tensas pois, na maioria dos casos, o despejo foi a medida adotada pelos fazendeiros.

¹⁴⁸Entrevista realizada com o advogado João Naves de Melo, em seu escritório, no dia 18 de Outubro de 2013.

¹⁴⁹Entrevista com o Sr. Paulo Sérgio de Almeida Bastos, 74 anos, pescador aposentado, no dia 26 de novembro de 2011, em sua residência em São Francisco-MG

Paralelamente à questão jurídica, outro fenômeno, já abordado no tópico anterior como uma marca da região, fez com que, ao longo desses anos, muitos trabalhadores, mas também pequenos proprietários de terra, desistissem da vida no campo: a seca. O memorialista são-franciscano, Botelho Neto, em *Jornal de ontem*, caracteriza a presença constante da seca na região como um flagelo que convive com o homem do sertão do São Francisco, fazendo compreender, dessa forma, o peso desse evento na vida das pessoas dessa parte do Brasil. “Alternada com uns poucos anos de chuvas regulares, ela [a seca] sempre chega, fazendo com que o homem do campo perca todo o trabalho realizado nos bons tempos”¹⁵⁰.

Esse é um aspecto interessante e contraditório na trajetória desses migrantes: saíram do Nordeste, à procura de “melhoras”, como diz o senhor Paulo Sérgio, muitas vezes expulsos pela seca, que matava seu gado, suas lavouras, suas vidas, e acabavam se instalando numa região onde também a seca traz transtornos aos que nela habitam. Nesse dilema, abrem-se duas possibilidades: ou continua a “viagem” feita pelos pais rumo aos grandes centros econômicos do sudeste, ou se estabelecem no lugar, deixando aos filhos o caminho aberto para novas buscas, dadas as dificuldades no campo, na cidade, na roça e no rio. Portanto, seca e migração estão intrinsecamente ligadas à vida de grande parte das pessoas que moravam no Nordeste e que vieram se instalar nas cidades ribeirinhas do Médio São Francisco, sem contar as que seguiram viagem rumo ao sonho de muitos, São Paulo. Nessa movimentação de trabalhadores, importante é entender que aquilo que os move de um lado para outro, saindo de suas casas para o centro-sul do país, não é apenas a seca, enquanto fenômeno da natureza, mas todo um uso político que se faz desta “razão natural”, expulsando milhares de trabalhadores de suas terras, é a chamada “indústria da seca”. Segundo Paula,

a indústria da seca é um processo de apropriação de recursos financeiros públicos destinados às populações vítimas da seca. Foi e é uma estratégia de grupos de políticos e de lideranças locais e regionais, dos coronéis detentores de grandes extensões de terra, que formam a elite do sertão ¹⁵¹.

Ao refletir sobre a “produção” da seca e a indução dos trabalhadores a se mudarem para outros lugares, Alfredo José Gonçalves ressalta que “mais que a seca, o que

¹⁵⁰NETO, João Botelho. **Jornal de ontem**. São Francisco: Edição do autor, 2005, p.11.

¹⁵¹PAULA, Andrea Maria Narciso Rocha de. O sertão das águas: o velho Chico e suas gentes de rio e beira-rio. In: LEAL, Alessandra Fonseca; BORGES, Maristela Corrêa (orgs.). **Etnocartografias do São Francisco: Modos de vida, culturas locais e patrimônios culturais nas comunidades tradicionais ribeirinhas e ilheiras do Rio São Francisco no Norte de Minas Gerais**. Universidade Federal de Uberlândia/Universidade Estadual de Montes Claros. Uberlândia/Montes Claros, 2011, p.45.

expulsa o nordestino é a cerca. Cerca que, como hoje sabemos, concentra não somente a terra, mas também a água”¹⁵². O autor mostra que a estiagem marca a hora da partida desses trabalhadores, mas alerta que a causa desse êxodo rural reside na estrutura fundiária posta, em que o patriarcalismo e o coronelismo favorecem a concentração de terras, e dos quais milhares de homens e mulheres se veem livres no ato de migrarem para a cidade. Para além da razão climática, verifica-se aí uma razão político-econômica para tal processo migratório.

A seca no Norte de Minas sempre representou, principalmente no meio rural, um elemento de grande impacto, dada a dependência das chuvas para o plantio, colheita, sustento e sobrevivência das famílias. Ela está entranhada no seio da sociedade de uma forma tão intensa que, além de favorecer grandes processos migratórios na região, é tema frequente nos campos religioso¹⁵³ e político. Neste campo o assunto foi tratado com atenção pelo Governo Federal na década de 1960, quando, dentro de uma lógica desenvolvimentista, expandiu para o Norte de Minas o espaço de atuação da SUDENE, com o objetivo de desenvolver o semiárido com uma agricultura resistente aos efeitos da seca. Além disso, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) intensificou sua ação nessa região através da construção de açudes, perfuração de poços artesianos, dentre outras medidas.

Sob a lente interpretativa que associa seca à pobreza, o padre alemão Vicente Eutenuer, presente na cidade de São Francisco, desde a década de 1960, registrou no livro de tombo da Paróquia São José o sentido da seca que assolou a região na passagem do ano de 1970 para 1971:

Reina nestes meses uma seca esmagadora pela nossa região. Por não ter chovido muito, neste ano de 1970/71, os lavradores **perderam em grande parte a roça, muitos dos nossos paroquianos estão passando fome.** Os mais lamentáveis são as viúvas e aqueles que não podem trabalhar¹⁵⁴. (Grifos meus)

¹⁵²GONCALVES, Alfredo José. **Migrações Internas: evoluções e desafios**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 43, Dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 ago. 2013, p.43.

¹⁵³Em São Francisco havia o costume de as pessoas rezarem para chover. Numa matéria do Jornal SF-O Jornal de São Francisco, de 08 de fevereiro de 1976, há o depoimento de Dona Adelina, uma senhora que morava na rua Direita, no centro da cidade. Segundo ela, de primeiro, a procissão era puxada pelos padres, que iam à frente de centenas de fiéis, percorrendo as ruas da cidade, da Igreja de São Félix ao cruzeiro que tinha no alto do cais ou em direção ao outro que se localizava no cemitério. Havia as procissões que andavam pela roça. Os fiéis se reuniam na Igreja de São Félix, todos descalços, mulheres e crianças e alguns homens levavam, equilibrando na cabeça, garrafas de água, pedras e ramos verdes. Geralmente a procissão acontecia quando o sol estava no meio do céu (aproximadamente meio dia). Nas ruas cantavam, rezavam ladainhas, rezavam o terço e depois de duas horas, ao pé do cruzeiro, todos depositavam as oferendas: a água, simbolizava a penitência durante toda a procissão, pedindo a Deus para aceitar o sacrifício durante aquelas horas do rigor do sol, implorando por chuva; a pedra, simbolizando o peso carregado como penitência para merecer a benevolência de Deus; e os ramos, levados como tradição no sentido de implorar a Deus a chuva para tornar os campos verdes e as roças abundantes. MELO, João Naves. Folclore – Preces para chover I. **SF- O Jornal de São Francisco**. 08 de fevereiro de 1976, n.758, p. 2.

¹⁵⁴Livro de Tombo da Paróquia São José, de São Francisco-MG, no ano de 1975, p. 67.

A enchente do rio São Francisco (FIGURA 04), ocorrida em 1979, foi também outro fator tão impactante quanto a seca e os desajustes legais entre fazendeiros e trabalhadores rurais na intensificação do processo migratório na região. O fenômeno ocorrido em diversas cidades ao longo do rio ficou popularmente conhecido como “a cheia de 79”, tendo sido considerada por memorialistas e pela imprensa como uma das maiores vivenciadas pelos ribeirinhos do São Francisco. Ao que parece, essa enchente se destaca na memória dos pescadores e moradores das cidades localizadas nas margens do São Francisco como um marco temporal dos mais significativos, seja pelos estragos e prejuízos materiais causados, seja como referencial da última grande cheia que realmente lhes proporcionou um tempo de fartura ou, ainda, pelo impacto de terem sido forçados a deixar para trás suas casas, suas histórias, seu passado, e ir para a cidade.

FIGURA 04 – A ENCHENTE DE 1979 EM SÃO FRANCISCO-MG



Fonte: ONG Preservar – São Francisco/MG. 1980.

A fotografia ilustra uma cena inusitada de intensa movimentação social em frente à Igreja Matriz, em que mulheres lavam suas roupas, crianças brincam, tomam banho, vendedores ambulantes comercializam seus produtos, etc. Entretanto, apesar da imagem sugerir um clima de festa, ela revela dificuldades vivenciadas por muitas famílias. Como por exemplo, o acesso à água para suas necessidades diárias, uma vez que o abastecimento já deficitário, e até mesmo inexistente em alguns bairros, se tornou ainda mais precário.

O senhor Vanilson morador da “rua Direita”, bem próxima ao rio São Francisco, refere-se à “enchente de 79” como um tempo que teve que mudar da casa onde nasceu,

Tem uns cinquenta anos que eu moro nesta casa. [Durante a enchente] mudei lá pro Bandeirante [um bairro numa região mais alta da cidade]”. Rememorando, porém, o significado do fenômeno, passa a se expressar com alegria em meio a risos e com um tom saudosista: “A enchente de 79, naquela cheia deu muito peixe moço, deu muito peixe (...) trem que muitos anos a gente não via¹⁵⁵.”

Dona América também relatou o que viveu no período da enchente de 79, e em suas palavras explicou-me como a pesca se confunde com sua própria história e a da sua família.

Eu também sou daqui, da fazenda do Lajedo, aonde era a barranca do rio, era fazenda mas era num barranco, que era desse Altair Cordeiro. Então eu nasci lá, município de São Francisco, e vim pra cá com uns 14 anos. Em 74. Aí a gente veio pra cá e continuamos a pesca, né? Meu pai, depois, ele veio se separar da minha mãe e ficamos nós, eu, minha mãe, meus irmãos, pescava sempre. Meu pai ainda viveu mais minha mãe aqui, nobarranco do rio, lá onde você conversou com o Paulo Sérgio [referindo-se ao bairro Quebra, reconhecido como um bairro que até a década de 1980 era formado predominantemente por pescadores]. De lá, **foi que na enchente de 79, acabou aquilo ali tudo**, então foi destinado para as pessoas que perderam as casas, cada um num setor, eu fiquei ali no Bandeirante, eu acabei de criar ali no Bandeirante. Mas meu pai, separou da minha mãe, minha mãe morava no Quebra, chamava Quebra antigamente. Foi aonde que nós continuamos pescando, eu, meu irmão, minha mãe. Minha mãe fazia outros serviços quando fechava as pescaria. (grifo meu) ¹⁵⁶

Nas margens do Velho Chico, ao contrário da seca, que remete à diminuição das águas do rio e, conseqüente queda na produção dos peixes e de suas pescarias; no campo, com a morte das lavouras e da produção agrícola e, ainda, com o sofrimento do gado nos pastos secos e sem vida; a enchente, associada às chuvas, mesmo causando graves transtornos, tem um significado bastante distinto para a população. Sempre remete à fartura, a vida no rio e fora dele, numa mescla paradoxal entre as tensões geradas por ter de se deslocar para lugares mais seguros e pela alegria e certeza de que, quando as águas baixarem, a produção de peixes no rio e as plantações nas vazantes serão satisfatórias. Isso porque “as enchentes, ainda que devastadoras, ainda que responsáveis por grandes estragos, prejuízos e dor, sempre foram bem-vindas, festejadas, comemoradas, até. Eram enchentes naturais, decorrentes das chuvas, portanto, anunciadoras de fartura”¹⁵⁷.

¹⁵⁵Entrevista realizada com Vanilson de Jesus dos Santos, pescador, 64 anos, no dia 30 de julho de 2013, em sua residência no bairro Centro, em São Francisco-MG.

¹⁵⁶Entrevista realizada com América Geralda da Silva, pescadora, 49 anos, no dia 05 de maio de 2012, em sua residência no bairro Sagrada Família em São Francisco-MG.

¹⁵⁷BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Projeto de Resolução nº331**, de 1982. CPI – Cheias do São Francisco, Brasília, 1983, p.18.

As enchentes sempre fizeram parte do cenário e da história dos ribeirinhos. O rio São Francisco já contou com enchentes nos anos de 1792-1793, 1883, 1834, 1843, 1857, 1919, 1926, 1945, 1962 e a de 1979 que, em sua visão, foi a maior de todas. Depois disso, ainda segundo o memorialista, vieram outras¹⁵⁸.

A suspeita de que a enchente de 1979 não tivera uma causa natural, mas que fora resultado de falhas na contenção das águas pelas barragens de Três Marias-MG e Sobradinho-BA, abriu espaço para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no início da década de 1980, resultando no Projeto de Resolução nº331, de 1982 (CPI – Cheias do São Francisco)¹⁵⁹.

Constituída por parlamentares de diversos partidos da situação e da oposição, a CPI ouviu na época representantes da CEMIG, da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), da SUDENE, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), lideranças sindicais, religiosas, dentre outras. O relatório final dessa CPI, depois de ouvir essas pessoas e abordar questões como a importância do rio São Francisco para as populações ribeirinhas, principalmente as da Região Nordeste, os conflitos vivenciados por elas tais como as secas, as enchentes, a grilagem de terras e as graves consequências criadas pela implantação de projetos oficiais e financiados por órgãos governamentais, apontou algumas conclusões. Em primeiro lugar, a necessidade de contenção das águas do São Francisco como estratégia para o aproveitamento e desenvolvimento do Vale do São Francisco foi um ponto unificador entre as opiniões de técnicos, estudiosos, da população ribeirinha e dos políticos. Fora isso, os outros pontos foram polêmicos. O principal é o do desvirtuamento do Plano Geral para o Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco, de 1948, que na época de sua criação era a redenção dos ribeirinhos, pois previa a construção de barragens específicas para a contenção de enchentes e reguladores do regime do rio. Tal desvirtuamento, segundo o relatório da CPI, se deu pela necessidade de produzir energia em detrimento de um planejamento a médio e longo prazo. Nesse sentido, em pouco tempo (1962-1979) cinco hidrelétricas foram inauguradas para esse fim, barrando o rio e expondo os ribeirinhos às enchentes. Além disso, as barragens que eram para conter cheias, se tornaram meios para acionar turbinas na geração de energia. A CPI chegou à conclusão de que as represas de Três Marias e Sobradinho causaram as grandes enchentes, uma vez que, em 1979, ambas as barragens funcionavam na sua cota máxima, não dando espaço para que vertessem

¹⁵⁸NETO, João Botelho. **Jornal de ontem**. São Francisco: Edição do autor, 2005.

¹⁵⁹BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Projeto de Resolução nº331**, de 1982. CPI – Cheias do São Francisco, Brasília, 1983.

água de modo gradativo, ficando, portanto, constatada a responsabilidade compartilhada entre CHESF, CEMIG e CODEVASF.

Na época, o documento *Toda a verdade sobre as enchentes*, elaborado pelo Sindicato Rural de Pirapora e citado por Wilson Dias da Silva, também deu um tom de tragédia ao evento:

Dezenas de cidades destruídas! Centenas de fazendas varridas do mapa! Milhares de hectares de pastagens exterminadas! Milhares de toneladas de feijão, arroz, milho, etc., destruídas da noite para o dia, na voragem assassina das águas de Três Marias e Sobradinho”.¹⁶⁰

Valmiro Ferreira Silva¹⁶¹ analisa, de modo abrangente, os reflexos da enchente sobre a vida dos moradores do município de São Francisco, evidenciando nesse processo os traços do conflito e da contradição inerentes na (re)organização dos moradores no período pós-enchente. Voltado para a compreensão da formação do bairro Sagrada Família, na década de 1980, em decorrência da enchente de 79, o mérito do trabalho de Silva está no tom crítico e reflexivo com que analisa a formação desse bairro, e também na construção de um mapa que articula elementos sociais, econômicos, políticos e culturais da época.

O bairro Sagrada Família, na medida em que foi recebendo homens e mulheres de diversas regiões das margens do São Francisco, nas décadas de 1980 e 1990, foi se tornando um reduto de famílias de trabalhadores que ali (re)construíram suas histórias. A partir do estudo de Silva¹⁶², é possível identificar os lugares sociais, reais e simbólicos, ocupados por essas pessoas que, ao chegarem à cidade, se embrenharam em atividades da pesca, da construção, do comércio ambulante, entre outros. Pela condição de vida à qual foram submetidos algumas vezes foram alvo de ações assistenciais¹⁶³, outras de promessas e discursos políticos nem sempre eficazes para a reconstrução de suas vidas; ou ainda, como alvo de construções simbólicas e pejorativas pela imprensa e pelos moradores mais antigos da cidade, apontando-os como gente “perigosa”, “pobre” e “preguiçosa”. Os primeiros moradores do bairro conquistaram a duras penas um espaço no perímetro urbano de São Francisco, enfrentando nos campos real e simbólico interesses outros que não o da instalação

¹⁶⁰ SILVA, Wilson Dias da. **O Velho Chico: sua vida, suas lendas e suas histórias**. Brasília: CODEVASF, 1985, p.106.

¹⁶¹SILVA, Valmiro Ferreira. **Moradores do bairro, moradores da cidade: reconstruindo vivências. Sagrada Família São Francisco-MG**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia, 2012.

¹⁶²SILVA, Valmiro Ferreira. **Moradores do bairro, moradores da cidade: reconstruindo vivências. Sagrada Família São Francisco-MG**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia, 2012.

¹⁶³Como a do Padre Vicente Eutenuer, que angariou fundos na Alemanha, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, dentre outros lugares, para construir mais de 1000 casas populares para as famílias que se alocaram no bairro. A medida adotada pelo padre superou todas as ações do próprio poder público na assistência à população.

pacífica e harmônica de suas famílias em novos terrenos, novas casas para viverem “novas vidas”.

As condições de vida das pessoas que chegavam a São Francisco eram amenizadas, até certo ponto, pela assistência de entidades como a Igreja Católica, o Lyons Clube e a Sociedade Beneficente Feminina-SBF. As ações dessas entidades, no entanto, eram apenas paliativas para as demandas sociais da época, como o acesso à terra ou o direito ao trabalho, pois pouco melhoravam as condições de vida no espaço urbano. Condições essas que revelam uma deficitária situação social e econômica que parece se arrastar por décadas nesta parte do Brasil¹⁶⁴.

O senhor Raimundo, pescador nascido na comunidade rural de Riacho Fundo, nas margens do São Francisco, atualmente morador do bairro Santo Antônio, também vivenciou essa transição do campo para a cidade, após a enchente. Em 1979, chegou a São Francisco, inicialmente foi acolhido na casa de uma tia, revelando que os laços de solidariedade e de parentesco, em muitos casos, serviram como auxílio para os que chegavam à cidade e que não tinham onde ficar. Segundo o senhor Raimundo, algumas terras que os irmãos e ele tinham direito como parte de herança de família foram, em meio a processos judiciais, lentamente tiradas deles, e assim ficaram sem uma casa para morar.

Nessa época nós não tinha casa não, sabe? Tinha um terreno, e o terreno era de herança, e trem ficou enrolando, enrolando, enrolando: aí os sem-terra caiu pra dentro daquilo tudo lá, foi de Jeú, de Jeú foi de Zé Horta, que tomou esse trem, depois de Zé Horta a firma tomou conta desse trem aí, foi enrolando, e dizia que ia pagar e não pagou, e os sem-terra caiu pra dentro e tomou de conta. Aí perdemos. Aí ficamos morando de aluguel um bocado de ano, aí fiquemos. Aí nessa época meus pais também adoeceu também, não tinha como manter, né, porque a família era muito, né, aí mexemos, nem condição de estudar não teve nessa época, né, aí fomos mexendo com pescaria direto¹⁶⁵.

¹⁶⁴ Auguste de Saint-Hilaire, em sua missão enquanto botânico e naturalista, passou por esta região do Norte de Minas Gerais no ano de 1817 e deixou suas impressões quanto ao que viu em São Francisco. Dizia ele: “Quanto ao resto Pedras dos Angicos [nome de São Francisco à época] parece mais com uma aldeia de índios do que com uma povoação de homens de nossa raça. [...]. Os habitantes dessa espécie de povoado passam os dias na miséria e na indolência, e morreriam de fome sem a pesca, que, nas margens do Rio São Francisco, é tão abundante (SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 1975, p. 353-354). Também Halfeld, ao passar pelo Arraial de São José das Pedras dos Angicos [outra denominação que a cidade teve] em meados do século XIX, ao descrever a situação social da população aí encontrada, registrou: “os habitantes deste arraial vivem em pobreza, sendo seus principais recursos e ocupações a criação, pesca e caça, menos a cultura, que não parece suficiente para alimentar os moradores do arraial, que neste sentido necessitam do recurso que vem dos rios Paracatú e Urucuia abaixo” (HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. **Atlas e relatório concernente à exploração do Rio São Francisco desde a cachoeira de Pirapora até o Oceano Atlântico**. Levantado por ordem do governo S.M.I.O. Senhor Dom Pedro II. Rio de Janeiro: Lithographia Imperial, 1860).

¹⁶⁵ Entrevista realizada com Raimundo Bispo Almeida, pescador, 44 anos, no dia 23 de agosto de 2013, em sua residência no bairro Santo Antônio, em São Francisco-MG.

Utilizando-me das palavras de Paula e Cleps Jr.¹⁶⁶, pessoas como o senhor Raimundo foram “desenraizadas” do seu lugar de origem, o que lhes causou insegurança pelo rompimento dos vínculos sociais, religiosos e referências culturais, levando-os à dispersão e também à perda da identidade e dignidade.

Ao que parece, no entanto, São Francisco não era a única cidade ribeirinha do Médio São Francisco mineiro que enfrentava mazelas sociais e econômicas. Situações fundadas na pobreza, doenças, falta de emprego e carestia existiam também em outras localidades, muitas delas mais desenvolvidas do que São Francisco. Por ocasião das comemorações do centenário de emancipação política de Januária, o professor de história do Curso Normal na época, Afrânio Teixeira Bastos, traduzia assim a situação do município e região: “O São Francisco é, hoje, uma região escassamente povoada, pobre e atrasada. Apatia e rotina são as atrações características da vida local, que se arrasta sem atrativos e quase sem sentido”¹⁶⁷. Também Silva¹⁶⁸, jornalista, natural da cidade baiana de Sento Sé (dizimada pela Barragem de Sobradinho), duas décadas depois, percebia que a doença mais comum dessa parte do São Francisco era a esquistossomose, transmitida pelo caramujo, tendo como foco principal a cidade de Januária, em Minas Gerais. De tal modo, Pirapora, cidade considerada mais desenvolvida do que São Francisco e Januária, parecia, já no alvorecer da década de 1980, revelar seu lado mais carente.

No *Jornal Corrente*, da cidade de Pirapora, na edição de agosto de 1981, José Carlos Costa noticia a realidade vivenciada pelos moradores daquela cidade, revelando um quadro social em que a pobreza determinava as mortes das pessoas. Segundo ele, entre os que morriam no município, a causa, com exceção dos atropelamentos e afogamentos, quase sempre estava relacionada a doenças próprias de um país subdesenvolvido, como “alcoolismo, cirrose hepática, gastroenterite, pneumonia, bronquite sarampo, doença de chagas, hepatite, paralisia infantil, tuberculose, anemia aguda (fome)”¹⁶⁹.

Em meio às contradições existentes no espaço urbano, desenraizados de seus lugares de origem e lutando para reconstruírem suas vidas, homens e mulheres se fixavam na cidade da forma como podiam. Naquele período, o pescador não tinha nenhum direito social ou qualquer benefício governamental, como ocorre nos tempos atuais. Não é possível nem dizer que pescador era uma profissão, pois o que os homens da época possuíam era apenas

¹⁶⁶PAULA, Andrea Maria Narciso Rocha de; CLEPS JR, João. Vidas secas: sertanejos migrantes e a dinâmica do mercado de trabalho no Norte de Minas Gerais. In: RODRIGUES, Luciene; MAIA, Cláudia. **Cerrado em perspectivas(s)**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2003.

¹⁶⁷BASTOS, Afrânio Teixeira. **O Rio São Francisco – sua interpretação**. Januária-MG, 1960, p. 19. Mimeo.

¹⁶⁸SILVA, Wilson Dias da. **O Velho Chico: sua vida, suas lendas e suas histórias**. Brasília: CODEVASF, 1985.

¹⁶⁹COSTA, José Carlos. Crianças estão morrendo de fome.**Jornal Corrente**, Pirapora, agosto de 1981. p.5.

uma carteira que lhes servia como licença para pescarem no rio. Nas andanças por melhores condições de vida, o único recurso que tinham para sobreviver eram os próprios braços, seja para pescar ou para plantar.

Assim, a movimentação social entre campo e cidade foi bastante intensa em São Francisco nas décadas de 1980 e 1990, fazendo as feições bucólicas do espaço urbano de outros tempos serem substituídas por um quadro social de disputa por um lugar no perímetro urbano. A cidade cresceu e a extensão urbana foi tomando proporções jamais imaginadas, num processo de urbanização, em geral, sem nenhum planejamento, através de ocupações tidas como “ilegais” ou a partir de acordos informais, sem nenhum valor jurídico, e que aos poucos foram objetos de articulações entre o poder público e os proprietários dos imóveis para que estes fossem legalizados.

Nessa direção, um cordão periférico de moradias foi se formando nos limites da cidade, criando aí áreas inteiras onde as condições de vida dos seus moradores se davam sob o peso da falta dos serviços públicos essenciais. Foi exatamente nos bairros distantes, nas periferias, que encontrei a maioria das famílias dos pescadores para as entrevistas, vivendo em condições precárias e atuando nas mais variadas funções para sobreviverem, mesmo os de idade avançada.

A cidade cresceu e se tornou complexa, se na década de 1960, São Francisco tinha apenas três bairros (Centro, o bairro do Matadouro e o bairro Quebra)¹⁷⁰, um período em que o espaço urbano já começava a ser objeto de disputas¹⁷¹, no ano de 2013 ela já possuía um total de 28 bairros, evidenciando um contínuo crescimento urbano e um considerável movimento de pessoas. O processo pelo qual a cidade se expandiu, em geral, seguiu a mesma lógica: ocupações ilegais nas periferias, sem qualquer infraestrutura ou ainda pela criação de loteamentos pelos proprietários das fazendas nas fronteiras do perímetro urbano, favorecendo aí uma intensificação da especulação imobiliária, tornando os lotes e casas cada vez mais valorizados. Em busca de um novo “chão”, sinônimo de sustento em outros tempos e que lhes foi tirado, muitas dessas pessoas parecem tê-lo encontrado no rio, no complexo rio-vazante, construindo aí um jeito de viver e sobreviver. Dessa forma, assim como em muitos lugares

¹⁷⁰ALMEIDA, Faustino Barbosa. **SF- O Jornal de São Francisco**, 16 nov. 1980

¹⁷¹ Em face do quadro irregular em que se encontravam os imóveis da área urbana e mesmo com o objetivo de sistematizar os bens imóveis da Prefeitura Municipal de São Francisco, em 1960, o prefeito Oscar Caetano Júnior promoveu uma “Ação de usucapião de domínio”¹⁷¹ junto aos proprietários das fazendas Brejo dos Angicos e Sobradinho (também chamada Tabocal), que cortavam a região central da cidade desde o ano de 1831, quando foi criado o município. Cf. SÃO FRANCISCO-MG. Cartório do 1º Ofício. **Autos de Ação de Usucapião de Domínio**. Promovente: A Prefeitura Municipal de São Francisco. Promovidos: sucessores de Elísio Horbilon e outros. 29 abr.1960.

pelo país, a cidade de São Francisco cresceu em número de moradores, mas também em demandas sociais, em atividades laborais, dentre outros aspectos.

Quando da elaboração da dissertação de mestrado¹⁷², pude constatar na conjuntura social do Norte de Minas Gerais, incluindo aí a cidade de São Francisco, um emaranhado de demandas que, em geral e dentro das possibilidades, eram solucionadas pelos populares à sua forma através de práticas nem sempre associadas à conquista da remuneração pelo trabalho. Isso porque, em busca da sobrevivência, outros mecanismos foram acionados, relações de poder foram utilizadas como meio de solução de suas necessidades. Assim, no meio social ora as pessoas se dirigiam a agentes políticos (vereadores e outros) para pedir um auxílio, ora recorriam ao universo religioso em busca de um “milagre” na solução de suas dificuldades, de tal modo, construindo relações que pudessem lhes ajudar em suas demandas. Para além da falta do emprego, da alimentação, da casa própria ou mesmo em meio às necessidades de tratamento de saúde, pude perceber que as condições sociais e econômicas dos moradores dessa região (norte-mineira e barranqueira) se fundamentam em grande escala numa situação de carência de toda ordem.

Em meio a tantas contradições, sentidas e expressas em palavras, posturas e valores, a concepção de São Francisco como uma “Cidade Crepúsculo” é, no mínimo, irônica e instigante, já que nos embates e dificuldades vivenciadas pelos pescadores e por grande parcela da população são-franciscana o que se pode notar é que essa luz que se anunciava nos anos 1960 pela imprensa local reservou pouca clareza à vida dessas pessoas que tiveram que lutar, aos seus modos, pela própria sobrevivência.

Analisar como os pescadores organizaram seus modos de vida e de trabalho nesse espaço em que a própria sobrevivência é vista como um desafio é o que busco no capítulo seguinte, mostrando que, para além da movimentação dessas pessoas dentro e fora da cidade, esses aspectos da vida e do trabalho sofreram transformações, principalmente porque, somadas às pressões econômicas, compartilhadas no universo urbano, o objetivo do seu trabalho que é a captura do peixe começa a se tornar cada vez mais incerto, dada a diminuição da piscosidade do rio.

Pelo fato de a enchente de 1979 ter sido um marco na vida dos pescadores, sendo, em sua memória como a última e mais importante cheia do rio São Francisco, resultando em pescarias fartas, tratá-la-ei como um critério temporal para dividir os modos de vida e de

¹⁷²PEREIRA, Roberto Mendes Ramos. **Demandas e Representações populares na vivência político-religiosa em Montes Claros-MG (1996-2004)**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Uberlândia, 2009.

trabalho, bem como a sobrevivência desses pescadores, antes e depois desse evento. A compreensão sobre as transformações ocorridas na vida desses pescadores entre esses dois tempos possibilitará uma clara noção sobre o quão conflituosa e tensa se tornou a tarefa de promover o sustento de si e de suas famílias nessas últimas décadas.

CAPÍTULO II

NA FARTURA E NA ESCASSEZ: MODOS DE VIDA E DE TRABALHO DOS PESCADORES ARTESANAIS DE SÃO FRANCISCO

Segundo Thompson, “A história é uma disciplina do contexto e do processo”¹⁷³, entretanto, pensar a vida e o trabalho dos pescadores de São Francisco a partir de uma conjuntura social e econômica em constante processo de transformação, mas construída historicamente, em que o próprio trabalho e os modos de vida parecem sofrer uma acelerada mutação em suas estruturas, em suas maneiras de exercício, em suas dimensões, apresenta-se como uma tarefa desafiante. Isso em função da complexidade de se entender como esse trabalhador da pesca se concebe num tempo em que há mais incertezas sobre seu ofício e seu produto, do que seguranças. As condições sociais da cidade de São Francisco, abordadas no capítulo anterior, servem de referências para compreender em que “chão social” os pescadores dessa cidade, em meio às constantes movimentações em busca de melhoria de vida, foram se estabelecendo.

Vindos do campo, de outras cidades e até de outras regiões, na “re-construção” de suas vidas no espaço urbano, no estabelecimento de suas famílias na cidade, na tentativa de reinventar as referências de trabalho e de vida de outros tempos e passando, assim, por um processo de “re-enraizamento”¹⁷⁴, essas pessoas que foram “se arrumando” na cidade de São Francisco fizeram do rio um elemento central de sobrevivência, visto que o acesso a ele (e ao peixe nele existente) se dava de modo menos conflituoso, aos moldes do que vivenciaram no campo. À disposição e com fartura de peixes, o rio São Francisco por muito tempo foi sinônimo de garantia da sobrevivência, realidade presente não somente em São Francisco, mas também em outras cidades ribeirinhas. O senhor Benedito, de Januária, bem vivenciou esse tempo: “o surubim, a gente pegava surubim à vontade, à vontade, o surubim, curimatã e

¹⁷³ THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. NEGRO, Luigi; SILVA, Sérgio (orgs.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p.243.

¹⁷⁴ Todo o processo de rearranjo, reconstrução de sua vida no universo urbano é realizado a partir dos modos de vida e de toda uma base cultural trazida dos lugares de origem e das experiências elaboradas neste passado. O contato com a natureza (rio, animais de estimação, horta no quintal de casa, a pesca) proporciona-lhes, dessa forma, o que Eclea Bosi (1987), inspirada em Simone Weil, denomina de enraizamento, visto que simboliza a condição material de sobrevivência das práticas populares desses sujeitos. Cf. BOSI, Alfredo (org.) **Cultura brasileira**- temas e situações. São Paulo: Ática, 1987.

outros peixes”¹⁷⁵, referindo-se à pesca em meados do século XX, que ocorriam sem grandes impedimentos.

Neste capítulo, considerando que muitas pessoas se estabeleceram na cidade de São Francisco a partir de intensas, difusas e contínuas movimentações, inserindo-se aí no trabalho com a pesca, a proposta é a de analisar os modos de vida desses pescadores, antes e depois da enchente de 1979. Esse evento histórico¹⁷⁶ fez as populações ribeirinhas se locomoverem em busca de lugares de morada mais seguros, gerando uma intensa luta pelo direito à cidade, como citado no capítulo anterior, impondo a centenas de famílias novas condições de vida. Desinstalados do campo, da terra e dos locais de origem, fizeram do espaço urbano uma arena de tensão, na qual o trabalho no rio foi se mostrando como um apoio essencial na tarefa de levar comida pra casa.

Sheille Soares de Freitas, abordando sobre a organização da cidade mineira de Uberlândia, e identificando, em face das desigualdades presentes, embates diversos entre projetos distintos de cidade, ressalta que, em meio às disputas pelo direito de morar nesse espaço, mesmo nas situações em que as pessoas estão em conflito com a lei, a escolha de ali fixarem morada pauta-se na prioridade que é a própria sobrevivência¹⁷⁷. Essa discussão me fez compreender que, no caso de São Francisco, a lógica é a mesma, uma vez que, nesse processo de sair dos seus lugares de origem, esses “despossuídos urbanos” acionaram nessa nova vida os meios de que dispunham para terem melhores condições de vida. Assim, munidos de saberes e fazeres acumulados pela experiência, primeiramente utilizaram a pesca para sobreviver e passaram a fazer escolhas constantes nas relações tecidas na urbe. Agir, reagir, calar-se, falar, avançar, recuar, a todo o momento a vida lhes exigia uma atitude para conquistar a reprodução da própria vida.

Nesse processo, a partir das falas dos pescadores e de outras fontes com as quais tive contato, consegui visualizar dois momentos vivenciados por eles, o do tempo em que havia abundância de peixes no rio São Francisco, aspecto relevante para a construção de

¹⁷⁵ Entrevista realizada com Benedito Dionísio da Silva, pescador aposentado, 103 anos, no dia 06 de agosto de 2013, em sua residência em Januária-MG.

¹⁷⁶ Alessandro Portelli, em seu texto *O momento da minha vida: funções do tempo na história oral*, mostra que os eventos são identificados de acordo com um padrão de significado para quem está diante dele. Assim, o pra uma pessoa é evento significativo, pois que esta lhe atribui relevância e sentido, pra outra, pode não significar nada. A partir da análise das entrevistas realizadas, portanto, o “evento” da enchente do rio São Francisco em 1979 revela-se como um “ponto no tempo”, expressão de Portelli, ou seja, um marco significativo nas histórias de vida dos pescadores e ribeirinhos em geral. Cf. PORTELLI, Alessandro. *O momento da minha vida: funções do tempo na história oral*. In: ALMEIDA, Paulo R. et al. (Orgs). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’água, 2005. p. 296-313, p. 309.

¹⁷⁷ FREITAS, Sheille Soares de. **Por falar em culturas...: histórias que marcam a cidade**. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009, p. 105.

modos de vida próprios, mais evidente até a década de 1980, e outro em que os peixes começaram a desaparecer, impondo aos pescadores outra realidade, a da escassez, situação que foi se intensificando ao longo do tempo e que na segunda década dos anos 2000, é percebida tanto por esses profissionais, quanto por estudiosos do rio São Francisco. Na mudança entre o tempo de fartura e o de escassez foi preciso compreender as razões dessa transformação, os elementos que possibilitaram essa mudança no trabalho e, consequentemente, na vida dos pescadores artesanais.

Na constatação de que a vida não é mais a mesma, um conjunto de memórias foi acionado por esses pescadores, apontando, em meio a um clima de saudosismo, para as belezas do rio São Francisco existentes noutros tempos e mostrando como era diferente a vida do pescador se comparada aos tempos atuais. Neste ato de nomear sua condição de vida, sua memória é composta, enquanto prática reflexiva, sobre o modo como se está (no presente), dizendo o que mudou, o porquê e o como foi mudando, atribuindo sentido às mudanças da vida social¹⁷⁸. Além da fartura de peixe que o rio oferecia, o jeito de trabalhar era outro, como outros também eram os sentidos que se dava ao rio, ao trabalho, à vida.

Na construção de sentidos para suas vidas a partir do tempo em que se fala, em meio a um quadro de assoreamento do São Francisco, de proibições diversas à prática da pesca, dentre outros aspectos, mas sempre trazendo para o presente suas vivências do passado, esses pescadores possibilitaram um mapeamento dessas mudanças nos seus modos de vivência, fazendo-me compreender os conflitos, as tensões e contradições existentes em suas vidas de profissionais da pesca no rio São Francisco.

2.1. Antigamente era assim...: vida e trabalho dos pescadores artesanais em tempos de fartura

A constatação mais evidente na vida dos pescadores e dos ribeirinhos em geral, de meados do século XX até os anos 1980, é a da fartura de peixes no rio São Francisco. Fotos, entrevistas, jornais, relatos de viajantes, todas as fontes me apontaram que a abundância de peixes naquele período, independentemente de suas espécies, era de impressionar. A piscosidade era tamanha que foi caracterizada com uma “feição de milagre” por Moojen,

¹⁷⁸ CALVO, Célia Rocha. Narrativas orais, fontes para investigação histórica: culturas, memórias e territórios da cidade. **História & Perspectivas**. Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Cidade e Trabalho. Fontes Oraís: perspectivas de investigação. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. V.23, n.42, jan/jun, 2010, p. 17.

autor citado pelos irmãos Godinho e Godinho¹⁷⁹, e qualificada como “fabulosa” por Carlos Lacerda¹⁸⁰, em seu relato de viagem à região como membro da União Nacional dos Estudantes, no início da década de 1960, identificando peixes que chegavam a 1,80m e 70 Kg.

No município de São Francisco esse quadro também se fazia presente. Peixes enormes e em grande quantidade eram comuns no cotidiano dos pescadores da cidade. Nas fotos, a seguir, exemplos dessa realidade, mostrando a família de um antigo pescador, senhor Bolivar, junto a companheiros de pesca e surubins com mais de um metro de comprimento, capturados com anzóis e em canoa feita de apenas um tronco, atualmente em desuso.

FIGURAS 05 E 06 - PESCADORES ARTESANAIS EM TEMPOS DE ABUNDÂNCIA DE PEIXE NO RIO SÃO FRANCISCO. SÃO FRANCISCO-MG.



Fonte: Arquivo pessoal de Maria do Perpétuo Socorro. 20 jan. 1965.

Essa situação compartilhada pelos ribeirinhos, ao longo do São Francisco, em certa medida, favoreceu a construção de um jeito de viver próprio dos pescadores ali presentes. Na análise de suas vivências, identifiquei pelo menos dois aspectos que, no seu conjunto, mostram como esses profissionais viviam naquele período: o econômico, entendido como suas relações construídas no processo produtivo (captura do peixe), na comercialização e dinamização da sobrevivência; e o aspecto das sociabilidades tecidas por esses pescadores naquele momento, revelando uma cultura que se dava para além dos interesses econômicos.

¹⁷⁹GODINHO, H. P. & GODINHO, A.L. (Orgs.). Breve visão do São Francisco, p. 15-24. In: GODINHO, H. P. & GODINHO, A.L. (orgs). **Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003, p. 18.

¹⁸⁰LACERDA, Carlos. **Desafio e Promessa: o rio São Francisco**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1965.

Sobre o primeiro aspecto, é importante ressaltar, desde já que, diante da abundância de peixes no rio, o trabalho de captura se dava de uma forma bastante peculiar num tempo em que a preocupação ambiental e uma fiscalização/punição praticamente não existiam. Na verdade, a opulência dos recursos naturais disponíveis, em geral, tirava da atenção dos ribeirinhos e do poder público uma postura radical de defesa do meio ambiente, principalmente no que se refere aos peixes e à disponibilidade de mata nativa ao longo do São Francisco.

Até o ano de 1962, quando, por meio da Lei Delegada nº10¹⁸¹, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE). A Marinha do Brasil e o Ministério da Agricultura se revezavam na função de regulamentar o trabalho da pesca pelo interior e pelo litoral do Brasil. A SUDEPE regulamentou a pesca no país até 1989, quando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) (vinculado ao Ministério do Interior) fora criado, e assume as funções ligadas à pesca.

Em Minas Gerais, com o objetivo de detectar a situação da pesca e a fim de auxiliar as autoridades governamentais a traçarem diretrizes para o desenvolvimento desse setor, foi divulgado em 1985 um *Diagnóstico da Pesca e Piscicultura em Minas Gerais*. Por esse documento nota-se que naquele momento específico a maioria dos pescadores artesanais não tinha registro junto à SUDEPE, sendo desconhecidas tanto a quantidade desses profissionais pelo estado, como também o número de peixes capturados por eles¹⁸². A produção do pescado e a própria condição desses pescadores artesanais, ao que tudo indica, careciam de maior atenção por parte do Estado.

Entre 1962 e 1989, em todo o país o processo de institucionalização do pescador artesanal se deu de forma lenta e gradativa, intensificando-se a partir da década de 1990, quando a questão ambiental esteve mais presente na pauta de prioridades dos governos e a associação às colônias de pescadores se impôs como uma necessidade diante do controle governamental sobre o setor. Um conjunto de leis, regras, normas, gradativamente foi sendo incorporado, de modo coercitivo, no cotidiano desses pescadores por meio de órgãos do governo. Chegou-se a ser instituído um novo Código de Pesca no Brasil, através do Decreto nº 221 de 28 de fevereiro de 1967. Por esse código, eram estabelecidas as novas normas para

¹⁸¹BRASIL. Presidência da República. Lei Delegada nº10, de 11 de outubro de 1962. Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/ldl/ldl10.htm>; acesso em 23 nov.2013.

¹⁸² Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais. EPAMIG. Diagnóstico da Pesca e Piscicultura em Minas Gerais. 1980-1985. Fotocópia. p.9 e 14.

o exercício da pesca em todo o território nacional, já que o anterior, o primeiro criado no Brasil, no governo de Getúlio Vargas, datava de 1938 (Decreto-Lei nº 794, de 19/10/1938).

Apesar da criação da SUDEPE, a preservação dos recursos naturais durante a existência dessa entidade pareceu um tópico de menor importância, muito em razão dos limites de ação da própria SUDEPE, que não tinha “condições operacionais (recursos financeiros, humanos e materiais) para o desempenho de suas funções”¹⁸³, sem contar com a grande extensão do território nacional como obstáculo para esse objetivo ambiental.

O relaxamento na fiscalização sobre o trabalho pesqueiro no São Francisco, percebido também a partir das entrevistas, tornou possível identificar uma prática que os próprios pescadores reconhecem ter exercido em seu trabalho diário: a matança indiscriminada de peixes. Nesse processo, as técnicas utilizadas para a captura do peixe nem sempre se davam por meio das usuais varas de pescar, redes ou tarrafas. Para capturar um maior número de pescado, utilizavam técnicas rudimentares, atualmente consideradas ilegais¹⁸⁴. Analisando a situação, pressionado pela condição vivenciada no momento de sua fala, ou seja, a falta de peixes no rio São Francisco, entre alguns pescadores artesanais percebe-se uma *mea culpa* no que se refere às formas utilizadas em outros tempos. Muitos deles reconhecem em suas trajetórias profissionais um passado marcado por diferentes tipos de pesca predatória:

E a gente matava o peixe com a maior crueldade, né? Fazia a rapa do Timbó e o Tingui, você rapava aquela rapa do Tingui ou Timbó, batia na água e aquela água

¹⁸³ ASSOCIAÇÃO dos Engenheiros de Pesca do Distrito Federal. Pesca nacional: é preciso mudar. Brasília, jun.1986, p. 3. Fotocópia.

¹⁸⁴ Os tipos de equipamentos permitidos atualmente são regulamentados pela lei 12265, de 24 de julho de 1996, que dispõe sobre a política de proteção a fauna aquática e de desenvolvimento da pesca e da aquicultura no estado. No seu capítulo IV, Dos aparelhos e métodos, art. 11, instrui-se: Art.11 - Os aparelhos de pesca, métodos ou técnicas permitidos são constantes do artigo 6º deste Decreto e as licenças, registros ou autorizações, por categoria específica, conforme dispuser a legislação. I - Os aparelhos de pesca de uso direto para captura ou extração de pescado devem ser identificados, com as seguintes especificações: a) embarcações, consistindo no meio de transporte aquático, independentemente do comprimento, todas as que forem empregadas na realização de atividade relativa a pesca, devendo conter o número do Registro Geral - RG do licenciado junto à Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP, em sua lateral direita, na parte superior da proa, com letras e números em cores vivas, com tamanho padrão de 10 (dez) centímetros; b) redes de emalhar, que conterá lacre de controle e plaquetas de identificação, confeccionadas em alumínio, com formato triangular, na medida de 7 (sete) centímetros, cantos arredondados, contendo número da licença de pesca estadual, da zona autorizada e número de metros quadrados de rede estendida; c) tarrafas, que deverão conter lacre de controle e plaquetas de identificação, confeccionadas em alumínio, com formato retangular, tamanho de 2 (dois) por 5 (cinco) centímetros, cantos arredondados, contendo o número da licença de pesca estadual e a zona autorizada, afixadas em sua parte superior; d) espinhéis, que deverão conter lacres de controle e plaquetas de identificação, nos moldes do estabelecido para tarrafas. II - Caniços, molinetes, linhas, anzóis e outros autorizados pelo órgão competente ficam dispensados de lacres de controle e plaquetas de identificação. III - Os tamanhos mínimos de malha permitidos para redes e tarrafas serão estabelecidos em portarias específicas pelo órgão competente. IV - Para efeito de mensuração das malhas de redes e tarrafas, considera-se o tamanho da malha como sendo a medida tomada entre os eixos dos nós dos ângulos opostos da malha esticada, expressos em centímetros.

por onde passava, distante seis, oito, dez quilômetros, descia matando o peixe, mas não tinha tempo de peixe que não morresse e eu era fanático naquilo¹⁸⁵.

O arrastão era uma rede que antigamente era feita de caroá, né? De um mato, de um cipó que tem no cerrado. Então a gente tirava e tecia. (...) Então tinha os arrastões, a gente dava os lances de arrastões pra pegar uma quantidade de peixe. Tinha um produto chamado Timbó, né, batia na água, aí os peixes ficavam boiando porque a água amargava muito, aí era hora de eles fechar o círculo, e todo peixe ficava preso tipo um balaio. Então era muito bonito. (...) quase nada ficava, porque arrastava tudo de uma vez¹⁸⁶.

Tinha aquela pescaria. Eu acho que foi aquela pescaria que acabou mais com o peixe, o Surubim. Porque [era] uma pescaria que você botava o trem no chão arrastando a rede grossa, surubim batia, mas não furava. Eu tinha uma rede...metia o pau essa rede¹⁸⁷.

As redes de “caceia” era rede que andava submersa, e matava muito peixe. Que o peixe naquele tempo não conhecia o que era rede, eu comecei a pescar com eles [referindo-se a dois amigos com os quais aprendeu a pescar]. Era anzol, corda, nós matava muito peixe e aí eu gostei da pescaria e continuei, mas aí já veio através da Piracema¹⁸⁸, depois de muito tempo a SUDEPE [Superintendência de Desenvolvimento da Pesca], que a primeira fiscalização foi a SUDEPE¹⁸⁹.

Elencar a utilização do timbó, cipó do cerrado com poder de envenenar os peixes após ser comprimido e soltar seu sumo na água, ou das próprias redes de caceia que, no trabalho dos pescadores, são capazes de cobrir uma grande área do rio e de modo indiscriminado arrastar, mesmo no fundo do rio, todos os tipos de peixe com os mais diferentes tamanhos, foi o meio de alguns pescadores anunciarem que a forma de pescar era outra. Há relatos entre os pescadores de que alguns deles chegaram a pescar duzentos peixes num único dia.

Nos períodos de seca, quando as águas chegavam a níveis muito baixos, no rio e também nas lagoas marginais, principalmente nessas últimas, os peixes pequenos e grandes ficavam expostos a uma captura sem muito esforço. O senhor Petrônio Braz, Fiscal de Caça e

¹⁸⁵ Entrevista realizada com o senhor Fabiano da Silva Sales, pescador aposentado, 82 anos, no dia 11 de setembro de 2013, em sua residência no bairro Bandeirantes em São Francisco-MG.

¹⁸⁶ Entrevista realizada com América Geralda da Silva, pescadora, 49 anos, no dia 03 de janeiro de 2013, em sua residência no bairro Sagrada Família, em São Francisco-MG.

¹⁸⁷ Entrevista com o Sr. Paulo Sérgio de Almeida Bastos, 74 anos, pescador aposentado, no dia 26 de novembro de 2011, em sua residência em São Francisco-MG.

¹⁸⁸ Segundo o Instituto Estadual de Floresta de Minas Gerais – IEF-MG, a palavra piracema é de origem tupi e significa “subida do peixe”. Refere-se ao período em que os peixes buscam os locais mais adequados para desova e alimentação. O fenômeno acontece todos os anos, coincidindo com o início do período das chuvas, entre os meses de novembro e fevereiro, período, portanto, proibido à pesca. O diretor de fiscalização da pesca, Marcelo Coutinho Amarante, explica que as restrições na pesca durante o período da piracema têm como objetivo garantir que os peixes nativos da região possam procriar em seu período de reprodução. “O período piracema é fundamental para a reposição das espécies que vivem nos rios, barragens e represas do Estado”, afirma. MINAS GERAIS. IEF. Piracema. Disponível em < <http://www.ief.mg.gov.br/pesca/piracema>>; acesso em 12 mar 2012.

¹⁸⁹ Entrevista realizada com Vanilson de Jesus dos Santos, pescador, 64 anos, no dia 30 de julho de 2013, em sua residência no bairro Centro, em São Francisco-MG.

Pesca em São Francisco na década de 1960, mesmo mostrando que havia alguma fiscalização, ressalta que a pesca predatória era algo comum.

Já se vão muitos anos. Eu fui Fiscal de Caça e Pesca em São Francisco. Era funcionário da Secretaria Estadual de Agricultura e fui designado para as funções de Fiscal de Caça e Pesca. Nossa função era não apenas a de fiscalizar, mas principalmente a de regularizar a situação dos pescadores e coibir a caça. Nos idos de 1960 os pescadores em São Francisco não possuíam nenhuma organização profissional e a pesca, muitas vezes, era predatória, especialmente nas lagoas, durante o período de seca (de maio a agosto). As lagoas sempre foram criatórios de peixes, mas os pescadores destruíam, praticamente, todos os peixes das lagoas durante a estação da seca, mesmo porque algumas lagoas secavam¹⁹⁰.

A característica artesanal do trabalho na pesca se dava não apenas por meio dessas técnicas rudimentares. O primeiro presidente da Colônia de Pescadores Z-3, senhor Severiano Rendeiro, conhecido como “Seu Viana”, 98 anos, referiu-se às antigas formas de pesca, revelando que “naquele tempo tinha a pescaria de galha de pau, tinha a pescaria de rede de caroá”¹⁹¹, ambas totalmente em desuso nos dias de hoje. Observando as mudanças que a pesca artesanal tem sofrido nas últimas décadas, o senhor Vanilson relembra das dificuldades da pesca realizada antes dessas tecnologias:

Antigamente eu não tinha um motor. Era no remo, saía no remo, pescava, vinha, não tinha aquele negócio de ter motor. Não tinha aquele negócio de estar comprando gasolina, era no remo purinho. (...) tinha de ir no remo e pescar a noite, no remo, e voltar no remo. Então dava até que você ia numa semana e na outra você já não ia, porque o corpo **tavadoendo**. E dava pra ir quando melhorava. Meu corpo hoje tá bom, então eu vou. Era assim, mas depois que chegou o motor ficou tudo **fácil** pra pegar o peixe, ficou que aí você vai todo dia e não tem aquele **cansaço** de remo e **pesca onde quer**¹⁹². (grifos meus)

Relevante é perceber que por detrás de sua condição de trabalho, que o senhor Vanilson expressa um conjunto de fatores internos percebidos através de suas experiências. Assim, não possuir um motor para o trabalho não revelava apenas sua condição econômica, mas também um elemento de pressão em sua lida diária, já que, na falta, utilizar o remo continuamente era uma tarefa que resultava em dores, cansaço, falta de liberdade para se

¹⁹⁰ BRAZ, Petrônio. Email. 19 set. 2012, 22:31.

¹⁹¹ Entrevista realizada com o senhor Severiano Gomes Rendeiro, 92 anos, no dia 17 de junho de 2012, em sua residência no Jardim Graziela, em São Francisco-MG.

¹⁹² Entrevista realizada com Vanilson de Jesus dos Santos, pescador, 64 anos, no dia 30 de julho de 2013, em sua residência no bairro Centro em São Francisco-MG. (grifo meu).

pescar onde desejasse, e ainda um critério para avaliar que nos dias atuais os instrumentos de pesca tornaram esse trabalho mais fácil, menos desgastante.

O caráter rudimentar e artesanal desse trabalho era percebido pela ausência de elementos modernos para o seu desenvolvimento. Assim, a utilização de barcos e canoas feitas de madeira, bem como o uso de redes fabricadas com elementos da natureza (fibras, cipós, etc.) e ainda os meios de captura dos peixes (envenenamento, rede de caceia, etc.), faziam da pesca naquele período, uma atividade que por si só revelava as condições de trabalho daqueles que a desenvolviam.

Um estudo do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), sobre o potencial pesqueiro na Área Mineira do Polígono das Secas, aponta que no ano de 1962 a pesca era responsável por grande parte do volume e valor da produção da região, apesar das técnicas rudimentares e predatórias. O documento assinala a ausência de fiscalização e de estudos ictiológicos¹⁹³, o que provocava a redução da atividade industrial e a extinção gradativa de certas espécies de pescado com melhor aceitação no mercado consumidor, como o surubim e o dourado¹⁹⁴.

A presença do pescado no comércio da cidade de São Francisco era contínua. Após a captura, um antigo pescador, conhecido como “João Búzio”, saía avisando que havia peixe nas margens do rio, por meio de um anúncio sonoro, estridente, emitido por um instrumento de sopro cilíndrico feito de zinco, denominado pelos moradores como “búzu”. Pelo hábito de sempre utilizar esse instrumento o pescador ficou conhecido no local como “João Búzu”, apelido que marcou seus descendentes como a família dos “Búzu”.

A forma como se dava esse processo de pesca e comercialização na beira do rio foi descrito em prosa poética por João Naves de Melo:

O PESCADOR JOÃO BÚZIO - Negro véu cobre o rio. Dormem as águas sem murmúrio. No teto do mundo, um painel cintilante que nem bando de vagalumes resplandece. Tudo tão quieto. O bico da canoa espeta o rio de manso; remadas cadenciadas, sem força, vão ferindo a água sonolenta; borbulhinhas saltitam, levantam suas maretas, uma esteira na passagem do barco – sai o pescador para mais uma jornada. Num remanso, puxa o jequi; ali – pequena enseada – joga a tarrafa; além, no braço do rio que se abre pelo lado da ilha – rasas águas – puxa a rede estendida. Tendo uma noite de sorte o pescado forra o fundo da canoa: curimatãs – a maior parte; surubins – se a sorte é grande; curvinas – com a promessa das pedras para servir de remédio; pocomãs e caris, menos apreciados, não menos saborosos numa boa moqueca. A barra do dia vai subindo preguiçosa. O rio acorda – leves maretas lavam o roso do barranco; a natureza abre os olhos: ruídos de toda banda. (...) A vida acorda. O pescador vira o bico da canoa e rema forte de volta ao porto. Atraca-o no barranco, em toco bem fincado, juntando-se ao companheiro de jornada.

¹⁹³ Relativo ao estudo dos peixes.

¹⁹⁴ BDMG. **Área Mineira do Polígono das Secas**: situação e problemas. Belo Horizonte, 1967, Tomo II, p. 63.

Um leve alarido e o manejar dos peixes, em esperta arrumação, de modo que os mais bonitos e especiais fiquem à mostra. Instintivamente, retira do fundo da canoa um instrumento muito rude, feito de folha de flandres, por ele mesmo – uma espécie de megafone. Faz a chamada, ecoa um som de corneta, como um berrante, porém mais esganiçado. O som vai se repetindo, imitando as ondas, quase sem parar, só o tanto para chupar o ar e encher os pulmões; sobe o barranco, invadindo os casebres ribeirinhos: ultrapassa o largo, onde bois soltos lambem a grama orvalhada arrancando folhinhas sem sofreguidão, e penetra pelas ruelas mais além. Zoando, zoando, zoando. O que já está de pé, dos tradicionais madrugadores, assunta: está na hora. Outros, pelo zunido acordados, metem pernas acima uma calça surrada, os pés nas precatas, pegam a trilha rumo ao rio. De repente, forma-se uma procissão: homens/mulheres, todos atraídos pelo toque dos pescadores, como canto de sereia. Encanto. Manhã de peixe fresco. Do velho costume, hoje só história. Restou apenas um nome – Búzio, do instrumento (a modo dos pescadores do mar que soprando em conchas de moluscos, anunciavam a sua chegada ao porto). Pescadores, muitos, formavam um magote, compondo aquela orquestra incomum, mas apenas um carregou o vocábulo que se tornou popular, tradição de pai para filho. Até hoje é conhecido na cidade, como nome de uma família: João Búzio¹⁹⁵.

Nas relações comerciais nem sempre essa fartura de peixes significava bons rendimentos. A abundância do pescado no comércio local era tamanha que forçava o preço do produto para baixo, já que a quantidade de compradores na cidade era reduzida. É o que se verifica nos discursos dos pescadores:

De primeiro nós pegava era canoa de peixe. Até minha mãe, que mora na Raul Paixão, no [bairro] Bandeirante, eu ia mais meu irmão pescar, e minha mãe [dizia]: ‘para menino, pode parar com isso, se eu não dou conta de tanto tratar peixe não’. Eu falava assim: ‘ô mãe, vamos embora fazer isso, vamos embora encher uma canoa de peixe e vender’. [A mãe:] Ó, meu filho, não compensa não, baratinho demais’. Só dava trabalho, né? Ia vender e não dava nada. Aí nós trazia peixe aqui na cidade e vendia. Moço... as coisa naquele tempo era barato demais, num tenho vergonha de contar não”¹⁹⁶.

Era baratinho, mas você tinha o pão certo, porque naquele tempo a dificuldade era pra você vender o peixe, porque pegar era mais fácil. Não é igual hoje, que a dificuldade é de você ter o peixe pra vender e antigamente não, a dificuldade era pra vender o peixe, porque era pequeno demais e tinha muito peixe, tinha muito peixe. (...) Vendia ali baratinho aquele negócio todo. (...). O peixe que saía mais era o surubim. Se você pegasse o surubim, meu amigo, de qualquer maneira você vendia, era mais um peixe branco, Curimatá, pirá, pirá também não tinha valor naquela época, não tinha valor. Cansemo de pegar peixe e salgar pra fazer os fardos pra mandar pra Bahia, vender na Bahia.¹⁹⁷

Essas falas, que revelam uma subvalorização do produto do trabalho dos pescadores, confrontadas com a análise do BDMG, anteriormente exposta, mostra uma

¹⁹⁵ MELO, João Naves. **Do cerrado às barrancas do rio São Francisco**. São Francisco: Gráfica Santo Antônio, 2012, p.162-163.

¹⁹⁶ Entrevista realizada com Mariano da Silva Júnior, pescador, 53 anos, no dia 5 de maio de 2012, em sua residência no bairro Aparecida, em São Francisco-MG.

¹⁹⁷ Entrevista realizada com Vanilson de Jesus dos Santos, pescador, 64 anos, no dia 30 de julho de 2013, em sua residência no bairro Centro, em São Francisco-MG.

preocupação com a pesca predatória de espécies com “melhor aceitação de mercado”, e me levam a refletir sobre as razões da prática predatória por parte dos pescadores. Isso porque, ao que parece, o fato de os peixes serem comercializados por um preço muito baixo no mercado local, principalmente em razão da abundância no São Francisco, forçava os pescadores a terem o máximo desse produto para que pudessem, ao final do dia, obter uma renda que compensasse o desgaste do trabalho. Além disso, em entrevista, muitos pescadores disseram que os peixes pequenos, quando capturados, geralmente eram descartados, dada a extrema dificuldade de venda. “É que primeiro cê não pegava peixe miúdo, que ninguém comprava. O povo só queria peixe bonito. Se pegasse um peixe miúdo era mesmo pra ele assar e fritar, porque pra ele vender, oooo gente!! Perdia tudo aí. Com tanto peixe grande, ninguém ia comprar miúdo, pra quê? Não comprava”¹⁹⁸, reitera o senhor Vanilson. A prática de matar muitos peixes de uma vez impunha a necessidade de se capturar o mínimo necessário para a aquisição de outros produtos que os pescadores artesanais só tinham acesso pela compra, como o açúcar, o óleo, o querosene, dentre outros.

Essa desvalorização dos peixes refletia na própria desvalorização do trabalho dos pescadores. Desse modo, utilizar-se da pesca como um meio de sobrevivência, por si só, não significava necessariamente um *status* nas relações sociais e econômicas, pelo contrário, era uma condição de vida repleta de dificuldades. Ao me deparar com esse quadro de desvalorização social indaguei-me sobre o “lugar” desse pescador, sobre sua visualização nas interações, sobre sua importância enquanto profissional.

Encontrei algumas pistas nos livros de certidões de casamento do Cartório de Registro Civil de São Francisco, referentes às décadas de 1960, 1970 e 1980, quando ainda era necessária a declaração das atividades exercidas pelos nubentes. Nesses documentos percebi que as profissões de lavrador, entre os homens, e de empregada doméstica, entre as mulheres, eram as que dominavam as atividades laborais das camadas populares dessa cidade, pelo menos nas certidões analisadas. Os raríssimos casos em que os noivos se declararam pescadores me deram indício de que essa atividade era tão desvalorizada quanto o produto do seu trabalho, o peixe. Mesmo que muitas pessoas fossem ao rio pescar peixes para comer, trocar ou vender, essa atividade não era vista como profissão. Por tal condição, o senhor Higino, um dos mais experientes pescadores com o qual tive contato, coloca em questão a própria existência desses sujeitos. Segundo ele, “antes não tinha pescador. Era se acaso, se

¹⁹⁸Entrevista realizada com Vanilson de Jesus dos Santos, pescador, 64 anos, no dia 30 de julho de 2013, em sua residência no bairro Centro, em São Francisco-MG.

acaso tinha um. O povo morava pra roça”¹⁹⁹. Apesar dessa noção construída em relação à realidade de São Francisco, não cabe aqui pensar que não existiam pescadores naquele tempo. Isso significaria negar a própria existência de centenas deles que sempre fizeram da pesca um meio de sobrevivência. Prefiro somente pensar que eram desvalorizados socialmente e que não eram reconhecidos enquanto categoria profissional.

Na verdade, essa questão passa pelo processo de profissionalização dessa atividade, que só vai ter grandes avanços após a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando os pescadores artesanais serão equiparados aos trabalhadores rurais, obtendo nessa nova condição os mesmos direitos previdenciários e trabalhistas daqueles que atuavam no campo. Até então, não havia direitos para essa categoria, uma realidade que ganha sentido nas palavras do pescador Raimundo Bispo, em entrevista, quando diz: “antigamente a gente não era nem gente”²⁰⁰. Não ser gente significa, para esse pescador, não ser reconhecido, não ter direitos, não ter garantias sociais, não ser nem ao menos contemplado pelas políticas públicas do governo.

Para se ter ideia da desvalorização do peixe, o jornal *SF-O Jornal de São Francisco* trouxe, na edição de 8 de abril de 1973, uma tabela de preços criada pela Prefeitura Municipal em conjunto com os proprietários dos frigoríficos, que era seguida pelos moradores de São Francisco. Nessa tabela o quilo do surubim era CR\$8,00; o Dourado (kg) CR\$6,00; o Pocomã e o Cari (Kg) CR\$4,00; e o quilo do Curimatá CR\$3,00²⁰¹.

Diante da especulação por parte dos donos de frigorífico, a tabela de preços era estabelecida com a chegada da Semana Santa, quando a procura pelo produto aumentava entre os consumidores, inclusive por outros centros comerciais, como Montes Claros, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. A necessidade de se estabelecer regras em relação à comercialização do peixe em São Francisco, ao que parece, surgiu da exploração descontrolada do produto pelos frigoríficos que revendiam a preços vultosos para os grandes centros, realidade denunciada pela imprensa local²⁰². Além do interesse do poder público em

¹⁹⁹ Entrevista realizada com Higino de Freitas Silva, pescadora, 67 anos, no dia 07 de maio de 2012, em sua residência no bairro Sagrada Família em São Francisco-MG.

²⁰⁰ Entrevista realizada com Raimundo Bispo Almeida, pescador, 44 anos, no dia 23 de agosto de 2013, em sua residência no bairro Santo Antônio em São Francisco-MG.

²⁰¹ SF-O JORNAL DE SÃO FRANCISCO. Varejo do Peixe durante a Semana Santa. Ano XIII, nº533, 8 abr.1973, p.5.

²⁰² Em 1972, o SF- O Jornal de São Francisco publicou uma nota na primeira página do jornal, anunciando uma falta de regulamentação da saída de peixes da cidade: “O ‘SF’ tem recebido reclamações a respeito do controle do mercado de peixe em São Francisco, pois conforme se alega, todo pescador em nosso município é controlado pelos frigoríficos que cuidam de sua exportação para outros municípios. Com as reclamações vêm os pedidos de providências, por parte das autoridades competentes, para regularizar o mercado do peixe na cidade”. SF-O JORNAL DE SÃO FRANCISCO. Peixes. Ano XII, nº484, 23 abr.1972, p.5.

recolher taxas pela exportação desses peixes, como citado no capítulo anterior, havia também uma tentativa de controlar o processo produtivo nesse setor. Na mesma reportagem em que veio publicado o tabelamento do valor dos principais peixes do rio São Francisco o, então, prefeito Oscar Caetano Júnior, regulamentou o seguinte:

1. A exportação de peixe a partir do Domingo de Ramos só será permitida com licença especial da Prefeitura e mediante comprovação de excesso de estoque; 2. Os frigoríficos venderão os produtos a varejo, em suas instalações diretamente aos consumidores durante toda semana santa no horário de 6 às 18h; 3. Os pescadores e ambulantes de peixe venderão o produto também diretamente ao povo, na beira do rio ou à domicílio²⁰³.

Permitir a exportação mediante licença, comprovar a existência ou não de excesso de estoque, determinar local e horário para a venda dos peixes, se mostravam, a meu ver, como mecanismos de controle acionados pelo poder público sobre os pescadores já naquele período. Além de não serem reconhecidos como profissionais, serem desvalorizados tanto nas atividades que desenvolviam, quanto no produto que capturavam diariamente, os pescadores também vivenciavam uma realidade em que os grandes beneficiados eram os frigoríficos e comerciantes de outras cidades, que ficavam com o maior quinhão do lucro.

A inexistência de uma instituição coletiva na cidade de São Francisco até a década de 1980, que pudesse auxiliar os pescadores artesanais na comercialização do pescado, fez dos frigoríficos existentes na época os principais intermediários entre os trabalhadores da pesca e o mercado consumidor externo. Com uma capacidade de estocar nos seus congeladores, equipamentos esses que os pescadores não possuíam, os frigoríficos controlavam o processo produtivo do pescado. Quanto aos pescadores, recebendo a menor parte do lucro, revelavam-se como mão de obra barata, explorada pelos donos desses estabelecimentos e por compradores de outros mercados consumidores. Os principais frigoríficos citados pelos pescadores de São Francisco eram de propriedade dos senhores Guilherme e Aldair Cordeiro. Dona América Geralda da Silva, sobrinha de Altair Cordeiro, relembra como era esse processo:

Todos os pescadores trabalhavam para ele [Altair Cordeiro], principalmente meu pai [também pescador], todo peixe era pra ele, né? Aí tirava o que era para alimentação, muitas vezes meu pai nem tirava porque a gente pescava por ali mesmo, todos os filhos não dava conta de peixe. Era muito farto de peixe naquele tempo. Só hoje que é muito difícil, mas todos os pescadores destinavam o peixe para o frigorífico do senhor Altair Cordeiro. Daí ele mandava, era importado [entenda-se exportado] para Montes Claros, pra outras cidades aí, aqueles que já estava trabalhando aqui no

²⁰³SF-O JORNAL DE SÃO FRANCISCO. Varejo do Peixe durante a Semana Santa. Ano XIII, nº533, 8 abr.1973, p.5.

frigorífico já fazia a exportação para outra cidade. Eles só traziam da beira do rio, os barcos traziam pra aqui, e daí era transportado para outra cidade²⁰⁴.

O que se percebe é que o mercado local não era suficiente para escoar a grande produção do pescado. Se o objetivo era lucrar com essa atividade, outros mercados eram necessários. Assim, outros consumidores concorriam na procura pelo peixe do São Francisco. Segundo a revista *Nossa História*: São Francisco, até meados da década de 1960 os peixes do rio São Francisco eram os mais apreciados pelos “gourmets” da capital mineira e também do Rio de Janeiro e de Montes Claros. “O antigo pescador, seu Dió, morador da ‘Colônia de Pescadores’, relembra que quase todos os dias, pousava um avião ‘teco-teco’ que vinha comprar peixes dos pescadores são-franciscanos”²⁰⁵, além do “teco-teco”, vinham aviões maiores de empresas ou de particulares, e também os aviões do Correio Aéreo Nacional(CAN) da Força Aérea Brasileira.

Apesar desses intermediários limitarem os ganhos dos pescadores, estes no seu cotidiano, por terem livre acesso aos peixes do rio, garantiam sua sobrevivência utilizando-se da pesca para consumo próprio. Porém, não sobreviviam apenas do consumo de peixes, que, aliás, na falta de geladeiras em suas residências, tinham que ser salgados, estirados em varais estendidos nos quintais para que, tornando-se não perecíveis por um tempo maior, fossem vendidos nos barcos a vapor que diariamente atracavam no porto de São Francisco ou em outras cidades e povoados próximos.

Para adquirirem produtos de difícil acesso como o arroz, a carne (produto de luxo), roupas, etc., a aquisição dessas mercadorias se dava por meio da troca pelo seu produto *in natura*. Relembrando as vezes em que saía para pescar em outras partes do rio, já no município vizinho de Januária, e retornando a São Francisco, o senhor Paulo Sérgio ressaltou a forma como adquiria outros produtos para levar para casa: “Nós saía de Januária nesse rio pescando, nós ia pescar até mais lá pra baixo. Nós saía de lá só com o sal, porque o peixe era salgado. E, às vezes, um arroizim, porque feijão, tudo trocado a troco de peixe, farinha, rapadura, era tudo”²⁰⁶.

²⁰⁴ Entrevista realizada com América Geralda da Silva, pescadora, 49 anos, no dia 03 de janeiro de 2013, em sua residência no bairro Sagrada Família, em São Francisco-MG.

²⁰⁵ PEIXES eram exportados em aviões. *Nossa História*: São Francisco. ano I, nº1, mai 2003, p.36. A Revista *Nossa História*, de São Francisco, constituiu-se numa produção particular de um editor de Montes Claros-MG (Dimas Lúcio Fulgêncio), através da colaboração de memorialistas de São Francisco-MG, tais como Brasiliano Braz, João Botelho Neto, João Naves de Melo, dentre outros, em registrar aspectos da cultura e da história de São Francisco. Apesar disso, a Revista não vingou noutras edições, findando-se em pouco tempo.

²⁰⁶ Entrevista realizada com o Sr. Paulo Sérgio de Almeida Bastos, pescador, 74 anos, no dia 04 de janeiro de 2013, em sua residência no bairro Quebra em São Francisco-MG.

O senhor Manuel relata que no período em que a piscosidade do rio era alta, o valor comercial do peixe caía de tal forma que o processo se invertia, diferentemente do que ocorre hoje, visto que antes o peixe era produto constantemente encontrado, a demanda não dava conta de tanta fartura. O senhor Manuel chegou a lembrar que para se comprar um quilo de carne era preciso que ele vendesse dois ou três quilos de surubim, situação inversa nos dias atuais, quando é possível comprar um quilo de carne e ainda sobra.²⁰⁷

A reflexão sobre essa realidade no trabalho desses pescadores me levou a questionamentos relacionados aos seus modos de vida. Problematicar a “simplicidade” de suas condições tornou-se, portanto, uma necessidade dentro desta pesquisa. Tanto as entrevistas quanto as noções construídas pelos memorialistas, viajantes do século XIX que passaram por São Francisco e panfletos produzidos por órgãos oficiais, como o Ministério da Pesca ou a CEMIG insistentemente reforçam a imagem de que a vida dos pescadores era e é “simples”, sem muitos recursos, numa naturalização hegemônica de sua condição. A armadilha para se acreditar que esses pescadores viviam um dia de cada vez, não se preocupando com o futuro ou em acumular riquezas estava posta. O questionamento sobre essa “simplicidade” como uma característica inerente às suas vidas me apontou outra direção. Aos poucos fui entendendo que a “vida simples”, a “casa simples”, as “roupas simples” e seus “barcos simples” eram produtos das relações vivenciadas historicamente por eles, um lugar que lhes foi sendo imposto gradativamente ou nas palavras de Williams, uma cultura considerada como subordinação vivida²⁰⁸ [desses pescadores].. Isso porque as relações comerciais à base de troca para que o sustento se desse de forma efetiva para a própria família aliadas à desvalorização do seu trabalho e do produto desse trabalho (peixe), tornavam o valor econômico-monetário das coisas, ou mais especificamente, a lucratividade por meio do seu trabalho, um elemento pouco acessível a esses pescadores.

A desvalorização do seu trabalho e do peixe capturado era tão latente em suas vidas que, em face da fartura do pescado no dia a dia, muitos deles preferiam jogá-lo fora ou dá-lo para algum parente ou conhecido a sentir-se totalmente anulado num comércio que não reconhecia o valor do seu trabalho. Um exemplo é o que ocorria com a captura do cari, uma espécie de peixe menos apreciada pelos pescadores do que outros naquele período de fartura, ou ainda com os de menor tamanho, em geral, esses eram descartados. Tanto o “seu Dió”, quanto o senhor Januário relatam que era comum os pescadores jogarem os peixes caris nas

²⁰⁷ Entrevista realizada com o Sr. Paulo Sérgio de Almeida Bastos, pescador, 74 anos, no dia 04 de janeiro de 2013, em sua residência no bairro Quebra em São Francisco-MG.

²⁰⁸ WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 113.

“crôas”, servindo aos montes, como alimento para outros animais. O senhor Januário lembra que, quando era criança e pescava com o pai, a fartura de peixe era tão grande que ao passarpelas “crôas” do rio, referindo-se às extensões de areia formadas no meio ou nas margens do rio, encontravam grande quantidade de cari: “ninguém queria comer cari não, urubu comia que nem cachorro”, concluiu o pescador²⁰⁹.

Por trás dessa realidade, havia a garantia da pesca, a certeza de que o rio proporcionava o sustento da família, mesmo que o valor do peixe não fosse tão alto. “Você já saia, já podia ir até na certeza que você já vinha com o pão dentro de comer, era baratinho, mas você tinha o pão certo”²¹⁰, ressalta o senhor Antônio. Na mesma direção, a senhora América Geralda da Silva confirma essa constatação do passado:

Ó... lembro como hoje. Data de.... década de 70, por aí. Porque nessa década ele tinha bastante água ainda. Era um rio que você podia acreditar: não, vou buscar um dinheiro hoje. Você podia sair pro rio, poucas horas você chegava com um peixe, tava com um dinheiro na mão, né?²¹¹

O rio, a partir dessa concepção compartilhada pelos pescadores, se mostrava, ao que parece, como um bem comum de livre acesso e que beneficiava a todos indistintamente, já que ali “todos” podem pescar²¹². O senhor Ranulfo, revelando de quem acredita ser o rio, arrisca uma tese: “Eu não sei, eu não ouvi, mas pode ser da nação, né? De toda a nação. De gente a bicho, né? O peixe que é dono do rio. Pra mim o rio São Francisco pertence à nação, né?”²¹³, afastando qualquer noção de posse que ele, enquanto pescador, homem das águas, supostamente poderia ter.

²⁰⁹ Entrevista realizada com Januário Mendes Abreu, pescador, 57 anos, no dia 04 de janeiro de 2013, em sua residência no bairro Sagrada Família, em São Francisco-MG.

²¹⁰ Entrevista realizada com Vanilson de Jesus dos Santos, pescador, 64 anos, no dia 30 de julho de 2013, em sua residência no bairro Centro, em São Francisco-MG.

²¹¹ Entrevista realizada com América Geralda da Silva, pescadora, 49 anos, no dia 03 de janeiro de 2013, em sua residência no bairro Sagrada Família em São Francisco-MG.

²¹² A primeira vez que uma lei regulamentou a posse e o acesso às águas (mares, rios, etc.) foi em 1934, no Governo de Getúlio Vargas, através do Código das Águas (1934) e da própria Constituição Federal de 1934. Nesses textos legislativos a noção de uso comum das águas públicas é reforçada, mas paralelamente à outra ideia, a de que é privativa da União a função de legislar sobre as águas, sobre a pesca, etc. Adotamos uma linha de raciocínio de que essa “apropriação” do rio como espaço em que a União tem, privativamente, a função de regulamentar e, portanto, controlar o seu uso e legislar sobre o acesso a ele, é algo que, mesmo tendo início já na década de 1930, vai tomar forma e visibilidade apenas com a construção das Hidrelétricas na segunda metade do século XX. Por esse motivo e, ainda, pelo fato de o rio não ser objeto de propriedade por parte de fazendeiros, empresários, dentre outros, a noção de que o rio é de “todo mundo” ainda é forte no modo de pensar dos pescadores.

²¹³ Entrevista realizada com o senhor Ranulfo Figueira de Oliveira Silva, pescador aposentado, 87 anos, no dia 23 de agosto de 2013, em sua residência no bairro Quebra, em São Francisco-MG.

Os modos de vida construídos em torno do rio São Francisco, no período em que a abundância de peixes era uma evidência, constituíam-se também por um elemento tão importante quanto o a pesca, que era o trabalho nas ilhas, também chamadas vazantes, lugares de produção agrícola, nos quais inúmeros pescadores, muitos deles entrevistados nesta pesquisa, ainda trabalham para auxiliar no sustento de suas famílias. A existência das vazantes na vida dos pescadores aciona uma dinâmica de trabalho que segue a lógica da natureza, já que a agricultura nessas ilhas não é possível nos tempos de chuva (geralmente entre dezembro e fevereiro) quando as águas do São Francisco sobem a uma altura suficiente para encobri-las. Essa questão será aprofundada mais à frente, pois, com a falta de peixes nos tempos atuais as vazantes ganham maior destaque na vida dessas pessoas que atuam no rio.

Além de significar um espaço de trabalho na vida dos pescadores, o rio São Francisco, até a década de 1970, se mostrava como um lugar de sociabilidades diversas, encontros, vivências, expressão de crenças, enfim, como um espaço onde essas pessoas manifestavam a sua cultura. Nos momentos em que esses homens e mulheres da pesca não estavam diretamente atuando como pescadores, eles expressavam, de outras formas, os seus modos de viver na cidade de São Francisco.

Um desses momentos era a tradicional Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, protetora dos navegadores contra as tempestades e perigos do mar e dos rios, uma devoção existente no Brasil desde o período da colonização e que fora trazida pelos portugueses. Com uma presença maciça de pescadores nesses festejos, que aliás eram organizados pelos padres da Igreja Católica local, o evento religioso parecia uma forma de expressarem suas crenças, pedindo proteção ao seu trabalho de pesca. Não se sabe exatamente quando e como Nossa Senhora dos Navegantes foi inserida no rol de devoções da população da cidade de São Francisco. Porém, ao que tudo indica, a década de 1930 é uma referência temporal para essa festa, já que foi nesse período que o padre José Ribeiro, que aparece em muitas fotografias da festa, iniciou seus trabalhos na Igreja Matriz de São José, localizada nas margens do rio São Francisco. Nessa mesma década, mais exatamente em 1935, a igreja foi reformada pelo padre, quando foram colocadas nas duas torres da igreja as imagens de Nossa Senhora dos navegantes (à direita) e de São Sebastião (à esquerda).

O *SF-O Jornal de São Francisco*, registrou alguns aspectos dessa devoção na cidade: “todos os anos os fiéis e devotos da cidade comemoram a festa de Nossa Senhora dos Navegantes, sendo ela uma das tradicionais, que maior relevo tem entre nossa gente”²¹⁴. Na

²¹⁴ SF-O Jornal de São Francisco. Festa de Nossa Senhora dos Navegantes. Ano I. nº26. 18 set. 1960, p. 1.

festa, em geral, acontecia uma procissão de diversas embarcações pelo rio São Francisco, onde pescadores e moradores da cidade, o padre e o senhor José Reginaldo, este, coordenador da festa, uniformizado com as insígnias de Capitão do Mar e Guerra Imperial, levavam um andor ornamentado no interior de um batelão²¹⁵ com a imagem de Nossa Senhora dos Navegantes, geralmente ao som da banda de música da cidade.

FIGURA 07– PROCISSÃO NA FESTA DE NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES EM SÃO FRANCISCO-MG.



Fonte: ONG Preservar, década de 1960.

Em muitos locais do Brasil a devoção à Nossa Senhora dos Navegantes é comemorada todos os anos no dia 02 de fevereiro. Em São Francisco, porém, as festividades geralmente ocorriam em 08 de setembro, dia em que se celebra a natividade de Nossa Senhora. A razão da diferença entre essas datas se deve às difíceis condições de navegação do rio São Francisco no mês de fevereiro, visto que nesse período, em geral, o rio está muito cheio e perigoso devido às chuvas entre os meses de dezembro e fevereiro. Apesar de São Pedro ser, nos tempos atuais, conhecido como o protetor dos pescadores, cuja festa é comemorada no dia 29 de junho, em São Francisco a devoção a Nossa Senhora dos Navegantes tinha maior evidência. Com o fim dos festejos à santa, a partir da segunda metade

²¹⁵ Estrutura muito semelhante a um píer, utilizada por pescadores de todo o Brasil.

do século XX, São Pedro que já era celebrado em junho, mês também dedicado a Santo Antônio e São João, ganha destaque entre os pescadores.

Se nossa Senhora dos Navegantes fazia parte da tradição católica nesta cidade, São Sebastião também tinha seu espaço. Reconhecido pelos fieis como “Protetor contra a fome e a guerra” na tradição católica, a imagem de São Sebastião sempre era levada nas procissões e acompanhada por preces que os ribeirinhos faziam, pedindo a Deus por intermédio do santo que ele mandasse chuva e a terra seca se tornasse produtiva para os sertanejos. Numa região em que os períodos de seca geralmente eram (e são) longos, a chuva, essencial para dinamizar o processo de reprodução dos peixes, favorecendo as lagoas marginais se tornem verdadeiros criatórios das novas espécies do período da piracema, configurava-se para os pescadores como uma dádiva divina.

Em São Francisco havia o costume de as pessoas rezarem para chover. Numa matéria do *SF-O Jornal de São Francisco*²¹⁶, há o depoimento de Dona Adelina, uma senhora que morava na rua Direita, no centro da cidade. Segundo ela, a procissão era puxada pelos padres, que iam à frente de centenas de fiéis, percorrendo as ruas da cidade, da Igreja de São Félix ao cruzeiro que tinha no alto do cais ou em direção ao outro que se localizava no cemitério. Havia as procissões que andavam pela roça. Os fiéis se reuniam na Igreja de São Félix, todos descalços, mulheres e crianças e alguns homens levavam, equilibrando na cabeça, garrafas de água, pedras e ramos verdes. Geralmente a procissão acontecia quando o sol estava no meio do céu (aproximadamente meio dia). Nas ruas cantavam, rezavam ladainhas, rezavam o terço e depois de duas horas, ao pé do cruzeiro, todos depositavam as oferendas: a água, simbolizava a penitência durante toda a procissão, pedindo a Deus para aceitar o sacrifício durante aquelas horas do rigor do sol, implorando por chuva; a pedra, simbolizando o peso carregado como penitência para merecer a benevolência de Deus; e os ramos levados, como tradição, no sentido de implorar a Deus a chuva para tornar os campos verdes e as roças abundantes.

No rol de festividades dos pescadores estavam também as festas do Boi de Reis e da Folia de Reis, ambas comemoradas do dia 25 de dezembro a 6 de janeiro, e ainda a festa do Reis dos Cacetes, Dança do Carneiro, do São Gonçalo, entre outras. O Bairro Quebra, considerado pelos moradores de outros bairros como a “Vila dos pescadores”, era referência nessas festas populares, sendo que os pescadores eram os seus principais seguidores. “Seu

²¹⁶ MELO, João Naves. Folclore – Preces para chover I. **SF- O Jornal de São Francisco**. 08 de fevereiro de 1976, n.758, p. 2.

Dió”, um dos mais antigos pescadores de São Francisco, em entrevista ao Jornal *O Barranqueiro*, lembrou-se desse tempo:

O Quebra era muito pobre, sem luz e com as casas muito simples, mas havia muita alegria. Nas noites, depois das rezas, abriam-se as rodas da dança do Carneiro; eram bonitas e famosas as folias-de-reis, principalmente do Lúcio (Beijo-de-bife) e a dança do São Gonçalo do Severo e do Badé (a tradição vem sendo mantida pelo João Pomba-Triste).²¹⁷

Um pescador que marcou presença em muitas dessas festas foi o senhor Adão Fernandes de Souza, conhecido como “Adão Barbeiro”. Ele, além de trabalhar com os ofícios de barbearia e de pesca, liderava, com sua viola, os momentos em que os pescadores se reuniam não só para entretenimento, mas principalmente para expressar pelas danças parte de sua cultura, já que as letras das cantigas citavam toda a história do homem do campo. João Naves de Melo, numa homenagem a ele, expressou de forma poética o seu significado para a cultura local:

ADÃO, VIOLEIRO, BARBEIRO (...) Deixou ele sua tralha de vazanteiro em um canto da casa, tomou um belo banho e se arrumou para juntar-se ao seu grupo de foliões – o Terno de Folia que comandava iria fazer a costumeira jornada para festejar São Pedro, santo da sua devoção, como bom pescador. Passou a mão na viola e feliz, como sempre o era com sua música, sua folia e seus amigos, foi dar início às saudações. Aprumou a viola, soltou os primeiros acordes e se encantou. São Pedro, satisfeito com as homenagens recebidas todos os anos, resolveu vir buscá-lo para cantar no céu. (...) Homem simples, vida simples, mas que, através do seu trabalho, encarnou grande parte dos sentimentos dos barranqueiros. Ficou conhecido como um dos mais famosos de São Francisco, mas nunca perdeu seu jeito de ser. Por comum era encontrado em sua barbearia, estabelecimento de muitos anos, na rua Silva Jardim, de onde acompanhou o crescimento de São Francisco. A última vez que vi o Adão no ofício foi tirando a barba do seu inseparável amigo João Pomba Triste, mestre na caixa-de-folia. Podia ser também no seu rancho beira-rio, com seu pedaço de terra na vazante, cuidando da lavoura de feijão catador, milho, melancia, abóbora – fartura garantida na mesa da família. E sobrava tempo para outro exercício que ele era representante – o de pescador. Nas ocasiões especiais, tudo isso – ainda de ser de muito gostar – ele deixava para trás. Eram as temporadas que seu Terno de Folia devia ganhar as ruas/luzes da cidade e avançar pelas trilhas do sertão – Reis, São Sebastião, Santo Antônio, São João, São Pedro, Bom Jesus da Lapa. Fagueiro, ele puxava o canto. Da saudação à lapinha feita, abria-se roda para o divertimento, e vinha, então, o Quatro e o Lundu. Adão era exímio dançador. Sempre criava novos passos para o Quatro, o Lundu, Dança do facão, Dança da Garrafa – e tudo, com muita arte, ganhava vida, cor e alegria sem par. Mais adiante, lá estava ele à frente do Rei dos Temerosos (Rei dos Cacetes), por ele importado de Januária (outro feito de Adão), comandando a moçada com seus uniformes de marinheiro, brandindo os cacetes ao som de uma sanfona. Fez sucesso, fez nome, fez alegria. Adão Barbeiro, Adão Pescador, Adão Vazanteiro, Adão dos Reis dos Cacetes, Adão Violeiro. Encantou-se abraçado à viola. Feliz como queria.²¹⁸

²¹⁷ MELO, João Naves de. Nossa História: Dionísio Pedro de Castro. *Jornal Nosso Tempo*. Ano I, nº5, 1ª Quinzena de 2002, p. 2.

²¹⁸ MELO, João Naves. *Do cerrado às barrancas do rio São Francisco*. São Francisco: Gráfica Santo Antônio, 2012, p.152-154.

Além da viola e das cantigas de “Adão Barbeiro”, o Boi de Reis do senhor Messias também movimentava as ruas do bairro e da cidade, numa expressão cultural que fazia, obrigatoriamente, parte do calendário festivo da vida dessas pessoas. Nélcio Eduardo Spréa pesquisou o sentido desse folguedo na cidade de São Francisco e percebeu que

A brincadeira do Boi de Reis, tradição do ciclo natalino da região Norte de Minas Gerais, ganhava as ruas de São Francisco desde os tempos mais remotos, em que ali ainda não se viam estradas e automóveis. O costume de fazer promessa e oferecer o folguedo a Santos Reis, angariando recursos para uma grande festa se estendia por séculos até que, por volta de 1980, caiu em desuso. Mestre Messias, responsável atualmente por um Grupo de Boi de Reis, conta que apenas as crianças da cidade mantiveram o costume de realizar, durante todo o mês de janeiro, a brincadeira do boi de lata, uma imitação do que os adultos faziam. O Boi de lata se transformou então num costume das crianças de São Francisco, mas com uma forte influência da tradição dos adultos. No início da década de oitenta, Mestre Messias era ainda um garoto e brincava o Boi de Lata nas praças, junto aos seus colegas. Quase não havia mais grupos conduzidos por adultos, mas as crianças se espalhavam a brincar pelas ruas da cidade constituindo uma nova tradição. Mestre Messias cresceu e ficou sabendo que sua família, especialmente sua avó, tinha ligações profundas com o Boi de Reis. Isso o motivou a fundar o grupo *Boi do Quebra*, reunindo familiares, amigos e retomando entre adultos uma tradição que por mais de vinte anos permaneceu viva apenas entre as crianças²¹⁹.

Compreendendo esses festejos do Boi de Reis no bairro Quebra e noutros lugares da cidade de São Francisco como uma “produção social, oral e popular praticada por trabalhadores diversos,”²²⁰ como pescadores, areeiros, pedreiros, trabalhadores rurais, dentre outros, Eduardo Silva Rodrigues também percebe, a partir de entrevistas com moradores, que o rio São Francisco já foi lugar de brincadeiras de todas as formas (saltar de pedras e barrancos em direção às águas do rio, competição entre as crianças na natação, molecagens com as roupas das lavadeiras, etc.). Tanto as festas de Reis quanto essas brincadeiras, em meio às transformações sofridas pela cidade, nas últimas décadas, são entendidas por Rodrigues como práticas culturais cheias de elementos residuais e emergentes²²¹ nos dias de hoje. Isso porque, mesmo sendo partes significativas da vida sociocultural dessas populações,

²¹⁹SPRÉA, Nélcio Eduardo. **A invenção das brincadeiras**: Um estudo sobre a produção das culturas infantis nos recreios de escolas em Curitiba. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010, p. 16.

²²⁰ RODRIGUES, Eduardo Silva. **História, Memória e Viveres de Trabalhadores em São Francisco (1970-2010)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2013, p.118.

²²¹Os conceitos de residual e emergente são expressos pelo historiador inglês Raymond Williams, em sua obra *Cultura*, tratando-os respectivamente como uma “obra realizada em sociedades e épocas antigas e frequentemente diferentes e, contudo, ainda acessível e significativa” e “obras de tipos novos variados – são muitas vezes acessíveis como práticas. Mas há quase sempre obras antigas mantidas acessíveis por determinados grupos, como extensão ou alternativa da produção cultural contemporânea dominante. E há quase sempre novas obras que procuram avançar (e por vezes sendo bem-sucedidas nisso) para além das formas dominantes e suas relações sócio-formais”. WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992, p. 202.

alguns costumes permaneceram e outros se transformaram, ganhando novos elementos com significados distintos.

Assim, ainda que com menor frequência, crianças e jovens são vistos brincando no rio, seja nos períodos de seca, quando as praias se tornam um atrativo tanto para turistas, quanto para os moradores, ou mesmo nos períodos de enchente, quando o aumento do nível das águas do rio é, por si só, uma atração. Quanto às festas do Boi de Reis, ainda existem e são organizadas, em geral, por adolescentes e jovens das periferias, vivenciadas tanto como entretenimento quanto estratégias de adquirir algum dinheiro, já que diversos grupos movimentam-se pela cidade cobrando das famílias pelas suas apresentações em frente às moradias.

Além desses aspectos culturais que se transformaram juntamente com o rio e a cidade, há também as figuras de proa que eram utilizadas nas embarcações. Conhecidas como carrancas, essas figuras são esculpidas na madeira em forma de bicho, geralmente cavalo e cachorro. Por muito tempo, entre os pescadores, barqueiros e demais pessoas do rio São Francisco, existiu a crença de que elas, se colocadas nas proas dos barcos, garantiam proteção contra os maus espíritos do rio. Essa crença, de acordo com Rafael de Oliveira Costa, fazia parte da vida desses homens que trabalhavam no rio. Segundo o autor,

Os significados das carrancas estão intimamente ligados à forma pela qual os ribeirinhos eram vistos por eles mesmos e pela sociedade à sua volta. As carrancas nos apresentam os modos de viver, de sentir e de fazer, próprios daquele local, em cada época. Elas nos falam de gente, de medos, de atividades econômicas, de inseguranças, de incertezas, de relações com a natureza e com o sobrenatural. Por isso Wilson Lins (1960), diz que elas “são feitas dizem as lendas, para afastar os monstros do Rio, permitindo aos barqueiros Viagens Seguras e felizes”²²².

A crença de que tais figuras lhes serviam como amuleto protetor, tão presente na vida dos pescadores do Médio São Francisco num tempo em que as tecnologias não existiam (motores, etc.), foi aos poucos perdendo espaço no cenário do ribeirinho.

Yara Aun Khoury, ao abordar sobre o exercício da investigação histórica, ressalta que as pessoas com as quais dialogamos lidam com o passado de tal forma que esse continuamente interpela o presente enquanto valores e referências²²³. Essa noção se mostra relevante na compreensão do vivido pelos ribeirinhos. Rezas, danças e brincadeiras são, sob a perspectiva de quem as praticam, a própria vida expressa de diferentes formas, rituais que só

²²²COSTA, Rafael de Oliveira Costa. **Carrancas do São Francisco**: o mistério das figuras de proa. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Montes Claros, 2014, p.19.

²²³KHOURY, Yara Aun. Muitas Memórias, Outras Histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro, et al (orgs). **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olhos d'água, 2005, p. 118.

podem ser interpretados quando deixam de ser fragmentos folclóricos e reinseridos no seu contexto total²²⁴, compondo o universo de sentidos das pessoas.

Assim, fossem nas procissões para pedir chuva, nas festividades de Nossa Senhora dos Navegantes, na festa de Reis, nas figuras de proa ou ainda nas brincadeiras e folguedos nas águas do rio São Francisco, os pescadores se faziam presentes na cidade circulando, compartilhando vivências e participando de momentos em que de fato se sentiam pertencentes àquele meio.

Não busco, a partir das ponderações apresentadas, mapear todos os espaços em que os pescadores circulavam nesses momentos em que o rio São Francisco dava-lhes a segurança do alimento em casa e a liberdade de vivenciar outras experiências que não as relacionadas ao trabalho no rio. Tentei, sim, fazer notar que, para além de suas atividades laborais no contato com o “Velho Chico”, esses trabalhadores tinham uma forma de viver que nem sempre estava em conformidade com a lógica capitalista de acumular dinheiro através do seu trabalho na pesca. Tornar-se rico nessas condições era praticamente impossível; aliás, esta parecia não ser uma preocupação entre eles. Apenas viviam, sobreviviam, rezavam, brincavam e dançavam na certeza de que o rio estava ali, presente, com sua fartura possibilitando o seu sustento e de seus familiares, ainda que fossem desvalorizados socialmente.

2.2. Mas a vida foi mudando...: ações governamentais no Vale do São Francisco e outras transformações

O governo de Getúlio Vargas, na década de 1930, através da Constituição Federal promulgada em 1934 foi um marco no que se refere à normatização da posse e exploração dos bens naturais, minérios e cursos d'água. Ao lado dessa constituição, a regulamentação de leis, como o primeiro Código de Pesca do Brasil, coloca nas mãos do Estado o monopólio sobre tais riquezas. A preocupação do Estado em alavancar a indústria nacional, investindo em siderúrgicas, ao que parece foi o início de um intenso processo de exploração dos recursos naturais para tal fim. A lógica industrializante, com menor destaque apenas no governo Dutra (1946-1950), foi o tom das ações dos governos brasileiros em grande parte do século XX.

Nessa direção, o programa desenvolvimentista de Juscelino Kubistchek (1956-1961) significou o auge de um projeto de expansão econômica, que acionou não apenas as

²²⁴ Thompson, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In: NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sérgio (orgs.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 238.

reservas de recursos naturais para fins capitalistas, mas também proporcionou um conjunto de medidas (leis, criação de entidades e órgãos governamentais) que pudesse concretizar seu Plano de Metas, sendo que esse plano fora criado para impulsionar o crescimento industrial e econômico do país.

A SUDENE, criada em 1959, inicialmente tinha como objetivo atender as demandas da região Nordeste. Posteriormente, o Norte de Minas Gerais passa a fazer parte da pauta de ações dessa entidade, surgindo aí uma região institucionalizada no universo político, como Região Mineira da SUDENE. Com esse processo de inclusão começa a sentir os reflexos do “desenvolvimento” proposto por JK, sendo consenso que a SUDENE, do ponto de vista estrutural, significou “um divisor de águas na história da região”²²⁵.

Outras entidades também já haviam marcado presença na região. O Departamento Nacional Contra a Seca (DNOCS), desde a década de 1950, atuava em São Francisco e em todo o Norte de Minas instalando canos de distribuição de água, postos artesianos, chafarizes e elevação de reservatórios de água para as cidades e povoados do interior. Com a criação da Comissão do Vale do São Francisco, em 1948 (Lei nº541), surge a CODEVASF, atuando em projetos de irrigação, fruticultura, bovinocultura, piscicultura e pesca, dentre outras.

Essas entidades (SUDENE, DNOCS E CODEVASF) foram grandes responsáveis pelas intensas mudanças ocorridas na década de 1960 na vida não somente dos ribeirinhos, mas também de grande parte do Norte de Minas Gerais. A incorporação do rio nos projetos de desenvolvimento do Governo Federal e na lógica do capital, imposta desde meados do século XX, tem tornado esse curso d’água, aos olhos dos pescadores, cada vez mais “irreconhecível”, uma incógnita geradora de conflitos e inseguranças.

Entre todas as obras realizadas, talvez a que melhor sintetize a ação do governo na vida dos ribeirinhos do Alto-Médio São Francisco seja a construção da Represa e Hidrelétrica de Três Marias, no município de Pirapora, inaugurada em 1962²²⁶, controlando o nível das águas do rio e, dessa forma, interferindo na vida das populações localizadas a jusante.

O governo brasileiro, com um foco estratégico no setor da produção de energia elétrica para as indústrias, com exceção da Hidrelétrica de Paulo Afonso I, em Paulo Afonso-BA, criada em 1954, construiu várias outras hidrelétricas ao longo de toda a extensão do rio São Francisco nas três décadas seguintes: Três Marias, Três Marias-MG (1962); Sobradinho, Juazeiro-BA (1979); Luiz Gonzaga (Itaparica), Glória- BA (1988); Paulo Afonso II, Delmiro

²²⁵ PEREIRA, Laurindo Mékie. **Em nome da região, a serviço do capital**: o regionalismo político norte-mineiro. (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007, p. 38.

²²⁶Três Marias emancipou-se como município autônomo de Pirapora no ano de 1963.

Gouveia-AL (1961); Paulo Afonso III, Delmiro Gouveia-AL(1971); Paulo Afonso IV, Delmiro Gouveia-AL (1979); Moxotó (Apolônio Sales), Delmiro Gouveia-AL (1977); Xingó, Canindé de São Francisco-SE (1994).O processo de estruturação dessas grandes geradoras de energia não ocorreu sem conflitos. Em todas as cidades onde foram instaladas houve intensos embates entre as populações locais e o Governo Federal. Com o alagamento de áreas antes habitadas pelos ribeirinhos, o espaço onde suas histórias foram construídas, onde seu trabalho era desenvolvido, onde suas famílias articularam seus modos de vida foi retirado dessas pessoas, expulsando-as para outros lugares onde tiveram que reconstruir outras formas de viver.

Na atual cidade de Três Marias, tive contato com pescadores que vivenciaram esse processo. Sobre esse assunto, o senhor Norberto, 65 anos, um dos pescadores mais experientes dessa cidade, fez um relato pontual do quanto a construção da barragem prejudicou a pesca no Velho Chico, na época, fato significativo e impactante na história dos pescadores desse rio:

Quando fechou a barragem em 61 foi o maior desastre que eu já vi na história, porque era a slogan de Juscelino Kubitschek era “Cinquenta anos em cinco”, aí fechou o rio todinho, em 61 pra formar um reservatório, ficou tudo seco, mas nós não conseguia ficar aqui com o mau cheiro de peixe, todo aquele frigorífico vieram pra aqui pra comprar peixe e eles comprava todos. No segundo dia só dourado e surubim, terceiro dia nem de graça eles queriam. O cara chegava aí com o barco cheio de peixe, nem meu filho, nem de graça eu não quero, o cara pisava e jogava tudo dentro da água, não tinha nem pra quem dar. Apodrecia, jogava [fora], virava todos eles dentro da água o barco com os peixes mortos. Isso daqui virou uma ilha de peixe, ilha, ilha de peixe morto, entendeu?²²⁷.

A elaboração escatológica construída pelo senhor Norberto em relação à matança de peixes na época da construção da barragem de Três Marias já anunciava a lógica que estava se estabelecendo no rio São Francisco: em nome do “desenvolvimento”, a vida é minimizada em sua importância. Além desses impactos sobre o setor pesqueiro, outros relacionados à disseminação de espécies animais que ali viviam e, principalmente, à expulsão de pessoas que habitavam as margens do rio também foram retratados pelo senhor Norberto, em meio a um sentimento de raiva.

Agora aqui era um deserto, aqui não tinha nada na beira do rio quando abriram aquilo ali que cortou a serra, quando eu vim pra cá, porque a barragem começou em 57 e a ponte em 59, quando começou o primeiro pilar, quando tava fazendo o primeiro pilar lá eu já estava morando aqui nesse lugar, aqui eu enxergava o céu, entendeu? Foi um, foi uma coisa assim, quando fechou as barragens, não teve, todas

²²⁷ Entrevista realizada com Norberto Antônio dos Santos, pescador, 65 anos, no dia 07 de agosto de 2013, em sua residência às margens do rio São Francisco, na cidade de Três Marias-MG.

as barragens hoje tem resgate de pau, resgatar cobra, sapo, rã, lagarta, lagartixas, calango, tatu, ema, seriemas, onça, coelho, rato, resgata tudo, não deixa nada. E aqui não houve isso, até onça morreu afogada, o sujeito morava a dez quilômetros do rio um dia os agrimensores chegavam lá falava assim com o fazendeiro, morador que tinha lá: Olha, muda daqui, porque a água vai passar atrás da sua casa aqui, ele falou a meu amigo vai contar isso pros presos, daqui no rio é duas léguas, doze quilômetros do rio, aí o cara não mudava, o que aconteceu? Não deu tempo nem de tirar as coisas de dentro de casa, o plantar naquela época era, plantava em agosto, setembro, plantava na poeira, e o milho granando, fechou em novembro, dezembro, mês de chuva, o milho granando, você via a água subindo assim e tampando os milhos, uns mergulhava, marrava a corda no pescoço, outro saía com a mão na frente e outra atrás sem roupa do corpo, só com a roupa do corpo, Unai, formaram Unai remanescente da barragem de Três Marias, Paracatu essas regiões, é então foi uma das maiores covardias. Então o fazendeiro chegava perto da Cemig e falava, o governo chegava lá e falava assim, o dinheiro da sua fazenda tá depositado no banco. Quanto? É cem conto, não mais eu não quero cem conto na fazenda, eu quero nela é oitocentos contos. Só te pagou cem, o dinheiro tá todo depositado no banco, se você quiser tá lá, se você não quiser. Aí o cara dava um tiro na cabeça, perdeu mil alqueires de terra por cem conto, aí entraram na justiça, muitos fazendeiros se reuniram e entraram na justiça, entrou na justiça veio o regime militar, acabou, tampou todos os processos.²²⁸

O processo se deu de forma semelhante, na Bahia, em 1976, com a formação de Sobradinho, na época, o maior lago artificial do mundo. Desde 1977, famílias inteiras, antes vinculadas à terra, foram expropriadas de modo compulsório pela CHESF para a construção da barragem, na maioria das vezes com a conivência das elites locais. Essas famílias, cadastradas e forçadas a se retirarem dos seus locais de moradia, foram instaladas ao longo dos anos seguintes em agrovilas, onde não mais produziam para a sobrevivência, mas sob uma lógica de colonização, agora eram forçados a produzir quase que exclusivamente para a comercialização. No processo de expropriação dessas famílias e apontando para uma injusta política de indenização, segundo Ely Estrela, “a CHESF e o INCRA [instituições que tomaram pra si a responsabilidade desse projeto “civilizatório”] desconsideraram esses indivíduos, adotando a política do rolo compressor, a política “do largar ou pegar”, a política de ter que “limpar a área”²²⁹.

Os processos de expropriação ocorridos em Três Marias e Sobradinho também são percebidos em muitos outros projetos acionados pelo Estado e pela iniciativa privada para alavancar o que eles denominaram de desenvolvimento. Como o Projeto Gorutuba (Porteirinha/Janaúba-MG), no final dos anos 70, em decorrência da construção da Barragem Bico da Pedra, ocasião em que centenas de famílias tiveram que ser removidas de suas

²²⁸ Entrevista realizada com Norberto Antônio dos Santos, pescador, 65 anos, no dia 07 de agosto de 2013, em sua residência às margens do rio São Francisco, na cidade de Três Marias-MG.

²²⁹ ESTRELA, Ely Souza. **Três felicidades e um desengano**: a experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho-BA. Tese (doutorado). Pontifícia Universidade Católica. Programa de Estudos Pós-Graduados em História. São Paulo, 2004, p.231.

propriedades e realocadas no espaço urbano daquele município. Ou com a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no município de Altamira, no Pará, ainda em construção, que gerou e tem gerado intensos embates entre governo e ambientalistas, visto que a obra pressupõe a expulsão de índios e demais moradores da região.

Segundo os pescadores, tanto o barramentos das lagoas marginais, espaço privilegiado de desova e reprodução dos peixes, como a criação e funcionamento da represa de Três Marias, que controla a vazão do rio com o objetivo de gerar energia elétrica em suas usinas, constituem empecilhos para que os peixes “caminhem” livremente no rio, perfazendo seu ciclo de reprodução, e, ainda, que as “cheias” ocorram de modo natural até que as águas cheguem às lagoas marginais e ali os alevinos possam se desenvolver.

No I Seminário de Pesca e Piscicultura no Médio São Francisco, em 1977, na cidade de Juazeiro-BA, constatou-se que a obra de Sobradinho estava gerando um empobrecimento continuado da população de peixes na região, em razão de quatro fatores principais:

1. O obstáculo da barragem de Sobradinho, impedindo o deslocamento dos cardumes, rio acima para a desova.
2. A não existência de afluentes neste trecho, que permitam as migrações dos cardumes para a reprodução. (...)
3. O controle das vazões a jusante de Sobradinho no período de desova dos peixes, não permite a comunicação do rio com as lagoas marginais.
4. A exploração maciça dos cardumes, pela pesca. Aquele pesqueiro já atrai pescadores de cidades distantes²³⁰.

Para o presidente da Colônia de Pescadores de Januária, Sr. Simeão, o que tem diminuído o número de peixes no São Francisco é isso: uma minimização dos lugares de reprodução. Segundo ele:

[O que acabou com esse rio] não é o pescador ir lá pegar um peixe pra comer ou pra vender, pois você sabe que a reprodução é muito grande. O que acabou foi o espaço pra reprodução. E esse pequeno espaço que ficou está sendo contaminado pela poluição. Se você for olhar aqui na nossa região tem uma barragem aqui nos Índios Xacriabás, tem uma barragem lá no ..., isso fora os sangrador²³¹ que os fazendeiros foram fechando²³².

Cláudia Luz de Oliveira ressalta que “a construção de barragens para produção de energia elétrica ao longo do São Francisco, a partir da década de 1950, começa a promover

²³⁰ ANAIS do I Seminário de Pesca e Piscicultura no Médio São Francisco. Juazeiro, 3 a 8 de outubro de 1977. Juazeiro: SUDEPE, CHESF, CODEVASF, Secretaria da Agricultura, 1978, p.64-65.

²³¹ Sangrador é o nome que os pescadores dão ao canal que liga as lagoas das margens do rio ao rio São Francisco. Caso sejam barrados ou fechados, a produção dos peixes nas lagoas fica impossibilitado.

²³² Entrevista realizada com o presidente da Colônia Z-2, de Januária, Simeão Reginaldo Ferreira, no dia 07 de agosto de 2013, na sede da Colônia, em Januária-MG.

uma alteração drástica no ciclo do rio, com grandes impactos para as populações”²³³. Essa relação tecida com o rio e também com a vazante, conforme já abordado, através da qual os pescadores organizam seus tempos, seus trabalhos, suas vidas, começou a ser quebrada a partir do surgimento das usinas hidrelétricas, em meados do século XX. Como um dos objetivos das barragens é controlar o nível de água do rio, essa água, controlada, nem sempre tem chegado às terras de vazante para fertilizá-las anualmente.

Assim, o que para o governo significava desenvolvimento para o país, ao menos para as populações atingidas por essas obras nas margens do rio São Francisco significou tensão e perda de grande parte de suas histórias. Esse processo de barrar o rio, no entanto, não se dá apenas por meio dessas grandes barragens, mas também nas lagoas marginais, de forma natural (seca) ou não (ação criminosa por parte dos proprietários rurais), colocando em xeque a própria preservação das espécies de peixes existentes no São Francisco.

Há que se notar que todo o Vale do rio São Francisco, colocado no centro das atenções desde 1948, nas décadas seguintes foi objeto de diversas ações por parte do Estado, que já vivia os ares de um pensamento desenvolvimentista em diversos setores da economia brasileira. Entre as diretrizes da CVSF destaca-se o objetivo progressista-econômico da instituição na época:

Organizar e submeter ao presidente da República, para aprovação do Congresso Nacional, o Plano Geral de Aproveitamento do Vale do São Francisco, que vise a regularização do curso de seus rios, melhor distribuição de suas águas, utilização de seu potencial hidroelétrico, fomento da indústria e da agricultura, desenvolvimento da irrigação, modernização dos seus transportes, incremento da imigração e da colonização, assistência às explorações de suas riquezas²³⁴.

Com esse objetivo de explorar as riquezas naturais presentes em todo o Vale do São Francisco, especificamente ao longo do rio de mesmo nome, diversas obras foram aí implementadas nos anos posteriores, como o Projeto Jaíba (1950) e Projeto Piloto de Irrigação de Pirapora (1979).

Ao que parece, com as constantes intervenções sobre o rio São Francisco, o trabalho da pesca, década a década, tem deixado de ter as garantias e certezas quanto à captura dos peixes nos tempos de abundância. No entanto, no contato com os pescadores artesanais de São Francisco, e também das outras cidades, notei que a construção das

²³³OLIVEIRA, Cláudia Luz de. **Vazanteiros do Rio São Francisco**: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Sociologia e Antropologia. Belo Horizonte, 2005, p. 10.

²³⁴BRASIL. Senado Federal. **Lei nº541**, de 15 de dezembro de 1948. Disponível em <<http://www.codevasf.gov.br/principal/legislacao/leis/lei-nb0-541-de-15-de-dezembro-de-1948>>; acesso em 235 jul. 2014.

barragens sobre o “Velho Chico” não é vista, por eles, como a única razão para a diminuição de peixes.

Questionado sobre o que mudou no rio São Francisco nas últimas décadas até a atual escassez de peixes, o senhor Manuel, pescador já há 30 anos, aponta como principais razões, a seca e a falta de chuvas. Se não há chuva, não há água, daí não ocorrem as enchentes, e isso diminui significativamente a produção de peixe: “O que manda no nosso território aqui é a chuva. [...] Quando a cheia é pequena, a água não vai nas lagoas, nos lagos, onde o peixe produz, pra atirar pro rio, pra movimentar, pra crescer”²³⁵, completa o senhor Manuel.

O sentido que a chuva tem para os ribeirinhos ou sertanejos do São Francisco é sempre o mesmo: fartura de peixes no rio; e de plantações na roça. Especificamente para os pescadores, quanto maior o período de chuvas, causando o que eles chamam de “cheias”, melhor é. Essa visão construída a partir de uma experiência cotidiana, empírica, da dinâmica de reprodução dos peixes na movimentação que eles fazem entre o rio e as lagoas marginais, é compartilhada pelos pescadores e também bastante reforçada nas reuniões da Colônia de Pescadores quando se aproxima o período da Piracema, identificada como a época em que os peixes procuram o lugar mais adequado para a desova e alimentação das espécies.

Além da falta de chuvas, diretamente ligada aos intensos períodos de seca, outros fatores também aparecem como causadores da diminuição do pescado. Entre os pescadores, um dos motivos mais citados é a alteração das características do rio São Francisco, que tem apresentado um nível de água muito baixo, estreito e raso (assoreado). Também pesquisadores apontam que as alterações na temperatura e na qualidade das águas nos intensos e extensos períodos de seca, associadas à poluição têm dificultado a reprodução e sobrevivência dos peixes, ocasionando grande diminuição desses no leito do rio.

Sobre essa relação entre a falta de chuva, a seca e a dinâmica de reprodução dos peixes, construindo uma explicação para o momento de degradação porque passa o rio, o senhor Ranulfo, como quem conhece a lógica da vida presente no ambiente em que vive e trabalha, utilizando uma metáfora e sendo até poético, fez uma elaboração bastante significativa. Questionado sobre como ele vê a situação atual do rio São Francisco, ele inicia com uma pergunta:

Ranulfo Figueira de Oliveira Silva
 Você já viu corpo sem cabeça andar?
Roberto

²³⁵ Entrevista realizada com o senhor Manuel Ribeiro Pereira, pescador, 63 anos, no dia 25 de Fevereiro de 2012, em sua residência no bairro Aparecida em São Francisco-MG.

Como é, sem a cabeça?

Ranulfo Figueira de Oliveira Silva

Só o corpo?

Roberto

Não, nunca vi.

Ranulfo Figueira de Oliveira Silva

Não tem jeito, tem? Pois é, a morte do rio é esta, e nego vem jogando é no quintal de onde ele faz o carvão, é na beira do rio uma garrafa de plástico descendo que ta sujando é sujeira que está no rio e eu acho que acabou o rio foi por causa que cortou a cabeceira do rio em benefício do que nós estamos pagando uma conta aí, tem hora que deve e tem hora que não deve a energia. Cadê a força do rio que era lá, não é aqui não, outra vem de lá pra cá, mas já foi tudo. Começou a cabeceira, começou os córregos e começou os poços artesianos que nem um fala disso, né? Porque aqui nesta beira de rio minava água direto aqui e acolá e tinha aqueles minador, né? Água descendo pra rio, esta que era a fortaleza do rio, faz um poço aqui já derrama e boi bebe aqui vai embora e é assim desse jeito. Eu pra mim é mais isso. As croas, tinha força a água do rio, estas croas que esta espalhadas por aí, tinha croa da altura desta casa que a água juntava né? A água batia aqui, depois ia pra ali e ficava do jeito que você queria pra subir, mas não dava pra subir e era preciso caçar um lugar baixo pra subir. Hoje ela espalhou aí no rio.²³⁶

Relacionando inúmeros fatores (desmatamento, produção de carvão, sujeira no rio, surgimento dos poços artesianos, assoreamento) o senhor Ranulfo expressou sua visão sobre os problemas do rio São Francisco, de modo que, no conjunto de sua elaboração, o resultado apontado é a perda da “força” do rio, ou seja, com tantos obstáculos o rio foi perdendo a vazão.

Outra razão para a diminuição de peixes, queixa corrente entre todos, é o excesso de pescadores atuando no rio, resultando no que eles chamam de “sobrepesca”: “o peixe, antes, antigamente, era fartura e pouco pescador. Hoje tem pouco peixe e muito pescador”²³⁷, conforme relata o senhor Josefino Ferreira dos Santos, pescador da cidade de São Romão. Da mesma forma reclamam os pescadores de São Francisco, como o senhor Mariano: “tem muito pescador, tem rede demais nesse rio de canto a canto”. E também Vanilson de Jesus denuncia a realidade vivenciada no dia a dia: “é pescador demais e pouco peixe, é todo mundo corre atrás do peixe. É um atravessando o outro, é tanto o pescador quanto o de clube, cê entendeu? Num lugar que você vai descer uma rede tem quatro a cinco barcos e você é obrigado a parar, e pra não brigar você tem que sair fora”²³⁸, reclama.

A pescaria predatória, antes praticada por muitos, dada a fartura do peixe no rio São Francisco, hoje é apontada pelos pescadores como um dos grandes problemas. Nesta

²³⁶Entrevista realizada com o senhor Ranulfo Figueira de Oliveira Silva, pescador aposentado, 87 anos, no dia 23 de agosto de 2013, em sua residência no bairro Quebra, em São Francisco-MG.

²³⁷Entrevista realizada com Josefino Ferreira dos Santos, pescador, 73 anos, no dia 29 de julho de 2013, em sua residência em São Romão-MG.

²³⁸Entrevista realizada com Vanilson de Jesus dos Santos, pescador, 64 anos, no dia 30 de julho de 2013, em sua residência no bairro Centro em São Francisco-MG.

prática, são capturados peixes de todos os tamanhos, desrespeitando as medidas permitidas pelas leis ambientais. “O que mais atrapalha, eu acho, porque devido, porque, praticamente, a gente vê que parece assim, eles não querem ver o peixe crescer. Vai lá, mesmo que o fiscal está em cima, eles estão lá sempre pegando o peixinho pequeno”²³⁹, se revolta dona América. Esse aspecto da pesca predatória está intimamente ligado a outro, citado por muitos profissionais, que é a questão das dificuldades no trabalho de fiscalização por parte da Polícia Ambiental, visto que o número de policiais parece insuficiente para cobrir toda a extensão do rio o tempo todo.

Além desses, ainda foi possível identificar, nas falas dos pescadores entrevistados, mais três razões para a mudança da pesca nessas últimas décadas: a utilização de veneno e agrotóxicos nas plantações de irrigação nas margens do rio, geralmente levadas para o leito pelas chuvas e contaminando o peixe; a poluição por parte de empresas mineradoras como a Votorantim, em Três Marias, ou prestadoras de serviço como a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), jogando dejetos de esgoto nas águas, impossibilitando a vida de dezenas de espécies de peixes; e ainda o barulho dos motores dos barcos no rio, citado por alguns pescadores como responsável por fazer com que os peixes se escondam do predador-homem; sem contar o desmatamento das matas ciliares, que diminui a “cama dos peixes”, denominação dada por “seu Binú”, pescador aposentado de Januária. Em suas palavras: “no beiradão, ali o peixe naquela pausada tudo, ele fazia a cama de deitar, porque o peixe tem a cama de deitar, meu companheiro (...). Ele faz a cama aqui encostada no pé de pau, outro faz ali, outro faz ali, e vai lá aquela fila ali de fora a fora”²⁴⁰

Com tons de voz diversos, tristes, nervosos, desanimados, expressando ali muito mais do que um sentimento de indignação pela transformação e desmoronamento do seu mundo de sentidos (o rio, o trabalho e a vida na pesca), esses pescadores artesanais foram mostrando que a própria sobrevivência se tornou, ano a ano, um desafio em suas trajetórias. A maioria desses fatores de degradação está associada à ação humana²⁴¹ no que se refere ao

²³⁹Entrevista realizada com América Geralda da Silva, pescadora, 49 anos, no dia 03 de janeiro de 2013, em sua residência no bairro Sagrada Família em São Francisco-MG.

²⁴⁰Entrevista realizada com Benedito Dionísio da Silva, pescador aposentado, 103 anos, no dia 06 de agosto de 2013, em sua residência em Januária-MG.

²⁴¹ Ana Paula GlinfskoiThé (2013, p.09), doutora em ecologia, denomina, a partir da literatura científica, de “ações antrópicas”, identificadas no desmatamento das margens e no assoreamento do leito do rio. Essas ações, segundo ela, são derivadas do avanço da fronteira agrícola na região, associada ao uso de técnicas de cultivo inadequadas; da poluição, relacionada à elevada descarga de esgotos domésticos e industriais diretamente no rio e em seus afluentes; do barramento do rio pelas usinas hidroelétricas, modificando o regime hidrológico e a qualidade físico-química da água, além de bloquear as migrações dos peixes e impedir o recebimento de água pelas lagoas marginais, principais berçários dos peixes de importância comercial do rio São Francisco; e ainda da “sobrepesca”, ocorrida pelo possível aumento do número de pescadores na captura do peixe. THÉ, Ana Paula

acesso e uso dos recursos hídricos do São Francisco e de outros recursos naturais a ele relacionados (matas e peixes). A impressão que se tem é que o rio São Francisco tem sido gradativamente “tirado” dos pescadores e populações que dele fazem uso diário para ser colocado a serviço do capital. Nessa desarticulação silenciosa e perversa gerada entre o homem e o rio, esses trabalhadores também parecem se distanciar do “Velho Chico”. Assim, o São Francisco que sempre manteve seus filhos-pescadores, ao que parece, deixa-os cada vez mais órfãos e sem saberem o que o futuro lhes reserva; e nesse desligamento, até as expressões culturais e religiosas parecem ir perdendo força.

Nessas alterações sofridas pelo rio, ficaram claras diversas tensões na vida dos pescadores, principalmente no que se refere aos conflitos entre as normas ambientalistas que ganham força no meio social e as práticas existentes como parte de um jeito de viver. Isso porque apesar do conjunto de leis e instituições criadas para regular a pesca no rio São Francisco, os depoimentos dos pescadores mostram que métodos considerados ilegais, como a utilização de redes com malhas inferiores ao permitido pela lei, ainda são praticados. O grande número de boletins de ocorrência expedidos pela Polícia Ambiental nos últimos anos também evidencia que irregularidades das mais diversas formas continuam sendo praticadas pelos pescadores artesanais. Assim, nos tempos atuais, apesar de tantas proibições, a pesca predatória parece ocorrer principalmente pela desproporção entre o número excessivo de pescadores atuando no rio e o decrescente número de peixes no leito. Essa situação é bastante conflitante e aponta para uma lógica de que se o pescador não pescar o peixe (mesmo pequeno), outro pescará. Num contexto em que a sobrevivência está em jogo, o consenso em torno dessa lógica acaba tendo espaço entre os pescadores, mesmo na interface da ilegalidade.

Concomitante a essas transformações, em 1985, foi criada a Colônia de Pescadores Z-3 em São Francisco. Antes dessa data, os pescadores que moravam em São Francisco estavam ligados à Colônia Z-2, de Januária, existente desde 1962. A proximidade dessa entidade que representa a categoria dos pescadores artesanais, aos poucos, vai desarticulando a exploração exercida por alguns frigoríficos sobre os pescadores, já que a Colônia Z-3 passa a ser um dos principais destinos da produção pesqueira na cidade. Sobre o surgimento e a atuação dessa entidade entre os pescadores, tratarei no capítulo III.

Se no seu espaço de trabalho os pescadores artesanais enfrentaram mudanças significativas, o mesmo ocorreu nas suas vivências sociais, principalmente a partir da década

de 1970. A chegada dos padres alemães da Congregação Missionários da Sagrada Família (MSF)²⁴² à região, em fins da década de 1960, se instalando em cidades como São Romão, Manga, Januária, São Francisco, dentre outras, gera um impacto entre os novos clérigos e a cultural local. Com um trabalho focado na preservação dos bons costumes, da moral da família, dentre outros aspectos relacionados, esses padres foram, aos poucos, desconsiderando as festividades dos ribeirinhos e pescadores, como no caso da Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, evento, anteriormente, priorizado no calendário religioso da cidade.

Por outro lado, segundo o Padre Germano Schutheiss, um dos missionários alemães que assumiu a paróquia São José, no início da década de 1970, o enfraquecimento da devoção à santa ocorreu devido a outras devoções (Sagrado Coração de Jesus, São José, etc.) e movimentos religiosos (Vicentinos, Legião de Maria, etc.) que surgiram. Além disso, ele informa também que o padre Vicente Eutenuer, pároco na época, deu maior atenção a outras práticas religiosas do que a devoção a Nossa Senhora dos Navegantes. Padre Germano ainda ponderou que a chegada de um número considerável de membros evangélicos²⁴³ à cidade, na década de 1970, foi preponderante para a dissolução da devoção à santa.

De tal modo, a tradicional festividade dos ribeirinhos e pescadores foi, gradativamente, se tornando apenas conteúdo da memória da cidade. Atualmente, poucos vestígios permanecem: a memória construída, a imagem da santa numa das torres da igreja matriz e algumas fotografias e publicações da imprensa local, desarticulando o espaço em que os pescadores se faziam presentes, no qual se sentiam reconhecidos pela sociedade. A devoção dos pescadores a Nossa Senhora dos Navegantes, tão forte até fins da década de 1960, foi desaparecendo sem que as razões para isso fossem percebidas. Todavia, com o desaparecimento dos festejos a Nossa Senhora dos Navegantes, a festa de São Pedro, por incentivo e esforço do senhor Adão Barbeiro e dos foliões pescadores, ganha força e passa a se destacar entre os pescadores artesanais do São Francisco.

A chegada de religiões pentecostais em São Francisco, em meados da década de 1970, tratada no Livro de Tombo da Paróquia São José pelo pároco da época como uma

²⁴² Congregação Religiosa católica, fundada na cidade de Grave na Holanda, tendo como fundador o Padre João Batista Berthier. Seguindo um carisma missionário, por muito tempo incentivou a expansão de suas ações para lugares distantes. Além do Brasil, hoje a Congregação tem missionários em países Alemanha, Moçambique, Bolívia, Indonésia, Argentina, Chile, Brasil, Polônia, Espanha, Estados Unidos, Itália, Canadá, Timor Oeste, dentre outros.

²⁴³ O Livro de Tombo da Paróquia São José, de São Francisco-MG, no ano de 1975 dá notícia da chegada dos evangélicos à cidade. O pároco da época registrou em 06 de abril de 1975 que “um grupo de crentes invadiram a nossa cidade. Pedimos aos fiéis que não frequentem às reuniões deles, que são falsos profetas”. O surgimento desses religiosos, tratados pelos padres católicos de São Francisco como “novidades”, compõe o complexo quadro social de mudanças da década de 1970 na região.

“novidade” que deveria ser combatida pelos fiéis católicos, em certa medida, gerou um grande impacto no campo religioso entre os pescadores, principalmente depois que foi eleito como presidente da Colônia de Pescadores Z-3, a partir de 1996, uma pessoa que professava a religião evangélica. Assim, por divergências religiosas a festa em que São Pedro era homenageado como padroeiro dos pescadores foi aos poucos deixando de acontecer, fato que se evidenciou, principalmente após o falecimento do senhor Adão Barbeiro, em 2003. Indignado com essas mudanças, o senhor Vanilson faz um comentário bastante significativo: “até isso acabou, moço. No tempo de Seu Adão tinha, era animado, e tudo, aquela festa de São Pedro. Depois que Seu Adão morreu [acabou] e [hoje] o presidente também é crente, né? Ele não faz tanto interesse”²⁴⁴.

De tal modo, o que antes era uma festividade religiosa acabou se tornando um evento muito mais social, político ou de entretenimento, considerando que o próprio presidente, vereador na cidade, se utiliza do espaço da festa para divulgar seus trabalhos políticos. Outra prática que caiu em desuso na cidade de São Francisco foi a tradição de se rezar para chover, movimento que não obteve apoio dos padres alemães que chegaram na cidade.

Juntamente com essas mudanças, verifica-se na realidade dessas pessoas um contínuo processo de minimização (ou ressignificação) de outras expressões culturais, como as lendas nos discursos dos pescadores, as folias e o uso das carrancas nos barcos. Com a emergência de novos modos de vida na cidade em meio às tecnologias, relações de trabalho fundadas na lógica capitalista, etc., esses aspectos foram perdendo os seus significados originais para as novas gerações.

As folias ainda acontecem na cidade e no campo, vivenciadas, porém, principalmente pelos mais idosos. Quanto à festa de Boi de Reis, é possível perceber nessa expressão cultural a participação e envolvimento de pessoas mais jovens, muitas até crianças. Essa festividade ganha novos sentidos, com a inclusão de elementos externos às danças e à teatralização da história contada, descaracterizando sua originalidade.

As próprias carrancas, elementos tão marcantes do cenário ribeirinho na região do Médio São Francisco de outros tempos foram sendo deixadas de lado na construção dos novos barcos, agora feitos de outras formas e com outros materiais, muitos vindos de fora construídos por indústrias especializadas. De peças presentes na vida e no trabalho dos pescadores e barqueiros, essas figuras de proa “saíram” do rio para a terra firme, utilizados

²⁴⁴ Entrevista realizada com Vanilson de Jesus dos Santos, pescador, 64 anos, no dia 30 de julho de 2013, em sua residência no bairro Centro em São Francisco-MG.

como artesanato, mercadorias exóticas, valorizadas no mercado do turismo. Se, por um lado, esses elementos foram perdendo seus sentidos originais na vida dessas pessoas, por outro, foram ganhando novos significados, como produtos para o comércio. Em todos esses casos (lendas, carrancas, danças), conforme considerações de Rafael de Oliveira Costa:

a valorização dos objetos culturais se deu numa escala nunca vista antes. Os povos são cada dia mais induzidos a consumirem esse tipo de produto. E esses produtos artesanais se enquadram nessa moderna sociedade de classe, por apresentarem-se como produtos exóticos, que diferenciam as pessoas e lhes oferecem um posicionamento social²⁴⁵.

O enfraquecimento dessas referências culturais entre os pescadores artesanais é algo que pode ser visto como parte de um conjunto de transformações ocorridas nessas últimas quatro décadas na cidade de São Francisco. Assim sendo, aponto como primeiro fator a popularização da água encanada que, antes da enchente de 1979, era restrita aos bairros centrais, afetando, sobremaneira, o jeito de viver em São Francisco, visto que as pessoas não mais precisavam recorrer ao rio para terem acesso à água. Em segundo lugar, fatores como o assoreamento crescente, o desmatamento, os altos custos de manutenção dos barcos a vapor e ainda a abertura de grande número de estradas inviabilizaram a navegação dos barcos, permanecendo apenas o Benjamim Guimarães, que atualmente é utilizado na cidade de Pirapora somente para fins turísticos. Em terceiro lugar, nessa mesma direção, o Peixe-Vivo, espaço antes utilizado para venda de passagens dos vapores, que propiciava a socialização das pessoas sem distinção, na atualidade se tornou um restaurante de luxo, restrito a um público de nível social diferenciado. Por fim, em quarto lugar, ainda ligado a aspectos atualmente turísticos, o antigo porto de areia no bairro Quebra que se transformou na “Praça dos Pescadores”, hoje destinada a turistas e consumidores locais que apreciam os poucos estabelecimentos comerciais com suas guloseimas e bebidas em geral. Sobre a solenidade de inauguração desse novo ambiente, ocorrida em 15 de junho de 2008, o jornal O Barranqueiro registrou o evento anunciando que agora, com a praça mais bonita, a população são-franciscana poderia voltar a frequentar aquele espaço.

Na noite do domingo 15, com a presença dos deputados Márcio Reinaldo e Paulo Guedes, e uma grande multidão, a administração municipal inaugurou a Praça dos Pescadores na orla do rio São Francisco, antigo porto do Quebra. A obra dá novo brilho àquele bairro, atraindo de novo a população para as barrancas do rio onde se vislumbra, todas as tardes, o mais belo espetáculo que a natureza, aqui, pode oferecer: o pôr-do-sol. O público, após o descerramento da placa dividiu-se em vários espaços no entorno dos bares, quiosques, gramado à beira do rio e no espaço próximo ao trio elétrico. Depois do show pirotécnico, montado numa lancha no meio

²⁴⁵COSTA, Rafael de Oliveira Costa. **Carrancas do São Francisco**: o mistério das figuras de proa. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Montes Claros, 2014, p.128.

do rio, seguiu-se um animado show musical, com muita dança e animação. A alegria voltou ao antigo porto, agora bonita Praça dos Pescadores²⁴⁶.

Significativo foi o fato de perceber que, dentre todos os entrevistados, em razão dos altos custos dos produtos ali comercializados, inclusive dos peixes, nenhum deles frequenta a praça que leva no nome de sua profissão, utilizando-a apenas como passagem para se chegar ao rio onde ficam atracados os seus barcos. Devido aos altos alugueis cobrados pela Prefeitura Municipal, a rotatividade dos proprietários nesses estabelecimentos comerciais é grande. Um deles, inclusive, foi transformado num posto da administração pública. Com exceção de um bar que tem como proprietário um pescador, agora atuando na exploração comercial do ponto e do produto que ele mesmo captura, em todos esses casos é possível notar uma quebra nos modos de vida dos pescadores e dos ribeirinhos em geral, afastados, silenciosamente, do seu ambiente de trabalho e de vida.

Assim, as relações com o rio foram se tornando menos intensas. E nesse processo, a meu ver, a construção do grande aterro, após a enchente de 1979, com o objetivo de conter as águas do rio, talvez tenha sido um dos mais significativos símbolos do enfraquecimento dos laços entre a população e o São Francisco. Levando-se em consideração os diferentes aspectos expostos, há que se notar um conjunto de elementos que antes fazia parte da vida social, profissional e cultural dos pescadores artesanais, e lenta e gradativamente foi se tornando elementos distantes, exóticos ou simplesmente objeto de lembranças e saudades.

No enfrentamento de diversas dificuldades (leis rígidas, superpopulação de pescadores e consequente concorrência pelo peixe, luta por espaço de trabalho, diminuição das chuvas, poluição do rio, etc.), os pescadores têm experimentado diariamente as incertezas do trabalho na pesca. O senhor Januário, ao tentar dar um sentido ao seu trabalho nos dias de hoje, constrói uma analogia significativa como forma de explicar sua atual condição de pescador. Segundo ele, “a pesca é como um jogo, uma loteria. Tem dia que ganha nada, tem dia que ganha alguma coisa”²⁴⁷. Considerando-se todo o contexto social e econômico, abordado no primeiro capítulo, aliando-o ainda à conjuntura estrutural e política existente no sertão do São Francisco, em que se sofre com a seca, associado às condições precárias de pesca no rio (poluição, assoreamento, etc.) é possível entender o valor que um homem como o senhor Januário dá ao produto do seu trabalho (o peixe), comparando-o a um prêmio. A fartura de peixes de outros tempos é algo que parece ficar apenas nas melhores lembranças

²⁴⁶ O BARRANQUEIRO. **Praça dos Pescadores**: Vida no Quebra. Ano VII, nº243, 21 jun.2008, p.1

²⁴⁷ Entrevista realizada com Januário Mendes Abreu, pescador, 55 anos, no dia 04 de janeiro de 2013, em sua residência no bairro Sagrada Família, em São Francisco-MG.

desses trabalhadores, para os quais o rio foi um dos principais meios de sustento para suas famílias.

Nessa direção, emerge um contraste quase que intransponível entre o saudosismo daquela época de fartura e as preocupações e incertezas quando, nos dias de hoje, se sai para a pesca. Dona Isaura, ao ser questionada sobre a maior dificuldade, atual, na vida dos pescadores, é categórica em sua resposta: “é ir pescar e não pegar nada, porque senão os filhos ficam com fome dentro de casa”²⁴⁸.

O rio mudou, o peixe sumiu e a vida foi ficando cada vez mais difícil: eis uma linha de pensamento que os depoimentos dos pescadores me revelaram, em consonância à visão de que a vida do pescador não é mais a mesma. Até a noção de tempo parece ser outra. Presentemente, 2014, diante da falta de peixes, o pescador entende que é preciso mais tempo para se pescar a mesma quantidade que pescava antes, quando se necessitava de pouco esforço, dada à fartura daquela ocasião. A certeza que fazia com que pescadores como Dona América Geralda da Silva se dirigissem ao rio e em pouco tempo voltassem para casa com um grande volume de peixes, agora não existe mais. Agora, o que determina a pesca não é mais o tempo do pescador, e sim do peixe, conforme nos relatou o senhor Mariano, “Hoje você passa a noite todinha no rio e não pega nada, não pegava nada, e de primeiro não, nós pegava era canoa de peixe”²⁴⁹.

Essas experiências de incertezas, a meu ver, impulsionam esses pescadores artesanais para outras frentes de trabalho. Nessa direção, a centralidade do rio São Francisco, na vida dessas pessoas parece ter diminuído bastante nesses últimos tempos. Questionando sobre a possibilidade de só viver do trabalho da pesca, Dona América Geralda da Silva expressa seu ponto de vista: “quem fala ‘vou pro rio, vou largar tudo e vou pescar’, ele pode falar, mas que vai fazer só pra comer”²⁵⁰. Ninguém está conseguindo sobreviver somente do rio, do peixe que ele oferece, é o que muitos pescadores me revelaram durante os meses de pesquisa, mostrando mais do que um problema econômico, mas uma tensão quanto ao futuro.

Assim, se o rio nem sempre “dá” o peixe que o pescador tanto procura, outros recursos são buscados fora do rio, em atividades diversas no espaço urbano, os chamados “bicos”, formando um mosaico de possibilidades na vida desses trabalhadores da pesca, ou, também somado a isso, os diversos auxílios oriundos dos Governos Estadual e Federal

²⁴⁸ Entrevista realizada com Isaura Assis Santos, pescadora, 64 anos, no dia 04 de janeiro de 2013, em sua residência no bairro Sagrada Família, em São Francisco-MG.

²⁴⁹ Entrevista realizada com Mariano da Silva Júnior, pescador, 53 anos, no dia 5 de maio de 2012, em sua residência no bairro Aparecida, em São Francisco-MG.

²⁵⁰ Entrevista realizada com América Geralda da Silva, pescadora, 49 anos, no dia 03 de janeiro de 2013, em sua residência no bairro Sagrada Família em São Francisco-MG.

destinados aos associados da Colônia de Pescadores (cestas básicas, seguro desemprego dentre outros), assunto esse a ser tratado no próximo capítulo.

No rol de atividades complementares, ocupadas pelos pescadores artesanais de São Francisco, estão auxiliar de pedreiro, limpador de lote, empregada doméstica, areeiro, dentre outras. Situação vivenciada pelo senhor Mariano que busca, numa dessas atividades (auxiliar de pedreiro) outros recursos para sobreviver:

Faço moço de vez em quando eu faço uns “bicuzim” aí. Agora que eu tô parado, é difícil, porque serviço tá difícil demais, né? Eu mexia lá pro rumo do centro mas eu não ando de bicicleta e pra ir de pé trabalhar naquela distância pro rumo do centro é difícil, né? Aí eu mexo aqui em algum “servicim” na Sagrada Família [bairro onde mora], mas agora eu tô parado mexendo só aqui mesmo de servente [de pedreiro] ²⁵¹

Exercer essas atividades sem um vínculo empregatício é a saída desses pescadores pra terem um ganho extra, sem perderem sua habilitação como pescadores associados para terem direito ao seguro-desfeso e demais benefícios. Desse modo, além de todas as dificuldades existentes no trabalho com a pesca, essas pessoas, quando buscam outros meios de renda, ao que parece, se tornam ainda mais vulneráveis.

Em São Francisco, a extração de areia no rio é uma das atividades que tem incorporado muitas pessoas, pescadores e também desempregados. A falta de peixe, vista como um fator de pressão, bem como o excesso de areia nas margens e no leito do rio - resultado de um intenso processo de assoreamento -, tem feito muitos deles se tornarem “pescadores de areia”, como classifica o jornal *O Estado de Minas*, numa série de reportagens sobre os rios de Minas Gerais em 2012. Segundo o jornal, “foi-se o tempo em que o pescador no São Francisco podia se gabar de tirar das águas surubim de 40 quilos em barco de grande porte. (...) Os ribeirinhos (...) sem peixe, agora “pescam” areia no fundo do leito”²⁵². Esta é uma alternativa de trabalho que tem se mostrado aos pescadores artesanais como mais uma fonte de renda, assim como outras.

Em diversos momentos em que me dirigi às residências dos pescadores artesanais de São Francisco para entrevistá-los, mesmo com horário marcado, tive que esperar ou retornar em outro momento, visto que estavam envolvidos com atividades diversas pela cidade: um realizava a função de barqueiro, outro ajudava o vizinho como auxiliar de pedreiro, outro tecia uma rede de pesca encomendada por outro pescador, etc.

Sobre essa última atividade, presenciei-a no momento em que entrevistava a senhora Paulina, que tecia uma rede de pesca para outro pescador. Com uma atenção

²⁵¹ Entrevista realizada com Mariano da Silva Júnior, pescador, 53 anos, no dia 5 de maio de 2012, em sua residência no bairro Aparecida em São Francisco-MG.

²⁵² RIBEIRO, Luiz. Pescadores de Areia. *O Estado de Minas*. Caderno Gerais. n.25.719, 8 jul.2012, p.26.

simultânea na entrevista e nos hábeis movimentos das mãos que faziam a rede ganhar forma, ela me explicou a economia gerada naquela atividade: “Eu faço pra você. Você me dá a linha e nós tece, aí você faz. É dois reais a braça²⁵³. Essa malha aqui é 2 reais. Aí depende a linha, se você quiser 5 quilos de rede, 5 quilos de linha, 2 quilos... Aí depende da linha que você quiser tecer”.²⁵⁴ Diante do longo tempo (horas e até dias) de trabalho gasto para a tecitura da rede, visualizei naquela atividade não somente uma mão de obra barata, mas também uma forma de exploração nem sempre considerada no trabalho da pesca. Isso porque o tempo gasto na produção artesanal dos instrumentos de trabalho, em geral, não são calculados e inseridos no valor final do produto, na comercialização do peixe.

A experiência construída historicamente na vida do pescador de um rio que mantinha e garantia a sustentação do seu núcleo familiar foi, de certo modo, minimizada pelas atuais condições de trabalho no São Francisco. No entanto, apesar de tudo, o trabalho da pesca ainda continua fazendo parte do mundo de sentidos do pescador enquanto elemento significativo para sua sobrevivência.

De modo geral, atualmente, muitos trazem consigo visões contraditórias sobre a atividade pesqueira. Assim, prazer e repulsa, posturas de apreciação e desagrado compartilham espaço na fala dos pescadores, construindo olhares ora distintos, ora semelhantes. Não é difícil, por exemplo, nos depararmos com posicionamentos como o do pescador Manuel que, mesmo entendendo a pesca como uma profissão difícil, não deixa de expressar o sentimento pelo que faz:

Olha, eu aprendi foi isso. Eu gosto da profissão, eu gosto de mexer dentro d'água. Eu gosto de ficar mais é lá no mato vendo a natureza. Eu gosto da natureza. Eu gosto de água. Então eu aprendi a fazer isso. Quando saio pra fora, fico doidinho querendo ir pro rio. Num agüento ficar fora não. [E complementa, ao associar este trabalho à sua saúde íntegra:] Pra te falar a verdade, eu fora [da água] fico com o corpo mais ruim do que tando (*sic*) dentro da água. Já acostumei. [Mais adiante revela o que vivencia todos os dias]: As leis estão rigorosas demais, tá muito difícil. Você toma chuva, toma sol, depois você pega no sol quente o dia todo, de noite você tá morto. Tem hora que você chega na beira do rio, tem que acender o fogo ... É molhado. Eu não sei como que eu não sinto nada hoje. Eu já fiz tantas estripulias, porque faz parte da profissão. Eu meio que fico adoentado e eu ponho as mãos pro céu e dou graças a Deus... 63 anos, desde menino dentro d'água e não sinto nada²⁵⁵.

²⁵³ Unidade de medida convencional entre os pescadores, estendendo-se os dois braços em sentido horizontal. A braça é a extensão de rede que vai de uma mão à outra.

²⁵⁴ Entrevista realizada com Paulina dos Santos Abreu, pescadora, 46 anos, no dia 03 de janeiro de 2013, em sua residência no bairro Sagrada Família em São Francisco-MG.

²⁵⁵ Entrevista realizada com o senhor Manuel Ribeiro Pereira, pescador, 63 anos, no dia 25 de Fevereiro de 2012, em sua residência no bairro Aparecida em São Francisco-MG.

Dona América também relata algumas das dificuldades pelas quais passou e ainda passa na sua lida.

Eu já passei muito por isso aí, acredito que não é bom não. Porque a gente molhar com frio, tremendo de frio, outra hora você tá ali na beira do fogo e é hora de soltar a rede, você tá quente, vai pra friagem. Acho que é por isso que muitos adoecem. Igual o irmão dele (do marido) aleijou por causa de uma perna, ele teve que tirar a perna. O outro também tá com problema de saúde, já até recebeu um benefício por isso, ele praticamente doente, esse outro irmão meu, de tanto mexer em água tem problema no joelho, bronquite, muitos até morre, sabe? É muito complicado. Pescador, ele corre muito risco (...) ²⁵⁶.

A fala de Dona América também se refere aos muitos riscos pelos quais passam o pescador artesanal em seu trabalho, ou seja, não existem apenas os problemas de saúde que emergem da prática pesqueira, como doenças ocupacionais, mas também outros riscos aos quais esses trabalhadores estão suscetíveis. Ela mesma disse em sua entrevista que cair no rio e não saber nadar ou ainda ter que mergulhar para desenganchar uma rede, ocorrência constante na pesca no rio São Francisco, são alguns dos principais riscos aos quais estão submetidos os pescadores. Fatores que podem provocar inclusive a morte, visto que estão sujeitos a terem seus corpos presos na rede enquanto mergulham.

A senhora Paulina, em meio a risos e reclamações, esclarece isso: “agora, pra falar que vida de pescador é vida legal, não é não. A pessoa sofre muito. Humm... bater remo duas semanas daqui e não pegar nada, e ainda ter as costas doendo, coluna e tudo, com fome, pretinha” ²⁵⁷. No sofrimento relatado pela pescadora verifica-se não apenas a denúncia das duras condições de trabalho, exigindo esforço físico para remar (pelo fato de a família não possuir um motor de propulsão para o seu barco), mas também uma visão de que a pesca é uma necessidade que compõe o quadro de atividades disponíveis na cidade.

A partir dos contrastes presentes nas falas desses pescadores, tendo como pressuposto o quadro de dificuldades já abordado, consigo perceber a historicidade desses pescadores enquanto sujeitos que lutam pela sobrevivência em São Francisco, visto que, a todo o momento, elaboram valores e sentimentos, muitas vezes contraditórios, sobre o seu trabalho no rio, no passado e no presente, na fartura e na escassez de peixes.

Esses sentimentos opostos em relação ao trabalho no rio não são tão evidentes, entre os pescadores, quando estes se referem ao rio. Como se observa na fala do pescador Manuel Ribeiro que ao vê-lo como mantenedor de sua vida, denomina-o metaforicamente

²⁵⁶ Entrevista realizada com América Geralda da Silva, pescadora, 49 anos, no dia 05 de maio de 2012, em sua residência no bairro Sagrada Família em São Francisco-MG.

²⁵⁷ Entrevista realizada com Paulina dos Santos Abreu, pescadora, 46 anos, no dia 03 de janeiro de 2013, em sua residência no bairro Sagrada Família em São Francisco-MG.

como sua “roça”, uma verdadeira lavoura, onde ele regularmente colhe os frutos, que proverão suas necessidades. A metáfora construída pelo pescador elucida bem o sentido de pertencimento dele em relação ao São Francisco, ou seja, mesmo em meio às transformações, o São Francisco continua sendo o seu espaço, aquele que o prover em suas necessidades, visão que revela, a meu ver, a resistência desses pescadores artesanais.

Essa função do rio de proporcionar alimento para aqueles que ali trabalham, vai ao encontro da caracterização apresentada por Wolf Hartmann²⁵⁸ sobre a pesca artesanal nas águas do interior do Brasil, como em São Francisco. Segundo o autor, em termos socioeconômicos, a pesca trata-se quase exclusivamente de uma produção que se destina ao mercado local principalmente, e que fornece sustentação alimentar e emprego às pessoas com poucas alternativas de renda, fazendo-se, ainda, como parte de um sistema integrado de uso dos recursos naturais e renováveis. De tal modo, se torna compreensível a comparação que o senhor Manuel faz sobre o São Francisco como sendo uma “roça”.

No contato com os pescadores artesanais, identifiquei outra representação, bem mais ampla, que remete ao valor dado ao rio. Representação que está associada à importância da água no seu cotidiano, utilizada para beber, preparar os alimentos, limpar a casa, na colheita das vazantes ou ainda para matar a sede dos animais. Dona Paulina, procedente de uma família de pescadores, resume bem esse significado: “o rio São Francisco na vida nossa significa tudo, porque sem o rio nós não pode viver. Não é tanto o pescador, é todo mundo. (...) o peixe, a água, as plantas, as vazantes. O rio São Francisco pra nós, meu filho, é tudo”²⁵⁹. Um “tudo” lembrado também por dona América, que ressaltou: “Ele é o nosso tudo. Se realmente ele secar nós vamos à falência, até morrer. (...) Já foi muito importante mais ainda, porque a gente tirava a maioria da renda da gente era do rio, mas hoje tá muito difícil”²⁶⁰. Ambos os olhares sobre o “Velho Chico”, seja o que o apreende como condição para a própria existência, ou aquele que o visualiza sob o prisma utilitarista, representando-o como um “pai mantenedor”, mostram que os pescadores construíram, ao longo de suas vidas, uma relação intimista com o São Francisco.

Em diversos momentos percebi a interação que esses homens e mulheres da pesca têm com o meio no qual trabalham, seja tratando o rio como parte de suas histórias pessoais,

²⁵⁸HARTMANN, Wolf. D. Conflitos de pesca em águas interiores da Amazônia e tentativas de solução. In: DIEGUES, Antônio Carlos Santana; MOREIRA, André de Castro C. **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: Núcleo de Apoio a pesquisas sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras. USP, 2001.

²⁵⁹ Entrevista realizada com Paulina dos Santos Abreu, pescadora, 46 anos, no dia 03 de janeiro de 2013, em sua residência no bairro Sagrada Família em São Francisco-MG.

²⁶⁰ Entrevista realizada com América Geralda da Silva, pescadora, 49 anos, no dia 03 de janeiro de 2013, em sua residência no bairro Sagrada Família em São Francisco-MG.

seja relatando que criaram seus filhos através do trabalho ali desenvolvido e, em muitos casos, até personificando o rio como um pai ou uma mãe, uma vez que esse curso d'água fornece há muito tempo o sustento de suas famílias. Questionado sobre o sentido que o rio tem em sua vida, o senhor João Helvécio Ferreira, 68 anos, é contundente: “o rio significa como um pai pra nós, e depende muito de nós. Porque se qualquer um de nós destruir o rio ou de qualquer maneira destruir, nós estamos destruindo o nosso lar, o lar do nosso pai”²⁶¹. Esse mesmo olhar sobre o rio é expresso pelo senhor Benedito, o mais velho dos entrevistados, com 103 anos, conhecido em Januária-MG como “Seu Binú”: “era onde a gente arrumava tudo, arrumava muito peixe e vendia e tinha muito dinheiro. Esse rio São Francisco foi pai e mãe de tudo quanto é pescador, moço. Você via só canoa de pescador cheia aí no rio e tudo pegava peixe e vendia e tinha o dinheiro no bolso”²⁶², enfatizando, mais uma vez, a função de provedor e mantenedor do rio para os pescadores artesanais do São Francisco.

Ao que parece, essa visão do rio como mantenedor das populações ribeirinhas está o muito mais associada à uma experiência construída num passado não muito distante, falas resultantes de memórias em torno daquele tempo de abundância de peixes e no qual a opulência do rio garantia-lhe a sobrevivência, do que a uma visão originada em suas vivências mais atuais. Isso porque, mesmo expressando a importância do rio São Francisco, exaltando-o como um “pai”, “uma mãe”, “uma roça”, esses pescadores, em outros momentos das entrevistas, deixam transparecer grande tristeza pela atual situação, principalmente pela escassez do peixe no leito do rio.

Essa visão do rio como provedor que garante a sobrevivência é, em certa medida, reforçada ao se levar em consideração as vazantes, ilhas no leito ou nas porções marginais do rio destinadas à agricultura, elementos que constituem o São Francisco como sistema produtivo. De tal modo, o peixe sendo escasso ou não, as plantações nessas áreas sempre são frutíferas, contribuindo diretamente na sobrevivência não somente dos pescadores, mas de muitos outros ribeirinhos. A dinâmica da plantação nas vazantes é sempre orientada pelo ciclo da natureza. Seca e cheia, estiar e chover constituem muito mais do que fenômenos naturais para as pessoas que plantam nas vazantes, mas uma renovação constante das esperanças de que a comida sempre estará no prato de suas famílias. Comumente o calendário anual é dividido entre esses dois períodos em torno dos quais a vida é organizada: o tempo das chuvas, geralmente os meses de novembro a março; e o tempo da seca, de abril a outubro,

²⁶¹ Entrevista realizada com João Helvécio Ferreira, 68 anos, pescador aposentado, no dia abril de 2011, em sua residência em São Francisco-MG.

²⁶² Entrevista realizada com Benedito Dionísio da Silva, pescador aposentado, 103 anos, no dia 06 de agosto de 2013, em sua residência, em Januária-MG.

quando as águas do rio baixam e o terreno se mostra bastante fértil para diversos tipos de plantação, tais como melancia, abóbora, mandioca, feijão, dentre outros.

Nessas representações que identificam o rio São Francisco como um fator que proporciona e mantém a vida daqueles que estão ao seu redor, é possível encontrar um cenário bem maior em torno do rio, principalmente quando associado a terra. O pescador, mesmo que busque o peixe como produto do seu trabalho, está inserido num contexto em que as plantações nas vazantes ampliam o valor dado às águas do rio São Francisco. Isso porque muitos pescadores são também vazanteiros²⁶³. Nas entrevistas, muitos pescadores revelaram que suas vidas não giravam apenas em torno do rio, mas no complexo rio-vazante:

Plantava, plantava. A minha roça eu nunca larguei. Eu pescava as horas, né? E eu só pescava de anzol na hora de meio dia pra tarde aí amarrava anzol e tal, não mexia só com pescaria não, mexia com roça e pescando²⁶⁴.

Mas agora melhorou mais, porque eu planto minha vazante, pesco e sou aposentado²⁶⁵.

A pesquisa de Cláudia Luz de Oliveira revela essa correlação entre esses dois tempos de trabalho que organizam a vida dos ribeirinhos, no rio e nas vazantes. Segundo a autora:

o sistema de trabalho dos vazanteiros e suas condições financeiras definem o local de moradia da família, que pode ser na ilha, na margem do rio ou nas cidades ribeirinhas. A vida das famílias é sempre marcada pela mobilidade do local de trabalho e moradia, que se adapta aos ciclos do rio: seca, enchente, cheia e vazante²⁶⁶.

O relatório final da pesquisa *Etnografias do São Francisco*, elaborado por um grupo de pesquisadores das Universidades Federal de Uberlândia e Estadual de Montes Claros, retratou de forma interdisciplinar os modos de vida das comunidades ribeirinhas e ilheiras do rio São Francisco no Norte de Minas. A partir de um estudo etnográfico, mapearam as ilhas presentes ao longo do rio São Francisco entre as cidades de Pirapora e Manga, ambas em Minas Gerais. No desenvolvimento da pesquisa, Ângela Fagna Gomes Souza, uma das participantes do projeto, identificou nessa relação entre rio e vazante, o que

²⁶³ Esses trabalhadores das vazantes também são denominados na literatura como lavrador de vazante, barranqueiro, lameiro ou varzeiro.

²⁶⁴ Entrevista realizada com Bernaldino Pereira de Souza, 81 anos, no dia 29 de julho de 2013, em sua residência em São Romão-MG.

²⁶⁵ Entrevista realizada com o Sr. Paulo Sérgio de Almeida Bastos, pescador, 74 anos, no dia 04 de janeiro de 2013, em sua residência no bairro Quebra em São Francisco-MG.

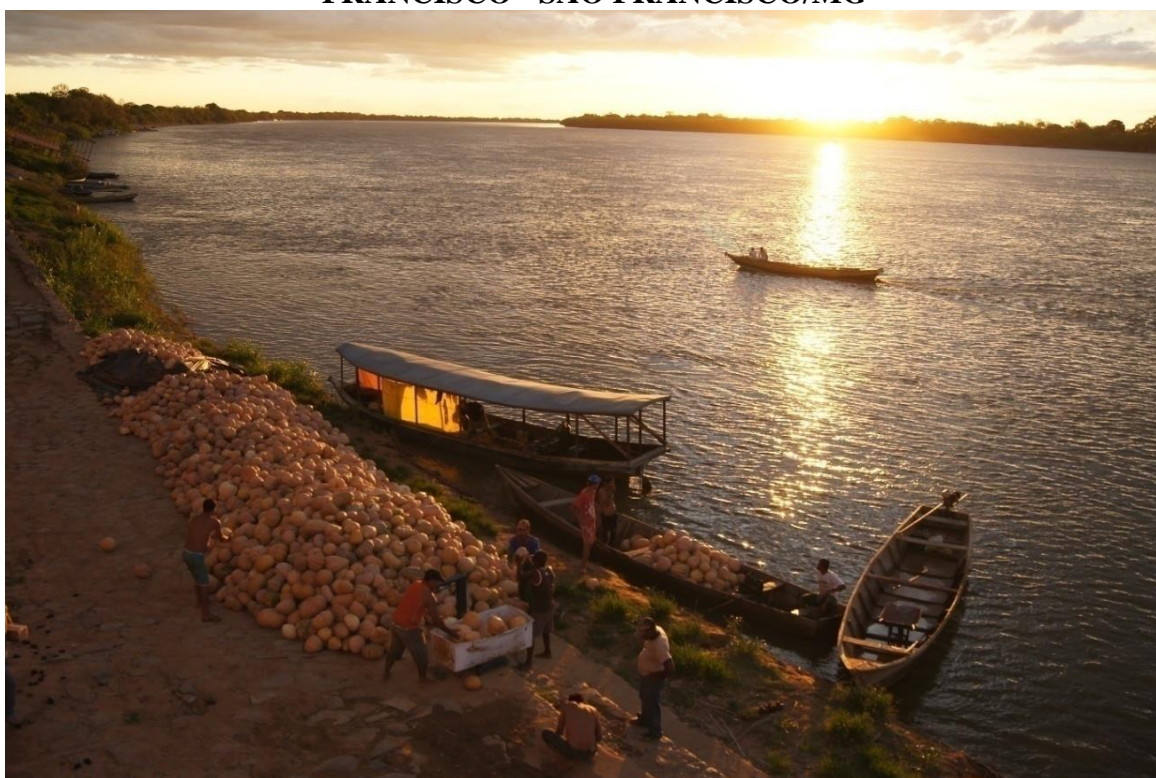
²⁶⁶ OLIVEIRA, Cláudia Luz de. **Vazanteiros do Rio São Francisco**: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Sociologia e Antropologia. Belo Horizonte, 2005, p.67.

eles denominam de cultura são-franciscana, por ter em todas as relações aí existentes um modo de viver construído a partir do contato entre as águas do rio e a terra a ele próxima. Segundo Souza,

Estas relações envolvem um complexo dinâmico mosaico de formas próprias de manifestação da cultura e da identidade local, refletida em seus vínculos territoriais, culturais, nos seus sabres, fazeres e expressão simbólicas. São modos de vida, lugares e sujeitos diferenciados que ora se mesclam ora se diferenciam pelas suas especificidades, tanto no viver quanto no morar, plantar e pescar²⁶⁷.

Tendo esse olhar para as terras dentro e nas margens do rio, nota-se que o São Francisco ganha um sentido dimensionado para esses pescadores, pois nele não apenas se pesca, mas também se planta em suas ilhas, com uma produção significativa (FIGURA 08). Pescar e plantar são duas atividades laborais interligadas (para muitos, indissociáveis) quando nos referimos ao São Francisco.

FIGURA 08 - PRODUÇÃO DE ABÓBORAS DAS VAZANTES DO RIO SÃO FRANCISCO - SÃO FRANCISCO/MG²⁶⁸



Fonte: Arquivo pessoal de Jéferson Felizardo. 2012.

²⁶⁷ SOUZA, Ângela Fagna Gomes de. Pelas águas do rio São Francisco: ilhas. In: LEAL, Alessandra Fonseca; BORGES, Maristela Corrêa (orgs.). **Etnocartografias do São Francisco**: Modos de vida, culturas locais e patrimônios culturais nas comunidades tradicionais ribeirinhas e ilheiras do Rio São Francisco no Norte de Minas Gerais. Universidade Federal de Uberlândia/Universidade Estadual de Montes Claros. Uberlândia/Montes Claros, 2011, p. 82.

²⁶⁸ A produção de abóboras oriunda de diversas vazantes localizadas no município de São Francisco exposta na foto nesta ocasião foi comprada, segundo o fotógrafo que registrou a cena, por uma indústria do Rio de Janeiro, para produção de doce de abóbora, indústria cujo nome não consegui identificar

Referindo-se à produção agrícola nessas ilhas e à identificação do pescador profissional nesse contexto, é fácil perceber a íntima relação entre a prática pesqueira e a plantação nas vazantes. A partir do estudo de Oliveira²⁶⁹ sobre a vida desses homens, que identifiquei como “agricultores do rio”, percebo que “as ilhas do rio São Francisco desde sempre abrigaram um pequeno número de moradores, mas eram trabalhadas por um grande contingente de camponeses e pescadores que moravam em fazendas ou cidades nas margens do rio”²⁷⁰, revelando que o pescador, há bastante tempo, tem nessas ilhas uma referência de trabalho que, somada à pesca o auxilia na sua sobrevivência e na manutenção de sua família.

Num outro estudo, a mesma autora ressalta, a partir de pesquisas feitas pelas Irmãs da Divina Providência em parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Comissão Pastoral de Pescadores (CPP), que há uma inter-relação entre a identidade dos pescadores e vazanteiros do São Francisco e que “assim como a pesca é uma atividade central no sistema de produção e consumo dos vazanteiros, é comum os pescadores dizerem que “todo pescador tem a sua vazante”²⁷¹. Em face dessa proximidade entre o trabalho realizado na pesca e na vazante, o senhor Higino sintetiza suas ações desenvolvidas no rio: “Sempre planto uma rocinha, porque não deixa de trabalhar na roça. Hoje se você mexer só com uma coisa, só não dá. Aí eu tirava do rio jogava na roça, tirava da roça jogava no rio”²⁷², revelando um sentido complementar entre essas formas de trabalho.

Para esta pesquisa, as características do trabalho do senhor Higino se mostram bastante relevantes para a compreensão da dinâmica existente em torno da pesca e da atividade da lavoura. “Tirar do rio e jogar na roça, tirar da roça e jogar no rio” significa, portanto, não apenas os investimentos múltiplos que são feitos nesses dois campos de trabalho, mas uma forma de organizar a vida segundo os ciclos da natureza, afinal, “mexer com uma coisa só não dá”. Isso porque nem toda época é boa para a pesca, assim como nem todos os meses são propícios para a plantação.

²⁶⁹OLIVEIRA, Cláudia Luz de. **Vazanteiros do Rio São Francisco**: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Sociologia e Antropologia. Belo Horizonte, 2005.

²⁷⁰OLIVEIRA, Cláudia Luz de. **Vazanteiros do Rio São Francisco**: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Sociologia e Antropologia. Belo Horizonte, 2005, p. 60.

²⁷¹CPP – Comissão Pastoral da Pesca Nacional. **Diagnóstico da pesca artesanal no Norte de Minas, Alto-Médio São Francisco**. Buritizeiro, Maio de 2011, p. 57.

²⁷² Entrevista realizada com Higino de Freitas Silva, pescador, 67 anos, no dia 07 de maio de 2012, em sua residência no bairro Sagrada Família em São Francisco-MG.

Brito²⁷³ identificou diversos tipos de trabalhadores nesse espaço, mostrando que ali se encontram não apenas pescadores, mas também vazanteiros, areeiros, tombadores, revelando, ao final, que nesse espaço esses trabalhadores forjam coletivamente modos de vida, uma cultura aliada às mudanças ocorridas nesse lugar, nas relações sociais e de trabalho, colocando-os como sujeitos de suas próprias histórias.

Para além de procurar diferenciar o pescador do vazanteiro, uma vez que não é objetivo deste trabalho, vale ressaltar que o pescador atua numa conjuntura em que existem diversas possibilidades de ganho, como a do agricultor das vazantes, compartilhando e, muitas vezes, disputando espaço no seu ambiente de trabalho, o rio²⁷⁴. Em alguns casos, ele mesmo, atua nesse espaço ora como pescador, ora como vazanteiro, ora como barqueiro, ora como areeiro, dependendo das oportunidades encontradas. Nessa direção, identifico não apenas uma disputa entre os diversos agentes produtivos presentes no rio São Francisco, mas formas pessoais e compartilhadas coletivamente de assegurar a sobrevivência.

Com a evidente escassez de peixes, um aspecto presente na vida dos pescadores é a necessidade de procurarem locais onde há uma maior presença do peixe, o que pressupõe que eles estejam cada vez mais distantes de onde anteriormente pescavam. Assim, se antes a captura do peixe era uma garantia diária, próximo mesmo do local de morada do pescador, agora há uma necessidade de se criar acampamentos, moradias provisórias geralmente feitas nas ilhas, “crôas” ou margens que servem de abrigo para os pescadores durante o período de pesca, o qual pode durar dias ou até semanas.

O pescador Manuel relata que o acampamento no qual trabalha fica nas margens do rio, uma “casinha” onde guarda as suas tralhas. Segundo ele, “cada um faz o seu. Você faz o seu aqui, você tem sua rede e o seu barco. Se você quiser fazer junto com o meu, você faz.

²⁷³ BRITO, Saulo Jackson de Araújo. **Trabalhadores ribeirinhos do Velho Chico**: Experiências, Memórias e Modos de vida em São Francisco-MG (1980-2011). Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

²⁷⁴ Além dos próprios pescadores artesanais, outros tipos de pescadores compartilham esse espaço, como o pescador amador e o que pesca para o próprio consumo. Sobre essas diversas tipologias de pescadores, tratarei mais à frente. Ainda existem os barqueiros, que cruzam o rio de uma margem à outra, atravessando os moradores ribeirinhos que vem para a cidade a fim de realizar compras, ir ao banco, dentre outras atividades, ou mesmo, levando os trabalhadores que atuam em empresas ou fazendas que ficam do outro lado do rio. Outros sujeitos que atuam no rio são os balseiros, que cotidianamente, 24 horas por dia, fazem o trabalho de transportar, pelas balsas no “Porto da lancha”, automóveis, ônibus, caminhões, motos e passageiros em geral de uma margem à outra. Todos esses trabalhadores atuam num ambiente comum. A não ser entre os próprios pescadores, vistos em suas diferenças, não percebi animosidades outras entre os outros tipos trabalhadores e os pescadores artesanais, de modo que é possível indicar uma certa harmonia entre os profissionais que “dividem” o São Francisco como campo de trabalho.

Lá hoje só tem quatro [pescadores] e dois barcos. Eu vim ontem, o outro rapaz veio. Nós retornamos amanhã. Lá fica sem ninguém. Ninguém mexe lá não”²⁷⁵.

FIGURA 09 – ACAMPAMENTO DE PESCADORES: MORADIA PROVISÓRIA



Fonte: Arquivo da Colônia de Pescadores Z-3. São Francisco-MG, 2010.

Servindo-lhe de abrigo, durante os dias de pesca, esses acampamentos passam a compor o cotidiano dos pescadores artesanais como uma “segunda casa”, que mesmo provisória, é um referencial para o seu acesso ao rio, à vazante que geralmente é ali cultivada e ao seu lugar na sociedade como um homem que vive do rio.

Devido às grandes distâncias entre a casa dos pescadores e os acampamentos, duas realidades vivenciadas por eles são bastante visíveis. A primeira é a utilização de barcos a motor como uma necessidade no trabalho da pesca com o objetivo de diminuir o esforço físico e o consequente cansaço na tarefa de locomoção do barco. A segunda é relativa à rotina nesse espaço de trabalho, já que muitos dos pescadores saem, deixando seus lares, levando alguns mantimentos, roupas e suas tralhas de pesca; colocados no barco, só voltam quando tiverem um resultado satisfatório, o que muitas vezes não acontece. Ao se instalarem nesses acampamentos, suas acomodações geralmente são precárias, feitas, muitas vezes, com pedaços de pau, palhas e lonas. Esse caráter provisório das acomodações se deve ao fato de que na época das chuvas tudo aquilo estará debaixo d’água, sendo, portanto, desnecessárias

²⁷⁵ Entrevista realizada com o senhor Manuel Ribeiro Pereira, pescador, 63 anos, no dia 25 de Fevereiro de 2012, em sua residência no bairro Aparecida em São Francisco-MG.

construções resistentes e duradouras, e também por causa da mobilidade do pescador a procura de locais que tenham peixe.

Em geral, a decisão sobre em que ponto do rio São Francisco se fará um acampamento é tomada tanto pelo critério da fartura de peixes naquele ponto, quanto pela presença (ou não) de outros pescadores, visto que o rio é constantemente disputado pelos próprios pescadores. Onde um grupo está pescando, em regra, outros não se aproximam. Nesses locais é realizado o que eles denominam de “lance”, um espaço que pode chegar a trezentos metros, o qual é previamente limpo (tirando-lhe paus e outros possíveis obstáculos do rio) por um ou mais pescadores, para que esses possam lançar suas redes livremente. Esse trabalho de preparação do lance é o que constitui o direito de acesso àquela faixa do rio pelos pescadores que o exerceram.

Nessa dinâmica, o direito de pescar onde o próprio pescador limpou seu “lance”, constantemente, se torna um ponto de tensão tanto entre eles próprios, como entre esses e os pescadores amadores. O pescador Manuel Ribeiro relata como esse processo ocorre:

Tem vez que você limpa um lance de rede aqui, você gasta um mês, dois ali gastando dinheiro, um cara chega, não ranca um pau e quer apossear daquele lance de rede. Aí tem existido muito, a confusão é entre eles mesmo. Porque eu acho direito o seguinte: vamos limpar um lance de rede ali? Vambora, porque uma andorinha sozinha não faz verão. Nós vamos um grupo aí de 3 barcos, seis pessoas, aí você faz o lance de rede, ele fica sendo seu, todo ano você vai pra ali, não vai perturbar ninguém que tá limpando o lance, porque todo mundo tem o dele, eu tenho o meu²⁷⁶.

As relações de solidariedade aparecem entre os pescadores artesanais tanto na tarefa de pescar, quanto de limpar o rio, como uma necessidade, já que o trabalho isolado é inviável. Nos acordos criados nessas relações, o acesso a um espaço no rio São Francisco para desenvolver seu trabalho vai se reproduzindo nas combinações tácitas entre esses profissionais. Não existe um documento que estabeleça esse acordo, contudo regras são instituídas de modo informal, numa clara noção de que, mesmo numa situação de disputa, ainda assim, parece prevalecer a noção de que o rio é de todos, “é da nação”.

O pescador januarense Vilobaldo me revelou outros aspectos associados a esse direito: “Você espera o companheiro dar o lance, que cada um tem que dar o seu lance. Aí, pra quando chegar a sua vez, você está pronto de novo, guarda a rede pra esperar a sua

²⁷⁶ Entrevista realizada com o senhor Manuel Ribeiro Pereira, pescador, 63 anos, no dia 25 de Fevereiro de 2012, em sua residência no bairro Aparecida em São Francisco-MG.

vez”²⁷⁷. Também na fala de dona América, entendemos a continuidade (ou não) do trabalho desses pescadores: “Ali se o lance for bom, ele vai querer soltar outro lance, então a gente vai. (...) Então se a pesca for boa ele fica muitas horas no rio. Agora, se ele der o primeiro lance e nada, mais um nada, a gente sabe que o peixe parou de subir então a gente para”²⁷⁸.

Na configuração da pesca como um trabalho que exige solidariedade entre os pescadores, foi interessante compreender que eles atuam no interior de uma cadeia produtiva que leva em consideração a própria família ou, ainda, um grupo de pescadores, que atuam coletivamente. Há, pois, toda uma dinâmica de ações articuladas à prática pesqueira, desde quem faz a rede e o barco, até a pesca em si, o comércio realizado desse produto, a existência do atravessador, dentre outros aspectos.

A pesca artesanal tem como uma das suas principais características ser um sistema de produção familiar. O ofício, em geral, emerge no seio da família, no qual os pais ensinam aos filhos, o marido orienta a esposa, os irmãos compartilham experiências, tios dão dicas aos sobrinhos, enfim, a família é o espaço privilegiado de aprendizado, em que o caráter informal dos saberes da pesca é um fator distintivo do conhecimento acumulado. Assim, olhando como se faz, ouvindo os mais experientes, seguindo a dinâmica existente no complexo erro/acerto, acumula um conhecimento construído e continuamente reelaborado. Nessa direção, é possível entender todo o conjunto de saberes e fazeres desses pescadores como uma cultura pesqueira. Passados de geração para geração, os modos de fazer da pesca, apreendidos nessas relações, dão à profissão de pescador artesanal um sentido peculiar, já que ela se revela como elemento constituinte da história dos pescadores artesanais.

Na entrevista com o senhor Higino, constatei uma típica família de pescadores, cujos ensinamentos do ofício são passados de pai para filho, visto que seu pai foi pescador, sua esposa pescadora e todos os quatro filhos seguiram o mesmo caminho. Ao informar-me que aprendeu a pescar com o seu pai, e que este só pescava de anzol, o senhor Higino faz referência às técnicas de pesca que estão sempre se modificando ao longo do tempo. Ele aponta como foi o seu método de aprendizado: “aprendi a pescar com pai. Agora... Mas pai nessa época pescava só de anzol e tudo. Ele não sabia pescar uma tarrafa. Sabia nada e nada. Eu aprendi a tecer uma rede, uma tarrafa por conta própria, eu agradeço que ninguém me ensinou”, completa. De todos os pescadores que relataram esse aprendizado construído no

²⁷⁷Entrevista realizada com Vilobaldo Alves dos Santos, pescador, 48 anos, no dia 06 de agosto de 2013, em sua residência em Januária-MG.

²⁷⁸Entrevista realizada com América Geralda da Silva, pescadora, 49 anos, no dia 05 de maio de 2012, em sua residência no bairro Sagrada Família em São Francisco-MG.

seio familiar, selecionamos algumas falas que revelam a figura do pai como principal referência para a iniciação no mundo do trabalho:

Eu tenho trinta anos só de carteira. Praticamente quando eu comecei a entender por gente né? Eu já sabia o que que era água e aprendi a pescar com meu pai²⁷⁹.

Eu nasci aqui mesmo, não foi em São Francisco, mas foi no município. Desde a idade de 8 anos que eu pescava mais meu pai. Meu pai era pescador²⁸⁰.

Nossos avôs, nossos pais ensinou a gente trabalhar de todas as maneiras, não só da pesca, mas todo jeito de roça. Eu mesmo trabalho em qualquer lugar, capino, roço, corto de machado, de tudo eu faço um pouquinho. Por quê? Porque aprendi com meus pais, não foi só pesca. Nós vivemos de pesca²⁸¹.

Dona Paulina, ao ser questionada sobre quem pratica a pesca entre os membros de sua família, refere-se a si mesma, ao marido (Sr. Janu) e ao filho de 17 anos como “os pescadores da casa”. “Agora mais é o menino dele, e eu e ele. Só que quem vai mais é o menino e ele. (...) Eu fico mais, agora, é pra limpar o peixe, mas de vez em quando eu vou mais ele”²⁸², conclui.

Considerando a característica de sistema familiar de produção, como já mencionado, vale ressaltar a existência de uma divisão de tarefas mais ou menos definida entre homens e mulheres no interior da maioria das famílias de pescadores. Essa divisão é pautada nos critérios da periculosidade do serviço, da habilidade/força na execução da tarefa ou, ainda, por questões culturais ligadas às diferenciações entre os sexos masculino e feminino. Assim, se ao homem são reservadas as tarefas de mergulhar, jogar a tarrafa, remar, guiar o motor, puxar a rede, fazer os instrumentos de pesca, escolher o lugar para a captura do peixe e se responsabilizar pela manutenção dos instrumentos de pesca; à mulher cabe soltar a rede enquanto estiver no barco, remar, tirar o pescado da rede, vender o peixe, tecer a rede, limpar o pescado e guiar o motor, partilhando, em alguns casos, das mesmas ações desenvolvidas pelo homem.

A presença da mulher no universo do trabalho pesqueiro, apesar de não ser uma novidade em termos práticos, visto que a maioria delas aprendeu a pescar desde a infância ou adolescência, em termos legais é algo que existe há bem pouco tempo. Para a lei, até o ano de 2009, só havia pescadores, mas “com a regulamentação da atividade da pesca artesanal pela

²⁷⁹ Entrevista realizada com o senhor Manuel Ribeiro Pereira, pescador, 63 anos, no dia 25 de Fevereiro de 2012, em sua residência no bairro Aparecida em São Francisco-MG.

²⁸⁰ Entrevista realizada com Mariano da Silva Júnior, pescador, 53 anos, no dia 5 de maio de 2012, em sua residência no bairro Aparecida, em São Francisco-MG.

²⁸¹ Entrevista realizada com América Geralda da Silva, pescadora, 49 anos, no dia 03 de janeiro de 2013, em sua residência no bairro Sagrada Família, em São Francisco-MG.

²⁸² Entrevista realizada com Paulina dos Santos Abreu, pescadora, 46 anos, no dia 03 de janeiro de 2013, em sua residência no bairro Sagrada Família, em São Francisco-MG.

Lei n. 11.959/2009, admitiu-se sua realização pelo sistema de economia familiar. Nesse momento, as mulheres passaram a poder figurar entre os profissionais da pesca”²⁸³.

Além dos aspectos abordados, também constato a existência de relações desiguais entre os pescadores artesanais de São Francisco, em que alguns, não possuindo os instrumentos necessários à pesca (“tralhas”, redes, barcos, etc.), acabam trabalhando para os que possuem. Os acordos forjados no interior dessas relações determinam não só a porcentagem do pescado para cada uma das partes, como também as condições de trabalho aí vivenciadas. Dona Paulinanos relatou que o seu marido, o senhor Januário, já trabalhou muito para outro pescador, “seu Pindô”, e nos explicou como funciona esse contrato:

Às vezes você pesca, você é pescador. Aí você tem toda a tralha, tem o barco, tem o dinheiro, aí você caça os pescador e faz de conta que é uma firma. Você tem a firma, aí você caça os peão pra pescar pra você. Pindô tinha uns 10 peão. Você é pescador, aí você procura 3 homens pra pescar. O peixe que os menino pega passa pra você, aí você tira a porcentagem deles e você vende o peixe pra outras pessoas mais caro²⁸⁴.

Dona Paulina indica que esse tipo de contrato nem sempre compensa, devido ao valor pago pelo contratante (apenas 10%) ou em decorrência dos possíveis incidentes, como no caso do seu marido que foi multado pela Polícia Ambiental e teve que arcar com todo o ônus.

A desigualdade social percebida entre os próprios pescadores artesanais de São Francisco também se observa entre estes e os de outras localidades, evidenciando que ainda que exerçam a mesma profissão (pescadores), suas realidades sociais são diferentes. Um aspecto que revela essa diferença pode ser notado nas embarcações, enquanto em São Francisco a maioria dos barcos é simples, feitos de madeira (FIGURAS 10, 11 e 12) e produzidos artesanalmente na própria cidade; em Três Marias os barcos são de alumínio e com motores potentes.

²⁸³ SILVA, Vera Lúcia da; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. **A regulamentação jurídica da pesca artesanal no Brasil e o problema do reconhecimento do trabalho profissional das pescadoras**. 17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero. Comunicações Orais. 2012. Disponível em <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/view/230>>; acesso em 22 ago 2013, p. 2.

²⁸⁴ Entrevista realizada com Paulina dos Santos Abreu, pescadora, 46 anos, no dia 03 de janeiro de 2013, em sua residência no bairro Sagrada Família em São Francisco-MG.

FIGURAS 10, 11 E 12 – O PESCADOR “ZÉ PINCEL” CONSTRUINDO UM BARCO²⁸⁵



Fonte: Arquivo pessoal de Laura Gomes Oliveira, 2010.

O senhor Norberto, morador da cidade de Três Marias, elucida de forma significativa essa diferença, ao relacioná-la a uma característica própria da pesca em cada uma dessas cidades

Hoje você viu as condições dos pescadores de Januária, de São Francisco e em Pirapora. [Aqui] há diferença, todos motorizados, tudo barcos de alumínio, todos os pescadores, tudo rico, pescador aqui é considerado tudo rico. Todos têm seu barco, todos têm seu motor, todos têm seus carros, todos têm suas casas, sabe por quê? Final do rio, aqui é o final o rio [referindo-se à barragem de Três Marias, que impede com que o peixe siga seu trajeto]. Peixe em Januária ele passa, se você tiver lá na hora você pega ele, em São Francisco você pega ele, Ibiaí você pega ele, em Pirapora [também], mas aqui não. Esse peixe chegou aqui e parou, então aqui hoje não tem peixe, amanhã já tem porque aqui é o final do rio²⁸⁶.

A localização dos pescadores ao longo do rio São Francisco e a dinâmica de reprodução dos peixes mostram que aqueles que se situam em cidades ou regiões onde o peixe “para”, devido às barragens, como apontado no capítulo anterior em relação à barragem de Sobradinho, têm à sua disposição um número maior de peixes, uma garantia que diariamente

²⁸⁵Num lugar onde grande parte dos trabalhadores do rio ingressou no mundo da pesca utilizando barcos feitos artesanalmente, alguns deles acabaram por aprender outros ofícios, como o de construir barcos. “Zé Pincel”, como é conhecido o pescador José Rodrigues Queiroz, um dos pescadores mais antigos do bairro Quebra já construiu, segundo ele, centenas de barcos de madeira, encomendados por pescadores de São Francisco e também de outras cidades. Entrevista realizada com José Rodrigues Queiroz, pescador e construtor de barcos, 69 anos, no dia 17 de setembro de 2013, em sua residência no bairro Bandeirantes em São Francisco-MG (entrevista realizada com o auxílio da esposa, Dona Iraci, devido Zé Pincel estar com a mente esquecida devido um derrame que sofreu há alguns meses).

²⁸⁶ Entrevista realizada com Norberto Antônio dos Santos, pescador, 65 anos, no dia 07 de agosto de 2013, em sua residência às margens do rio São Francisco, na cidade de Três Marias-MG.

o peixe está presente, pois ali, podemos dizer, é o limite ou o destino final dos peixes que conseguem migrar para longas distâncias. Desse modo, a meu ver, as diferenças entre as realidades sociais desses pescadores, resultam, em grande medida, das intervenções no rio, como as barragens que alteraram a dinâmica deste.

Ainda que prevaleçam as desigualdades apontadas anteriormente, um aspecto que tem contribuído para alterar os modos de fazer dos pescadores de São Francisco é o acesso gradativo a meios de produção mais modernos (congeladores, motores, barcos de alumínio, balanças, etc.), isso em função das linhas de financiamentos oferecidas pelo Governo Federal. Portanto, os instrumentos artesanais antes utilizados, a cada ano, têm dado espaço para um arsenal mais tecnológico e cada vez mais sofisticado, inserindo-o na dinâmica capitalista.

A inserção desse pescador artesanal na lógica capitalista não lhe garantiu uma melhoria de vida, antes lhe impôs uma condição de vulnerabilidade, visto que todas as limitações identificadas para o exercício de sua profissão (legislação, degradação, sobre-pesca, barragem, etc.) fizeram da pesca uma incerteza, sendo que o “SE” [pescar] ganha mais do que um sentido condicional no seu trabalho, é, na verdade, um elemento determinante na organização da sua própria vida.

O fato da pesca, atualmente, significar uma incerteza no dia a dia desses pescadores, chegando a ser considerada por eles como “uma loteria”, estabelece uma lógica econômica própria que, segundo dona Paulina: “conforme o que você pega, aí você vende”. É nessa condição imposta pelo trabalho que ela, organizadora do lar, indica a destinação do dinheiro obtido com a comercialização do que é pescado:

Você compra um pouco do alimento pra comer, arroz, feijão. Se der pra comprar carne, tudo bem. Se não der, você compra ali 5 quilos de arroz, 3 de feijão, óleo, chinelo. Depende do tanto dinheiro que você fazer, uns 100 reais, uns 30 reais. É conforme o dinheirinho que você fazer pelo peixe. Se você fizer 100 reais, você tira 50 pra despesa, 50 pra o chinelo, e assim a gente vai passando. No outro dia, Deus abençoa que você pega mais um pouquinho²⁸⁷.

A certeza que permeava o trabalho da pescaria em outros tempos definitivamente desapareceu dos modos de vida desses pescadores. No entanto, por meio das entrevistas realizadas pude perceber que, como forma de garantir sua sobrevivência a vida e o trabalho desses pescadores na atualidade continuam integrados ao rio, resistindo às adversidades que se lhes apresentaram e ainda se apresentam. É na íntima relação com o rio e com os outros elementos a ele associados (vazantes, enchentes, seca, peixes, etc.) que eles se fazem enquanto pescadores, acumulando, a partir da experiência diária, diversos saberes e fazeres

²⁸⁷ Entrevista realizada com Paulina dos Santos Abreu, pescadora, 46 anos, no dia 03 de janeiro de 2013, em sua residência no bairro Sagrada Família em São Francisco-MG.

próprios do grupo. Isso os envolve de uma autoridade que os diferencia dos pescadores com menos experiência ou daqueles que têm a pesca apenas como entretenimento.

2.3. Sonhos de futuro: os filhos

Dadas as dificuldades da atividade laboral, os pescadores, em sua maioria, não gostariam que o próprio trabalho fosse reproduzido e continuado por seus filhos. Esta é a situação vivenciada pelo pescador senhor Manuel Ribeiro, este ao ser questionado se os seus nove filhos também são pescadores, com um tom altivo, solta uma resposta negativa, argumentando sua posição: “Não. Só pescam por esporte. Eu não vou criar eles na beira do rio, porque o trem é muito difícil demais”. Mais à frente ele detalha suas razões: “Ultimamente a pescaria está judiando muito com a gente. Judiar que eu falo é você tomar chuva aí, é vento, é uma dificuldade pra você ganhar o pão. Eu se voltasse ao tempo, já não aprendia a profissão mais, caçava outro meio”. E ao final, ele complementa o que deseja para os filhos: “Eles têm que estudar, caçar outra profissão”²⁸⁸. Essa é também a visão de outros pescadores, quando indagados sobre o ingresso dos filhos no universo da pesca:

Não, não, eu não incentivo, porque é o seguinte, é uma coisa que é ta acabado, porque o tanto de pescador que tem, se for envolver, é tempo perdido. Duas fez o curso pra enfermagem, fiquei satisfeito, uns já trabalha de bombeiro e os outros trabalha braçal, mas por fora, é uma coisa ou outra. Por que o rio, eu acredito que não vai, que não vai viver muito tempo com esse tanto de gente não²⁸⁹.

Todo mundo fala “por que suas meninas não faz carteira de pescador?”. Eu falo: não! Por quê? Porque elas não entende de pesca, não sabe o que é pesca. E outra, porque quem faz a carteira de pescador, ele não pode trabalhar contratado e nem fichar. Porque se ele fichar, ele perde tudo os direito dele lá. Então, por que eu vou deixar minhas filhas fazer uma certa sendo que elas não exerce pesca?²⁹⁰

Hoje não porque tem outros que já tem uma perspectiva de vida diferente, né? A sobrevivência com a pesca já ta ficando mais difícil por causa de muita poluição, pouca chuva é a disputa pelo espaço da pesca é muito grande, hoje a condição de meus filhos também é completamente diferente da condição que eu tive da época da minha adolescência, então hoje eu já incentivo eles a fazer uma faculdade a trabalhar em outros setores²⁹¹.

²⁸⁸ Entrevista realizada com o senhor Manuel Ribeiro Pereira, pescador, 63 anos, no dia 25 de Fevereiro de 2012, em sua residência no bairro Aparecida em São Francisco-MG.

²⁸⁹ Entrevista realizada com Vanilson de Jesus dos Santos, pescador, 64 anos, no dia 30 de julho de 2013, em sua residência no bairro Centro, em São Francisco-MG.

²⁹⁰ Entrevista realizada com América Geralda da Silva, pescadora, 49 anos, no dia 03 de janeiro de 2013, em sua residência no bairro Sagrada Família em São Francisco-MG.

²⁹¹ Entrevista realizada com o presidente da Colônia Z-2, de Januária, Simeão Reginaldo Ferreira, no dia 07 de agosto de 2013, na sede da Colônia, em Januária-MG.

Esses depoimentos, no seu conjunto, parecem remeter às considerações de Valêncio quando ressalta que “para pensar o devir dos filhos é necessário anular o valor intrínseco do que se faz e do que se é presentemente”²⁹², ou seja, o que ocorre nesse processo de negação dos pais em relação a um possível seguimento dos seus filhos na profissão pesqueira é, pois, uma negação da própria história, do seu trabalho e de si mesmos enquanto pescadores, rejeitando a possibilidade de que os filhos vivenciem o que eles passaram. Brito, morador e estudioso da realidade são-franciscana, acredita que:

As experiências de vida são depositárias da sabedoria popular que, através do tempo e das palavras, ganham forma e se verbalizam como queixas, advertências, moral, desesperanças, esperança, busca de novas alternativas e, em muitos casos, apenas como espera da morte, mas, ainda há aqueles que reúnem forças e acreditam em dias melhores, se não para si, ao menos para os filhos²⁹³

Pelo visto, a condição de analfabetismo da maioria dos pescadores faz com que muitos deles desejem e lutem para que seus filhos estudem ou, ao menos, escolham outras profissões que não a de pescador. Vale dizer, no entanto, que essa negação para que os filhos continuem exercendo a profissão dos pais não é consensual entre os trabalhadores da pesca. No caso dos pescadores que têm filhos mais velhos e que não tiveram oportunidade de estudar e, portanto, estão na mesma condição de analfabetismo dos pais, o número dos que seguiram a profissão dos pais é maior.

Nesse processo, o que se nota na vida das famílias dos pescadores é a “cassação de melhoras”, citada pelo senhor Paulo Sérgio, que ainda continua, nas outras gerações, entre filhos e netos. A movimentação de trabalhadores para atuarem em atividades sazonais ou mesmo para se fixarem em postos de trabalho nos grandes centros (mas também na própria região e na cidade de São Francisco), onde as condições de trabalho sejam melhores que as existentes na pesca, se mostra como uma constatação bastante visível nos últimos anos. É uma situação de tensão social que leva *Dona América Geralda da Silva* a considerar que ter filhos homens, com maior liberdade para sair, trabalhar fora e mandar recursos para a família, é um fator de sorte para quem os tem: “se não sair pra fora, não adquire (*sic*) nada não. Minha irmã

²⁹² VALÊNCIO, Norma. **Pescadores do rio São Francisco**: a produção social da inexistência. São Carlos: Rima, 2007, p. 47.

²⁹³ BRITO, Saulo Jackson de Araújo. Uma cidade, muitas memórias: trajetórias de vida dos trabalhadores ribeirinhos de São Francisco-MG. In: SILVA, Valmiro Ferreira; BRITO, Saulo Jackson de Araújo; SOUZA, Harilson Ferreira de (orgs.). **São Francisco em perspectiva**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2010. p. 153.

vivia igual eu também, mas ela teve a sorte de dois filho homem. (...) os dois rapaz (...) saiu de casa, foi pra São Paulo, hoje graças a Deus eles estão bem, sabe”,²⁹⁴ afirma a pescadora.

Dona América ainda nos informa de que não aconselha, nem incentiva suas filhas a ingressarem no mundo da pesca artesanal, segundo ela as filhas “têm que estudar, caçar outra profissão”. Inerente ao seu discurso percebe-se uma preocupação quanto ao futuro: “elas têm futuro. (...) Nós que já tá com uma idade, que eu já vou completar 50 anos, não tem mais aquela idade de ser contratada por uma grande firma, e eles não, eles têm um futuro pra frente”, reitera a pescadora. Seu depoimento é coerente com o de muitos outros pescadores, inclusive com o dela mesma, sobre a realidade da pesca no rio São Francisco. As inúmeras dificuldades vivenciadas nesse trabalho artesanal “sem futuro” parecem conduzi-la ao pensamento de que noutros setores produtivos o trabalho e a vida se dão de modo menos doloroso.

Idealizando o trabalho na “firma”, na qual suas filhas podem um dia ser registradas, Dona América anuncia o caminho de muitos filhos de pescadores nesses últimos tempos, continuando o processo migratório que seus pais fizeram vindos do Nordeste do Brasil. Isso porque muitos deles, geralmente os mais velhos e, principalmente os homens, estão em cidades como Belo Horizonte, São Paulo ou Montes Claros, onde trabalham, adquirem bens e, como os pais têm uma visão de que o trabalho no rio, para eles, filhos, não é nada atrativo. O depoimento de Dona América de valorização da figura masculina enquanto força produtiva é revelador:

Eu não tive a sorte de ter um filho homem, foram quatro meninas, duas casadas e duas solteiras. Uma tá em Belo Horizonte e tá essa aí, que é mais nova, que fez 18 anos. A gente não passa fome, mas tem dificuldade direto. Aqui mora eu, meu esposo, dois netos, meu filho, seis pessoas. Igual ela, casou, mas mora aqui porque ainda não adquiriu lugar. A outra adquiriu aqui do lado, que é minha filha também. Mas eu sei que é tudo difícil. Principalmente, se não sair pra fora, não adquire nada não. Minha irmã vivia igual eu também, mas ela teve a sorte de dois filho homem. Tem a filhas, uma casou, foi pra Brasília, tá numa situação mais melhor, tem a outra que vai casar, tem mais duas, e os dois rapaz, jovem, com 18 anos, saiu de casa com 18 anos, foi para São Paulo, hoje graças a Deus eles estão bem, sabe, cada um deles tem um carro, tem uma casa boa, as irmãs trabalha. Então hoje, ela pode pôr as mãos pro céu e agradecer a Deus, que ela tá bem²⁹⁵.

Essa visão está, pois, como já vimos, inserida na mesma conjuntura exposta no capítulo anterior e que lhe dá sentido. A concorrência pelos poucos postos de trabalho na

²⁹⁴Entrevista realizada com América Geralda da Silva, pescadora, 49 anos, no dia 03 de janeiro de 2013, em sua residência no bairro Sagrada Família em São Francisco-MG.

²⁹⁵ Entrevista realizada com América Geralda da Silva, pescadora, 49 anos, no dia 05 de maio de 2012, em sua residência no bairro Sagrada Família em São Francisco-MG. Entrevista realizada com América Geralda da Silva, pescadora, 49 anos, no dia 05 de maio de 2012, em sua residência no bairro Sagrada Família em São Francisco-MG.

cidade faz com que a tarefa de sobreviver se torne cada vez mais permeada de tensões na vida dessas pessoas.

As alternativas apresentadas aos pescadores artesanais e aos membros de suas famílias, entre ser pescador registrado ou ser um trabalhador com carteira assinada, os coloca numa situação de difícil decisão. Longe de terem uma postura padrão, essas decisões são diversas. Assim, se por um lado muitos escolhem a certeza do recebimento dos benefícios da pesca, principalmente o Seguro-Defeso²⁹⁶, ao invés de ingressarem no mercado de trabalho, registrados, mas sem benefícios, por outro, há aqueles que apontam como solução para a vida dos filhos a segunda opção, como no caso de Dona América. A lógica seguida por esses pescadores é essa: ou se é pescador e ganha tudo o que tem direito enquanto tal, ou se recusa esses benefícios para ter uma carteira registrada no mercado de trabalho. Essa lógica é uma forma de lidar com a própria legislação que regula o trabalho do pescador, pois um requisito básico para que essas pessoas tenham direito, por exemplo, ao seguro-desemprego, é o de “não ter vínculo de emprego ou outra relação de trabalho, tampouco outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira”²⁹⁷.

Finalizando as discussões em torno dos modos de vida e de trabalho e dos sonhos dos pescadores artesanais de São Francisco, entendo que as experiências e conhecimentos acumulados ao longo dos anos fizeram desses profissionais artesanais da pesca sujeitos sociais possuidores de uma história capaz de evidenciá-los no contexto regional e no universo cultural como agentes construtores de uma visão de mundo específica. Olhando dessa forma, passei a entender esse grupo social na perspectiva de Vincent²⁹⁸, como “indivíduos em movimento” e o rio São Francisco, integrando cidades, pessoas, culturas, modos de vida, visualizado como algo móvel, fluido, assim como R. Williams entende a vida em espaços como esse que, convergindo o campo e a cidade, se movem “ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; move-se em sentimentos e ideias, através de uma rede de relacionamentos e decisões”²⁹⁹.

²⁹⁶ Em conversa informal com funcionários do Instituto Nacional de Segurança Social – INSS, já ocorreram casos em São Francisco de pessoas que trabalhavam há mais de vinte anos no setor de serviços, contribuindo com o INSS, sendo, assim, assistidos pelos direitos que lhes são devidos, e, apenas para receberem o seguro-defeso e os outros benefícios como pescador artesanal, acabaram deixando de contribuir com o INSS.

²⁹⁷ BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Seguro-Desemprego. Pescador artesanal. Disponível em <http://portal.mte.gov.br/seg_desemp/seguro-desemprego-pescador-artesanal.htm>; acesso em 21 mai 2013.

²⁹⁸ VINCENT, Joan. A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. **A antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.

²⁹⁹ WILLIAM, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.21.

Assim, na tessitura realizada com elementos do passado e do presente, vi os pescadores elaborando e dando sentido às transformações ocorridas no rio, no seu trabalho, nos seus modos de vida, procurando os significados possíveis das silenciosas, mas contínuas mudanças que viram e sentiram nas últimas cinco décadas. Numa visão holística sobre esses pescadores de São Francisco, compreendi o quanto vida e trabalho, indivíduo e meio ambiente, pessoal e coletivo, pensamentos/sentimentos e ações estão vinculados, dialeticamente imbricados um no outro, forjando daí sua própria cultura.

Acionando um conjunto de memórias junto aos pescadores artesanais da cidade de São Francisco, deparei-me com homens e mulheres que se lembravam, sentiam saudades, se indignavam, riam, reclamavam, filtrando o passado e se expressando sob a latência do que vivem hoje, principalmente quando olham para o rio e o veem sem a grandiosidade produtiva de outros tempos. Nesse sentido, compartilho da visão de Heloísa Helena Pacheco Cardoso, quando diz que “a fala, no momento em que é explicitada, está inserida em um contexto ou momento e é dele que se olha para trás”³⁰⁰. Partir do presente e compreender os sentidos do passado, a meu ver, faz desses pescadores reais construtores de uma inteligibilidade para a vida, pois pela experiência de conviver com o rio cotidianamente, acabaram entendendo as mudanças desse rio no tempo e, conseqüentemente, as transformações que o próprio trabalho tem sofrido nesse espaço nas décadas recentes.

Nessa direção, a articulação com a coletividade, com o grupo de pescadores, com entidades representativas da categoria e com uma gama de instituições governamentais tem ganhado grande sentido entre esses profissionais. Nesse universo, ao que parece, o grupo de pescadores artesanais ganhou uma identidade forjada nas leis, nos departamentos do governo, dizendo o que é um pescador artesanal, seus deveres, seus direitos e como deve ser exercido o seu trabalho. Nesse processo, o choque com suas vivências, experiências, sua cultura, foi inevitável. Na modelação desses sujeitos da pesca como um grupo homogêneo, sua história, sua experiência, seus modos de vida parecem ter sido desconsiderados, gerando ainda mais tensões.

É em torno dessa discussão que tento analisar a seguir os sentidos dados pelos pescadores artesanais de São Francisco a essa gama de novidades das últimas décadas no universo institucional que, gradativamente, foram transformando-os numa figura jurídica, reconhecida nacionalmente num processo permeado de embates e tensões. No centro dessa

³⁰⁰ CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco. Nos caminhos da história social: os desafios das fontes orais no trabalho do historiador. **História & Perspectivas**. Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Cidade e Trabalho. Fontes Orais: perspectivas de investigação. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. v.23, n.42, jan/jun, 2010, p. 39.

análise está a Colônia de Pescadores como elemento preponderante para compreendermos que entre as vivências diárias dos pescadores no leito do rio e o lugar que lhes deram e que lhes transformaram numa instituição existem alguns desajustes, principalmente porque interesses e visões diversos se confrontam nessa arena que é a Colônia de Pescadores.

CAPÍTULO III

COLÔNIA DE PESCADORES: INSTITUCIONALIZAÇÃO E SENTIDOS CONSTRUÍDOS PELOS PROFISSIONAIS DA PESCA

A década de 1980 foi um tempo de transição também na vida dos pescadores artesanais de todo o país. Em meio a um processo de abertura política e um clima de democratização e esperança, constatou-se a emergência de novas demandas nos mais diferentes setores da sociedade brasileira. Em 1983, setores da sociedade civil se organizavam pedindo o fim do Regime Civil Militar, prestes a completar vinte anos no poder. Manifestações diversas eram organizadas por membros de partidos contrários ao regime, pela Igreja Católica e por lideranças comunitárias, com as avarias passeatas pelas Diretas Já, em várias cidades do país. O fim da Ditadura civil-militar, em 1985, significou o encaminhamento para transformações mais profundas no campo político brasileiro.

Enquanto nos grandes centros a intensidade das mudanças políticas se dava de modo mais acentuado, pelo interior do país os ventos da mobilização social parecem ter afetado também muitos grupos. Sindicatos foram fundados, partidos políticos se disseminaram até nas pequenas cidades e no caso das colônias de pescadores, essas foram se multiplicando a partir dessa década. As Colônias de Pescadores as quais visitei no estado de Minas Gerais ao longo do rio São Francisco, com exceção da Colônia Z-2, da cidade de Januária, fundada em 1962, todas foram instituídas nesse período: Colônia Z-01, de Pirapora, criada em 1984; Colônia Z-03, de São Francisco, em 1983; e a Colônia Z-05, de Três Marias, em 1982.

O sentimento de mudança pelo qual o país foi tomado parece ter influenciado a própria classe política, que se abriu para o debate. Em 1987 uma constituinte foi convocada para dar ao Brasil uma nova Carta Magna. Na ocasião, o Senado Federal distribuiu milhões de formulários, para que a população sugerisse temas e assuntos da vida social que deveriam ser contemplados pela Constituição. Essas sugestões atualmente compõem um banco de dados do Senado, que contém mais de 72 mil cartas.³⁰¹ Nesse clima de mobilização social e política, uma nova Constituição Federal foi promulgada, em 1988, batizada sugestivamente de “Constituição Cidadã”, trazendo para o seu bojo assuntos que não apareciam na lei anterior,

³⁰¹CARTA AO PAÍS DOS SONHOS. Disponível em < <http://www.senado.gov.br/tv/cartas/>>; acesso em 02 de setembro de 2008.

de 1967. Assim, temáticas como meio ambiente, povos indígenas, crianças e idosos, dentre outras, foram incorporadas ao texto constitucional.

Foram em suportes constitucionais que as Colônias de Pescadores, núcleo da organização dessa categoria, a partir desse período, alcançaram significativos avanços no que se refere aos direitos sociais e políticos. Momento em que essas entidades, mais especificamente através do artigo 8º da Constituição, foram equiparadas aos sindicatos de trabalhadores rurais, recebendo configuração sindical.

Mas afinal, como se configura uma colônia de pescador tanto na vida desses profissionais da pesca, quanto no universo da institucionalização? Como essas entidades emergiram no cenário das barrancas do São Francisco e qual (ou quais) o(s) sentido(s) que elas ganharam aos olhos dos pescadores? Mais um meio de sobrevivência ou conquista de um direito? O que tem feito com que as pessoas se associem a essa instituição? Quais suas demandas? O que procuram? Até que ponto reconhecem nessa entidade um grupo organizado que os representa e que defende seus direitos? Responder essas questões é relevante para se compreender o lugar ocupado por esses pescadores na Colônia. Isso porque a investigação empreendida nesta pesquisa, a todo o momento, apontava um naturalidade nos encontros mensais daquele numeroso grupo de pescadores que se reúne muito mais para assinar a ata, e com isso confirmar a sua presença, ouvir o presidente da colônia ou algum visitante; do que para falar, discutir e enfrentar as imposições que lhes são dirigidas. Nesse sentido, problematizar a institucionalização dos pescadores representa um caminho significativo não só para compreender o sentido que essa entidade tem para os seus associados, mas também para avaliar os ganhos e perdas desses trabalhadores nessa instituição, principalmente no que se refere à sua sobrevivência.

3.1. Os pescadores artesanais no Brasil: de servidores da pátria a fiscalizados pelo Estado.

Antes da Constituição de 1988 já existia uma organização mais ou menos estruturada entre os pescadores artesanais do Brasil, mas na prática, mesmo com os esforços iniciais do governo do ex-presidente Getúlio Vargas, que considerava as colônias “associações de classe”³⁰², elas, ao que parece, serviam mais como um departamento

³⁰²BRASIL. Ministério da Agricultura. Departamento Nacional de Produção Animal. Divisão de Caça e Pesca. **Código de Pesca**. Decreto-Lei nº794, 19 out.1938. (Capítulo II – Dos pescadores e suas associações de classe), p.07.

operacional para tratar as questões relativas ao setor da pesca do que uma categoria profissional.

Segundo Sérgio Cardoso de Moraes “as primeiras colônias de pescadores do Brasil foram fundadas a partir de 1919³⁰³, e foi levado a cabo pela Marinha de Guerra”³⁰⁴. Assim, em termos gramscianos, elas “nasceram” como parte da Sociedade Política³⁰⁵, de um Estado-coerção que se utilizou do trabalho e do conhecimento acumulado dos trabalhadores da pesca para objetivos político-econômicos. Essa postura evidencia que o Estado é uma “relação social”, ou seja, “atravessado pelo conjunto das relações sociais existentes numa formação social determinada, incorporando, em si mesmo, os conflitos vigentes na formação social”³⁰⁶. Dessa forma ele não é concebido como um ente com vida própria e que paira acima da sociedade, mas como resultado das relações aí existentes.

Segundo Moraes³⁰⁷, dois fatores contribuíram para essa investida do Estado, primeiro a necessidade de reverter a situação do início do século XX, quando o país ainda importava peixes, situação, no mínimo, incômoda, se levarmos em conta o extenso litoral brasileiro e os inúmeros rios de água doce; e, segundo, pelo interesse em defender a Costa Brasileira, após a Primeira Guerra Mundial. Dessa forma, entre a pesca e o pescador, a primeira parecia ter prioridade aos olhos do Estado, que nomeava as colônias não como Colônias de Pescadores, mas Colônias de Pesca.

³⁰³ Apesar de trabalhar com essa temporalidade, sabe-se que desde o século XIX o império já se preocupava com a defesa do território nacional, sendo os pescadores de suma importância. Vários sítios da Rede Mundial de Computadores dão notícia de que a primeira colônia de pescadores do Brasil foi a Nova Ericéia, na Enseada dos Garoupas, em Santa Catarina, fundada por Dom João VI. Era administrada pela Marinha Portuguesa, na ocasião em que o Brasil era Reino Unido a Portugal. Esse significado vai mudar somente cem anos depois, quando essas colônias vão ser objeto da preocupação governamental, criando em torno delas políticas públicas de assistência ao pescador. Maria Lisieux Amado Guedes (1984), por exemplo, ressalta que já em 1889 o capitão da fragata Júlio César de Noronha, capitão dos portos do Rio de Janeiro, era apresentado ao governo o primeiro Regulamento da Pesca no Brasil, ou seja, já ao longo do século XIX, por todo o litoral, a prática pesqueira já era bastante evidente e pertencente ao cotidiano das populações aí existentes.

³⁰⁴ MORAES, Sérgio Cardoso de. **Colônias de pescadores e a luta pela cidadania**. Disponível em <http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/10_Colonias_de_pescadores.doc>; acesso em 16 nov.2013, p.1.

³⁰⁵ Maria-Antonietta Macciocchi, em *A Favor de Gramsci*, faz uma leitura da noção gramsciana de Sociedade Política como uma ditadura, um aparelho de coerção, que busca submeter as massas populares aos tipos de produção e à economia de um momento dado. Uma Sociedade Política que, unida à Sociedade Civil, entendida pela hegemonia de um grupo social sobre o conjunto da sociedade nacional, exercida através das organizações privadas, forma o que Gramsci entende por Estado Ampliado, ou seja, uma hegemonia protegida pela coerção. Cf. MACCIOCHI, Maria-Antonietta. **A favor de Gramsci**. Tradução de Angelina Peralva. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.151-152.

³⁰⁶ MENDONÇA, Sônia Regina. Historiografia Brasileira em Questão: Considerações sobre Economia e Política. Dossiê. **História Revista**. Goiânia. V.11, n.2, 201-219. Jul-dez, 2006, p.210

³⁰⁷ MORAES, Sérgio Cardoso de. **Colônias de pescadores e a luta pela cidadania**. Disponível em <http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/10_Colonias_de_pescadores.doc>; acesso em 16 nov.2013.

Para Guedes, em 1919, o ministro da Marinha, Almirante Gomes Pereira, desenvolveu um programa para a Missão do Cruzador José Bonifácio, firmada na nacionalização da pesca e na organização dos seus serviços no litoral do Brasil. Essa missão consistia basicamente na noção de que “o pescador é valioso instrumento para a defesa nacional”, utilizado tanto em tempos de paz como de guerra, já que naquele contexto os pescadores e seus barcos estavam articulados ao mecanismo bélico do país. A autora, porém, mostra que cada colônia, formada por grupos ou comunidade de pescadores, seria

um ponto de apoio para a ação social, administrativa e militar do governo da República. Seria um centro de orientação técnica e profissional, mas também um núcleo de vigilância da costa e de defesa nacional, mobilizável, de instrução e de educação cívica.³⁰⁸

Nessa direção, a justificativa primeira para a criação das colônias de pescadores, no início do século XX, estava diretamente associada à defesa do território nacional e aos interesses econômicos ligados ao pescado, abundante no país. De tal modo, os membros dessas colônias “eram considerados ‘reservas’ e seus integrantes eram obrigados a prestar serviços gratuitos à Marinha”³⁰⁹. Essa referência à missão patriótica de defender o país está presente, até hoje, no brasão das colônias, como na Colônia de Pescadores Vieira Lima Z-2, de Barra de São Miguel, em Alagoas, que traz acima do Cruzeiro do Sul a inscrição “Pátria e Dever”. Tal inscrição faz alusão direta ao momento histórico das colônias de pescadores, quando atuaram, ao lado da Marinha do Brasil, dentro de um forte espírito cívico e patriótico. No entanto, há que se ressaltar que esse perfil do trabalho pesqueiro era mais evidente no litoral, ou seja, o processo de organização e sistematização da pesca, enquanto trabalho e prática a serviço do Estado, se deu na direção litoral/interior. Dado bastante significativo para se pensar a lentidão e a precariedade com que essa prática foi sistematizada no interior do país, como é o caso das regiões localizadas ao longo do rio São Francisco.

No governo de Getúlio Vargas a pesca ficou sob a supervisão da Marinha do Brasil até 1933, quando o Ministério da Agricultura assumiu a regulamentação dessa prática. Para Guedes³¹⁰, no governo Vargas, dois fatores foram importantes na organização desse setor da economia brasileira. O primeiro foi a regulamentação do decreto nº 23.134/33, através do

GUEDES, Maria de Lisieux Amado. **Colônias de pescadores: organizações corporativas ou entidades representativas da classe?** Brasília: Universidade de Brasília, 1984, p. 4-5.

³⁰⁹BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Cametá: acordos de pesca – uma alternativa econômica e organizacional**. Projetos Demonstrativos: série sistematização. **Revista II**. Jan 2006, p.24. Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/pda/_publicacao/51_publicacao12012011105114.pdf>; acesso em 23 nov 2013.

³¹⁰GUEDES, Maria de Lisieux Amado. **Colônias de pescadores: organizações corporativas ou entidades representativas da classe?** Brasília: Universidade de Brasília, 1984.

qual foi criada a Divisão de Caça e Pesca, cuja meta era gerenciar a pesca no país. O segundo foi a criação do primeiro Código de Pesca, em janeiro de 1934, que subordinou os pescadores à Divisão de Caça e Pesca, do Ministério da Agricultura. Numa conjuntura social que mostrava o fortalecimento dos primeiros sindicatos de trabalhadores, predominantemente urbanos e corporativistas, as relações entre os pescadores e o Estado assumiram diferentes configurações de quando da sua fundação, período em que a pesca ainda estava ligada à Marinha do Brasil.

Nesse momento da história do Brasil, “o Estado Corporativista criou as Colônias de Pescadores como instrumento de controle social para implementar, de forma consensual, as suas políticas”.³¹¹ Nessa direção, segundo o autor, o apoio do Estado para o surgimento de um grupo de empresários sem oposição por parte dos pescadores foi uma das estratégias de Getúlio.

No entanto, quando a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) se tornou a tônica das preocupações do mundo, o governo brasileiro, através do Decreto-Lei nº 4.890 de outubro de 1942, transferiu novamente a subordinação dos pescadores do Ministério da Agricultura para o Ministério da Marinha. Este, por sua vez, direcionou a vida organizacional das Colônias, criou cooperativas e “elaborou novos estatutos para as Federações e Colônias, documentos que regeram a vida política da categoria até 1988, quando da criação da Constituição da República”³¹². Ainda conforme Ramalho, sob esse controle da Marinha, as Colônias quase desaparecem, situação que perdurou até o surgimento da SUDEPE, em 1962, quando a pesca retorna ao comando do Ministério da Agricultura.

Nesse sentido, é possível perceber que na primeira metade do século XX os pescadores estiveram organizados sob a tutela direta ora dos militares, ora de órgãos do governo, ou seja, da classe política, com objetivos específicos, geralmente, justificados como de interesses nacionais. Isso porque “segundo a concepção dominante entre os governantes à época, melhor que ninguém os pescadores conheçam o mar, os rios, os lagos e seus perigos, portanto, podiam ser chamados a integrar a política de segurança nacional”³¹³.

³¹¹RAMALHO, Cristiano Wellington Norberto. Pescadores, Estado e Desenvolvimento Nacional: da reserva naval à aquícola. In: Mesa-Redonda: **Os Desafios da Pesca Tradicional: Continuidades e Mudanças**. XVI Encontro Norte e Nordeste de Ciências Sociais Pré-Alas do Brasil. Universidade Federal do Piauí, 04 a 07 Set, 2012. Disponível em <<http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/MR06.pdf>>; acesso em 07 nov. 2013, p. 8.

³¹²Ibidem., p.9.

³¹³SILVA, Antônio Esmerahdson de Pinho da. **A organização social da Colônia de Pescadores de Imperatriz Zona 29 (CPI Z-29), estado do Maranhão**. (Dissertação) Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento. Imperatriz /Belém, Universidade Federal do Pará, 2005, p. 15.

A presença reguladora da Marinha do Brasil na vida dos pescadores persiste ainda hoje através da sistematização de suas embarcações pelas Capitanias dos Portos. Mesmo que em alguns momentos houvesse alternância entre os “órgãos responsáveis pela pesca no Brasil”, a organização desses trabalhadores da pesca esteve pautada pelo controle verticalizado desses órgãos estatais³¹⁴.

Segundo Hijem e Ferreira, citados por Delmar Afonso Dietz³¹⁵, na organização dos pescadores do Brasil foi criado um modelo confederativo (Confederação – Federação – Colônias) pelo qual a Marinha brasileira, ainda em 1920, procurava saber onde os pescadores estavam e quantos eram. Para os autores, mesmo em tempos de paz internacional, quando a gestão da pesca estava sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, esse modelo manteve o mesmo rigor no controle das colônias. Guedes fez duras críticas a essa intervenção do governo sobre a organização dos pescadores no Brasil, um governo que tutela, interfere, ordena e cria normas para serem obedecidas em todo o território nacional. A leitura que a autora fazia daquele período era que “as colônias, Federações e Confederações são organizações burocráticas que não podem funcionar sem aprovação do Governo, com o direito de intervir em todas as suas atividades”³¹⁶. Ela ainda ressalta que existia no interior das colônias e Federações um grande número de “pelegos”, vestindo uma falsa capa de protetor dos pescadores, mas sempre subservientes ao Estado.

José Ubirajara Coelho de Souza Timm, superintendente da SUDEPE, em fins da década de 1970, citado por Guedes, criticou essa articulação verticalizada na qual os pescadores artesanais estavam inseridos. Para ele,

A colônia de pescador deveria ser o órgão de coalizão do pescador com seus companheiros, tanto para neutralizar as pressões seletivas que sobre eles recaem, como também para neutralizar aquelas de tipo individual, especialmente se emanam

³¹⁴ Em diferentes momentos da história do Brasil, diferentes órgãos governamentais estiveram no controle da sistematização do trabalho pesqueiro, tais como: 1919 – Marinha do Brasil; 1933 – Ministério da Agricultura; 1942 – Marinha do Brasil; 1962 - Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE; 1989 – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; 2003 - Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca - SEAP/PR; 2009 – Ministério da Pesca e Aquicultura-MPA.

³¹⁵DIETZ, Delmar Afonso. **Influência das organizações sociais no modelo de desenvolvimento local: o desenvolvimento a partir da comunidade de pescadores profissionais artesanais de Tramandaí-RS.** (Monografia) Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural PLAGEDER. Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Balneário Pinhal, 2011.

³¹⁶GUEDES, Maria de Lisieux Amado. **Colônias de pescadores: organizações corporativas ou entidades representativas da classe?** (Pós-Graduação Lato Sensu). Curso de Política Social. Universidade de Brasília, 1984, p. 14.

de indivíduos de posição elevada, de pessoas com mais poder militar, político ou econômico do que eles³¹⁷.

Sobre essa filiação obrigatória, compartilhamos a visão de Guedes de que tal característica se mostra como um obstáculo para a formação de uma consciência de classe entre os pescadores em torno da própria Colônia, visto que cada um acaba ingressando no grupo sem muita liberdade de escolha e com interesses difusos, seja com o objetivo de se aposentar, seja para ter direito ao Seguro Defeso ou ainda para ser assistido por outros benefícios do Governo Federal.

Sobre o tempo em que a Marinha Brasileira sistematizava não só as embarcações, mas também os pescadores, o senhor Paulo Sérgio, um dos primeiros a ter carteira de pescador em São Francisco, relata como era a condição desses trabalhadores no interior do país, sem qualquer benefício ou assistência do governo, mostrando, inclusive como se deu o processo de sua institucionalização:

Naquele tempo não existia carteira de pescador. Pescava era aí na raça, sem ter carteira, sem ter nada. Não existia um documento pra pescar não. Eu estava morando em Januária, pescando. Depois, o capitão da Marinha de Januária falou com o dono da rede que eu pescava mais ele para arranjar uns moço pra pescar, pertinho da Colônia da capitania dos portos. Depois ele falou com nós: ó meninos, eu acho bom vocês tirar carteira de pescador de vocês, porque agora não depende de carteira, mas dali em frente, se você não tiver carteira, não pesca. Aí nós tiremo. É tanto que nesse tempo não existia aqui outros órgãos da SUDEPE, IBAMA, Agricultura, não existia isso. Era a Marinha. Tiremos mesmo na Marinha (entenda-se na Capitania dos Portos, na cidade de Januária-MG). Minha carteira tem, eu acho, 50 anos já. Mas é a primeira carteira foi da Marinha³¹⁸.

O depoimento do senhor Paulo Sérgio remete ao início da institucionalização da pesca nessa região do Médio São Francisco mineiro, quando os pescadores começam a ser registrados como trabalhadores da pesca, portadores, a partir daquele momento, de uma licença para exercerem o ofício. É bom lembrar que naquele mesmo período, meados do século XX, os governos brasileiros, mais especificamente Juscelino Kubitschek(1956-1961), implantavam políticas desenvolvimentistas para usufruir de todo o potencial que o país oferecia, inclusive o energético obtido através das hidrelétricas. Nesse sentido, nota-se que, desde a Era Vargas, a regulamentação que vinha acontecendo sobre os bens comuns, como a

³¹⁷CF. TIMM, José Ubirajara Coelho. *op cit.* GUEDES, Maria de Lisieux Amado. **Colônias de pescadores: organizações corporativas ou entidades representativas da classe?** (Monografia de especialização). Curso de especialização em política social. Universidade de Brasília, 1984, p. 10.

³¹⁸Entrevista realizada com o Sr. Paulo Sérgio de Almeida Bastos, pescador, 74 anos, no dia 04 de janeiro de 2013, em sua residência no bairro Quebra em São Francisco-MG.

água dos rios e mares, chegava também aos trabalhadores que deles faziam uso, no caso desta pesquisa, sobre os pescadores.

Em todo Regime civil-militar, como reflexo da lógica econômica implementada nos governos anteriores, especificamente no período JK, o foco desenvolvimentista foi mantido na política econômica do país. Azevedo e Pierri, pesquisadoras da Universidade Federal do Paraná, defendem a tese de que desde esse período o Brasil visava o crescimento produtivo e industrial no setor pesqueiro em detrimento da pesca artesanal. Para elas, já na década de 1960, quando se teve no país um “desenvolvimentismo modernizante e ambientalmente irresponsável”, iniciou-se um período em que ocorreu “o maior crescimento histórico contínuo da pesca extrativa, mas, do ponto de vista ambiental, gerou a sobrepesca dos principais recursos, com destaque para o colapso da pesca da sardinha verdadeira (*Sardinella Brasiliensis*)”³¹⁹.

Em *Política Nacional para o Setor Pesqueiro*³²⁰, Azevedo avalia que se por um lado o país priorizou a pesca industrial, por outro, tratou a pesca artesanal, focando na difusão tecnológica com o objetivo de modernização do setor. Para tanto, criou a Lei da Pesca em 1967, abriu linhas de financiamentos para o setor, bem como estimulou pesquisas sobre as espécies e processos produtivos. Nessa direção, a criação do Plano de Assistência à Pesca Artesanal (PESCART), em 1973, representou um desdobramento desse processo, uma vez que sua finalidade era:

prover a pesca artesanal de novos conhecimentos técnicos, recursos materiais e humanos e suporte institucional, suficientes para conduzir a pesca artesanal a processos de trabalho que resultem em maior eficiência produtiva e níveis de renda mais elevados e mais regulares, seja para as comunidades envolvidas, seja para as diferentes camadas de indivíduos que as compõem³²¹.

Assim, em razão de metas estritamente focadas na produção e na elevação dos lucros no setor pesqueiro, os aspectos ambientais e sociais relativos à prática da pesca como meio de sobrevivência pouco apareciam na pauta das prioridades do governo. Vale salientar ainda que, naquele momento, a organização dos pescadores artesanais estava submetida tanto

³¹⁹AZEVEDO, Natália Tavares de; PIERRI, Naína. **A política pesqueira atual no Brasil: a escolha pelo crescimento produtivo em detrimento da pesca artesanal**. Disponível em <<http://www.cppnac.org.br/wp-content/uploads/2013/08/A-pol%C3%ADtica-pesqueira-atual-no-Brasil.pdf>>; acesso 22 ago. 2014.

³²⁰AZEVEDO, Natália Tavares de. **Política Nacional para o Setor Pesqueiro (2003-2011)**. Tese (doutorado) Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2012.

³²¹BRASIL. Ministério da Agricultura. Superintendência do Desenvolvimento da Pesca. **Documento básico do PESCART**. Brasília, DF. Fev., 1974, p.29.

à SUDEPE quanto à Marinha, não abrindo nenhum espaço para contestações ou mobilizações de qualquer ordem.

Apesar de a autora ressaltar que a preocupação do governo era difundir tecnologia e modernizar o setor da pesca no Brasil e também que a própria SUDEPE tinha entre suas competências “assistir aos pescadores na solução de seus problemas econômico-sociais” (art.2, VII), em relação aos pescadores da região do Médio São Francisco isso nem sempre acontecia. No mesmo ano em que a SUDEPE foi instituída, 1962, ocorreu a fundação da Colônia de Pescadores Z-2, em Januária, cuja jurisdição englobava grande parte dos municípios ribeirinhos do Norte de Minas, inclusive a cidade de São Francisco. Os poucos pescadores artesanais de São Francisco que tinham licença para pescar (a carteira de pescador) ficaram ligados a essa entidade até o ano de 1983, quando a Colônia Z-3 foi fundada. Durante todo esse tempo, sempre que fosse preciso ir à Januária para tratar de questões burocráticas na Colônia, em razão das dificuldades de transporte terrestre, muitos iam pelo rio, com seus barcos a remo, perfazendo uma distância de 84 km entre as duas cidades, “A gente tinha que ir pra lá. Todo ano cê tinha que dar visto na carteira e ir pra lá, todo ano, todo ano”, reclama o senhor Higino. O cansaço físico e as difíceis condições vivenciadas por esses pescadores mostram uma dura realidade, resultante do modelo de produção pesqueira no período, quando os recursos não chegavam efetivamente na vida desses pescadores artesanais.

Após os anos 1980, houve uma mudança de tratamento em relação à pesca e ao pescador. Assim, se antes o pescador artesanal, aos olhos do Estado, cumpria uma função patriótica bastante visível na defesa do território nacional, ao final desse período esse quadro sofrerá significativas alterações.

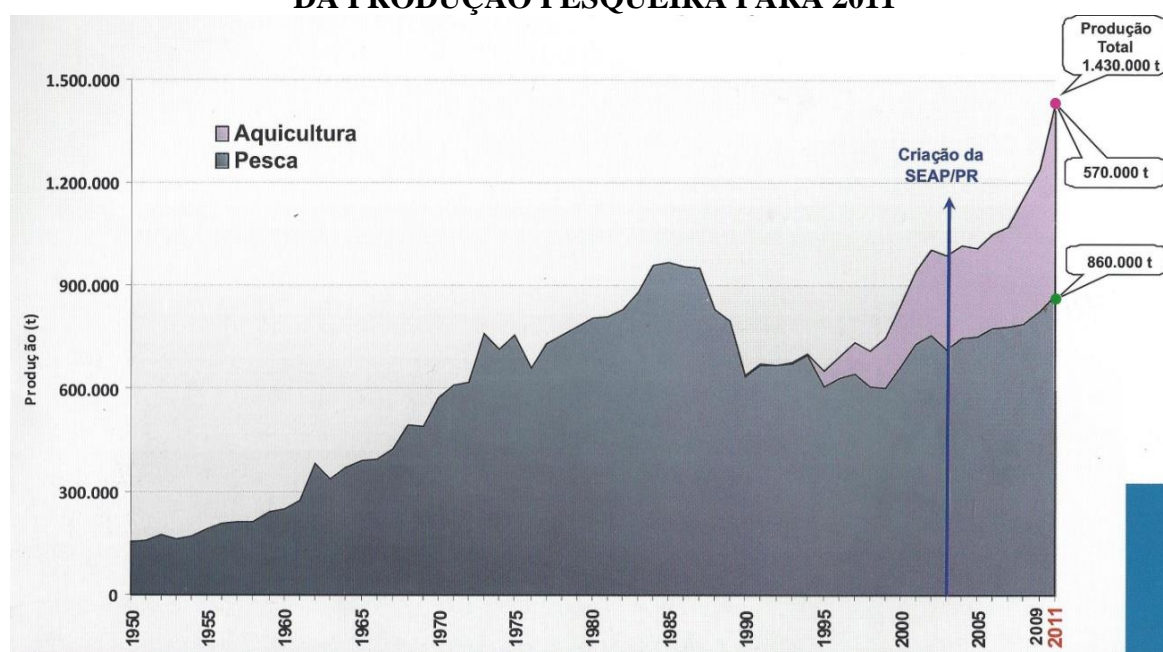
As contradições de um modelo de desenvolvimento, que priorizava o crescimento industrial em detrimento da preservação dos recursos naturais, levam os governos a mudarem sua postura em relação ao modelo hegemônico que, até então, vigorava. Portanto, com o objetivo de minimizar essa exploração, muito em razão de atender as exigências ambientais que se intensificavam em nível mundial, o Estado Brasileiro reforça a atenção sobre as questões ecológicas, imprimindo ao processo produtivo pesqueiro maior fiscalização ambiental. Nessa conjuntura, Ecologia, Preservação e Meio Ambiente, dentre outros assuntos correlatos ganharam destaque na mídia e em diversos movimentos sociais, inclusive passando a integrar os currículos escolares.

Nesse processo, o IBAMA, criado em 1989 pela Lei nº7. 735, ainda no Governo Sarney (1985-1989), passa a ser responsável pela gestão ambiental, herdando atribuições de

diversos órgãos que cuidavam das questões referentes ao meio ambiente, dentre eles a SUDEPE. Além dos objetivos ambientais, Azevedo explica a emergência do IBAMA e consequente extinção da SUDEPE, como resultado da “crise dos recursos pesqueiros, somada às várias denúncias de malversação de fundos públicos e de corrupção”³²².

Inicia-se, nesse momento, uma fase com perspectiva conservacionista no que diz respeito à atividade pesqueira, numa tentativa de diminuir a exploração predatória não somente na captura dos peixes, mas também em relação a outras áreas como a matança de jacarés no Pantanal Mato-grossense, e das baleias, em vias de extinção, no litoral. Os esforços nessa direção parecem ter surtido efeito, pois, conforme mostra a figura abaixo, a produção nacional de peixes que vinha crescendo, década a década, desde 1950, chegando ao ápice em meados da década de 1980, com 967.557 toneladas, caiu na década de 1990 para menos de 600 toneladas (FIGURA 13).

FIGURA13 - PRODUÇÃO PESQUEIRA NACIONAL (1950 – 2009) E EXPECTATIVA DA PRODUÇÃO PESQUEIRA PARA 2011



Fonte: BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Produção Pesqueira e Aquícola**. Estatística 2008 e 2009. Brasília. DF, 2010, p. 15.

No campo político uma série de encontros e conferências, como a ECO-92³²³ realizada no Rio de Janeiro entre chefes de Estado, foi articulada para discutir a questão

³²² AZEVEDO, Natália Tavares de. **Política Nacional para o Setor Pesqueiro (2003-2001)**. Tese (doutorado) Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2012, p.143.

³²³ A ECO-92 foi uma Conferência entre chefes de Estado sobre o Meio Ambiente do planeta ocorrido no Rio de Janeiro vinte anos depois da Conferência de Estocolmo, em 1972, primeira realizada no mundo sobre a temática.

ambiental de forma mais contundente, principalmente no sentido de adaptar crescimento econômico e meio ambiente. A criação do Ministério do Meio Ambiente em 1992, bem como o surgimento de diferentes órgãos federais e estaduais ao longo dessa década (QUADRO 01) emerge como resultado desse processo ocorrido no Brasil, resultando daí um maior controle e regulamentação sobre os recursos naturais.

Quadro 01 – Órgãos de Regulação dos Recursos Naturais

Órgão Federal	Ano de Criação	Esfera de Ação	Principal objetivo
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA	1989	Federal	Exercer o poder de polícia ambiental; executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental; e executar as ações supletivas de competência da União de conformidade com a legislação ambiental vigente.
Ministério do Meio Ambiente – MMA	1992	Federal	Promover a adoção de princípios e estratégias para o conhecimento, a proteção e a recuperação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos serviços ambientais e a inserção do desenvolvimento sustentável na formulação e na implementação de políticas públicas, de forma transversal e compartilhada, participativa e democrática, em todos os níveis e instâncias de governo e sociedade.
Agência Nacional das Águas – ANA	1999	Federal	Gerenciamento dos recursos hídricos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD	1995	Estadual	Formular e coordenar a política estadual de proteção e conservação do meio ambiente e de gerenciamento dos recursos hídricos e articular as políticas de gestão dos recursos ambientais, visando ao desenvolvimento sustentável no Estado de Minas Gerais.
Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM	1997	Estadual	Planejar e promover ações direcionadas à preservação da quantidade e da qualidade das águas de Minas Gerais.

Fonte: Sítios dos respectivos órgãos: <http://www.ibama.gov.br/>; <http://www.mma.gov.br/>; <http://www.ana.gov.br/>; <http://www.semad.mg.gov.br/>; <http://www.igam.mg.gov.br/>.

Essas mudanças ocorridas na arena política e na legislação ambiental chegaram aos pescadores artesanais de São Francisco e de todo o país na forma de maior fiscalização, repressão às práticas predatórias de pesca e, segundo os próprios pescadores, em meio a abusos de autoridade por parte dos policiais florestais.

Esses elementos legais e institucionais, assim como as defesas feitas a um desenvolvimento econômico nessa região norte-mineira, que historicamente é associada à

A ECO-92 que tinha como meta a discussão sobre as medidas possíveis para minimizar a degradação ambiental e garantir a existência das futuras gerações, difundiu o conceito de Desenvolvimento Sustentável.

pobreza, surgiram, a meu ver, pela necessidade, por parte do capital, de “conquistar o consenso ativo e organizado como base para a dominação” já que “criou ou renovou determinadas objetivações ou instituições sociais, que passaram a funcionar como portadores materiais específicos (com estrutura e legalidade próprias) das relações sociais de hegemonia”³²⁴.

Assim, a partir do surgimento dessas agências governamentais e dos objetivos para os quais foram criadas com um discurso ambiental, percebendo nelas um suporte “oficial” para a construção de um discurso hegemônico quanto a um desenvolvimento econômico “sustentável”, base ideológica atualmente em voga entre capitalistas e bastante presente nas diretrizes do Ministério do Meio Ambiente. Nesse processo identifico entre Estado e Sociedade Civil uma relação aos moldes daquela defendida por Sônia Regina de Mendonça, visto que, nas relações tecidas no interior do Estado Ampliado parecem existir interesses bem peculiares:

Os agentes sociais engajados nas agências da sociedade civil e da sociedade política não representam classes em abstrato inscritas num Estado etéreo. Este vasto e complexo tecido de relações se constrói e reconstrói no cotidiano de suas práticas políticas e conta com rostos, projetos, embates, história, enfim. Em síntese, tomar o Estado como uma Relação Social não somente nos permite evitar as armadilhas do conhecimento reificado e simplificador, como estimula a desnaturalização dos mecanismos mais profundos de seu funcionamento, não fosse ele uma permanente reconstrução. Isso significa que nesta relação ampliada entre Estado restrito e sociedade civil, o convencimento se exerce numa dupla direção: dos aparelhos privados de hegemonia rumo à ocupação das agências do Estado restrito, e, inversamente, da sociedade política e da coerção em direção ao fortalecimento da direção das frações de classe dominantes através da sociedade civil, reforçando, a partir do próprio Estado restrito, seus respectivos aparelhos privados de hegemonia.³²⁵

Nessa direção, normas quanto ao tamanho permitido do pescado, ao uso de determinados instrumentos de trabalho, às formas de pescaria, à autorização para o exercício da atividade foram sendo intensificadas sobre os pescadores artesanais, desarticulando, dessa forma, muitos costumes compartilhados na sua prática pesqueira. Essas transformações nos modos de pesca no São Francisco remetem diretamente à discussão feita por Thompson³²⁶ sobre o direito de uso dos bens comuns na Inglaterra do século XVIII. Segundo ele, ações

³²⁴COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 129.

³²⁵MENDONÇA, Sônia Regina. Sociedade civil em Gramsci – Venturas e Desventuras de um Conceito. In: PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sônia Regina de. **Sociedade Civil: Ensaio Histórico**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2013, p. 19.

³²⁶THOMPSON, E.P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

predatórias sobre as florestas, rios, pedreiras e animais no território inglês foram limitadas “por uma rica variedade de instituições e sanções comunitárias que impôs restrições e limites ao uso” que, apesar de criadas pelos próprios usuários das terras comunais, revelavam uma tensão em torno da exploração dos recursos naturais. O autor não chega a referendar a tese da *Tragédia dos Comuns*, de Garret Hardin, essa faz um alerta no sentido de que “como ninguém possui e protege os recursos mantidos em comum, uma inexorável lógica econômica os condena à superexploração”³²⁷. Todavia, ele mostra que fatores como o crescimento demográfico e a emergência de uma era de desenvolvimento agrícola colocavam em choque interesses do mercado, das instituições políticas e das camadas populares. Assim, aquela economia, antes baseada nos costumes, garantia a esses mesmos costumes, segundo Thompson, o status de um “lugar de conflito de classes, na interface da prática agrária com o poder político”³²⁸.

Essa noção é referencial para compreender que a intensa normatização do trabalho tem tornado o uso do rio pelos pescadores artesanais um fator de tensão. Isso porque práticas de controle por parte de órgãos do governo começaram a compor o seu cotidiano, gerando espanto e apreensão, como notei nas palavras do senhor Fabiano:

A polícia florestal quando chegou por aqui, era o IBAMA, né? Depois a florestal, era meio rigorosa, mas só com as pessoas erradas, né? Nunca foi assim, uma polícia que fosse assim, rigorosa com as pessoas daqui. Pelo menos nestes anos todos eles (policiais) comiam peixe mais eu, e passava de longe e me fotografava, me olhava no binóculo. No binóculo, e ali vem Seu Fabiano, e passava fora, porque? Quando eles precisavam de uma assinatura a favor deles, eles viam atrás de mim porque eu nunca pesquei errado, nunca pesquei e não pescava também perto das pessoas erradas, tem muito pescador que não gostava de mim, até dizia que eu entregava, mas eu nunca entreguei, eu não pescava perto deles que eu não queria ser igual a eles, eu não queria ser surpreendido.³²⁹

Boa parte do período que compreende a criação da SUDEPE, em 1962, passando pelo surgimento do IBAMA, em 1989, até a implantação do Ministério da Pesca e Aquicultura, em 2009, a maioria das políticas públicas atuais não existia, visto que elas se intensificaram a partir de 2003, com emergência da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP). Nesse sentido Azevedo e Pierri expõem:

³²⁷ THOMPSON, E.P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.93.

³²⁸ Ibidem., p.94-95.

³²⁹ Entrevista realizada com o senhor Fabiano da Silva Sales, pescador aposentado, 82 anos, no dia 11 de setembro de 2013, em sua residência no bairro Bandeirantes em São Francisco-MG.

A pesca artesanal (...) não foi alvo de praticamente nenhuma ação por parte dos governos, que se centraram ora no desenvolvimento industrial do setor, ora na conservação e preservação dos recursos. Desta forma, a condição social dos pescadores artesanais, sua contribuição econômica e à produção de alimento, e a diversidade de suas formas culturais de vida estiveram fundamentalmente à margem das preocupações governamentais. Mais do que isso, o resultado das políticas desenvolvimentistas e conservacionistas, somados ao vazio de políticas substantivas para a pesca artesanal, determinaram que a maioria dos pescadores artesanais e suas comunidades ficassem em condições muito precárias de vida. Assim, eles se constituíram nas principais vítimas da crise dos recursos pesqueiros, sem ter sido os principais responsáveis de causá-la, ficando condenados ao empobrecimento e a enfrentar a concorrência desigual com a pesca industrial e a aquicultura empresarial e os conflitos derivados.³³⁰

A partir dessas considerações um questionamento se apresenta: Qual tem sido o papel da Colônia de Pescadores, principal entidade representativa dessa categoria, na defesa dos direitos dos pescadores artesanais?

Conforme analisado até aqui, é notório que os pescadores artesanais do Brasil por muito tempo viveram às expensas do Estado. Sem direitos trabalhistas, previdenciários e, principalmente, sem serem reconhecidos como profissionais, esses pescadores ficaram relegados a uma importância secundária, apenas respondendo a interesses políticos e econômicos dos agentes do Estado.

O vício hierárquico presente na verticalização das relações entre Confederação, Federações e Colônias de Pescadores e, dessas com as instâncias de poder instituídas pelo Estado, aliado a atual conjuntura social e econômica de São Francisco, parece ter gerado outros problemas na condição dos pescadores artesanais, problemas tão intransponíveis quanto os do passado. Um deles, talvez o principal, seja as próprias relações controversas que esses profissionais tecem com a Colônia de Pescadores, aspecto que, sob a perspectiva da sobrevivência, direciona as abordagens que se seguem.

3.2. Colônia de Pescadores: entidade governamental ou sindicato dos trabalhadores da pesca?

Como já ressaltai, a promulgação da Constituição Federal de 1988 gerou grande impacto na vida dos pescadores artesanais por todo o país. O estabelecimento de direitos antes inexistentes colocou-os, agora na condição de profissionais da pesca, na pauta de políticas públicas adotadas pelo Estado. Esse processo foi uma tendência que se intensificou bastante

³³⁰AZEVEDO, Natália Tavares de; PIERRI, Naína. **A política pesqueira atual no Brasil: a escolha pelo crescimento produtivo em detrimento da pesca artesanal.** Disponível em <<http://www.cppnac.org.br/wp-content/uploads/2013/08/A-pol%C3%ADtica-pesqueira-atual-no-Brasil.pdf>>; acesso 22 ago. 2014, p.2-3.

nos últimos anos, tendo especificamente no início do século XX, uma elevação considerável nos investimentos que favoreceram esses profissionais. Entre os anos de 2003 e 2013, diversos programas e projetos governamentais foram criados para assistir essa categoria em suas demandas.

A criação de uma pasta ministerial específica (Ministério da Pesca e da Aquicultura), no ano de 2009, para tratar do setor pesqueiro no Brasil, mesmo entendendo-a muito mais como resultado de articulações políticas e partidárias do que propriamente como uma resposta que de fato atendesse às demandas dos pescadores artesanais, significou um fator preponderante para o levantamento de recursos financeiros e humanos para o desenvolvimento desses programas e projetos.

Dentre os programas que beneficiam os pescadores, o mais citado nas entrevistas foi o Seguro Defeso, valor de um salário mínimo nos meses da Piracema, nos quais a pesca é proibida. Em razão da evidente conjuntura de precariedade, em que muitos pescadores artesanais têm que buscar outras formas de sobrevivência, o Seguro Defeso ganha um sentido na vida desses pescadores que extrapola o seu real valor financeiro. Isso se justifica pelo fato de representar uma melhoria na qualidade de vida desses pescadores, pois o montante recebido nos quatro meses possibilita a compra de alguns produtos (eletrodomésticos, móveis, etc.) que de outra forma não seria possível adquirir.

Entre as linhas de financiamento existentes para o pescador comprar seus instrumentos de trabalho e dinamizar sua produção pesqueira, duas das mais propagadas pelo Governo Federal são as realizadas através do Plano Safra da Pesca e Aquicultura, cujos recursos são concedidos pelos Bancos Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco do Brasil (BB), Banco da Amazônia, Caixa Econômica Federal (CEF) e Cooperativas de Crédito. Outra linha que também se destaca entre os pescadores artesanais é a do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996, para financiar projetos individuais ou coletivos que gerem renda tanto aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, como aos pescadores artesanais.

Os programas de assistência aos pescadores artesanais estão dentro de um pacote maior de ações entendido por uns como de inclusão social, por outros, como de caráter assistencialista, por parte do Estado, visíveis principalmente nos governos Lula e Dilma nos

últimos 12 anos. Nesse pacote estão programas como o Programa Bolsa Família³³¹, Minha Casa Minha Vida³³², Brasil Carinhoso³³³, dentre outros.

Em São Francisco, o primeiro presidente da Colônia de pescadores, senhor Severiano Rendeiro³³⁴, “seu Viana”, como era conhecido, informou que na década de 1980, quando estava à frente da Colônia recém-criada a situação dessa entidade era bastante precária, com quase nenhum recurso. Em sua fala, ressalta que conseguiu poucos benefícios para os pescadores junto à SUDEPE:

eu consegui pouca coisa. Eu consegui uma barca motorizada, mas foi uma peleja danada para conseguir esta barca. Consegui na SUDEPE, num órgão lá, não sei de que, mas tinha que mandar fazer na Bahia. Agora o motor, eu comprei também na Bahia³³⁵.

Os esforços das Colônias de Pescadores, antes da Constituição de 1988, ao que parece se resumia em conseguir dos órgãos do governo ao menos o básico para o desenvolvimento do trabalho dos pescadores artesanais associados, como os instrumentos de trabalho, linha para confecção das redes, caixas térmicas, barcos, entre outros. Com a projeção desses profissionais no campo das políticas públicas, antes entendidos “nem como gente”, como constatou o senhor Raimundo, agora passam a receber uma atenção especial por parte do Estado. Situação que gerou, em todo o país, um fenômeno bastante significativo nas camadas populares: o surgimento de milhares de pessoas que buscavam o seu reconhecimento enquanto pescadores artesanais e, portanto, habilitados a receberem os benefícios dos diversos programas do governo.

³³¹Programa de transferência de renda que atende famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Para participar, a família deve ter renda de até R\$140,00 por pessoa e fazer o acompanhamento das condicionalidades de educação e saúde. Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadastro Único: conhecer para incluir. A porta de entrada para você receber os benefícios dos programas sociais do Governo Federal.** Cartilha. Brasília-DF, 2012.

³³²Programa que auxilia as famílias de baixa renda na compra da casa própria. Para ser beneficiada, a família precisa ter renda mensal total de até três salários mínimos. Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadastro Único: conhecer para incluir. A porta de entrada para você receber os benefícios dos programas sociais do Governo Federal.** Cartilha. Brasília-DF, 2012.

³³³Benefício complementar ao Programa Bolsa Família para garantir que famílias extremamente pobres, com crianças ou adolescentes entre 0 e 15 anos, vivam com renda mínima igual a R\$70,00 por pessoa. Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadastro Único: conhecer para incluir. A porta de entrada para você receber os benefícios dos programas sociais do Governo Federal.** Cartilha. Brasília-DF, 2012.

³³⁴Sua atual situação de vida, morando numa casa de repouso (antigo asilo) na cidade de Montes Claros, esquecido e com quase cem anos de idade, diz muito sobre a importância de um sujeito histórico e social da década de 1980 no universo dos pescadores e que, aos poucos, foi se perdendo no tempo, já que seu papel de organizar a colônia foi paulatinamente sendo apropriada por outros líderes, imbuídos geralmente por outros objetivos, em geral político-partidários.

³³⁵Entrevista realizada com o senhor Severiano Gomes Rendeiro, 92 anos, no dia 17 de junho de 2012, em sua residência no Jardim Graziela, em São Francisco-MG.

Em todo o país, de acordo com o Jornal do Pescador³³⁶, já em 2010 o número de profissionais registrados chegava a 869.465, e em dezembro de 2012, segundo o Boletim do Registro Geral da Atividade Pesqueira³³⁷, emitido pelo sítio do Ministério da Pesca e Aquicultura, esse número chegava a 1.041.967 de pescadores artesanais, distribuídos em 923 colônias de pescadores³³⁸, profissionais que atuam direta ou indiretamente com os diversos tipos de pescado.

Constatei que no caso de São Francisco, os números acompanharam essa mesma tendência. Na ata da primeira reunião da Colônia de Pescadores Z-3, em 1983, a entidade possuía apenas cem pescadores. Em fevereiro de 2012, essa entidade já contava, segundo o sítio do MPA, com 1687 pescadores artesanais cadastrados. E em minha última consulta ao mesmo sítio, em agosto de 2014, esse número já era de 1884 pescadores artesanais cadastrados³³⁹, oriundos dos municípios que compõem a região abrangida pela Colônia Z-3 (Brasília de Minas, Icaraí de Minas, Urucuia, Riachinho, Pintópolis e Chapada Gaúcha).

Essa evolução no número de pescadores cadastrados nas colônias tem colocado em xeque a função prevista na Constituição de 1988 para essas entidades como representativas de uma categoria. Isso por serem as responsáveis em receber dos “novos” pescadores os documentos exigidos para o cadastramento como pescadores artesanais e encaminhá-los ao Ministério da Pesca e Aquicultura.

Com um acesso direto aos recursos do governo, muitos presidentes de colônias parecem incorporar em suas práticas ações assistencialistas, dando aos direitos estabelecidos por lei um sentido de “ajuda”, “favor” ou “ação de bondade”. No contato com alguns pescadores artesanais percebi claramente que, para eles, quem “dá” (note-se o verbo: dar) a carteira de pescador (Registro Geral de Pesca), a cesta básica e quem o “ajuda” a aposentar é o presidente da colônia, a partir de uma relação personalista³⁴⁰. Ou seja, na visão deles, o

³³⁶ BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **O pescador artesanal é quem lidera**. Jornal do Pescador. Ano I, 1ª ed., Maio 2010, p.3.

³³⁷Ibidem., **Boletim do Registro Geral da Atividade Pesqueira**. Brasília-DF, 2012. Disponível em <<http://www.mpa.gov.br/index.php/pescampa/rgp/23-pesca/2104-uma-nova-fonte-de-consultas-o-boletim-do-rgp>>; acesso em 28 dezembro de 2013, p.4.

³³⁸Ibidem., **Secretaria de Monitoramento e Controle da Pesca e Aquicultura. Ofício nº196/2013**. SEMOC/MPA. Brasília, 20 jul. 2013.

³³⁹BRASIL. Controladoria Geral da União. Portal da Transparência. **Pescador artesanal por estado e município/Minas Gerais/São Francisco**. Disponível em <<http://www.portaltransparencia.gov.br/defeso/defesoListaFavorecidosPorMunicipio.asp?UF=MG&codMunicipio=316110>>; acesso em 29 jul 2014.

³⁴⁰Numa entrevista significativa com um dos pescadores, já com o gravador desligado, ele me disse que tem uma “gratidão” enorme com o presidente da colônia, João, pois muitas vezes foi ele que o ajudou a resolver uns problemas pessoais, chegando a emprestar-lhe dinheiro, sem cobrar juros. Entendemos que na realização de um favor ou na execução de uma “ajuda”, os vínculos entre as partes são solidificados, fazendo com que o presidente tenha um maior número de apoiadores no interior da Colônia de Pescadores.

presidente da Colônia tem total controle sobre os trâmites burocráticos na conquista dos seus direitos, este é, pois, investindo de um poder que está além do que realmente possui. O senhor Higino, em entrevista, reproduziu o que em geral acontece nas reuniões da Colônia:

É como João agora aí mesmo falou: é, mas o seguro tá custando [Referindo-se à reclamação dos pescadores quando o Seguro Defeso demora a ser liberado]. Falou que ele era culpado. Um trem que ta feito lá em Belo Horizonte de lá vai pra Brasília, né? E que eles dá a liberação do dinheiro. Ele falou: gente quem é eu pra fazer uma coisa dessas com vocês, quem é eu? Se eu fizer vocês pode me pegar, mas quem é eu, não é eu que mando em nada não. Eu só mando aqui pra preencher esse papel aqui, porque se eu pudesse, todo mês vocês vinha aqui, pegava seu dinheiro, e ia saindo. Mas eu não posso. Trem de Estado não é assim não³⁴¹.

A proximidade entre muitos pescadores e o presidente da colônia, o qual busca atender as demandas pessoais desses, seja no encaminhamento para o pedido de aposentadoria, no atendimento e solução de um caso de doença na família, dentre outros, reforça os vínculos entre eles. Essa proximidade é paulatinamente otimizada tanto pelo modelo verticalizado da sistematização da pesca artesanal no Brasil, quanto pela descentralização na organização dos pescadores nas próprias colônias, ou seja, mesmo que os benefícios do Governo Federal cheguem às mãos dos pescadores, atendendo-os em suas necessidades, para eles, quem concede tais benefícios é o presidente da colônia.

Na minha dissertação de mestrado em que discuti o atendimento das demandas sociais a partir das relações entre os agentes políticos e os eleitores da cidade de Montes Claros, notei que “a prestação de favores ou sua solicitação numa rede de agentes políticos reforçam os vínculos entre os mesmos. Essa rede supõe a construção de canais de fidelidade, apoio e ajuda recíprocos entre os seus integrantes nos mais diversos momentos, sejam estes em períodos eleitorais ou não”³⁴².

Avalio, dessa forma, que o Ministério da Pesca e Aquicultura, a Secretaria Especial de Pesca e o Ministério do Trabalho, dentre outros órgãos, são muito abstratos para os pescadores no seu dia a dia. Assim, a “face” visível do aparato estatal que anualmente lhes concede benefícios é o próprio presidente da colônia, com o qual se encontram diariamente na entidade e que mensalmente, nas reuniões, anuncia as novidades (orientações, normas, leis, benefícios, projetos do governo, etc.) sobre o universo da pesca.

³⁴¹Entrevista realizada com Higino de Freitas Silva, pescador, 67 anos, no dia 07 de maio de 2012, em sua residência no bairro Sagrada Família em São Francisco-MG.

³⁴²PEREIRA, Roberto Mendes Ramos Pereira. **Demandas e Representações Populares na Vivência Político-Religiosa em Montes Claros (1996-2004)**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação de História. Universidade Federal de Uberlândia, 2009, 113.

O poder que os pescadores artesanais conferem aos gestores das colônias tem gerado há algum tempo o problema do assistencialismo tão criticado por Guedes, já na década de 1980. Segundo a autora, “quanto maior o assistencialismo maior a ligação das Colônias com o Estado”³⁴³, fenômeno que coloca em xeque a própria mobilização e autonomia dos membros das colônias na luta por seus direitos. De acordo com Sérgio Cardoso de Moraes, em 1920, quando foi criada a Confederação dos Pescadores do Brasil, a relação entre pescadores e Estado já era pautada por essa característica assistencialista. Conforme o autor,

no processo de “conquista” da confiança dos pescadores, o Estado prestou serviços gratuitos em embarcações, doou redes, ofereceu serviços de saúde, além de ter criado algumas escolas para os filhos dos pescadores, denominadas de *Escoteiros do Mar*, com finalidade de militarização e treinamento para os jovens³⁴⁴.

Dessa forma, se atualmente, as colônias de pescadores parecem ser geridas a partir de práticas assistencialistas, o que ocorre aí é uma “subordinação dessas organizações ao Estado, deixando de lado a luta por uma entidade mais representativa, independente e reivindicativa”³⁴⁵. Essa situação é bastante problemática, visto que torna o gestor das Colônias um agente que deve tanto representar os pescadores artesanais na defesa dos seus interesses quanto na organização e normatização desse grupo de profissionais na esfera local. Não vendo contradição entre essas duas tarefas, muitos presidentes desempenham ambas do seu modo, em muitos casos, se beneficiando dessa posição que ocupam.

No modelo de organização das Colônias de Pescadores percebo um grande distanciamento entre o que é preconizado pela Lei e as práticas existentes no interior dessas entidades. Atualmente, a Lei nº 11.699/2008, que trata das Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, através do seu artigo 5º, garante uma maior autonomia e autogestão, visto que, por essa lei, “as Colônias de Pescadores são autônomas, sendo expressamente vedado ao Poder Público, bem como às Federações e à Confederação a interferência e a intervenção na sua organização”.³⁴⁶ Apesar disso, essa articulação entre

³⁴³GUEDES, Maria de Lisieux Amado. **Colônias de pescadores: organizações corporativas ou entidades representativas da classe?** (Monografia de especialização). Curso de especialização em política social. Universidade de Brasília, 1984, p. 9.

³⁴⁴MORAES, Sérgio Cardoso de. **Colônias de pescadores e a luta pela cidadania**. Disponível em <http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/10_Colonias_de_pescadores.doc>; acesso em 16 nov.2013 p.01.

³⁴⁵GUEDES, Maria de Lisieux Amado. **Colônias de pescadores: organizações corporativas ou entidades representativas da classe?** (Monografia de especialização). Curso de especialização em política social. Universidade de Brasília, 1984, p.11.

³⁴⁶BRASIL. Presidência da República. **Lei nº11.699**. Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. Brasília-DF, 2008. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111699.htm>; acesso em 28 nov 2013.

Colônias, Federações Estaduais e a Confederação Nacional no que diz respeito aos deveres e principalmente à prestação de contas de receitas e despesas, tem feito essa autogestão ser conquistada de forma bastante lenta. Isso se explica não apenas porque o próprio Estatuto das Federações dos Pescadores dita que “as federações se obrigam à estreita colaboração com as autoridades públicas e com a Confederação Nacional dos Pescadores” (art.2º), mas também porque em muitas colônias, a falta de formação dos representantes ou líderes acaba por afligir essa mesma autogestão, em função da dependência de técnicos e de pessoas mais “entendidas” para gerir essas entidades.

Essa dependência me pareceu visível ao analisar algumas correspondências enviadas pelo primeiro presidente da Colônia de Pescadores Z-3, de São Francisco, o senhor Severiano Gomes Rendeiro, ao senhor Otávio Lima Pinto, conhecido como “Tavinho”, um agente ligado à SUDEPE. Este, conterrâneo do “Seu Viana”, foi fundamental na orientação, nos encaminhamentos e na solução das demandas da Colônia Z-3 junto aos órgãos do governo no período de constituição da colônia. Essas correspondências e a entrevista com o “Seu Viana” me fizeram entender que a criação da Colônia Z-3 ocorreu “de fora pra dentro”, ou seja, não se configurou como uma demanda espontânea dos pescadores, que há muito tempo pescavam sem a carteira, mas se deu pelo incentivo de agentes diversos (membros da SUDEPE) sobre os trabalhadores da pesca do município e região. Atualmente, a Federação dos Pescadores de Minas Gerais tem sua sede na cidade de Três Marias, cujo presidente é o senhor Valtim Quintino da Rocha, e está ligada a mais de trinta Colônias de Pescadores por todo o estado³⁴⁷, incluindo a Colônia Z-3 de São Francisco.

Mesmo escrevendo sobre a década de 1980, Guedes acredita que existe uma contradição marcante no perfil dessas entidades, contradição que, a meu ver, persiste até os dias de hoje:

As colônias de pescadores constituem-se como organizações contraditórias uma vez que possuem duas características fundamentais, inerentes à sua própria natureza, que se opõem e se negam. São elas a de órgão de representação da classe de pescadores artesanais e de aparelho de Estado. Esta última contradição é a que possui com o Estado, ao qual se subordina, e decorrente da oposição dos interesses deste e do

³⁴⁷ Segundo informação coletada na Federação dos Pescadores do Estado de Minas Gerais, as colônias existentes no estado e suas respectivas cidades-sede são: Colônia Z-01 PIRAPORA, Colônia Z-02 JANUÁRIA, Colônia Z-03 SÃO FRANCISCO, Colônia Z-04 ALFENAS, Colônia Z-05 TRÊS MARIAS, Colônia Z-06 FORMIGA, Colônia Z-07 CACHOEIRA DOURADA, Colônia Z-08 CHAVESLÂNDIA, Colônia Z-09 NANUQUE, Colônia Z-10 PLANURA, Colônia Z-11 BURITIS, Colônia Z-12 BRASILÂNDIA, Colônia Z-13 ALMENARA, Colônia Z-14 FRONTEIRA, Colônia Z-15 MACHADO MINEIRO, Colônia Z-16 PEDRAS DE MARIA DA CRUZ, Colônia Z-17 LAVRAS, Colônia Z-18 FRUTAL, Colônia Z-19 GOVERNADOR VALADARES, Colônia Z-20 IBIAÍ, Colônia Z-21 BURITIZEIRO, Colônia Z-22 SÃO ROMÃO, Colônia Z-23 UBERABA, Colônia Z-24 MORADA NOVA DE MINAS, Colônia Z-25 ABAETÉ, Colônia Z-26 URUCUIA, Colônia Z-27 CRISTAIS, Colônia Z-28 CAMPO BELO, Colônia Z-29 ARINOS, Colônia Z-30 LAGOA DA PRATA, Colônia Z-31 LARANJAL.

pescador artesanal. Isto significa unir duas funções contraditórias: a de representação e a de colaboração com os poderes públicos.³⁴⁸

No contato com os pescadores de São Francisco, seja em suas residências nos momentos das entrevistas, ou ainda nas reuniões mensais da Colônia de Pescadores, essa contradição aparecia a todo instante. Em suas falas, dependência e subserviência constantemente eram substituídas por um tom de ataque e de busca por seus direitos. Se num momento reclamavam dos obstáculos à aposentadoria, do abuso e truculência da polícia ambiental nas fiscalizações; noutros momentos, de modo contraditório, mostravam-se satisfeitos e agradecidos quanto à grande quantidade de benefícios disponíveis aos pescadores (cestas básicas, carteiras, Seguro Defeso, empréstimos facilitados nos bancos, etc.), mesmo que para isso, numa postura servil. Essa é uma situação que remete diretamente ao que Marilena Chauí denomina de Conformismo e Resistência na cultura popular, permeada de ambiguidades, um popular visto como "tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar"³⁴⁹, tudo isso sem ver contradições em suas práticas.

Se Chauí assim interpreta os posicionamentos populares em busca da realização dos seus objetivos, analisando o aspecto da gestão da Colônia, não há como não pensá-la sob o paradigma construído por Gramsci, quando elabora o conceito de “transformismo”, processo pelo qual se “neutraliza partes da vanguarda do setor nacional graças à cooptação pelo bloco dominante”, principal forma de conquista do consenso junto às massas populares, numa renovação conservadora do país “pelo alto”³⁵⁰. Compreendo, assim, o gestor da Colônia, pelo menos no caso de São Francisco, como um elemento desse transformismo na organização “conservadora” dos pescadores artesanais como categoria, visto que, de liderança representativa que era no momento em que ingressou na entidade, em pouco tempo passou a ocupar a função de vereador por três mandatos consecutivos (2005-2008, 2009-2012, 2013-atual) bem como de empresário no setor da comercialização de peixes na cidade. Também identifiquei essa projeção no meio político nas cidades ribeirinhas de Januária e São Romão, onde os presidentes das Colônias Z-2 e Z-22 atuam como vereadores.

³⁴⁸GUEDES, Maria de Lisieux Amado. **Colônias de pescadores: organizações corporativas ou entidades representativas da classe?** (Monografia de especialização). Curso de especialização em política social. Universidade de Brasília, 1984, p. 10.

³⁴⁹CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 124.

³⁵⁰COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.66.

No contexto em que as colônias de pescadores buscam se equilibrar na fronteira entre seus deveres como representantes dos pescadores e nas suas obrigações enquanto entidades ligadas ao Estado, muitos problemas vivenciados pelos pescadores artesanais acabam não sendo solucionados e, em alguns casos, até se agravam. Isso contribui para a formação de movimentos fora do ambiente das Colônias, em prol da resolução de suas questões. Tal atitude, em grande medida, pode ser vista como forma de garantir sua permanência, sua sobrevivência.

Valêncio faz uma análise sobre a realidade dos pescadores das cidades de São Francisco, Januária, Três Marias e Pirapora, identificando nas condições de trabalho e nos modos de vida uma subvalorização do fazer produtivo desses trabalhadores no meio social. Segundo a autora, a “produção social da inexistência” desses pescadores artesanais do rio São Francisco, conceito criado por ela para designar um processo diferenciado em que, no lugar do descaso público, forma mais corrente de invisibilidade social, se estabelece um tipo de interação na qual há apropriação perversa da imagem e das demandas da categoria visando à sua extinção como tal, de modo que, na utilização dessas demandas e imagem, essas são ressignificadas para que os pescadores não lutem por sua autodeterminação³⁵¹.

No sentido de reverter essa lógica de invisibilidade social, nos anos 2000, surgiu um movimento que ficou conhecido como Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil, esse foi criado no bojo da sociedade civil, tendo como sede o estado de Pernambuco. Em Minas Gerais, O MPP começou logo após a realização da Primeira Conferência Nacional da Pesca Artesanal, em setembro de 2009, em Brasília-DF³⁵². O que se nota é que, aos poucos, fora dos limites das instituições governamentais, acontece uma movimentação de setores da sociedade, tendo a Igreja Católica como uma de suas referências, para disputar a luta pelos direitos desses profissionais.

Através do documento *Diagnóstico da Pesca Artesanal no Norte de Minas, Alto/Médio São Francisco*, produzido no ano de 2011 pelo Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), e também por meio da irmã Neuza F. Nascimento, da Congregação da Divina Providência, uma das coordenadoras do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais na região³⁵³, pude perceber que as dificuldades e demandas dos pescadores de muitas cidades

³⁵¹VALÊNCIO, Norma. **Pescadores do rio São Francisco: a produção social da inexistência**. São Carlos: Rima, 2007.

³⁵²MOVIMENTO DOS PESCADORES-MG (Cartilha). **Pescadoras e Pescadores Artesanais têm direitos**. Out., 2011.

³⁵³O Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP), presente principalmente na região nordeste do país, está em processo de articulação no Norte de Minas Gerais. Em Minas Gerais o MPP começou logo após a I Conferência Nacional da Pesca Artesanal, em setembro de 2009, em Brasília/DF. O movimento

ao longo do rio São Francisco são diversas. O documento aponta que esses pescadores não trazem consigo apenas dificuldades do universo da pesca, o que revela como têm sido precárias as condições de trabalho e de vida desses pescadores.

Quanto aos problemas ambientais, eles existem sim, e são muitos, como já vimos, porém o que mais preocupa os pescadores, segundo o citado documento, são os problemas de acesso ao rio São Francisco. Eles reclamam dos fazendeiros e de empresas que inviabilizam as vias de acesso ao rio São Francisco, aos afluentes e lagoas, por meio de cercas; das dificuldades de comercialização, já que são poucos os canais de negociação que favorecem os pescadores artesanais, tornando-os reféns dos atravessadores; do acesso à previdência social e a outros direitos, pois apesar do funcionamento das Colônias de Pescadores, existem reclamações quanto aos direitos e benefícios necessários para uma boa qualidade de vida. Além disso, tem o problema levantado por muitas mulheres que reclamam do tratamento diferenciado que recebem das lideranças das Colônias e dos órgãos do governo em relação ao fato de serem (mulheres) profissionais da pesca artesanal.³⁵⁴

O que se percebe nisso é que os problemas vivenciados pelos pescadores não se restringem às limitações e dificuldades do mundo do trabalho, mas estão presentes nas dimensões relativas aos direitos concernentes ao seu lugar na sociedade, no âmbito legal. O reconhecimento social para com esses pescadores artesanais como trabalhadores importantes na sociedade e que merecem maior valorização no produto que pescam, no trabalho que desenvolvem e nos direitos trabalhistas e previdenciários a que têm direito, nem sempre ocorre. Ouvindo esses pescadores e pescadoras percebi que as suas sobrevivências não estão diretamente associadas somente às suas necessidades alimentares, mas também ao reconhecimento do Estado de que são sujeitos de direito.

Essas questões têm feito movimentos como a CPT, o CPP e setores progressistas da Igreja Católica se reunirem regularmente para discutirem junto aos profissionais da pesca suas condições de trabalho e de vida. Nesse sentido, orientações diversas são repassadas aos pescadores sobre seus direitos sobre o território da pesca, direitos previdenciários, dentre outros. De acordo com suas lideranças, sediadas no município de Buritizeiro, o caráter pedagógico e cidadão dessas ações dificulta sua infiltração em muitas colônias de pescadores.

tem como característica a organização das bases nas comunidades ou grupos de pescadores. O Movimento conta com o apoio da Cáritas Brasileira, da Comissão Pastoral da Terra, das Irmãs da Divina Providência, da Coordenadoria Econômica de Serviço (CESE) e do Conselho Pastoral dos Pescadores.

³⁵⁴CPP – Comissão Pastoral da Pesca Nacional. **Diagnóstico da pesca artesanal no Norte de Minas, Alto-Médio São Francisco**. Buritizeiro, Maio de 2011, p. 10.

As questões presentes neste tópico que problematizam a representatividade dos pescadores artesanais, especificamente da cidade de São Francisco, fazem do subtítulo “Colônia de Pescadores: entidade governamental ou sindicato dos trabalhadores da pesca?” uma expressão proposital e provocativa, tentando mostrar que essas classificações, além de não se compatibilizarem do ponto de vista conceitual, parecem criar no interior dessas entidades um clima de tensão contínua. Assim sendo, considerando as manifestações de negação, de aprovação e nas inúmeras posturas de silenciamento por parte dos pescadores entrevistados e, no caso de São Francisco, com a eleição ao cargo de vereadora de uma ex-funcionária da Colônia de Pescadores, cuja postura fora contrária a do gestor, fica o questionamento: esses pescadores se sentem realmente representados?

É sobre essa tênue linha que separa a subserviência/dependência dos benefícios concedidos pelo Estado através da Colônia de Pescadores e do seu gestor e uma postura ativa na busca e conquista do que lhes pertence como direito é que os pescadores artesanais têm caminhado nas últimas décadas, tendendo, no entanto, muito mais para o lado da dependência, associada a uma postura de resignação e silenciamento. Com a noção de que ora a Colônia de Pescadores serve ao pescador; ora, ao Estado, no próximo tópico, problematizarei os sentidos forjados pelos pescadores artesanais de São Francisco em relação à Colônia, para uma maior clareza sobre o real significado que essa entidade tem para os seus associados.

3.3. Os Diferentes Sentidos da Colônia Z-3 para os Pescadores Artesanais de São Francisco-MG.

A Colônia de Pescadores Z-3³⁵⁵ foi fundada em 23 de julho de 1983, segundo reza seu estatuto³⁵⁶. Nesse contexto, o trabalho dos pescadores ainda era regulamentado pela SUDEPE, na época autarquia federal com sede na cidade do Rio de Janeiro, subordinada ao

³⁵⁵Essa denominação das colônias pelo Brasil já era utilizada desde a década de 1930. Segundo o Código de Pesca instaurado pelo Decreto-Lei nº794, de 19 de outubro de 1938, no seu artigo 9, parágrafo único, “as colônias serão designadas pelo prefixo “Z”, seguido do número de ordem que lhes couber no seu receptivo Estado e estabelecer-se-ão em zonas limitadas pelo Serviço de Caça e Pesca”. Uma colônia de pescador, nessa época, era constituída com, no mínimo, 150 pescadores. Cf. BRASIL. Ministério da Agricultura. Departamento Nacional de Produção Animal. Divisão de Caça e Pesca. **Código de Pesca. Decreto-Lei n.794**, de 19 de outubro de 1938, p. 8.

³⁵⁶Tomei este estatuto social apenas como pista para analisar o passado da Colônia de Pescadores Z-3. O ano de 1983, por exemplo, como data de fundação da entidade é contrariada por uma nota do Jornal “SF”, de 15 de agosto de 1985, que diz ser este (1985) o da fundação da Colônia. Outra informação dessa nota é a de que numa reunião entre os pescadores ocorrida no Centro Cultural Católico de São Francisco, no dia 29 de junho de 1985, a Colônia Z-3 de São Francisco recebeu a denominação Colônia de Pesca José Generoso, numa homenagem “a um dos maiores batalhadores para a implantação da Colônia de Pescadores em São Francisco.”, como relata Dario Gomes da Mata, autor da nota jornalística.

Ministério da Agricultura e criada por meio da Lei Delegada nº 10, de 11 de outubro de 1962³⁵⁷. Na década de 1980, as Colônias de Pescadores eram entidades que auxiliavam o Ministério da Agricultura na organização da categoria dos pescadores. Atualmente (2014), o órgão máximo que regulamenta o trabalho dos pescadores no Brasil é o MPA, criado no ano de 2009, no dia 29 de junho, dia do Pescador, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir da Lei nº 11.958. No entanto, entre a existência da SUDEPE e a criação do MPA, é importante entender que atuaram como órgãos reguladores da pesca o IBAMA (1989), o Departamento de Pesca e Aquicultura – DPA (1998) e, por fim, a Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca (SEAP)(2003), mostrando, assim, uma intensa reordenação dos órgãos governamentais responsáveis pela pesca nas últimas décadas.

Segundo o Estatuto da Colônia de Pescadores Z-3, essa se constitui como numa sociedade civil sem fins lucrativos. Para todos os efeitos, e principalmente em termos legais, tal característica tem reflexos significativos sobre a ação dos membros que dela fazem parte, seja como associados ou como componentes da diretoria. De acordo com a Lei Federal nº 9790³⁵⁸, de 23 de março de 1999, sociedades civis sem fins lucrativos são pessoas jurídicas de direito privado que, em hipótese alguma, distribuem aos membros que as constituem qualquer tipo de bonificação, remuneração ou benefícios afins, aplicando integralmente o seu patrimônio financeiro e material para conquistar o seu respectivo objeto social, no caso da Colônia, o de apresentar “qualquer serviço que possa contribuir para a melhoria das condições de vida dos associados, seus familiares e da comunidade”³⁵⁹.

A partir desse perfil e das abordagens feitas no tópico anterior, parece-me claro que, do ponto de vista legal e burocrático, a Colônia de Pescadores Z-3 é uma entidade que se organiza e atua de acordo com normas advindas de uma estrutura hierarquicamente superior e, portanto, enquanto instituição, tem suas ações limitadas. Além disso, é importante entender que em face de todo o aparato de órgãos federais e estaduais³⁶⁰ relacionados aos pescadores

³⁵⁷BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei Delegada nº 10**, de 11 de outubro de 1962. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/ldl/ldl10.htm>; acesso em 26 mar 2012.

³⁵⁸Ibidem., **Lei nº 9790**, de 23 de março de 1999. Brasília-DF. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm>; acesso em 27 mar 2012.

³⁵⁹ESTATUTO da Colônia dos Pescadores Z-3 de São Francisco, São Francisco, MG. Art. 3º. p.1.

³⁶⁰Existem outros órgãos estaduais e federais com os quais a Colônia se relaciona, tais como a Polícia Ambiental, que se faz presente nas reuniões regularmente para orientar os pescadores sobre os limites da pesca no rio São Francisco; Ligado à Polícia Ambiental está o IBAMA– Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, que cuida de questões relacionadas à conservação e proteção da biodiversidade, do uso sustentável dos recursos naturais, exercendo poder de polícia ambiental no desempenho de suas funções; há ainda o IEF – Instituto Estadual de Floresta, órgão responsável pela emissão de licenças para as categorias de pesca amadora, de subsistência, científica e despesca em Minas Gerais; O INSS – Instituto Nacional de do Seguro Social trata das questões sobre os direitos previdenciários; dentre outros órgãos.

seja na regulamentação de seu trabalho, seja na organização da própria Colônia, esta representa, na visão dos pescadores, o lugar, a entidade, a referência primeira na solução de suas demandas. Nesse sentido, para eles, significa a instituição mais próxima com a qual estabelecem uma relação seja para pedir, para reclamar, para solicitar, para perguntar ou mesmo para se fazerem presentes, sustentando seu lugar de pescadores institucionalizados.

Por outro lado, diferentes visões sobre a Colônia de Pescadores parecem coexistir no mesmo espaço. Fator que ora gera tensão entre eles mesmos, ora gera consensos, mas que está fundamentado em interesses bastante pessoais, particulares, fazendo com que cada pescador ou pescadora tenha motivações próprias (ou de grupo) para suas posturas e posições dentro e fora da entidade.

Entendo que a crescente institucionalização dos pescadores artesanais, responsável pela inclusão no campo dos direitos e deveres dessa categoria, se deu nas últimas cinco décadas em meio a um conflito vivenciado por eles no que se refere à compreensão de si mesmos, enquanto pescadores. Atuar na pesca “desde que se entende por gente”, como afirma Dona América, e, gradativamente ter que “provar” às instituições (à Polícia Ambiental, quando abordados em suas patrulhas; ao Ministério do Trabalho, quando tiver que requerer um direito; dentre outras situações) que a pesca faz parte de sua vida, sendo exercida como profissão, parece um contrassenso para muitos pescadores. Ao ser indagada sobre o que determinou seu ingresso na Colônia de Pescadores, bem como se deu esse processo, Dona América faz uma significativa elaboração:

Olha, eu entrei na colônia devido [silencia-se...] ser mais assim... porque eles sempre fala: “ó, você tem que ser sócia de alguma coisa, né, pro bem-estar da gente na idade”. Então veio a colônia. Então, o João [Presidente da entidade] foi e falou pra gente né. Tinha lá a abertura, se a gente queria fazer. Porque não fizemos antes? Por quê? Porque naquela época a gente não tinha precisão de fazer uma carteira. Pra quê, se a gente já sabia o que a gente era? Então ninguém ligava em fazer carteira de pescaria. Então veio... ó, a carteira é boa pra assegurar sua aposentadoria, então veio a ideia dessa maneira, não só... quando eu fiz a carteira não tinha esse negócio de seguro. Então não foi interessada no seguro. Foi interessado é pra mim... então no futuro, ter uma aposentadoria porque era um seguro que a gente tinha, mas infelizmente pra mim ainda não valeu a pena³⁶¹.

De todas as entrevistas realizadas, essa de Dona América, a meu ver, é a mais expressiva, principalmente por causa da reflexão emanada da própria experiência como pescadora. Dizer que “naquela época a gente não tinha precisão de fazer uma carteira” e, a partir disso indagar, “pra quê, se a gente já sabia o que a gente era?”, revela que Dona

³⁶¹Entrevista realizada com América Geralda da Silva, pescadora, 49 anos, no dia 03 de janeiro de 2013, em sua residência no bairro Sagrada Família, em São Francisco-MG.

América tem uma consciência bastante clara de sua própria historicidade, comparando o tempo “de antes” com o atual. Seus modos de vida e seu trabalho de outros tempos, vivenciados e construídos a partir de sua experiência na pesca, colocam-se como fatores que problematizam a necessidade de sua institucionalização.

Sobre esse assunto, penso que um diálogo entre Thompson e Gramsci no que diz respeito à construção do consenso em torno da forma como se deu essa institucionalização é pertinente. Como já salientado, o processo de criação das leis que regulam o trabalho na pesca se deu nos bastidores políticos de modo bastante intenso no Brasil, principalmente após a Constituição Federal de 1988. A abertura legal conferida por esse texto normativo para a conquista de direitos antes inexistentes fez diversos grupos da Sociedade Civil (movimentos de pescadores, Pastorais da Igreja Católica, sindicatos, dentre outros) intensificarem, por meio de conferências e de encontros em nível estadual e nacional, os debates sobre a condição vivenciada pelos pescadores. O desafio de imprimir os interesses dos pescadores nas leis relativas à pesca artesanal seja nas questões ambientais, trabalhistas, previdenciárias, sociais, etc. estava posto, ocupando espaços no interior do que Gramsci chama de “guerra de posições”³⁶² que possibilita a construção de consensos. Na arena de decisões, além desses setores da sociedade civil, outros grupos de interesses variados buscaram demarcar seu território: Ministérios que regulam o trabalho, a pesca e o meio ambiente; empresas públicas que atuam na exploração dos potenciais hídricos do rio São Francisco; empresários do setor industrial; etc.

Nesse processo, o complexo aparato legal imposto à vida e ao trabalho dos pescadores artesanais de São Francisco, a meu ver, principalmente levando em consideração a visão de muitos deles, como Dona América, chocou-se diretamente com um também complexo conjunto de valores e vivências costumeiras dessas pessoas, gerando tensão entre elas. Dessa forma, assim como Thompson compreende “boa parte da história social do século XVIII como uma série de confrontos entre uma economia de mercado inovadora e a economia moral”³⁶³ da plebe, baseada no costume”³⁶⁴, identifico na história social desses pescadores

³⁶²COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 147.

³⁶³A discussão que E. P. Thompson (1998, p. 21) faz no seu **Costumes em Comum sobre Economia Moral** traz como ponto de reflexão sua abordagem sobre o comportamento das classes trabalhadoras no século XVIII, sobre o qual o autor sugere uma necessária decodificação de suas formas de expressão simbólica. Isso porque o autor acredita que, para além do que é imposto pelos poderes constituídos ou pelas regras do mercado, as pessoas sempre trazem consigo um conjunto de “regras invisíveis” que também organizam suas vidas. A partir dessas suas colocações, compreendi que os embates entre o modo de pensar dos pescadores e as leis que foram sendo impostas em sua vida, regulando seu trabalho, se deram devido esses pescadores se entenderem enquanto tais não através de uma documentação que lhe é exigida, mas pela própria experiência acumulada ao longo de sua vida.

artesanais de São Francisco um nítido embate entre seus modos de vida (com suas “regras invisíveis”) e as imposições econômicas, políticas e ideológicas por parte de outros grupos de interesses. Atrás da clareza de que “a gente já sabia o que a gente era” há, portanto, um imperativo de desautorização feita pela pescadora dirigido àqueles que elaboraram as leis no sentido de revelar-lhes que ela se reconhecia como pertencente àquela realidade do rio. Apesar disso, as regras prevalecem, mesmo que Dona América pouco se reconheça nesse novo tempo, buscando aprender o que ela é atualmente, como na leitura de um “livro”, cujo “instrutor” ou “professor” é o próprio presidente da Colônia:

Então ali é bom que a gente fica conhecendo muita coisa sobre pescador. (...). [A Colônia] **É tipo um livro que a gente tem, que a gente vai lá procurar alguma coisa que a gente não sabe.** Então o presidente tá lá pra ensinar pra gente o que é pescaria, o que deva fazer, o que não deva. Eu acho que a colônia significa assim, **um livro**, porque vai lá estudar e aprender mais (América Geralda da Silva, pescadora, São Francisco – MG, 05/05/2012) (Grifo meu).

Tanto a analogia apresentada por Dona América, quanto o incômodo que sente em relação à necessidade de provar que é pescadora, mesmo já sendo “desde que se entende por gente”, me instigaram a compreender os sentidos que os pescadores artesanais de São Francisco dão à Colônia. Nessa empreitada, constatei, entre os pescadores, pelo menos três noções diferentes sobre o que a Colônia significa em suas vidas: primeiro, é um espaço onde obtêm benefícios do Governo Federal, como uma forma de assegurar sua aposentadoria, dentre outros recursos; segundo, é uma entidade que em suas ações exploram o pescador, cobrando-lhe mensalidades³⁶⁵ (ou anuidade) sem proporcionar-lhes uma real melhoria de condições de trabalho e de vida, visão bastante crítica contra o gestor da Colônia; e, por fim, mesmo vivenciando divergências internas, por ser uma entidade representativa da categoria, apresenta interesses diferentes e até antagônicos em relação a órgãos governamentais ou ao grupo dos pescadores amadores.

Sobre a primeira visão, nota-se que, atualmente, a Colônia de Pescadores Z-3 é regida pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) e por diretrizes estatutárias que a colocam como referência classista, local onde se pode pleitear direitos sociais e trabalhistas do governo tais como aposentadoria, seguro desemprego, etc..

³⁶⁴ THOMPSON, E.P. Introdução: costume e cultura. In: _____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p.19.

³⁶⁵ Neste ano de 2014 o valor da mensalidade, referente a uma contribuição social prevista no Estatuto da Entidade, é de R\$15,00, sendo R\$180 por ano.

Questionado sobre a importância da Colônia para os pescadores, o senhor Higino de Freitas Silva, pescador desde os oito anos de idade e hoje com sessenta e seis, aponta benefícios que fundamentam essa visão:

A importância da Colônia é que ocê é segurado. O pescador profissional, se ele tá pescando no rio e ele leva um acidente, ele encosta [ou seja, afasta-se das atividades, recebendo o auxílio-doença]. O INSS tem que encostar ele. Aí é como eu digo ocê, a gente é segurado, por isso quer dizer que se ocê leva uma acidente: quebrou um pé, um braço. O que ele vai fazer, o INSS vai te encostar. A mesma coisa da firma, a mesma coisinha ele vai te encostar lá. Ele vai te dar uma sugestão de quinze, vinte dias pra vê se ocê melhorou, chama a perícia, todas as perícias. Conheço pescador aqui que vai na perícia direto. Todo ano chegou [o benefício], mas num corta. Só corta se o cara num for na perícia a não ser... Talvez tem gente que num pode ir lá no rio mais, aí fica recebendo direto. Num é aposentadoria não, chama é validez [entenda-se invalidez]. Então eu te digo assim. Então é muito importante a colônia. A colônia pro pescador é importante. É como ocê falou na parte do gancheiro³⁶⁶, que diz “eu num vou tirar a carteira não, eu mesmo pesco e pego”, mais num adianta. Ele só tem aquilo que ele pega. Num pegou... A segurança dele num tem segurança³⁶⁷.

No relato do senhor Higino, é possível perceber uma noção clara de como ele entende a Colônia de Pescadores em sua vida: segurança. A entidade em si se traduz para ele, principalmente levando em consideração sua idade, 66 anos, como uma proteção aos eventuais riscos no exercício da atividade pesqueira, recebendo, a partir dessa situação, benefícios do governo ou por uma invalidez ou ainda pela aposentadoria. Num contexto em que as dificuldades de emprego são perceptíveis para todos os moradores dessa região do Brasil, e num tempo em que a estabilidade no emprego é vista como um valor em si, pois viver na informalidade significa trabalhar sob o peso da incerteza, sem garantias trabalhistas e previdenciárias; estar associado, filiado ou acobertado pelos direitos oriundos do Governo Federal, concedidos através da Colônia de Pescadores, parece ter um significado bastante relevante.

O senhor Higino analisando a situação daqueles que não têm o Registro Geral de Pesca, denominados pejorativamente pelos pescadores artesanais de “gancheiros”, mostra a situação de vulnerabilidade em que vivem, sem garantia alguma em caso de acidentes ou invalidez. Ele chega a apontar outras razões das dificuldades desse grupo:

O gancheiro não é representado. Pra ele, é ruim de duas partes, porque a lei pega ele, e toma, né? [referindo-se ao seu material de pesca]. Não multa, mas toma, porque

³⁶⁶Gancheiro” é a denominação dada pelos próprios pescadores da Colônia referindo-se àqueles pescadores que não são associados e que, portanto, não possuem o Registro de Pesca.

³⁶⁷Entrevista realizada com o senhor Higino de Freitas Silva, pescador aposentado, no dia 19 de janeiro de 2012.

ele não vai dar o nome certo. E ele não segue direito na lei, na colônia, porque colônia é o sindicato do pescador, né?”³⁶⁸.

Essa visão de que a Colônia auxilia na segurança do pescador é confirmada pela pescadora Betânia de Almeida Bastos mais conhecida como Dona Bete. Para ela, que também é esposa de pescador, a entidade é a via necessária para uma aposentadoria ou para o recebimento de algum benefício do governo, bastando apenas estar presente nas reuniões. Sobre a relevância dessa instituição na sua trajetória de trabalhadora, ela afirma:

Bom demais, a gente tem uma segurança. Que a gente é pescador, nós vamos as reunião, assiste as reunião, assina a ata, quando você precisa da ata pra, às vezes o INSS, aí vai lá e tira o xerox daquele lugar que você estava assinado, aí pra gente aposentar, coisa de saúde assim pra gente encostar. Qualquer coisa que depender da colônia, a gente vai lá e tem ajuda pra ajudar a gente. Graças a Deus, nós é ela. Tem onde vende o peixe, agora eles estão querendo que escama o peixe pra poder vender as escamas, só que gente não vai fazer isso porque é difícil. Quando chega o final do ano, a gente tem o seguro, os quatro meses. Se você trabalha, você tem, se você não trabalha, você tem³⁶⁹.

Nas palavras da pescadora, assim como nas do senhor Higino, o sentido construído por esses trabalhadores é bastante próprio de quem busca um meio de sobrevivência para si. Não traz consigo, por exemplo, um sentido de transformação social da vida dos profissionais da pesca, ou uma melhoria das condições de trabalho da categoria. A Colônia aparece, assim, como um espaço onde se pode conseguir a aposentadoria, alcançar um seguro por invalidez, vender o peixe capturado no rio São Francisco ou ainda uma certeza de que se vai receber o seguro-defeso, no tempo da piracema.

Apesar de a Colônia significar um lugar certo para a comercialização do pescado e ainda de o próprio Estatuto da Colônia prever essa venda direta dos associados à entidade, muitos preferem vender para compradores externos: moradores, turistas, peixarias ou restaurantes que encomendam o produto previamente. Isso em função desses pagarem um preço mais atrativo que o da Colônia. Vale dizer que o próprio presidente da Colônia e seus parentes são donos das principais peixarias da cidade. Assim, o sentido cooperativo da colônia fica em segundo plano. Apesar de comercializarem o produto para outros segmentos, isso não traz danos financeiros à Colônia, visto que as mensalidades dos pescadores são uma fonte certa para a manutenção da entidade. Porém, em entrevista com o pescador Paulo Sérgio, que já ocupou o cargo de presidente, na década de 1990, observamos que em outros tempos a

³⁶⁸Entrevista realizada por Roberto Mendes Ramos Pereira com o senhor Higino de Freitas Silva, pescador aposentado, no dia 19 de janeiro de 2012.

³⁶⁹Entrevista realizada por Roberto Mendes Ramos Pereira com a pescadora Dona Zinha em 14 de abril de 2012.

condição da Colônia de Pescadores Z-3 era totalmente diferente do que é hoje. O senhor Paulo Sérgio reclama:

Nesse tempo que eu fui presidente, não tinha digitório (entenda-se “ajuda”, “auxílio”) à Colônia de jeito nenhum. Não vinha digitório de dentro, de fora de jeito nenhum. Quem comprasse o peixe e vendesse e tivesse o lucro do peixe era o que mantinha a Colônia, porque o sobre digitório de fora, não tinha³⁷⁰.

O sentido da Colônia como sinônimo de melhoria para esses trabalhadores é percebido também quando se compara a situação atual com a de outros tempos. A própria Dona Bete argumenta que: “era difícil demais. Quando era final de ano não tinha seguro, ocê não recebia nada, ocê vivia do que ocê fosse lá no rio e pescasse, e agora não. Ocê tem os 4 meses: novembro, dezembro janeiro e fevereiro. Ocê chega lá, o salarinho está lá, é só ir lá”.

Em relação aos benefícios que os pescadores artesanais recebem, o Ministério da Pesca e Aquicultura afirma que desde novembro de 2009, os que são registrados e possuem carteira de pescador estão inclusos na lista de “segurados especiais” do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Assim, esses trabalhadores, como tantos outros, têm direito a auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e por idade, salário-maternidade, pensão por morte para a família e auxílio-reclusão³⁷¹. Além disso, de acordo com a Lei 11.959 de 1999, esses pescadores são reconhecidos pelo governo como produtores rurais, com direito aos mesmos benefícios dos agricultores na Previdência Social e às linhas de crédito especiais do PRONAF³⁷², dentre outros.

Acredito que todo esse conjunto de direitos/benefícios acessíveis ao grupo de trabalhadores filiados à Colônia de Pescadores explique, em parte, o número expressivo de pescadores associados. Na maioria das entrevistas realizadas nesta pesquisa evidencia-se essa noção de que a Colônia é uma fonte de benefícios. Questionados sobre o significado dessa entidade para si, alguns deles assim responderam:

A colônia pra mim é o lugar onde vai reunir os grandes lá e caçar benefício para o pescador. O pescador não tem tempo pra isso e, além disso, ele não sabe entrar num ambiente deste pra poder conversar, igual com o ministro da pesca lá³⁷³.

³⁷⁰Entrevista com o Sr. Paulo Sérgio de Almeida Bastos, 74 anos, pescador aposentado, no dia 26 de novembro de 2011, em sua residência em São Francisco-MG.

³⁷¹BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. Benefícios da Previdência Social. **Jornal do Pescador**. Ano I, 1ª ed., Maio 2010, p.4.

³⁷²Ibidem., A pesca finalmente tem o seu ministério. **Jornal do Pescador**. Ano I, 1ª ed., Maio 2010, p.2.

³⁷³Entrevista realizada com o senhor Manuel Ribeiro Pereira, pescador, 63 anos, no dia 25 de Fevereiro de 2012, em sua residência no bairro Aparecida em São Francisco-MG.

A colônia é importante demais. Eu sou sócio aqui na comunidade³⁷⁴ e na colônia. Chega o dia pra aposentar, a pessoa tem que ser sócio ou da comunidade ou da colônia, de qualquer coisa, o do sindicato ou do INSS³⁷⁵.

E tem alguns benefícios também que ajuda a gente, por exemplo, você **procurar um benefício sobre uma pessoa que já tá de idade pra aposentar pela colônia**. Ela significa muita coisa pra gente, não só pela pesca, mas pela associação que a gente associa (sic), mas para aquelas antigas pessoas que já tá de idade aposentar. E ela também favorece, você aposentou e quer continuar na pesca, você vai lá e renova sua carteira para que ela você mantém, recebe seu pagamento, mas você não pode ter seguro. (...) ³⁷⁶

Sendo a Colônia sinônimo de benefícios, a assinatura na ata de suas reuniões mensais é uma das “provas” que os pescadores anexam ao conjunto de documentos exigidos para o acesso a esses benefícios. A principal informação contida nas atas é, pois, o registro da presença dos pescadores associados, ficando os demais assuntos em segundo plano.

A verticalização das relações construídas no interior da entidade, diferenciando os que sabem dos direitos e os que não sabem, os que conhecem as regras (do IBAMA, IEF, do PRONAF, etc.) e os que não as conhecem, e ainda, os que têm contato com outros órgãos (INSS, MPA, Federação, etc.) e os que “não sabem entrar num ambiente deste pra poder conversar”, parecem revelar como se dá a representatividade existente entre os gestores da Colônia e esses trabalhadores da pesca. Essa representatividade é construída com um forte teor clientelista, em que os favores e a dependência ao presidente da Colônia ganham destaque nessas relações.

A CPT e o CPP, num diagnóstico feito sobre a realidade dos pescadores e pescadoras artesanais de diversos municípios do Norte de Minas³⁷⁷, avaliam essa dependência como preocupante, dado o caráter assistencialista que se estabelece entre os pescadores artesanais e a entidade. De acordo com o diagnóstico:

A relação que as colônias constroem com os pescadores e vice-versa se apresenta nesta linha da assistência. Elas são, muitas vezes, como que uma extensão das secretarias e órgãos do Estado. Parecem estar contribuindo com essas instituições no cumprimento de suas funções. São vistas como o **meio para obtenção de benefícios e não uma organização política da categoria no enfrentamento diante dos problemas**. (grifo meu) ³⁷⁸

³⁷⁴O pescador refere-se à associação dos hortifrutigranjeiros existente no Bairro Sagrada Família, onde ele mora.

³⁷⁵Entrevista realizada com Mariano da Silva Júnior, pescador, 53 anos, no dia 5 de maio de 2012, em sua residência no bairro Aparecida, em São Francisco-MG.

³⁷⁶Entrevista realizada com América Geralda da Silva, pescadora, 49 anos, no dia 03 de janeiro de 2013, em sua residência no bairro Sagrada Família, em São Francisco-MG.

³⁷⁷Municípios do Alto-Médio São Francisco: Buritizeiro, Pirapora, Várzea da Palma, Ibiaí, Januária, Manga, Maria da Cruz, Ponto Chique, São Francisco, Matias Cardoso, Itacarambi e São Romão.

³⁷⁸ROCHA, Letícia Aparecida; NASCIMENTO, Neusa Francisca; FERREIRA, Thaísa Gomes. Conselho Pastoral dos Pescadores. **Diagnóstico da pesca artesanal no Norte de Minas, Alto/Médio São Francisco**. Buritizeiro, maio de 2011, p. 35. Disponível em < <http://www.cppnac.org.br/wp->

O fato de terem direitos/benefícios por serem associados à Colônia de Pescadores não significa que exista entre eles (pescadores e Colônia/gestor) uma relação isenta de conflitos. Isso porque outras versões e visões também aparecem nos seus discursos.

Nessa direção, a segunda noção a respeito da Colônia aparece em algumas entrevistas, geralmente com pescadores mais antigos, experientes e que, portanto, se posicionaram como pessoas que não dependem mais da entidade para se aposentar, pois já o são, e também porque parece argumentar a partir de uma autoridade construída ao longo do tempo, uma autoridade de quem viveu uma vida inteira da pesca, com a pesca e pela pesca.

Numa entrevista com o pescador Tarcísio Inácio Medeiros, que exemplifica essa independência e autoridade, no dia 08 de março de 2012, observei uma visão permeada de animosidade, diferente das citadas anteriormente. Questionado sobre a importância da Colônia em sua vida, ele se mostra bastante contundente em suas palavras:

Se a colônia trabalhasse honestamente... O presidente, já vou falar logo assim, que não é outra pessoa que trabalha lá. Se o presidente trabalhasse honestamente, era uma coisa, melhor para o pescador, mas como num trabalha, aí ficou... Um dia que você encontrar um pescador que falar que essa colônia é boa pra pescador, tá enganado. Que esse presidente aí é bom é pro bolso dele. Agora, pra pescador não é. Isso aí eu falo pro cê e falo de qualquer lugar que tiver. Na Piracema nós para aí, é 120 reais cada um pescador, quando vai fazer o Seguro. Não tem uma cesta básica pro pescador, a colônia não dá até quando o seguro vem o pescador precisar. Nós aqui mesmo, o Seguro nosso veio sair aqui em Janeiro e aqui tem é 12 pessoas. Presidente não olha pra nós não, se faltar uma linha aqui e for lá, ele não arruma. Que a colônia é assim pra arrumar pro pescador³⁷⁹.

Em meio ao discurso desse pescador, é possível perceber uma visualização da Colônia de Pescadores como uma entidade que deve “olhar para o pescador”, assisti-lo principalmente no tempo da piracema, quando se “para” de trabalhar, apesar de que nesse período, como já mencionado, os pescadores recebem o Seguro Defeso. Outro fator de conflito que percebo no discurso de seu Tarcísio, também presente na fala de outros pescadores, é a indignação por ter que pagar uma anuidade de 120 reais (valor de 2013), visto que a entidade cobrava, em 2013, mensalmente, R\$10,00 de cada associado. Essa indignação resulta do julgamento que ele faz em relação a não correspondência entre o valor pago e a assistência recebida, bem como da demora em receber o Seguro Defeso, uma vez que esse benefício é a garantia de sua sobrevivência no tempo da piracema.

content/uploads/2013/08/Diagn%C3%B3stico-da-Pesca-Artesanal-no-Norte-de-Minas-Alto-M%C3%A9dio-S%C3%A3o-Francisco.pdf>; acesso em 12 ago. 2013, p. 35.

³⁷⁹Entrevista concedida pelo senhor Tarcísio Inácio Medeiros, pescador, 59 anos, a Roberto Mendes Ramos Pereira no dia 08 de março de 2012, sem sua residência, em São Francisco-MG.

Com a mesma intensidade com que os pescadores expressam a importância do rio em suas vidas, também o fazem quando os benefícios oriundos de sua filiação à Colônia de Pescadores lhes faltam ou lhes são negados. Queixas, denúncias e reclamações diversas aparecem em suas falas, construindo uma visão cheia de animosidade, crítica e revolta, principalmente em relação às ações dos gestores da Colônia, como se expressou o senhor Ranulfo:

Pagar cento e vinte reais³⁸⁰, agora, quanto é que dá duas mil pessoas pagando cento e vinte reais? E cadê esse dinheiro? Fazendeiro, comprando boi, fazendo casa, comprando lote, e uma pessoa dessa aí ainda tem apoio na cidade que ainda é vereador duas vezes, ou é três, acho que é duas, sem fazer política nenhuma. (...) Aí não é colônia, aí é um ponto de ladrão, aí não é colônia de pescador não. Aí é colônia do presidente mais os filhos, os filhos de quem que seja. Lá, se trabalhasse direitinho, era pra ter um dentista, aí era pra ter um doutor pra saber consultar, ter um seguro de vida aí, né? Porque dá pra ir, mas ai não tem nada. O que o pescador tem? Vai lá atrás de cinco reais pra ver se dá? Moço, pra mim aí não é colônia. Aí é colônia de ladrão! Se ela trabalhasse direitinho... e outra, era preciso ter tesoureiro, ter o presidente, primeiro e segundo fiscal, e tudo, tudo parte do dinheiro, aí é só ele que compra. Muitos meteram o pé aí pra ver, mas saiu daí urgente. Eles é assim, os fazedores de seguro “é fulano”, acha que o dinheiro vem na mão dele, mas Pirapora tem muita coisa, né?³⁸¹

Conforme Roberto Cunha Alves de Lima, “acusações de roubo são comuns na história de todas as colônias”³⁸², apesar disso, no que se refere à Colônia de São Francisco algumas considerações devem ser feitas. Ao analisar a entrevista concedida pelo senhor Ranulfo, percebo que o seu pensamento está fundamentado nas experiências que acumulou no trabalho da pesca desde criança, seja pela condição econômica ostentada pelo gestor que contrata com sua própria condição, ou porque, para ele, o trabalho é o principal meio para se obter uma melhor condição de vida. Assim, se sua pele queimada pelo sol, suas mãos calejadas e sua saúde prejudicada me apresentavam um homem que sempre teve o trabalho como um meio de sobrevivência, sua denúncia às práticas ilícitas que ele acredita existir na Colônia me mostrava valores construídos no seu fazer diário e costumeiro enquanto pescador, uma visão, aliás, que remete à noção de Thompson de “economia moral”.

³⁸⁰Refere-se à anuidade. O pagamento podia ser anual (R\$120,00) ou mensal (R\$10,00). Em 2014 essa mensalidade já passou para R\$15,00.

³⁸¹ Entrevista realizada com o senhor Ranulfo Figueira de Oliveira Silva, pescador aposentado, 87 anos, no dia 23 de agosto de 2013, em sua residência no bairro Quebra, em São Francisco-MG.

³⁸²LIMA, Roberto Cunha Alves de. **Um rio são muitos**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Brasília: Universidade de Brasília, 2002, p.72.

Alguns aspectos desse modelo de gestão foram confirmados na reunião do dia 06 de maio de 2012, na qual presenciei algumas falas do presidente nos seguintes termos, conforme minhas anotações:

Dizem por aí que estou dando carteira. Quem quiser reconhecer meu trabalho é só ver o que já fiz. Em julho do ano que vem (2013) tem eleições da colônia. Já passei três eleições e ganhei todas. Os candidatos não deram nem para o começo. Se voltar a exigir a declaração de pescador para ter o seguro, eu to aí para dar declaração pra todo mundo. (...) O Estatuto diz que o que faltar três reuniões seguidas pode ser tirado. Os ruim pagador, a gente vai tirar. Os “treteiros”³⁸³ a gente vai cancelar a carteira. Se alguém tiver retido o seguro desemprego, vem aqui pra gente correr atrás. (...) Os fofoqueiros que batiam na questão das carteiras, hoje quer tirar carteira e não consegue. Não tinha colônia em 96, pois foi caindo. Eu tenho compromisso com o sócio, firme, pagador, que contribui para a associação, e não com treteiro, mal pagador³⁸⁴.

A Colônia de Pescadores Z-3 antes visualizada como uma referência de sustentação e segurança para alguns pescadores e suas famílias, dando a impressão de que não há contradições na relação pescador/Colônia, a partir da fala desses últimos pescadores citados, essa noção não se mostra consensual, dadas as críticas elencadas. Ressalto que essas são apenas visões parciais, construções particulares de alguns entrevistados a partir de como veem e pensam a Colônia de Pescadores Z-3, de São Francisco.

No entanto, essas questões apontam para denúncias em diversos lugares do país quanto à má gestão das colônias de pescadores, principalmente em relação à falta de critérios no processo de cadastramento dos novos pescadores e confirmação dos dados fornecidos por ele, já que cabe à colônia a realização dessas ações. Em 2005, a SEAP/PR realizou um recadastramento em todo o país com o “objetivo de eliminar o falso pescador do cadastro nacional e incluir os verdadeiros pescadores que ainda não possuem o documento”³⁸⁵. Esse recadastramento é feito regularmente, ficando a cargo das colônias recolher os documentos de cada pescador e encaminhá-los à Secretaria Estadual de Pesca.

Apesar dos esforços em fiscalizar esse processo, o *boom* no número de pescadores artesanais nos últimos anos tem sido objeto de desconfiança de diversos setores da sociedade, inclusive por parte dos pescadores artesanais mais idosos e experientes. De modo recorrente, a mídia tem noticiado casos de investigações por parte da Polícia Federal ou do Ministério Público Federal sobre diversos gestores das colônias de pescadores. Em agosto de 2014, por

³⁸³Pessoas munidas de artimanhas, tretas ou trapagens para não fazer o que deve ser feito, no caso, pagar as mensalidades.

³⁸⁴Discurso do Presidente da Colônia de Pescadores Z-3, em reunião mensal no dia 6 de maio de 2012.

³⁸⁵BRASIL. Secretaria Especial de Aquicultura e pesca da Presidência da República. SEAP/PR. **Recadastramento alcança mais de meio milhão de pescadores.** Jornal da SEAP. Jul.2005, p. 1.

exemplo, o noticiário de TV *Bom Dia Brasil*, da Rede Globo de Televisão, mostrou que no interior do Estado do Ceará, na cidade de Canindé, lugar que não possui nem rios nem mar, o número de pescadores artesanais aumentou em cinco vezes em pouquíssimo tempo, fato que chamou atenção da Procuradoria de Trabalho do Ceará. Na notícia, segundo o procurador regional do Trabalho, senhor Nicodemos Fabrício Maia, muitas pessoas que se cadastravam na Colônia de Pescadores, serviço pelo qual o presidente cobrava irregularmente um valor de cada novo membro, não eram, na verdade, pescadores, mas servidores públicos, taxistas, comerciantes³⁸⁶.

Outro caso com a mesma característica ocorreu no estado do Pará, em 2010, numa operação investigada pela Polícia Federal e Ministério Público Federal conhecida como “Fraude do anzol”. A notícia anunciava que os investigadores apuravam “irregularidades descobertas num município paraense que lançavam luz sobre um golpe que podia chegar a R\$ 500 milhões país afora”³⁸⁷. Na ocasião, assim como no Ceará, suspeitava-se que milhares de pessoas que nunca se dedicaram à pesca, os chamados “pescadores de pé limpo”, estivessem inclusas na lista de beneficiários do governo, principalmente com o objetivo de receber o Seguro Defeso. No decorrer desta pesquisa tive acesso a inúmeras reportagens que apresentam denúncias semelhantes a essas.

Em relação ao aumento do número de pescadores na Colônia Z-3, alguns entrevistados expressaram sua visão:

Aumentou sem base, mas só no nome, só na carteira, no rio não, no rio aumentou, mas não foi tanto, agora na colônia aumentou duzentos por cento. Que o João que fez isso, foi o João que fez, é muito pescador, profissional que tem carteira pescador são poucos ainda mais com a ruindade do peixe ninguém quer perder, né? ³⁸⁸

O que está bom mesmo aí é pra pescador de seguro que não vai nem no rio lavar os pés e já estar recebendo. Recebeu duas parcelas. E quando acaba ainda tem mais. Depois que recebe a parcela, a presidente Dilma Rousseff ainda botou depois que recebe o Seguro uma tal de bolsa safra, não sei como é isso. E aí, para os caras pescador de seguro é bom demais. A pessoa é pescador mesmo pra fazer figura. É que eu admiro moço, esse governo, eu não sei o que o governo não. E por que o tanto de quem tem carteira que recebe o seguro é demais. É demais a pescadorzada que tem. Não é só aqui nessa rua, é em tudo. Gente tirando mais carteira, pra que

³⁸⁶Falsos pescadores têm acesso a benefícios e linhas de crédito no Ceará. Jornal Bom Dia Brasil. Rede Globo de Televisão. 19 ago. 2014. Disponível em <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/08/falsos-pescadores-tem-acesso-beneficios-e-linhas-de-credito-no-ceara.html>>; acesso em 22 set. 2014.

³⁸⁷SEQUEIRA. Cláudio Dantas. **Fraude do anzol: Irregularidades descobertas num município paraense lançam luz sobre um golpe que pode chegar a R\$ 500 milhões país afora.** Revista Istoé. Edição 2142. 26 nov. 2010. Disponível em

<http://www.istoe.com.br/reportagens/112791_FRAUDE+DO+ANZOL>; acesso em 22 set. 2014.

³⁸⁸Entrevista realizada com o senhor Fabiano da Silva Sales, pescador aposentado, 82 anos, no dia 11 de setembro de 2013, em sua residência no bairro Bandeirantes em São Francisco-MG. Falsos pescadores têm acesso a benefícios e linhas de crédito no Ceará. Jornal Bom Dia Brasil. Rede Globo de Televisão. 19 ago. 2014.

isso? Está irando carteira desse povo só mesmo para o governo está pagando dinheiro à toa pra eles pescar. É fazendeiro, é tudo tem registro de pescador pra fazer figura. É o pescador, é o pedreiro, é o carpinteiro, é o pintor, todos eles no serviço dele e com esse negócio do pescador. Que isso aí é um seguro para o pescador que teve (sic) da profissão mesmo, não é? Que teve da profissão, não é para os outros não. Ouvir dizer que agora em Janeiro vai tornar tirar carteira e pescador. Que diabo é isso moço? Mas aí não, é pra todo mundo. Eu vejo aí fazendo: é dono de supermercado, é fazendeiro, é tudo, é pintor, é carpinteiro, é pedreiro, é tudo quanto é inseto. Ave Maria, é demais. O governo deveria parar isso. Você fala de umas coisas, eles não fazem, não tem necessidade. Num outro tempo não tinha isso.³⁸⁹

Eu acho que se fosse na época que tivesse o volume de peixe e de água do rio não era uma coisa de se espantar não. Poderia ter até mais. Mas hoje eu acho meio complicado, né? Eu acho que as pessoas criam essa maneira devido a associação, porque a associação, além de favorecer algo, tem esse seguro, que às vezes tem o filho daquele pescador, o pai não existe mais, ele quer manter aquilo ali. Então pra manter aquele nome de pescador ele continua sendo sócio lá que ele continua com o mesmo nome de pescador.³⁹⁰

O conjunto dessas entrevistas aponta para uma situação bastante tensa entre os pescadores artesanais. A emergência desses “novos” pescadores suscita nos mais antigos sentimentos de raiva, indignação e perplexidade. Para esses pescadores mais experientes o seu espaço está sendo invadido por pessoas que não vivem da pesca ou muito menos conhecem esse ofício. A autoridade com que esses pescadores apresentam seus posicionamentos em relação ao grande número de novos pescadores cadastrados na Colônia remete diretamente ao reconhecimento do seu próprio espaço construído historicamente a partir de suas experiências, distinguindo-os dos “pescadores de carteira”. As falas abaixo revelam essa distinção:

Tem pescador ai que, falo francamente, nunca nem foi no rio. Tem a carteira, é moço. Nunca foi no rio não, esse rio é ate perigoso que, se não amarrar um colete nele é perigoso ele cair de costa e morrer afogado, que ele não sabe bater nem na água. (Vanilson de Jesus dos Santos – pescador de São Francisco, 30/07/2013)

Ta uma molecada aí que não sabe nem o que é pescaria. Não sabe nem o que é pescaria³⁹¹.

Esse cunhado meu, eu falei com a mulher dele, ele não sabe mexer com pescaria, porque pescaria tem seus horários. Num é toda hora, por exemplo, nós sai daqui, vamos pro rio pescar. Não é assim não, pescaria não é assim não. Tem um moço ali que é pescador... “É vou pescar”. Menino você ta enganado!³⁹²

³⁸⁹Entrevista realizada com o Sr. Paulo Sérgio de Almeida Bastos, pescador, 74 anos, no dia 04 de janeiro de 2013, em sua residência no bairro Quebra em São Francisco-MG.

³⁹⁰Entrevista realizada com América Geralda da Silva, pescadora, 49 anos, no dia 05 de maio de 2012, em sua residência no bairro Sagrada Família em São Francisco-MG.

³⁹¹Entrevista realizada com Benedito Dionísio da Silva, pescador aposentado, 103 anos, no dia 06 de agosto de 2013, em sua residência em Januária-MG.

³⁹²Entrevista realizada com Mariano da Silva Júnior, pescador, 53 anos, no dia 5 de maio de 2012, em sua residência no bairro Aparecida, em São Francisco-MG.

E não é mentira não, é verdade: mas ninguém vai no rio não. Tem deles aí que se você amarrar eles pelo pescoço e jogar na beira do rio, chega lá, ele morre, mas não entra³⁹³.

Esse sentimento de indignação dos pescadores artesanais também se justifica pelo fato de que, conforme eles mesmos destacam, muitos órgãos, como o INSS, em virtude das denúncias de que falsos pescadores têm sido cadastrados nas Colônias, passaram a ser mais rígidos e criteriosos no momento de conceder algum benefício.

Além desse olhar combativo e crítico às práticas da Colônia de Pescadores, uma terceira noção se apresenta em relação a essas entidades, elas são vistas enquanto grupo que se configura a partir de um sentido de pertencimento, como um “nós”, agindo sempre em relação a outros elementos externos e estranhos à condição de pescador. Tudo aquilo que está fora do universo da Colônia parece significar o outro, o estranho, o elemento com o qual se tem uma relação que pode ser de tensão ou de parceria. Ocupando este lugar estão pessoas e instituições diversas, podendo ser o IBAMA, o IEF, a Polícia Ambiental, o “gancheiro”, o pescador amador, dentre outros.

Em face da multiplicidade de olhares de “dentro para fora”, ou seja, do grupo de pescadores artesanais da Colônia Z-3 para com esses outros agentes ligados a eles, selecionei apenas dois mais significativos: a *Polícia Ambiental*, sempre presente na vida dos pescadores agindo em nome de outros órgãos governamentais (IEF, IBAMA, MPA, etc.); e os *pescadores amadores*, que têm um sentido de pesca bastante distinto dos pescadores artesanais, significando lazer e entretenimento e não meio de sustentação para si e suas famílias. Esses olhares de “dentro para fora”, acredito eu, apontam para um sentido forjado pelos pescadores artesanais sobre si mesmos, como entendido por Vera Regina Veiga França³⁹⁴, para quem o outro, quando fala, reposiciona o nós, fazendo com que sua fala apareça, visto que ele (neste caso, o pescador) toma para si o papel de construir seu próprio lugar social.

A Polícia Ambiental é uma companhia ligada à Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), responsável pela fiscalização do cumprimento de leis ligadas à preservação da fauna e da flora e, no que se refere à pesca, à preservação dos ciclos de reprodução dos peixes no rio São Francisco, impedindo tudo o que possa lhe ser nocivo. Sua denominação até o ano de 2005 era de Polícia Florestal, alterada pela Lei nº 14.960, de 21 de dezembro de 2005.

³⁹³Entrevista realizada com o senhor Fabiano da Silva Sales, pescador aposentado, 82 anos, no dia 11 de setembro de 2013, em sua residência no bairro Bandeirantes em São Francisco-MG.

³⁹⁴FRANÇA, Vera Regina Veiga. Discurso de identidade, discurso de alteridade: A fala do outro. In: GUIMARÃES, César et al. (orgs.) **Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

Entre os pescadores artesanais de São Francisco há visões ambíguas em relação a essa instituição. Ora eles a veem como parceira, já que auxilia na minimização da pesca predatória (mesmo que entre os predadores existam alguns pescadores artesanais, como se verifica nos Boletins de Ocorrência), ora a veem como um grupo que os persegue, tratando-os até com agressividade.

Questionados sobre o que pensam a respeito da Polícia Ambiental, alguns desses pescadores foram bastante diretos, ressaltando a importância dessa instituição na defesa do rio, do peixe e, portanto, do seu ambiente de trabalho:

Eu acho importante porque ali eles estão fiscalizando uma coisa que é importante, a importância pra nós, né? Porque eles estão fiscalizando pra não tirar o peixe pequeno do rio. Pra mim é importante, mas pra muitos não é. Falam que eles estão errado, que tem lugar aí que não tem isso, mas se não tiver? Não tinha mais uma piaba no rio³⁹⁵.

Pra mim é bom demais. Se não fosse a Florestal nós não tinha mais peixe não, porque todo mundo aí tava dentro d'água, aliás, esses ricão podia aí medir tudo, jogar alguém pra pescar pra eles, acabar com o pequeno e tudo. A Florestal pra mim é uma boa coisa. Podia ter era mais, porque a lei deles são certa.³⁹⁶

O serviço da Polícia Florestal, eu não acho que seja ruim não, porque o povo pega o peixe, pega o grande, pega o pequeno...É infração, é rede miudinha, é tarrafa miúda...pega o grande, pega o pequeno. Se não fosse isso da polícia Florestal, ia demais pior. Eu acho que não tem mais peixe no rio. É a Florestal que está combatendo essas coisas. Esses desmatamentos, e é por isso que a chuva está diminuindo, por causa que os fazendeiros mete o pau desmatando tudo, fazendo carvão. Por isso que tá diminuindo a chuva, por causa disso. A Florestal tem que combater isso, se não o bicho pega³⁹⁷.

Por outro lado, paralela a essa visão existe a de que os policiais limitam a ação dos pescadores, agindo, em alguns casos, com extrema violência. Em 2011, quando comecei a realizar as primeiras entrevistas, tive contato com um pescador que expressou uma visão bastante rancorosa contra os policiais. Ao expressar sua visão sobre a Polícia Ambiental, o senhor José, de 53 anos, pescador em São Francisco, foi enfático:

O maior problema que temos na Colônia de São Francisco é o IBAMA. Tem muito pescador que é profissional, mas é mal tratado, principalmente quando corre atrás do peixe na piracema. A fiscalização é boa quando corrige, mas não quando trata a gente como bandido: chega com revólver no trabalhador, quebra a porta e invade o

³⁹⁵Entrevista realizada com América Geralda da Silva, pescadora, 49 anos, no dia 03 de janeiro de 2013, em sua residência no bairro Sagrada Família, em São Francisco-MG.

³⁹⁶Entrevista realizada com o senhor Manuel Ribeiro Pereira, pescador, 63 anos, no dia 25 de Fevereiro de 2012, em sua residência no bairro Aparecida em São Francisco-MG.

³⁹⁷Entrevista realizada com o Sr. Paulo Sérgio de Almeida Bastos, pescador, 74 anos, no dia 04 de janeiro de 2013, em sua residência no bairro Quebra em São Francisco-MG.

rancho do pescador. Precisa de certa educação pra conversar com a gente. Isso revolta o pescador. (...) a maioria desfaz da gente.³⁹⁸

Lima, analisando a realidade dos pescadores do rio São Francisco, avalia que a questão central dessa abordagem é o rigor da aplicação das leis ambientais, que, segundo ele, é bastante dura e detalhada, “algo com que os próprios pescadores concordam e apoiam que deva ser, mas a forma de aplicá-la espalha medo, mais que respeito”³⁹⁹.

Essa postura ambígua e de certo modo contraditória, de ter a Polícia Ambiental como parceira, aspecto citado pelos presidentes das Colônias de São Francisco-MG (João da Colônia) e de Januária-MG (Simeão), mas, em alguns casos, como empecilho para sua ação no rio, parece produzir outros desdobramentos na pesca diária, geralmente apontando para uma prática negligente por parte de alguns pescadores artesanais, que ouvem as orientações dos policiais nas reuniões da Colônia de Pescadores, e que sabem o que devem e o que não devem fazer no seu trabalho com a pesca⁴⁰⁰, mas, contraditoriamente, agem contra o que é postulado pelas leis ambientais. Essa constatação está evidente tanto nos boletins de ocorrência emitidos pela Polícia Ambiental, alguns do ano de 2011, os quais analisei, quanto em algumas fotos dessa instituição militar, que revelam a quantidade de redes e peixes apreendidos durante patrulhamento pelo rio São Francisco e pelas peixarias da cidade.

Nos boletins de ocorrência, deparei-me, por exemplo, com registros como o que se segue:

Durante patrulhamento no rio São Francisco, deparamos com o senhor XXXX, que alegou ser pescador profissional, porém não portava sua carteira de pesca nem qualquer outro documento de identificação. O mesmo utilizava uma tarrafa de malha 10(dez) cm [sendo que a permitida é 14 cm] x 3,70m de altura. Constatada a irregularidade, foi lavrado o auto de infração de número XXXX, ficando apreendida sua tarrafa no depósito do 3º GP PMMAMB de São Francisco até a regularização junto ao órgão ambiental. Vale ressaltar que o infrator foi autuado no valor de R\$120,36 (cento e vinte reais e trinta e seis centavos” (BO de 14/06/2011).

A presença da Polícia Ambiental nas reuniões da Colônia de Pescadores Z-3 ocorre regularmente em períodos do ano em que as orientações sobre as normas ambientais

³⁹⁸Entrevista realizada com o Sr. José, 53 anos, pescador, no dia 26 de novembro de 2011, em sua residência.

³⁹⁹LIMA, Roberto Cunha Alves de. **Um rio são muitos**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Brasília: Universidade de Brasília, 2002, p.61.

⁴⁰⁰No Boletim de Ocorrência de 30/10/2011 foi registrada a reunião da Polícia Ambiental, representada pelo Sargento Rocha e Cabo Mendes, nos seguintes termos: “Nesta data realizamos palestra ambiental na Colônia Z-3 de São Francisco, onde foram abordados os seguintes assuntos: Declaração de estoque do pescado, proibições e permissões impostas pela Portaria nº154-IEF (Piracema 2011-2012), origem do pescado e outros tópicos contidos da referida portaria. Participaram do evento o senhor João de Souza Lima, presidente da Colônia Z-3, e aproximadamente 350 pescadores profissionais filiados à Colônia. Os participantes nesse encontro foram bem orientados quanto à atuação da Polícia Ambiental e IEF e não deixaram dúvidas quanto ao período do defeso. Equipe Sgt. Rocha e Cabo Mendes”.

são necessárias, ou seja, geralmente próximo ao início da piracema. Além disso, são dadas orientações para que práticas ilegais no rio São Francisco não ocorram, tais como armar redes de espera fora das malhas permitidas por lei, e não ter a identificação do proprietário da rede⁴⁰¹; fugir do local, quando os policiais se aproximam, geralmente deixando ali os instrumentos de pesca proibidos ou ainda pescados⁴⁰² fora das medidas permitidas por lei; e, por fim, não portar qualquer tipo de documentação durante a pesca, a fim de dificultar a identificação da pessoa em caso de uma possível fiscalização policial.

FIGURA 14 – PEIXES APREENDIDOS DURANTE PATRULHAMENTO DA POLÍCIA AMBIENTAL EM SÃO FRANCISCO-MG



Fonte: 5º GP MAMB de São Francisco-MG. (2008).

Desse modo, ser associado à Colônia de Pescadores nem sempre significa, para esses pescadores, seguir rigorosamente as orientações, ordens ou regras transmitidas durante as reuniões pelos órgãos ambientais. Suas resistências e posturas em se contrapor às regras

⁴⁰¹Toda rede ou tarrafa, por lei, tem que trazer consigo um número de identificação do seu proprietário. Essas redes são colocadas durante a noite e, no início do dia, o pescador vai averiguar se algum peixe foi contido por ela.

⁴⁰²Em diversos boletins foi possível notar que os peixes apreendidos, depois de registrados e inspecionados por uma supervisora da Vigilância Sanitária, geralmente são doados a instituições como o Hospital Municipal ou o Lar de Idosos da cidade.

parecem ganhar sentido não somente na necessidade de ter algo para se alimentar, mas também na disputa pelo peixe, uma prática, porém, não generalizada na vida de todos os pescadores, pois muitos criticam essa postura. “O que é de rede que eles [policiais] já queimou e continua a mesma coisa, moço, continua. É burragem. Só se acabar com a fábrica de rede e não fazer linha, mas aí é outra coisa, não fazer mais rede, mas ele ainda inventava um jeito de fazer”⁴⁰³, se irrita o senhor Vanilson.

As relações, às vezes, conflituosas vivenciadas pelos pescadores artesanais também se fazem presente no contato com o grupo de pescadores amadores, assim classificados no I Encontro Nacional de Pesca Amadora, em 2010, por exercerem uma “atividade de natureza não comercial, a qual se caracteriza por hobby ou esporte, onde o praticante não depende dessa atividade para sobreviver, ou seja, a pesca é praticada como atividade lúdica, com objetivo de recreação”⁴⁰⁴. O senhor Higino relata situações de um estranhamento entre essas duas categorias de pescadores:

Você num vê um amador fala mal de um profissional. Por quê? Porque eles foram vendo que eles é o destruidor. Eles chegam moço com aquele motorzinho, aquele zuadão infeliz. O pescador (profissional), ele enfia o pé dentro d’água, sobe, quando ele sobe, enche de novo de tão devagar que é pra num fazer zoada. E eles não (O jeito de pescar é diferente)⁴⁰⁵

O que fundamenta os conflitos (quando existentes) entre os pescadores artesanais e os amadores é a própria disputa pelo espaço da pesca. Cada um busca “apropriar”, a seu modo, dos espaços existentes e, nessa empreitada, acabam entrando em conflito, cada um acusando o outro pela diminuição do peixe no São Francisco. O presidente da Colônia Z-5, da cidade de Três Marias, senhor Marco Aurélio de Lima, explica de forma abrangente o que está implícito na relação desses dois grupos de pescadores:

Com os amadores, tem uma parte dos amadores que se dão bem. Existe uma parte que não se dá porque tem pescador amador que quer chegar também e impor que essa área é minha, né? E a pesca não é assim. (...) O pescador amador acha que se ele estiver pescando aqui, o pescador profissional já vem colocando rede e batendo tarrafa naquele barranco, se ele continuar batendo, aí ele acha que já tá invadindo a área dele, que não pode, não existe, além do pescador profissional, ele chega e joga

⁴⁰³Entrevista realizada com Vanilson de Jesus dos Santos, pescador, 64 anos, no dia 30 de julho de 2013, em sua residência no bairro Centro, em São Francisco-MG.

⁴⁰⁴BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura-MPA. **1º Encontro Nacional de Pesca Amadora. Texto Base.** Brasília, set. 2010, p. 7. Disponível em <http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Pesca/Pesca_Amadora/TEXTTO_BASE_FINAL_enpa.pdf>; acesso em 04 jan. 2014.

⁴⁰⁵Entrevista realizada com Higino de Freitas Silva, pescador, 67 anos, no dia 07 de maio de 2012, em sua residência no bairro Sagrada Família em São Francisco-MG.

tarrafa e o outro chega e joga na frente, o rio é um lugar em comum, que você tem que saber é dividir⁴⁰⁶.

Ana Paula Glinfskoi Thé, analisando a situação dos pescadores no município de Pirapora, também percebeu a partir do relato de alguns pescadores que, naquele ano em que realizou sua pesquisa, 2001, já havia esse tipo de conflito. Segundo o pescador entrevistado por ela,

A pesca amadora atrapalha bastante porque faz a pressão para fechar a pesca de malha, profissional. Ele tem boas iscas, tem dinheiro. O pescador amador vem para gastar com os equipamentos de captura, é esporte. Para a gente, é sobrevivência. Mas eles se colocam contra nós. Hoje, o peixe mal paga a feira da semana...⁴⁰⁷.

Nas entrelinhas dos conflitos tecidos entre essas duas categorias de pescadores, os elementos de tensão são a presença do peixe e o direito de pescar num espaço comum como é o São Francisco. Para os profissionais, a sensação de pertencimento à Colônia, “protegido” não apenas pela entidade, mas também pelo direito prioritário e legítimo de pescar para manter a si e sua família (e não para se divertir como é o caso dos amadores), parece colocá-los numa posição que os legitima nos ataques feitos aos pescadores amadores, muitas vezes fundamentados nas experiências acumuladas.

Após ter constatado os sentidos dados à Colônia pelos pescadores artesanais a que estão associados, seja como fonte de direitos/benefícios oriundos do governo, seja como espaço onde alguns gestores se aproveitam dos recursos econômicos e do poder nela existente, ou, ainda, como um grupo que compartilha as mesmas condições de trabalho e de vida, é importante notar que os três nem sempre estão em consonância. Existindo simultânea e paralelamente na relação tecida entre esses trabalhadores e a entidade, esses sentidos fazem da Colônia um espaço de constante tensão, de tal modo que o simples fato de expressar sua posição sobre algum assunto exposto na reunião mensal significa, para muitos pescadores artesanais, um gesto permeado de ansiedade e angústia. Neste sentido, a experiência da pesquisa *in loco*, através das entrevistas nas residências dos pescadores e, por outro lado, nas visitas às reuniões mensais, me possibilitaram constatar que o comportamento desses pescadores mudava de acordo com esses ambientes. Na colônia, uma postura passiva, ouvinte e de espectador. Não fosse sua assinatura na ata de presença, dificilmente se provaria que

⁴⁰⁶Entrevista realizada com Marco Aurélio Lima, presidente da Colônia de pescador Z-5, do município de Três Marias-MG, na própria sede da Colônia Z-5.

⁴⁰⁷ THÉ, Ana Paula Glinfskoi. **Saudades da Vazante Geral: Estudo sobre as Mudanças Sócio-Ambientais na Pesca Artesanal no Alto-Médio São Francisco, Minas Gerais**. Congresso de Desenvolvimento Social. Disponível em <<http://www.congressods.com.br/segundo/images/trabalhos/populacoes/Ana%20Paula%20Glinfskoi%20The.pdf>>; acesso em 12 mai 2013, p.14-15.

esteve na reunião. Já em casa, nas entrevistas, expressões de raiva e tristeza pelas situações vivenciadas, deixando claro, a cada assunto abordado, o que pensam, sentem e querem para suas vidas, mesmo que essas declarações sejam permeadas por um certo receio, dizendo a todo momento, que “não podia nem falar isso”, “que não identifique o seu nome no trabalho”, reproduzindo a postura de silenciamento observada na Colônia.

Com as características a Colônia de Pescadores Z-3, mesmo com toda importância expressa já expressa pelos pescadores, ainda parece se mostrar com um sentido bastante limitado se quisermos visualizá-la como um movimento de trabalhadores da pesca, autônomos, protagonistas e como uma categoria capaz de fazê-los lutar por seus direitos, em grupo, não apenas contra órgãos do governo, mas também contra outros grupos de trabalhadores que disputam espaços no rio São Francisco e, até mesmo, por uma gestão da entidade na qual cada um está inserido.

Retomando a questão exposta inicialmente sobre os sentidos que a Colônia tem para os pescadores artesanais, percebo nas próprias falas dos entrevistados contradições que colocam em xeque a função sindical dessa entidade expressa na Constituição Federal de 1988, quanto ao atendimento das demandas da categoria de pescadores artesanais. Isso se confirma quando a Colônia é vista como uma forma de se conseguir benefícios do Governo Federal, outras vezes quando apropriada para servir ao interesse de alguns ou ainda quando ela se ao invés de representar os trabalhadores na luta pelos seus direitos, age contraditoriamente como se fosse uma entidade governamental.

Apesar disso, a sobrevivência desses pescadores artesanais tem uma referência importante nas Colônias de Pescadores que, mesmo sendo objeto de desconfiança, investigação e reprovação, emergiu na realidade desses profissionais como um meio de serem apresentados às políticas públicas existentes no país e que muitos deles nem sabem que existem. A ideia da Colônia como um “livro” é sintomática. Se no capítulo anterior compreendemos que eles viram seus modos de vida e trabalho se modificarem, tendo incorporado na sua rotina diária muitas normas e formas de trabalho antes inexistentes, agora, para se ajustarem ao perfil do que a lei diz como deve agir o pescador no seu trabalho, esses profissionais, com a pele queimada pelo sol e o boné na cabeça, conduzidos por suas bicicletas, motos ou a pé, se dirigem mensalmente à sede da Colônia para se informar, assinar a ata da reunião, saindo dali, ao final, mesmo sem ter falado uma palavra, com a sensação de dever cumprido para que, quando os benefícios aos quais têm direito saírem, eles garantam a sobrevivência de suas famílias.

3.4. Sutilezas de um (des)encantamento: recentes intervenções do Estado e do capital – pesca artesanal no rio São Francisco, ameaçada?

A emergência das políticas públicas para o pescador artesanal, com direitos previdenciários, trabalhistas e de acesso ao crédito, tem transformado os homens e mulheres que sempre trabalharam com a pesca em sujeitos de direitos, em personagens com vida própria no universo jurídico. Na fala do senhor Raimundo Bispo, “antigamente a gente não era nem gente”, intuo que ele agora se sente gente, reconhecido, com direitos antes inexistentes. Assim, a dona América e a dona Paulina, o senhor Januário e o senhor Higino, o senhor Manuel Ribeiro e o senhor Vanilson, enfim, todos os pescadores que entrevistei, foram vendo suas identidades (que lhes deram) serem construídas sob a designação de pescador artesanal, figura que passou a se tornar mais e mais presente em leis e portarias, dentre outras normas que regulam essa profissão.

Abarcados por essa designação de pescadores artesanais, vão adquirindo outras denominações de acordo com os órgãos aos quais estejam vinculados. No INSS e no Ministério do Trabalho eles são nomeados como “Segurados Especiais”, caracterizados como aqueles que exercem a pesca individualmente ou em regime familiar, ainda que com auxílio de terceiros, com seus cônjuges ou companheiros (as) e filhos maiores de 16 anos ou enteados. No Ministério da Pesca são reconhecidos como “produtores autônomos”. Na Marinha do Brasil lhes é exigido um cadastro da embarcação que utiliza para desenvolver suas atividades como pescadores, ainda que seja pequena. Na Colônia de Pescadores, são tratados como membros associados e como tal estão sujeitos a direitos e deveres, entre estes, está o pagamento da mensalidade e o comparecimento às reuniões da entidade.

Esses lugares dos pescadores artesanais como sujeitos institucionalizados, construídos nessas últimas décadas, como vimos no capítulo anterior, os têm auxiliado na sobrevivência de si e de seus familiares através dos diversos benefícios recebidos do Estado. No entanto, em face das discussões realizadas nos dois primeiros capítulos desta pesquisa, é possível visualizar um paradoxo bastante presente em suas vidas: se por um lado essas pessoas foram mais reconhecidas como sujeitos de direitos, como figuras existentes juridicamente, por outro as condições de trabalho e seus modos de vida, enquanto pescador que se reconhece numa cultura acumulada neste universo da pesca, se veem minimizadas. Não somente porque o rio está assoreado, porque muitos são forçados a procurar outros meios de vida paralelos à pesca, mas também porque, analisando o arco histórico do seu lugar na sociedade, desde a primeira metade do século XX até os dias de hoje, constato que a cultura

desses pescadores, constituída de seus saberes, suas experiências e seus modos de vida gradativamente vêm sendo desconsiderados, muito em razão das ações e interferências do Estado no seu universo pesqueiro. Duas dessas interferências se destacam nos últimos anos: o crescimento da aquicultura, enquanto setor da produção do pescado em todo o país, e a transposição do rio São Francisco. Esses processos que se desenvolvem em meio a tensões políticas, econômicas e ambientais, de forma sutil, refletindo sobre a vida dos pescadores artesanais, têm gerado grandes impactos na busca por sua sobrevivência.

Assim, como vimos anteriormente a década de 1990 marcou uma intensificação do discurso ambiental não somente no setor da pesca, mas também em relação à exploração dos diversos recursos naturais. Para os governos, instalava-se um impasse: como atender simultaneamente aos interesses do crescimento econômico e da preservação ambiental? Ao que parece, como forma de solucionar esse impasse, o Estado se viu forçado a articular esses aspectos contrapostos na forma da legislação.

Numa tentativa de retirar a tutela ambiental do setor pesqueiro e retomar a política desenvolvimentista, em 1998 o Governo Fernando Henrique criou o Departamento de Pesca e Aquicultura - DPA no interior do Ministério da Agricultura. Segundo Azevedo e Pierri, a partir desse momento abriu-se um período de intensos conflitos institucionais entre o Ministério de Agricultura e o IBAMA, motivados pela divisão de competências no gerenciamento dos recursos pesqueiros e pela retomada dos investimentos nesse setor produtivo. Esse setor, além de se dirigir principalmente à pesca industrial, também passa a ter outro campo de atuação, a aquicultura empresarial, que começa a crescer a partir da década de 1990⁴⁰⁸.

A pesca expande-se significativamente nos anos 2000, em meio a embates na arena político-econômica na qual diversos grupos se confrontavam. Em 2002, já no período eleitoral para o cargo de presidente da República, o candidato Luís Inácio Lula da Silva, divulgou uma “Carta Compromisso aos Pescadores” na qual elencou 11 metas para o setor. Nessa carta expôs a diretrizes que daria para a pesca artesanal, sempre fundamentado no discurso de um Desenvolvimento Sustentável, na qualificação profissional do pescador, na abertura de créditos, na comercialização e industrialização do pescado, intensificando, dessa forma, a incorporação do setor aos interesses do mercado. No pacote de ações propostas, acompanhando a tendência do seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, estavam os

⁴⁰⁸ AZEVEDO, Natália Tavares de; PIERRI, Naína. **A política pesqueira atual no Brasil: a escolha pelo crescimento produtivo em detrimento da pesca artesanal.** Disponível em <<http://www.cppnac.org.br/wp-content/uploads/2013/08/A-pol%C3%ADtica-pesqueira-atual-no-Brasil.pdf>>; acesso 22 ago. 2014, p.2.

investimentos no setor da aquicultura, entendida como a produção de peixes e animais aquáticos em cativeiro⁴⁰⁹.

Em 2003, já no primeiro ano do governo Lula (2003-2006), a criação da SEAP/PR fortaleceu o setor pesqueiro no campo institucional. Isso encaminhou não apenas as articulações do governo no sentido de congregar as ações administrativas do setor, mas também novos desdobramentos nos campos político e econômico para a dinamização da pesca. Ao longo do tempo, toda a organização das áreas da pesca e da aquicultura foi sistematizada num mesmo órgão, o MPA, criado em 2009.

O fato da organização do setor pesqueiro, antes de responsabilidade do IBAMA ter sido assumida pelo MPA, gerou embates entre essas agências governamentais. Sendo que este último passou a regulamentar a pesca nos seus aspectos jurídicos, como forma de favorecer a produção pesqueira e a economia daí oriunda. O IBAMA, por sua vez, continuou com a sua função de proteger os recursos naturais, com um poder de fiscalização sobre os pescadores.

Além dos esforços do Estado em articular desenvolvimento econômico e preservação ambiental a partir da criação de novos órgãos, houve também a preocupação das lideranças políticas em forjarem um aparato ideológico que dessa conta dessa contradição, atendendo aos interesses econômicos do setor produtivo. Neste ponto, retomo a noção de “Desenvolvimento Sustentável”, já citada anteriormente, para mostrar que ela tem sido discutida e reproduzida à exaustão nos campos da economia e da política com o objetivo de ser incorporada hegemonicamente na pauta de decisões dos diferentes setores da sociedade.

Essa noção de Desenvolvimento Sustentável, presente nas agências governamentais no Brasil, na legislação referente ao meio ambiente e principalmente nos projetos implementados pela iniciativa privada e pelo próprio Estado quando lida com a exploração dos recursos naturais é objeto de polêmicas e questionamentos. Intensas e fundamentadas são as críticas aos seus princípios, chegando a classificar o Desenvolvimento Sustentável como um “mito”⁴¹⁰, dada a sua tentativa de compatibilizar questões tão opostas.

⁴⁰⁹ Esses organismos podem ser peixes (piscicultura), moluscos (malacocultura), camarão em viveiros (carcinicultura), algas, (algicultura), rãs (ranicultura) ou jacarés.

⁴¹⁰ Entre tantas críticas, Gilberto Montibeller Filho, coordenador do Núcleo de Economia Ambiental e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal de Santa Catarina, em **O Mito do Desenvolvimento Sustentável**, considera que as proposições ambientalistas conservadoras do sistema do mercado impossibilitam que sejam concretizadas melhorias nas condições sociais e ambientais no presente (intra) e no futuro (intergeracional) e ainda para todos os países do mundo. Segundo ele, o Desenvolvimento Sustentável é um mito, compreendendo dupla dimensionalidade: o caráter universal, ao contemplar a reflexão, pela maioria dos povos – do mundo capitalista ou não –, de uma condição de equidade socioeconômica e ambiental desejada, dando elementos para a construção de projeto civilizatório em diferentes culturas e norteador de práticas sociais conflituosas. O autor percebe na sociedade capitalista apresentada com limites claros em concretizar ideais

Sua implementação é, ao que parece, um meio de construir uma concepção hegemônica sobre a possibilidade de amenizar os conflitos entre os interesses do capital na produção e os limites existentes na exploração dos recursos naturais. Nesse intuito, até mesmo a noção de um "Capitalismo verde" foi forjada, significando "as transformações reais operadas no capitalismo contemporâneo no sentido de promover um movimento simultâneo de adaptação à nova divisão internacional do trabalho, ao reordenamento de natureza política, às reconfigurações nas relações Estado-Mercado"⁴¹¹, num processo que Elder Andrade de Paula denomina de "Ecologização do capitalismo".

Segundo o *Dossiê Acre: o Acre que os mercadores da natureza escondem*, documento produzido pelo Conselho Indigenista Missionário apresentado na Cúpula dos Povos, no Rio de Janeiro, em 2012, este conceito de Desenvolvimento Sustentável foi consagrado pela Organização das Nações Unidas (ONU) num relatório publicado em 1987 sob o título "Nosso Futuro Comum", com a justificativa de que meio ambiente e crescimento econômico podem e devem ser vistos como elementos não conflitantes. De acordo com Elder Andrade de Paula o modo como a Conferência das Nações Unidas "articulou a ideologia do "desenvolvimento sustentável" com a sua tradução material, a "economia verde", logrou efetivamente dirimir as dúvidas sobre eventuais antagonismos entre ambos"⁴¹².

Assim, a partir desse momento, no Brasil, toda a tendência ecológica e ambientalista que se solidificava nas ações governamentais através de pressões advindas de diversos setores da sociedade foi sendo confrontada e minimizada nos anos posteriores. O documento ressalta que aí se iniciou um processo de reformulação do discurso ambientalista, adaptando-se gradativamente aos interesses dominantes e afastando-o da ideia de uma mudança paradigmática⁴¹³.

socialmente construídos. Cf. MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. 2ª Ed. Santa Catarina: editora da UFSC, 2004, p. 292. Seguindo essa mesma idéia, há compartilhada por um conjunto de textos publicados em *A Dificil Sustentabilidade: Política Energética e Conflitos Ambientais*, especificamente no texto de Carlos Renato Mota, ao ressaltar que, no modelo de desenvolvimento globalizado em que vivemos, no qual os países desenvolvidos têm forçado os países subdesenvolvidos a abrirem suas economias e aumentarem suas exportações, o caminho que tem sido mais adotado por esses países é o uso dos seus recursos naturais para aumentar suas exportações, como é o caso do Chile, concentrando-se principalmente na exportação de cobre, frutas, pesca, etc. Assim, segundo o autor, há uma incompatibilidade entre os ajustes advindos da globalização com a sustentabilidade a longo prazo. Cf. MOTA, Carlos Renato. As principais teorias e práticas de desenvolvimento. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **A Dificil Sustentabilidade: Política Energética e Conflitos Ambientais**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 27-40.

⁴¹¹ PAULA, Elder Andrade de. Entre selvas – capitalismo verde, hegemonia e contra-hegemonia. In: PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sônia Regina de. (orgs.). **Sociedade Civil: ensaios históricos**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2013, p. 103.

⁴¹² Ibidem., p. 104.

⁴¹³ CONSELHO Indigenista Missionário. **Dossiê Acre: o Acre que os mercadores da natureza escondem**. Documento Especial para a Cúpula dos Povos. Rio de Janeiro. 2012. p. 14.

Essa ideologia foi inserida no setor pesqueiro através da implementação da Lei nº11.959, de 29 de Junho de 2009, que criou a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, revogando a Lei da Pesca de 1967 e a Lei nº 7679, a qual dispunha sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução, de 1988. O Governo Federal, ao estabelecer esse tipo de desenvolvimento como fundamento ideológico para as políticas implementadas no setor da pesca, revela de forma direta que os recursos naturais (no caso da pesca no rio São Francisco, o peixe) são vistos como fonte de riqueza, uma vez que dele é garantido uma “otimização dos benefícios econômicos decorrentes” (art. 1º, I) do uso sustentável do setor pesqueiro. Esse Desenvolvimento Sustentável na atividade pesqueira é previsto mais claramente mediante algumas práticas elencadas no artigo sétimo da Lei nº 11.959, tais como:

- I – a gestão do acesso e uso dos recursos pesqueiros;
- II – a determinação de áreas especialmente protegidas;
- III – a participação social;
- IV – a capacitação da mão de obra do setor pesqueiro;
- V – a educação ambiental;
- VI – a construção e a modernização da infraestrutura portuária de terminais portuários, bem como a melhoria dos serviços portuários;
- VII – a pesquisa dos recursos, técnicas e métodos pertinentes à atividade pesqueira;
- VIII – o sistema de informações sobre a atividade pesqueira;
- IX – o controle e a fiscalização da atividade pesqueira;
- X – o crédito para fomento ao setor pesqueiro⁴¹⁴.

No ano de criação da SEAP/PR, 2003, o presidente Lula, no seu discurso de abertura da Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, realizada não por acaso no Centro de Treinamento da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), na cidade de Luziânia, Goiás, deixou um recado bem claro para os políticos, empresários e lideranças da sociedade civil quanto às principais diretrizes do setor pesqueiro do seu governo, reforçando essa noção de sustentabilidade:

(...) Pela primeira vez na história do nosso país, os setores pesqueiro e aquícola foram chamados a discutir as políticas públicas num encontro nacional. Agora, 1046 delegados deverão discutir e aprovar as diretrizes para uma efetiva política de desenvolvimento sustentável para a pesca e a aquíicultura no Brasil. O Brasil tem uma enorme potencialidade para o desenvolvimento da pesca e da aquíicultura, em virtude de suas excelentes condições climáticas, ambientais e geográficas. Possuímos uma costa de 8 mil e 500 quilômetros de extensão e uma zona econômica exclusiva com mais de 3 milhões e 500 mil quilômetros quadrados, correspondendo à metade de nosso território em área marítima. Na área continental, o país detém

⁴¹⁴BRASIL. Presidência da República. **Lei 11.959**. 29 de Junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm >; acesso em 18 mai 2014.

cerca de 12% da água doce disponível no Planeta. Ora, esse conjunto de potencialidades extremamente favoráveis contrasta radicalmente com a situação estrutural e social em que se encontram os setores aquícola e pesqueiro. Nossa pesca e produção em cativeiro mal chegam a um milhão de toneladas por ano. Países como o Peru, Chile, Argentina e México, que não possuem potencialidades naturais comparáveis às nossas, apresentam uma produção de pescado muito superior à nossa. A aquícultura em nosso país tem crescido a médias surpreendentes de 25% ao ano. Contudo, nossa produção em cativeiro ainda não alcança 300 mil toneladas anuais, muito inferior a países como a China, por exemplo, que produz milhões de toneladas por ano. (...) A criação da Secretaria Nacional de Aquícultura e Pesca e as iniciativas já adotadas têm sinalizado aos segmentos produtivos que um novo período se abre para investimentos e dinamização da produção.⁴¹⁵

A importância dada ao setor da aquícultura se fundamenta, no discurso do governo, como uma forma de favorecer o peixamento⁴¹⁶ dos rios e lagoas, minimizando a diminuição das diferentes espécies existentes e os diversos impactos ambientais. No entanto, na atenção dada à piscicultura como setor produtivo industrial, dentro de uma lógica capitalista, impactos diretos são gerados na vida dos pescadores artesanais. Isso porque, ao viabilizar o atendimento de crescimento econômico e produtividade há algum tempo demandado pelo Estado e pela iniciativa privada, também minimiza a valorização que há tanto tempo a pesca artesanal vem reivindicando.

Além da alta produtividade de peixes ser um grande atrativo do setor da aquícultura, outra vantagem é a dispensa do uso de combustível para movimentar os barcos, como ocorre na pesca artesanal, visto que se dá em grande parte nos tanques-rede, exigindo, apenas, tecnologia e conhecimento por parte daqueles que manejam o crescimento dos peixes⁴¹⁷. Todavia, o interesse industrial pela aquícultura no Brasil tem um reflexo negativo na pesca artesanal, visto que os meios de produção existentes na piscicultura desconsideram e até contrariam o sistema produtivo da pesca artesanal, o conhecimento acumulado pelos pescadores, as formas de captura, etc. Valêncio tem uma visão crítica a esse modelo de produção pesqueira:

⁴¹⁵BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Imprensa e Divulgação. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da Conferência Nacional de Aquícultura e Pesca.** Centro de Treinamento da CNTI – Luziânia-GO, 25 de novembro de 2003. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/2o-semester/25-11-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-abertura-da-conferencia-nacional-de-aquicultura-e-pesca>>; acesso em 19 set. 2014.

⁴¹⁶No caso da região do Médio São Francisco, o primeiro peixamento ocorreu na cidade de Três Marias, com a construção da Estação de Hidrobiologia e Piscicultura, obra iniciada pela CODEVASF em 1978 e concluída em 1979. Com o objetivo de estudos e produção de espécies de alevinos de maior valor comercial, diversos projetos com a mesma característica têm sido desenvolvidos pelo país. Cf. BRASIL. Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. Primeiro Peixamento do Rio São Francisco, p/ Repovoamento com Espécies Naturais. Unidade de Três Marias. Estação de Hidrobiologia e Piscicultura. 1ª Diretoria Regional Montes Claros. Três Marias-MG, s/d.

⁴¹⁷SUDEPE. **A pesca no Brasil.** Brasília-DF. s/d. Fotocópia, p. 20-21.

Ao assentar-se numa racionalidade industrial que minimiza e estreita a compreensão dos fatores ecossistêmicos imbricados na introdução de espécies – sobretudo das não nativas – em braços de rios e nas represas, nega-se quaisquer competências prévias advindas dos saberes tradicionais da pesca, desde os elementos cognitivos, as habilidades corporais e técnicas até as relações de solidariedade e partilha. Assim, apresenta-se como uma alternativa que pressupõe no trabalhador que se quer absorver um estado tal de ignorância que, ao fim, é o que justifica toda a domesticação cognitiva, corporal, técnica e social da qual se expropriará o valor oriundo do trabalho alienado⁴¹⁸.

Na contramão de uma maior valorização dos modos de vida e de trabalho dos pescadores artesanais, já que no lugar destes demanda-se mais a atividade de técnicos e monitores dos tanques, a produção aquícola tem recebido grande atenção pelo governo. O gráfico da figura 13 mostra que a década de 1990 marcou o fortalecimento deste setor, com uma produção crescente tão significativa quanto a da pesca artesanal. No Vale do São Francisco, a CODEVASF e o DNOCS têm realizado centenas de projetos no setor de piscicultura, como são os casos da Estação de Piscicultura em Bebedouro-PE, Bocaina-PI, Janaúba-MG, Xique-Xique-BA, dentre outros. Em São Francisco uma grande estação de piscicultura chegou a ser projetada⁴¹⁹, segundo o planejamento dos governos municipal e estadual, a intenção era que essa estação produzisse 2.600 toneladas de peixes para criação, que posteriormente seriam transferidos para 10 municípios das margens do rio São Francisco. No entanto, devido a falhas na gestão dos recursos, as obras estão paradas⁴²⁰. (FIGURA15).

⁴¹⁸VALÊNCIO, Norma. **Pescadores do rio São Francisco: a produção social da inexistência**. São Carlos: Rima, 2007, p. 102.

⁴¹⁹ O projeto inicial da Estação de Referência de Piscicultura em São Francisco, com a denominação de Projeto Redes de Aquicultura, aprovado pelo DNOCS, foi na ordem de R\$ 5.000.000,00, sendo que só foram gastos R\$ 1.000.000,00, utilizados em remanejamento de terra, construção de tanques no local onde será implantado, ao lado da Estação de Tratamento de Esgoto - ETE no Bairro Sagrada Família. O valor gasto está sendo auditado. Até o momento as obras estão paradas. Cf. SÃO FRANCISCO. **Prefeitura convida pesquisadores para atuarem em Projeto de Piscicultura**. Disponível em <<http://www.prefeituradesaofrancisco.mg.gov.br/prefeitura-convida-pesquisadores-para-atuarem-em-projeto-de-piscicultura/>>; acesso 05 set. 2014.

⁴²⁰O Jornal Estado de Minas, em 26 de janeiro de 2012, publicou uma matéria intitulada “CGU cobra devolução de verba parada há 10 anos no Norte de Minas”. Na reportagem o jornal aponta que a construção da Estação de piscicultura em São Francisco a cargo do DNOCS não saiu da terraplanagem, iniciada em 2007, e gerou passivo de R\$1 mi para a Prefeitura de São Francisco. A reportagem denuncia o desperdício do dinheiro público, falhas na prestação de contas e a falta de gestão do DNOCS. Disponível em <www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/01/26/interna_politica,274375/cgu-cobra-devolucao-de-verba-parada-ha-10-anos-no-norte-de-minas.shtml>; acesso 22 set 2014.

FIGURA 15- OBRAS DA ESTAÇÃO DE PISCICULTURA EM SÃO FRANCISCO PARADAS DESDE 2007: SOLUÇÃO OU OBSTÁCULO PARA O PESCADOR ARTESANAL?



Fonte: Arquivo pessoal de Roberto Mendes Ramos Pereira. 2013.

Esses projetos e empreendimentos em momento algum têm colocado as condições de vida e de trabalho do pescador artesanal e, portanto, sua sobrevivência, no foco das atenções. São discussões e disputas no âmbito das instituições e do mercado e com objetivos bastante claros: o aumento da produção pesqueira, a economia advinda desses setores e o escoamento dessa produção. No projeto da Estação de Piscicultura em São Francisco (Projeto Redes de Aquicultura), a justificativa ambiental para sua realização, focalizando a produção, a geração de emprego e renda e a conciliação entre desenvolvimento e preservação ambiental, parece anunciar uma transformação radical da vida e do trabalho dos pescadores artesanais de São Francisco, uma vez que a tecnologia é incorporada em detrimento dos saberes desses pescadores:

Baseado nessa crescente demanda pela atividade [aquicultura] e no exorbitante decréscimo na produção de pescado de origem extrativista nos últimos 15 anos, surge como necessidade urgente a prática de ações concretas no que se refere à revitalização dos rios, ações estas que aliadas à tecnologia de peixamentos e da aquicultura com a utilização dos recursos naturais observando-se a convivência harmônica entre o homem e o meio ambiente, contribuirá significativamente para melhoria das condições socioeconômicas da região, através da geração de empregos e rendas, demonstrando assim que é possível conciliar desenvolvimento com preservação e conservação do ecossistema. O PROJETO REDES DE AQUICULTURA busca estruturar um sistema produtivo regional de pescado, organizado em forma de rede, possibilitando a geração de emprego e renda,

contribuindo para o desenvolvimento sustentado e inclusão social abrangendo toda a região do Alto-Médio e Médio São Francisco em Minas Gerais⁴²¹.

A análise preliminar do projeto dessa obra, suas justificativas e os objetivos propostos a médio e longo prazos, dão a ideia de um discurso até certo ponto coerente, principalmente levando-se em consideração as condições sociais e econômicas da cidade e da região. Porém, antes mesmo de se iniciar a obra, , um estudo sobre a viabilidade econômica e a cadeia produtiva da piscicultura da região do Médio São Francisco já apontava, em 2002, outra direção. Esse estudo fora elaborado pela EMATER, com a colaboração de diversas prefeituras da região; e apesar de mostrar o anseio de muitos produtores rurais em ingressar nessa atividade, ressaltou diversos fatores presentes na região que tornavam o projeto inviável. Segundo o estudo,

A população da região constitui-se num pequeno mercado consumidor, sendo incompatível com o potencial da produção de pescado, havendo necessidade de escoar a produção para outros mercados. Os piscicultores da região declaram que a renda da atividade não é satisfatória (74% das respostas). Os grandes problemas enfrentados na atividade, segundo os próprios entrevistados, são, em ordem de importância, os preços dos insumos, as dificuldades na comercialização, as perdas excessivas de produção e as estradas malconservadas.⁴²²

Tanto as questões que colocam a aquicultura no centro das preocupações governamentais, quanto as anteriormente abordadas, relativas às preocupações ambientais (fiscalização, etc.), parecem ter colocado os pescadores artesanais numa condição de vulnerabilidade. Isso porque de um lado veem seu trabalho regulamentado, fiscalizado, e de outro sentem que os seus conhecimentos e habilidades, enquanto pescadores artesanais, cada vez mais estão perdendo espaço para os conhecimentos técnicos e ações de manejo nos tanques-rede. Neste processo, ou se adequam à lógica capitalista de produção, aprendendo os conhecimentos técnicos para lidarem com os tanques da piscicultura, ou são colocados em segundo plano, numa crescente desvalorização do seu trabalho.

Outro aspecto que parece desconsiderar o trabalho e a vida dos pescadores artesanais relaciona-se ao projeto de Transposição do rio São Francisco. Somado aos empreendimentos de geração de energia elétrica, com a criação de usinas hidrelétricas ao longo do rio, as irrigações e aproveitamento de suas águas para produção agrícola em larga escala, geralmente beneficiando grandes empresas atacadistas, o projeto de Transposição é

⁴²¹SÃO FRANCISCO-MG. Prefeitura Municipal de São Francisco-MG. **Relatório de Controle Ambiental-RCA**. Atividade: Projeto Redes de Aquicultura. Jun.2007, p. 3.

⁴²²MINAS GERAIS. EMATER-MG. **Estudo de viabilidade econômica e da cadeia produtiva da piscicultura da Região do Médio São Francisco**. Januária: EMATER, Abr.2002, p.16 e 23.

mais uma amostra das ações estatais em parceria com a iniciativa privada que tem dificultado a sobrevivência dos pescadores artesanais.

A ideia de transpor parte da água do rio São Francisco não é nova. Tendo como principal justificativa a minimização dos efeitos dos períodos de seca no sertão nordestino, diversos governos já tentaram implementar esse projeto, desde o século XIX, com Dom Pedro II⁴²³. Apesar disso, apenas ao final do século XX e, mais concretamente, no início do século XXI é que a proposta tem sido colocada com maior intensidade na pauta de ações governamentais, sendo denominada como Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Segundo a proposta do Ministério da Integração Nacional, em 2003, o projeto tem como objetivo a construção de dois eixos principais⁴²⁴ pelos quais pretende desviar parte das águas do São Francisco. É um projeto que tem gerado inúmeras críticas, tanto no meio político quanto na sociedade civil desencadeando uma infinidade de manifestações em defesa do Rio São Francisco. Coelho aponta quatro fatores polêmicos existentes nessa proposta:

- 1 - O projeto fundamenta-se numa análise equivocada diante do problema das secas e da realidade do semiárido, mostrando que as razões apresentadas pelo projeto governamental, se prendendo erroneamente a motivos climáticos, não fazem qualquer referência à responsabilidade dos fatores sociais, econômicos e políticos pela situação em que se encontra a grande massa dos nordestinos, que sobre com uma oligarquia construtora do que se chama de “indústria da seca”.
- 2 – Vultuosos recursos públicos serão investidos apenas para beneficiar um pequeno grupo de privilegiados: um pequeno grupo de proprietários de terras, firmas de consultoria envolvidas na elaboração de planos, empreiteiras, empresas de fornecimento de equipamentos para a execução do projeto, produtores de camarão e proprietários de projetos de irrigação.
- 3 – Esse desvio de parte das águas do São Francisco será prejudicial às populações ribeirinhas e nocivo ao desenvolvimento das unidades da Federação banhadas pelo rio, com impactos ambientais e falta de água para tais populações.
- 4 – A conduta do governo, ao tentar impor esse projeto, é claramente autoritária e viola a legislação existente sobre a gestão de recursos hídricos, recebendo, por isso,

⁴²³De acordo com a pesquisa de José Vieira Camelo Filho-Zuza, *Rio São Francisco, Problemas e Soluções: uma questão de políticas públicas*, citando o estudo *Economia Política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento*, de Otomar de Carvalho, os primeiros estudos a respeito da transferência de água do rio São Francisco para outras bacias do semiárido foram realizados por Antônio Marco de Macedo. Sua divulgação ocorreu pela primeira vez em 1847 quando Macedo era suplente de deputado pela Província do Ceará e apresentou esse trabalho ao Governo Imperial, no Rio de Janeiro. FILHO-ZUZA, José Vieira Camelo. **Rio São Francisco, Problemas e Soluções: uma questão de políticas públicas**. Tese (Doutorado). Programa De Pós-Graduação de Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP, Campinas, 2005, p. 323.

⁴²⁴O Eixo Norte, com a captação próxima a Cabrobó, aduzindo água para as bacias do Brígida (PE), do Salgado (CE), do Jaguaribe (CE), do APODI (RN), do Peixe e Piranhas-Açu (PB e RN), tendo aproximadamente 402 quilômetros de canais artificiais, quatro estações de bombeamento para elevar as águas a uma altitude de 165 metros, 22 aquedutos, seis túneis e 26 reservatórios de pequeno porte e duas pequenas hidrelétricas. E o Eixo Leste, com a captação na barragem de Itaparica, levando água para as bacias do Moxotó (PE) e do rio Paraíba (PB), tendo aproximadamente 220 quilômetros, com cinco estações de bombeamento para elevar as águas a uma altitude de 304 metros, cinco aquedutos, dois túneis e nove reservatórios de pequeno porte. Cf. COELHO, Marco Antônio T. *Os descaminhos do São Francisco*. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p.183.

denúncias diversas e uma intensa oposição por parte do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, já que o projeto tem sido desenvolvido sem uma prévia e democrática discussão.⁴²⁵

Filho-Zuza também ressalta que o desvio de água do São Francisco com o objetivo de matar a sede do sertanejo nordestino deveria ser festejado por todos, mas com o quadro social, político e econômico aí existente, essa meta encontra muitos empecilhos para ser alcançada. Segundo o autor, a obra deveria ser acompanhada por decisões mais globais por parte do Estado, como a alteração da estrutura fundiária para possibilitar o acesso à terra a um número maior de pessoas possível, que se assegure que as águas atendam a toda população e não apenas a uma minoria, a implementação de uma gestão política com a participação da sociedade para melhorar o uso e o consumo dos recursos hídricos, bem como a implantação de uma política de educação ambiental ligada ao sistema educacional existente⁴²⁶.

Além dessas críticas e propostas, o fato de a produção desta pesquisa ter ocorrido entre os anos de 2011 e 2015, período em que as populações ribeirinhas do São Francisco, bem como o Norte de Minas e outras partes do país, sofreram os reflexos de duas das maiores secas dos últimos tempos (2012-2013 e 2014), possibilita pensar que a obra da Transposição do rio São Francisco é um contrassenso. O senhor Ranulfo, referindo-se ao tempo em que trabalha e vive no rio São Francisco, ressaltou que, nos seus mais de oitenta anos de vida, nunca viu o “Velho Chico” da forma como está hoje (FIGURA 16), assoreado, sem vazão, com água poluída e, principalmente, sem meios para que o peixe se desenvolva.

Neste ano de 2014, a imprensa como um todo, local, regional e nacional, tem mostrado a agonia do rio São Francisco, tendo seu leito aterrado, suas margens completamente desmatadas e até os afluentes secando, ora referindo-se “às ações do homem”, ora à falta de chuva como responsáveis por esse quadro. Contudo, observo uma certa omissão dessa imprensa, quando nem sempre aborda os aspectos da histórica exploração pela qual o rio e suas populações ribeirinhas vem passando em função de interesses econômicos específicos do Estado e dos setores produtivos.

⁴²⁵COELHO, Marco Antônio T. **Os descaminhos do São Francisco**. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p.183-207.

⁴²⁶FILHO-ZUZA, José Vieira Camelo. **Rio São Francisco, Problemas e Soluções: uma questão de políticas públicas**. Tese (Doutorado). Programa De Pós-Graduação de Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP, Campinas, 2005, p. 314.

FIGURA16 - PESCADOR ARTESANAL NO SEU TRABALHO NO RIO SÃO FRANCISCO ASSOREADO. SÃO FRANCISCO-MG⁴²⁷.



Fonte: Arquivo Pessoal de Roberto Mendes Ramos Pereira. Set. 2014.

Retomando as proposições abordadas nesse tópico (a dinamização do setor produtivo pesqueiro em torno da aquicultura, a transposição do rio São Francisco implementada pelo Estado e a sustentação ideológica para tais intervenções) percebo, tendo Gramsci como referência, que na confluência entre os esforços da “Sociedade Política” e da “Sociedade Civil” no sentido de dinamizar a piscicultura no Brasil como um setor produtivo em escala industrial, a conquista pela hegemonia tem se dado através da formação de consensos em torno dessa questão, em detrimento dos modos de vida e do trabalho dos pescadores artesanais. Na difusão e solidificação da aquicultura, enquanto setor produtivo nacional, noto que, conforme Mendonça “a hegemonia de uma classe se fortalece com sua capacidade de organizar e dirigir o consenso dos subalternos, e, para isso, contribui fortemente o papel do Estado restrito”⁴²⁸.

Considerando a ideia Thompson de que “até o protesto pode vir a ser legitimado nos termos do sistema dominante apropriando-se de sua retórica e chegando a conferir-lhe um novo propósito”⁴²⁹, fica evidente que a institucionalização do pescador artesanal em grande

⁴²⁷ Fotografia registrada região norte da cidade, próximo ao bairro Sagrada Família.

⁴²⁸ MENDONÇA, Sônia Regina de. Sociedade civil em Gramsci – venturas e desventuras de um conceito. In: PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sônia Regina de. (orgs.). **Sociedade Civil: ensaios históricos**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2013, p. 19.

⁴²⁹ THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In: ____ **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. NEGRO, Luigi; SILVA, Sérgio (orgs.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 261.

parte compôs todo o processo de transformações pelo qual os pescadores foram sendo inseridos numa lógica capitalista hegemônica, gerando alterações no seu modo de vida e de trabalho. Assim, as abordagens deste capítulo corroboram que a sobrevivência desses pescadores, quando não sob o peso da subserviência, tem se dado a partir de ações, pensamentos e sentimentos que, mesmo vivenciados como resistência, evidenciam outras formas de (sobre)vivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro salto do peixe no rio é a piaba, as piabas fazem “zaaaaaaa...”. Depois caba as piabas, vêm os piauzinho, que pula assim, ó. Enche canoa e as mulheres tinha os tachos e panhava aqueles bandos de peixinhos e fervia e botava no fogo e tirava aquele óleo. Aquele óleo servia era pra lumiar, era os candieiros, tinha os candieiros que fazia de barro. De barro, as mulheres fazia aqueles candeião de barro e enchia de banha e fazia um pavio deste tamanho assim. Jogava dentro daquele candieiro e derrubava o litro de óleo ali dentro, então aquilo ali lumiava a noite inteirinha se quisesse. E então depois do piauzinho e vêm a ribada das curimatá, na ribada das Curimatá ninguém passa no rio porque tava sujeito delas matar a gente e que saía assim “braaaaaa...” Aquele mundo saltando “tabatabatabataba...”. É.. depois que passava as curimatá e vinha a ribada do surubim. O surubim, ó, tomava de cá e ficava tudo em cima da água, assim ó, subindo, subindo a água, assim ó, subindo rio acima, tudo com o esporão assim ó, os esporões tudo de fora da água. Tudo bem em cima da água assim ó, eles toma conta de um lado e do outro só de peixe, cê ficava assim ó, eu sentava no barranco do rio e ficava só assuntando aquele serviço e vinha aquele mundo que tomava o rio, só surubim tudo subindo rio arriba. Depois vinha as ribada do mandim, o mandim vermelho, também com o esporão tudo de fora, subia até terminar a ribada dos peixes tudo. Aí era com fartura meu senhor, tinha era com fartura, não era como hoje não, que dá o que fazer pra nego achar um peixe pra comer, hoje dá o que fazer e os pescadores já morreram tudo, tá acabando tudo. Tá uma mulecada aí que não sabe nem o que é pescaria. Não sabe nem o que é pescaria.⁴³⁰

Ao finalizar este estudo sobre as formas de sobrevivência dos pescadores artesanais do São Francisco, de modo específico que moram na cidade de São Francisco, utilizo-me da fala do senhor Binú. Não porque é o mais ancião dos meus entrevistados, mas em razão de, em poucas palavras, expressar, além de uma sabedoria acumulada pelas vivências no “Velho Chico”, uma realidade permeada de saudosismo, revolta e tristeza. Sabedoria vinda de um tempo em que, na ausência de energia elétrica, o óleo dos peixes do São Francisco era utilizado para acender os pavios das lamparinas nas moradias ribeirinhas. Saudade das “ribadas” de surubins, mandins, piau, dentre tantos outros peixes. Revolta por atualmente os pescadores mais experientes estarem morrendo, ficando apenas jovens pescadores sem tanta experiência, e, por fim, tristeza, por perceber, no auge de sua idade centenária, que o tempo de fartura de peixes no rio São Francisco ficou no passado. Não somente o senhor “Binú”, mas todos os pescadores e pescadoras com os quais tive contato me fizeram entender, a partir de suas vivências, escolhas, medos, sonhos e projetos, o processo histórico vivenciado por essa categoria nas últimas décadas.

⁴³⁰ Entrevista realizada com Benedito Dionísio da Silva, pescador aposentado, 103 anos, no dia 06 de agosto de 2013, em sua residência em Januária-MG.

Apesar disso, da mesma forma que ocorre com muitos pesquisadores ao final dos seus estudos, também eu não sei se o que por hora apresento é um trabalho sem imperfeições, capaz de satisfazer ao gosto da academia e dos críticos. Talvez seja preciso cortar excessos, ajustar a lente investigativa e que possivelmente possa ter tornado o olhar meio desfocado. Não avalio essa minha dúvida de toda, problemática. Sua emergência na conclusão deste estudo indica que as análises aqui tecidas não configuram como um encerramento sobre as questões relativas à história dos pescadores artesanais de São Francisco. Jamais tive tal presunção. Se tomasse esse rumo, com certeza, além de significar uma falta de respeito à continuidade intelectual, esta pesquisa estaria na contramão da natureza provisória e exploratória inerente a toda teoria⁴³¹. Nessa direção, a partir da percepção de que as narrativas desses pescadores estavam ausentes em muitas fontes coletadas em São Francisco, busquei, apenas, contribuir para que, na contramão das alusões folclóricas recebidas dos memorialistas ou da imprensa local, “outras histórias” desse grupo fossem conhecidas. Além disso, tive a intenção de provocar, promover novas frentes de discussão, desvelar outras perspectivas desconsideradas por quem até então tentou construir a memória da cidade. Assim, na urdidura do fazer histórico, confrontando teoria e pesquisa, elenco o que considero neste estudo como aspectos qualificadores, falhos e, ainda, como encaminhamentos para novas discussões.

Primeiramente, entendo que escrever sobre as formas de sobrevivência dos pescadores artesanais numa conjuntura em que as condições de trabalho (pesca) se dão sob o peso de inúmeras pressões (seca, rio assoreado, falta de peixes, crescente aumento do número de pescadores, etc.) significou uma experiência bastante complexa. De formas múltiplas e diversas, “vozes” me davam a conhecer as condições de vida e de trabalho desses trabalhadores da pesca: jornais impressos, revistas, sítios da internet, telejornais, representantes de colônias de pescadores, órgãos governamentais e os próprios pescadores. Assim, o desafio inicial foi tornar essa disponibilidade de fontes um aliado, pois o risco de ter as vistas ofuscadas por tantas informações existia.

Para superar tal desafio, a adoção de um olhar totalizante sobre os pescadores artesanais foi fundamental, já que associar os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais presentes em suas vidas mostrou-se uma tarefa salutar dados os seus resultados. Neste exercício, foi possível perceber que suas ações, pensamentos e sentimentos, dentro e fora do rio, formam um complexo universo de vivências, de experiências. Através da compreensão de que esses aspectos (econômico, social, político e cultural) se influenciam

⁴³¹ THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 186..

recíproca e continuamente notei que a sobrevivência desses pescadores e de suas famílias não se sintetiza na ingestão de alimentos. Ela se dá de múltiplas e variadas formas, e em diferentes espaços: na pesca, na vazante, nos “bicos” para complementar a renda, em sua inserção à Colônia de Pescadores, etc. Nesta pesquisa, focalizar ao longo do texto as pressões econômicas vivenciadas pelos pescadores, contrastando aspectos como fartura e escassez, falta de políticas públicas e sua emergência no universo pesqueiro, não significou assumir o determinismo econômico do marxismo ortodoxo, mas, uma escolha fundada na compreensão de que a economia condiciona o âmbito das alternativas que se colocam à ação do sujeito⁴³².

Tendo tal condicionante como pressuposto, entendi que as transformações ocorridas nas últimas cinco décadas na vida dos pescadores artesanais de São Francisco e do Médio São Francisco foram resultados de um processo mais amplo. Implementados a partir da união de esforços do Estado e de setores produtivos (energia, agricultura, comércio, etc.) os projetos de desenvolvimento econômico na segunda metade do Século XX e início do XXI impactaram diretamente nos modos de viver e de trabalhar dos pescadores aí existentes. As articulações feitas com o objetivo de legitimarem e legalizarem esses projetos evidenciaram dois fatores em torno dessas transformações da vida ribeirinha. Primeiro, mostrou que o rio São Francisco cada vez mais tem se tornado espaço de disputa entre os que deles fazem uso. Órgãos governamentais, iniciativa privada, movimentos ambientais, pescadores, areeiros, vazanteiros, dentre outros, a todo instante se confrontam na busca pelo acesso e pelo direito de uso do rio. E em segundo, esses confrontos, em geral, são resolvidos ou pela ação coercitiva do Estado, implementando regras, leis e com o uso da violência, ou pela sutil articulação de consensos na sociedade civil, com forte participação da mídia, da imprensa e de outros setores; ou ainda das duas formas paralelamente, de modo a minar as forças de luta e de resistência por parte dos pescadores artesanais. A percepção do processo histórico em que os pescadores artesanais tiveram seus modos de vida e de trabalho “engolidos” por uma lógica capitalista hegemônica nas últimas décadas foi, portanto, um avanço que a investigação histórica me proporcionou desde o início deste estudo.

Discutir o processo de institucionalização dos pescadores artesanais mostrou-se também atividade das mais significativas. Eu estava ciente de que, adentrar nas abordagens sobre a temática das Colônias de Pescadores, era pisar num terreno pantanoso e cheio de polêmicas, dadas as questões relativas às denúncias quanto à presença de falsos pescadores que se inserem na entidade apenas para receber os benefícios do governo. O risco de ameaças

⁴³² COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 97.

e intimidações para a não realização deste estudo existia, apesar de que em momento algum foi objetivo investigar quem era ou não pescador no interior dessa entidade. No entanto, ter contato com fontes que me mostraram a existência desses casos em todo o país me fez pensar não só no quão precária é a organização de muitos delas, proporcionando arbitrariedades e desmandos de toda ordem, mas também nas lacunas existentes nas leis que a regem, permitindo a reeleição de gestores de modo contínuo e indeterminado.

A recente história política de São Francisco e de grande parte do Norte de Minas aponta o peso do mando, das ameaças e da perseguição política, velada ou explicitamente, uma de suas características. Acredito que, aliado às pressões econômicas existentes na busca pela sobrevivência abordadas principalmente nos dois primeiros capítulos, esse aspecto seja importante na compreensão de muitas Colônias de Pescadores, mostrando outros tipos de pressões: da dependência, da subserviência ou do medo de perderem seus benefícios. Assim, a conivência, o silêncio, a conveniência e a resignação, muitas vezes, acabam sendo comportamentos visíveis e legítimos, até hoje, por parte de uma significativa parcela da população, uma vez que o quadro de dependência econômica de muitos tem alimentado o poder de dominação de outros, numa relação aceitável, mas tensa por ambas as partes.

Dessa forma, noto que a Colônia de Pescadores Z-3, assim como tantas outras espalhadas pelo país, mesmo com toda importância expressa pelos pescadores, servindo-lhes de “porta de entrada” às políticas públicas dirigidas à categoria, ainda parece se mostrar com um sentido bastante limitado. A proposição contida no estatuto de que as Colônias são um movimento de trabalhadores da pesca, autônomos, protagonistas e como uma categoria capaz de fazê-los lutar coletivamente por seus direitos, em muitos aspectos parece não corresponder com a realidade, visto que as práticas constantemente reproduzidas evidenciam silenciamentos, relações verticalizadas e assistencialistas. Dessa forma, se por um lado as recentes políticas públicas têm representado um avanço significativo no que diz respeito à conquista de muitos direitos antes inexistentes, por outro, analisando o lugar social do pescador ao longo do século XX, tem se mostrado como um meio de auxiliar na sua sobrevivência como pescador artesanal, ao mesmo tempo em que, a meu ver, o mantém dependente dessas políticas.

Atualmente, há um abismo significativo entre o que a pesca é enquanto prática social, em que a vida dos pescadores se confunde com a própria ação laboral de pescar, e o que é a pesca enquanto objeto de gestão política ou como fonte de embates no campo dos direitos. A partir das abordagens feitas nos três capítulos, a impressão que me sobrevém é a de que a pesca e o pescador, nessas últimas décadas, têm se tornado muito mais um objeto de

discussão, “apropriado” em inúmeros embates no campo político e dos direitos, ou ainda elemento de um discurso elaborado tanto na fala dos próprios trabalhadores da pesca, quanto na dos gestores das políticas da pesca, do que campos de investimento real por parte do poder público nesse homem que depende da pesca para sobreviver. Isso parece tão claro que, no decorrer desta pesquisa, um fato que me chamou a atenção foi a inexistência de reuniões na Colônia de Pescadores durante o tempo da piracema (de novembro ao final de fevereiro), como se os problemas, as demandas e as angústias vivenciadas pelos trabalhadores, nesse período, não existissem, uma vez que estão recebendo o Seguro Defeso. A partir dessas colocações, percebo que o fim último dessa entidade são os benefícios/direitos oriundos do Governo Federal, servindo-se como instrumento estatal na arregimentação e controle desses pescadores, relegando, assim, para um plano secundário a luta pelo fortalecimento da categoria, por melhores condições de trabalho, pela preservação do meio ambiente e, principalmente, pela autonomia da entidade. Assim, o que à primeira vista parece ser um grande benefício “dado” aos pescadores artesanais, historicamente tem se mostrado como um instrumento de controle de suas ações, mudando apenas as formas.

Os diversos fatores expostos como causadores da transformação da vida e do trabalho dos pescadores artesanais diminuíram o potencial do rio São Francisco em garantir a sua sobrevivência. No entanto, ao passo que o peixe tem se tornado escasso e ano a ano o rio se mostra mais assoreado, um conjunto de normas foram criadas para regular a vida dos pescadores dentro e fora do rio. Assim, num paradoxo cada vez mais evidente, esses pescadores artesanais, vendo suas condições de pesca e o próprio peixe serem minimizados no São Francisco, parecem se constituírem muito mais uma instituição, presente nas leis dos Ministérios da Pesca, do Meio Ambiente, do Trabalho, do IEF, dentre outros, do que um profissional presente e atuante no cenário do rio São Francisco.

Apesar das especificidades entre as conjunturas que se deram, a situação dos pescadores artesanais de São Francisco em muito se assemelha à condição de trabalho dos operários ingleses do século XIX, pela qual Karl Marx elaborou sua noção de “trabalho estranhado”⁴³³. Isso porque, no processo de transformação por que passou o rio São Francisco nessas últimas cinco décadas, refletindo diretamente na vida e na prática laboral dos pescadores artesanais, estes parecem, a cada dia, estranharem o seu trabalho, desfigurado pela inserção de novas tecnologias, regulado por dezenas de leis e sendo inseridos numa lógica da produção do pescado (aquicultura), minimizando a prática da captura, ou seja, sua milenar

⁴³³MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo, Boitempo Editorial, 2004.

característica extrativista; além disso, esses pescadores cada vez menos têm reconhecido o produto do seu próprio trabalho (o peixe), não apenas porque os peixes têm mudado seus hábitos num rio desfigurado, ou porque espécies não originárias do São Francisco, como o tucunaré, foram aí inseridas, mas pela “vida própria” que o produto-peixe tem ganhado, valendo mais que o próprio trabalho do pescador. Em meio a uma conjuntura em que a água do rio e as matas que sustentam as fontes desse rio se veem exploradas por empresas privadas e públicas, e que em nome do capital e do lucro de alguns, são apropriadas, reguladas, os pescadores artesanais, homens e mulheres que nasceram e cresceram com tais riquezas naturais, acabam por serem estranhos ao seu próprio ambiente de trabalho. Nessa condição, para terem acesso ao ambiente que sempre “lhes pertenceu”, agora, para manterem a si e suas famílias, são compelidos a disputarem seu espaço neste rio São Francisco.

Entre as perdas e ganhos que esses pescadores tiveram nos últimos anos, analisando a trajetória feita por eles entre 1960 e 2014, fico com uma triste sensação de que sua profissão esteja, ano a ano, se extinguindo do cenário do rio São Francisco, aniquilada em seus modos de vida e transformada unicamente para o atendimento de interesses do capital e do Estado. Isso porque, além de todos os obstáculos e dificuldades já citados, e apesar da existência de alguns movimentos sociais em defesa dos pescadores artesanais, o que noto é que a entidade(Colônia de Pescadores) que, em tese, deveria ser o principal espaço de luta, de resistências e de conquistas em defesa de seus modos de vida, do seu trabalho e do meio ambiente e, portanto, da própria sobrevivência desses pescadores enquanto categoria, tem tido, contraditoriamente, um papel muito mais caracterizado como agência do Estado em sentido restrito, auxiliando-o na arregimentação, “organização”, controle e, portanto, na sujeição desses pescadores artesanais, incorporando-os numa articulação mercadológica junto ao setores capitalistas.

Percebo nas entrelinhas desse processo de diluição dos modos de viver e de trabalhar desses pescadores, que diversas empresas públicas e privadas têm buscado maquiar a realidade de exploração por que passam essa categoria. Por meio do financiamento de projetos sociais ou ambientais que “promovem,” a geração de renda, o desenvolvimento social ou a consciência ambiental dos pescadores, muitas delas têm conseguido se firmar ideologicamente sob a égide de “empresas cidadãs” ou mesmo como possuidoras de uma “responsabilidade social”. Cartazes, propagandas na mídia impressa e televisiva, folders, programas de “inclusão social”, camisetas e tantos outros meios são articulados para essas empresas passem despercebidas no processo de exploração e enriquecimento sobre as riquezas do ambiente de trabalho dos pescadores artesanais. Assim, esse processo de

desmantelamento dos modos de vida dos pescadores artesanais, percebido entre os anos de 1960 a 2014, tem sido constantemente reinventado, remodelado pelos setores capitalistas, revelando seu poder de construção de consensos que estabelecem noções hegemônicas em torno da prática pesqueira.

Apesar de que minha questão sempre foi pensar a sobrevivência dos pescadores artesanais, tendo a conjuntura social de São Francisco como pano de fundo, acredito que algumas lacunas tenham ficado neste estudo. Refiro-me a possibilidades de discussão que foram se abrindo ao longo da pesquisa e que exigiam uma resposta favorável ou não para inseri-las em minhas análises. O recuo diante desses novos caminhos foi necessário, visto que a objetividade e a concisão na escrita se mostravam como um imperativo. No rol de assuntos que foram se apresentando esteve a questão dos saberes e fazeres construídos pelos pescadores em suas vidas. Poderia me adentrar com maior profundidade nesse campo e explicar com mais detalhes as técnicas de pesca, identificar e comentar sobre cada instrumento de trabalho, bem como seus momentos nos bares, nas rodas de conversa, no jogo de futebol, etc. Porém, focar essas dimensões da vida do pescador proporcionaria um aspecto de abordagem cultural ao texto, tirando-me de certo modo a atenção que tinha em relação à sobrevivência no processo de transformação de suas condições de trabalho e vida.

Outra possibilidade de discussão era a utilização das Colônias de Pescadores como estratégia para alçar ao campo político-partidário. Ter em São Francisco um presidente de Colônia que conseguiu se eleger por três mandatos até agora, muito em razão de sua articulação com a entidade de pescadores, tornou-se, ao longo da pesquisa, um assunto provocador e que reclamava minha atenção. Cheguei a pesquisar no sítio do Tribunal Superior Eleitoral-TSE e perceber que outras Colônias espalhadas pelo estado de Minas Gerais e pelo Brasil também vivenciam a mesma situação, sendo geridas por agentes políticos. Essa linha de investigação foi um caminho possível, mas que também me encaminharia para outras discussões, redimensionando as abordagens sem, contudo, atender aos meus objetivos.

Enfim, pelas discussões, exposições, críticas e articulações teórico-metodológicas empreendidas neste estudo, finalizo minhas ponderações trazendo a proposta apresentada por Josep Fontana para a construção de um jeito de fazer história. Isso porque, na busca de minhas motivações iniciais para a elaboração desta pesquisa, há quatro anos, uma que mais perpassava meus interesses era a de escrever algo que fosse relevante, útil e pertinente ao tempo e ao lugar em que estou inserido, neste Norte de Minas e nas barrancas do São Francisco. O sentido deste estudo centra-se, assim, não apenas numa exigência acadêmica para se conquistar um título ou uma promoção profissional, mas, antes de tudo, um meio de

contribuir para a compreensão do mundo em que vivo, e principalmente para propor um modelo outro de sociedade que não este posto. Por suas palavras, tive o apoio necessário de sentir que minha escrita tem um papel social muito maior do que eu imaginava:

A tarefa imediata [do historiador] parece ser antes a de retirar a história dos esquemas em que foi apresada e utilizá-la para aprender como se formaram os mecanismos de exploração e como organizaram-se os homens para combatê-los, buscando novas escalas que não se estabeleçam em função dos avanços da tecnologia industrial, mas sim dos alcançados na satisfação das necessidades coletivas, incluindo nelas a da liberação de toda forma de opressão; recuperando caminhos cortados – programas fracassados, detratados e utopias-, porque nada nos garante que o que triunfou foi sempre o melhor, o que conduzia na direção do futuro desejável. (...) Só quando tenhamos destruído o velho mecanismo de relojoaria poderemos voltar a situar as peças de outro modo, explicando a evolução das sociedades humanas sem fazer de tal explicação um sortilégio adormecedor: uma profecia desmobilizadora. A mais urgente das tarefas parciais, hoje, é a de refazer a história do capitalismo, não como uma fase no desenvolvimento das forças produtivas, mas sim como uma etapa no das formas de exploração, de modo que nos ajude a entendê-lo melhor e a combatê-lo mais eficazmente, para substituí-lo por formas de organização social mais justas e mais livres, que garantam uma melhor satisfação das necessidades coletivas dos homens. Assim, a história deixará de ser conhecimento livresco para recuperar a sua legítima função de instrumento para a construção do futuro⁴³⁴.

Por fim, quero dizer que, mesmo tendo nascido em Taboão da Serra, estado de São Paulo; mesmo não tendo vivenciado profundamente experiências ligadas ao trabalho da pesca; mesmo tendo contato com os pescadores apenas nos momentos das entrevistas; ainda assim, acredito que nesses quatro anos em que li, refleti, juntei e sistematizei fontes, ouvi, registrei, comparei, analisei, penso que estou terminando este texto, da mesma forma que um artesão, com as roupas, o corpo e a alma marcados pelo material de trabalho. Tive no exercício da alteridade a experiência de vivenciar as angústias, os medos, as alegrias desses pescadores. Aprendi, sorri, temi, compartilhando sentimentos e olhares com cada um deles. Dialogar com pessoas com cinquenta, oitenta, cem anos de idade me inspirou considerá-los “senhores do rio”, possuidores de uma sabedoria não apreendida nos bancos de escolas ou de universidades, mas na própria vida. Na tessitura deste estudo emprestei minhas mãos para escrever uma história que, como morador de São Francisco, sentia que estava faltando. Apesar de compreender que há muitas outras histórias a serem contadas, escritas, registradas, não desconsidero o esforço empreendido neste estudo.

Valeu à pena!

⁴³⁴FONTANA, Joseph. História: análise do passado e **projeto social**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1998, p. 266

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Elicardo Heber Batista. **Povos de Santana: condições de vida e mobilidade espacial no Norte do estado de Minas Gerais**. Dissertação (mestrado) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2010.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de; MORAIS, Sérgio Paulo. **Anotações sobre cultura, memórias e trabalhadores**. Uberlândia: INHIS, 2011. (mimeo).
- AMADO, Jô. **Eloy: morre uma voz, nasce um grito**. Belo Horizonte: SECRAC, 1985.
- ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Vassalos Rebeldes: Violência Coletiva nas Minas na Primeira Metade do Século XVIII**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1998.
- AZEVEDO, Natália Tavares de. **Política Nacional para o Setor Pesqueiro (2003-2011)**. Tese (doutorado) Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2012.
- AZEVEDO, Natália Tavares de; PIERRI, Naína. **A política pesqueira atual no Brasil: a escolha pelo crescimento produtivo em detrimento da pesca artesanal**. Disponível em <<http://www.cppnac.org.br/wp-content/uploads/2013/08/A-pol%C3%ADtica-pesqueira-atual-no-Brasil.pdf>>; acesso 22 ago. 2014.
- BASTOS, Afrânio Teixeira. **O Rio São Francisco – sua interpretação**. Januária-MG, 1960, p. 19. (Mimeo).
- BATISTA, Elicardo Heber Almeida. **Povos de Santana: condições de vida e mobilidade espacial no Norte do estado de Minas Gerais**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.
- BOSI, Alfredo (org.). **Cultura brasileira - temas e situações**. São Paulo: Ática, 1987.
- BOTELHO NETO, João. **Fragmentos da história: a pecuária até a metade do século XX**. São Francisco: Gráfica Santo Antônio, 2007.
- BRASIL, Vanessa M. **O rio São Francisco: a base física da unidade nacional do Império**. Revista Mosaico, v.1, n.2, p.133-142, jul./dez., 2008.
- BRAZ, Brasiliano. **São Francisco: nos caminhos da História**. Belo Horizonte: Editora Lemi, 1977.
- BRAZ, Petrônio. **Serrano de Pilão Arcado - A saga de Antônio Dó**. Montes Claros: Edibraz, 2006.
- BRITO, Saulo Jackson de Araújo. **Trabalhadores ribeirinhos do Velho Chico: Experiências, Memórias e Modos de vida em São Francisco-MG (1980-2011)**. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

BRITO, Saulo Jackson de Araújo. Uma cidade, muitas memórias: trajetórias de vida dos trabalhadores ribeirinhos de São Francisco-MG. In: SILVA, Valmiro Ferreira; BRITO, Saulo Jackson de Araújo; SOUZA, Harilson Ferreira de (orgs.). **São Francisco em Perspectiva**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2010.

BURSZTYN, Marcel (org.). **A Difícil Sustentabilidade: Política Energética e Conflitos Ambientais**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

BURTON, Richard. **Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Tradução de David Jardim Júnior. Belo Horizonte: ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

CALVO, Célia Rocha. Narrativas orais, fontes para investigação histórica: cultura, memórias e territórios da cidade. In: **Historia & Perspectivas**. Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Cidade e Trabalho. Fontes Oraais: perspectivas de investigação. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. V.23, n.42, jan/jun, 2010.

CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco. Nos caminhos da história social: os desafios das fontes orais no trabalho do historiador. In: **Historia & Perspectivas**. Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Cidade e Trabalho. Fontes Oraais: perspectivas de investigação. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. v.23, n.42, jan/jun, 2010.

CARR, Edward Hallet. **Que é história?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARRARA, Ângelo Alves. Minas e currais. **Produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007.

CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Perfeitos Negociantes: Mercadores das Minas Setecentistas**. São Paulo: Annablume, 1999. (Selo Universidade. História, 87).

COELHO, Marco Antônio T. Os descaminhos do São Francisco. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CONSELHO Indigenista Missionário. **Dossiê Acre: o Acre que os mercadores da natureza escondem**. Documento Especial para a Cúpula dos Povos. Rio de Janeiro, 2012.

COSTA, Rafael de Oliveira Costa. **Carrancas do São Francisco: o mistério das figuras de proa**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Montes Claros, 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DIETZ, Delmar Afonso. **Influência das organizações sociais no modelo de desenvolvimento local: o desenvolvimento a partir da comunidade de pescadores profissionais artesanais de Tramandaí-RS.** (Monografia) Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural PLAGEDER. Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Balneário Pinhal, 2011.

DINIZ, Domingos; MOTA, Ivan Passos Bandeira da; DINIZ, Mariângela. **Rio São Francisco: vapores e vapozeiros.** Pirapora: Ed. Dos autores, 2009.

ESTRELA, Ely Souza. **Três felicidades e um desengano: a experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho-BA.** Tese (doutorado). Pontifícia Universidade Católica. Programa de Estudos Pós-Graduados em História. São Paulo, 2004.

FILHO-ZUZA, José Vieira Camelo. **Rio São Francisco, Problemas e Soluções: uma questão de políticas públicas** Tese (Doutorado). Programa De Pós-Graduação de Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP, Campinas, 2005.

FONTANA, Joseph. **História: análise do passado e projeto social.** Bauru, São Paulo: EDUSC, 1998.

FRANÇA, Vera R. V. Discurso de identidade, discurso de alteridade: A fala do outro. In: GUIMARÃES, César et al. (orgs.) **Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

FREITAS, Sheille Soares de. **Por falar em culturas... histórias que marcam a cidade.** Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.

GODINHO, Alexandre Lima; GODINHO, Hugo Pereira. Breve Visão do São Francisco. In: _____. (Orgs.) **Águas, peixes e pescadores do São Francisco das Minas Gerais.** Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.p. 15-24.

GONCALVES, Alfredo José. Migrações Internas: evoluções e desafios. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, Dez. 2001. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142001000300014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 ago 2013.

GUEDES, Maria de Lisieux Amado. **Colônias de pescadores: organizações corporativas ou entidades representativas da classe?** Brasília: Universidade de Brasília, 1984.

HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. **Atlas e relatório concernente à exploração do Rio São Francisco desde a cachoeira de Pirapora até o Oceano Atlântico: Levantado por ordem do governo S.M.I.O. Senhor Dom Pedro II.** Rio de Janeiro: Lithographia Imperial, 1860.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HARTMANN, Wolf. D. Conflitos de pesca em águas interiores da Amazônia e tentativas de solução. In: DIEGUES, Antônio Carlos Santana; MOREIRA, André de Castro C. **Espaços e**

Recursos Naturais de Uso Comum. São Paulo: Núcleo de Apoio a pesquisas sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras. USP, 2001.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro *et al.* **Muitas memórias, outras histórias.** São Paulo: Olho d'água, 2004.

LACERDA, Carlos. **Desafio e Promessa: o rio São Francisco.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1965.

LESSA, Simone Narciso. **Montes Claros – Uma cidade nas principais vias do sertão.** Caminhos da História. Montes Claros, v.4, n.4, p.83-110, 1999.

LIMA, Roberto Cunha Alves de. **Um rio são muitos.** Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

MACCIOCCHI, Maria-Antonietta. **A favor de Gramsci.** Tradução de Angelina Peralva. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MAIA, Claudia de Jesus. **Lugar e Trecho:** migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2000.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo, Boitempo Editorial, 2004.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. **História do sertão noroeste de Minas Gerais (1690-1930).** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MATA-MACHADO, Fernando. **Navegação do Rio São Francisco.** Rio de Janeiro: 2 ed. ToPbooks, 2002.

MELO, João Naves. **Do cerrado às barrancas do rio São Francisco.** São Francisco: Gráfica Santo Antônio, 2012.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Sociedade civil em Gramsci – venturas e desventuras de um conceito. In: PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sônia Regina de. (orgs.). **Sociedade Civil: ensaios históricos.** Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2013.

MENDONÇA, Sônia Regina. **Historiografia Brasileira em Questão: Considerações sobre Economia e Política. Dossiê.** História Revista. Goiânia. V.11, n.2, 201-219. Jul-dez, 2006

MENDONÇA, Sônia Regina. Sociedade civil em Gramsci – Venturas e Desventuras de um Conceito. In: PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sônia Regina de. **Sociedade Civil: Ensaios Históricos.** Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2013, p. 19.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias.** 2ª Ed. Santa Catarina: editora da UFSC, 2004.

MORAES, Sérgio Cardoso de. **Colônias de pescadores e a luta pela cidadania**. Disponível em <http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/10_Colonias_de_pescadores.doc>; acesso em 16 nov.2013.

NETO, João Botelho. **Jornal de ontem**. São Francisco: Edição do autor, 2005.

NEVES, Zanoni. **Navegantes da Integração: remeiros do rio São Francisco**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

OLIVEIRA, Cláudia Luz de. **Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Sociologia e Antropologia. Belo Horizonte, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista, o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. **O processo de desenvolvimento de Montes Claros (MG), sob a orientação da SUDENE (1960-1980)**. 1996. Dissertação (mestrado) - Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1996.

PAULA, Andrea Maria Narciso Rocha de. **Travessias-movimentos migratórios em comunidades rurais no sertão do norte de Minas Gerais**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em geografia. Universidade Federal de Uberlândia- UFU. Uberlândia, 2009.

PAULA, Andrea Maria Narciso Rocha de; CLEPS JR, João. Vidas secas: sertanejos migrantes e a dinâmica do mercado de trabalho no Norte de Minas Gerais. In: RODRIGUES, Luciene; MAIA, Cláudia. **Cerrado em perspectivas(s)**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2003.

PAULA, Andrea Maria Narciso Rocha de. O sertão das águas: o velho Chico e suas gentes de rio e beira-rio. In: LEAL, Alessandra Fonseca; BORGES, Maristela Corrêa (orgs.). **Etnocartografias do São Francisco: Modos de vida, culturas locais e patrimônios culturais nas comunidades tradicionais ribeirinhas e ilheiras do Rio São Francisco no Norte de Minas Gerais**. Universidade Federal de Uberlândia/Universidade Estadual de Montes Claros. Uberlândia/Montes Claros, 2011.

PAULA, Dilma Andrade de. **Estado brasileiro e desenvolvimento regional: o debate parlamentar na constituição da Comissão do Vale do São Francisco (1946-1948)**. Revista de História Regional. v.17, n.1, p. 233-257, 2012.

PAULA, Elder Andrade de. Entre selvas – capitalismo verde, hegemonia e contra-hegemonia. In: PAULA, Dilma Andrade de; MENDONÇA, Sônia Regina de. (orgs.). **Sociedade Civil: ensaios históricos**. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2013.

PEREIRA, Anete Marília. A urbanização no sertão norte-mineiro: algumas reflexões. In: ____; ALMEIDA, Maria I. S. (orgs.) **Leituras Geográficas sobre o Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2004.

PEREIRA, Laurindo Mékie. **Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro**. (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

PEREIRA, Roberto Mendes Ramos. **Demandas e Representações populares na vivência político-religiosa em Montes Claros-MG (1996-2004)**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Uberlândia, 2009.

PIERSON, Donald. **O homem no vale do São Francisco**. Tomo II. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE). Ministério do Interior. 1972.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. In: **Tempo**, nº. 01, UFF/Relume Dumará, 1996.

PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In: ALMEIDA, Paulo R. et al. (Orgs). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2005. p. 296-313.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História**, PUC-SP, n. 14, fev. 1997.

RAMALHO, Cristiano Wellington Norberto. Pescadores, Estado e Desenvolvimento Nacional: da reserva naval à aquícola. In: **Mesa-Redonda: Os Desafios da Pesca Tradicional: Continuidades e Mudanças**. XVI Encontro Norte e Nordeste de Ciências Sociais Pré-Alas do Brasil. Universidade Federal do Piauí, 04 a 07 Set, 2012. Disponível em <<http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/MR06.pdf>>; acesso em 07 nov. 2013.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org). **História dos Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Florestas anãs do sertão: o cerrado na história de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ROCHA, Geraldo. **O rio São Francisco: fator precípua da existência do Brasil**. 4ªed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.

ROCHA, Letícia Aparecida; NASCIMENTO, Neusa Francisca; FERREIRA, Thaísa Gomes. Conselho Pastoral dos Pescadores. **Diagnóstico da pesca artesanal no Norte de Minas, Alto/Médio São Francisco**. Buritizeiro, maio de 2011, p. 35. Disponível em <<http://www.cppnac.org.br/wp-content/uploads/2013/08/Diagn%C3%B3stico-da-PescaArtesanal-no-Norte-de-Minas-Alto-M%C3%A9dio-S%C3%A3o-Francisco.pdf>>; acesso em 12 ago. 2013.

RODRIGUES, Eduardo Silva. **História, Memória e Viveres de Trabalhadores em São Francisco (1970-2010)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2013.

RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. **Memórias em disputa: transformando modos de vida no sertão e na cidade**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 1975.

SAMPAIO, Theodoro. 1905. **O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina: trechos de um diário de viagem (1879-80)**. Publicado pela primeira vez na Revista S. Cruz. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas. Disponível em < <http://biblio.etnolinguistica.org/sampaio-1905-rio>>; acesso em 15 mai. 2011.

SILVA, Antônio Esmeraldson de Pinho da. **A organização social da Colônia de Pescadores de Imperatriz Zona 29 (CPI Z-29), estado do Maranhão**. Dissertação (mestrado). Planejamento do Desenvolvimento. Imperatriz/Belém, Universidade Federal do Pará, 2005.

SILVA, Valmiro Ferreira. **Moradores do bairro, moradores da cidade: reconstruindo vivências**. Sagrada Família São Francisco-MG. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia, 2012.

SILVA, Vera Lúcia da; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. **A regulamentação jurídica da pesca artesanal no Brasil e o problema do reconhecimento do trabalho profissional das pescadoras**. 17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero. Comunicações Orais. 2012. Disponível em <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/view/230>>; acesso em 22 ago 2013.

SILVA, Wilson Dias da. **O Velho Chico: sua vida, suas lendas e suas histórias**. Brasília: CODEVASF, 1985.

SOUZA, Alexandre Rodrigues de. **A “DONA DO SERTÃO”: mulher, rebelião e discurso político em Minas Gerais no século XVIII**. Dissertação (mestrado)– Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2011.

SOUZA, Ângela Fagna Gomes de. **Pelas águas do rio São Francisco: ilhas**. In: LEAL, Alessandra Fonseca; BORGES, Maristela Corrêa (orgs.). **Etnocartografias do São Francisco: Modos de vida, culturas locais e patrimônios culturais nas comunidades tradicionais ribeirinhas e ilheiras do Rio São Francisco no norte de Minas Gerais**. Universidade Federal de Uberlândia/Universidade Estadual de Montes Claros. Uberlândia/Montes Claros, 2011.

SPIX e MARTIUS. **Viagem pelo Brasil 1817-1820**. Tradução Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1981.

SPRÉA, Nélcio Eduardo. **A invenção das brincadeiras: Um estudo sobre a produção das culturas infantis nos recreios de escolas em Curitiba**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

THÉ, Ana Paula Glinfskoi. **Saudades da Vazante Geral: Estudo sobre as Mudanças Sócio-Ambientais na Pesca Artesanal no Alto-Médio São Francisco, Minas Gerais.** Congresso de Desenvolvimento Social. Disponível em <<http://www.congressods.com.br/segundo/images/trabalhos/populacoes/Ana%20Paula%20Glinfskoi%20The.pdf>>; acesso em 12 mai. 2013.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** NEGRO, Luigi; SILVA, Sérgio (orgs.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VALÊNCIO, Norma. **Pescadores do rio São Francisco: a produção social da inexistência.** São Carlos: Rima, 2007.

VASCONCELOS, Diogo de. **História Antiga das Minas Gerais.** 4 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, v2.

VASCONCELOS, Diogo de. **História Média das Minas Gerais.** 4 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

VINCENT, Joan. A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. **A antropologia das sociedades contemporâneas.** São Paulo: Global, 1987.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992..

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura.** Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

ZARUR, Jorge. **A Bacia do Médio São Francisco: uma análise regional.** Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1946

PESCADORES ARTESANAIS ENTREVISTADOS

América Geralda da Silva, 49 anos. São Francisco-MG.

Benedito Dionísio da Silva, aposentado, 103 anos. Januária-MG.

Bernaldino Pereira de Souza, 81 anos. São Romão-MG.

Betânia de Almeida Bastos – Dona Bete, 69 anos, São Francisco-MG.

Fabiano da Silva Sales, 82 anos, São Francisco-MG. São Francisco-MG.

Higino de Freitas Silva, 67 anos, São Francisco-MG.

Januário Mendes Abreu, pescador, 55 anos, São Francisco-MG.

João de Souza Lima. Presidente da Colônia de Pescadores Z-3. São Francisco-MG.

João Helvécio Ferreira, 68 anos, São Francisco-MG.

José Rodrigues Queiroz, pescador e construtor de barcos, 69 anos, São Francisco-MG.

Josefino Ferreira dos Santos, 73 anos. São Romão-MG.

Manuel Ribeiro Pereira, 63 anos, São Francisco-MG.

Marco Aurélio Lima. Presidente da Colônia de pescador Z-5. Três Marias-MG.

Mariano da Silva Júnior, 53 anos, São Francisco-MG.

Norberto Antônio dos Santos, pescador, 65 anos. Três Marias-MG.

Paulina dos Santos Abreu, 46, anos, São Francisco-MG.

Paulo Sérgio de Almeida Bastos, 74 anos, São Francisco-MG.

Raimundo Bispo Almeida, 44 anos, São Francisco-MG.

Ranulfo Figueira de Oliveira, 87 anos, São Francisco-MG.

Severiano Gomes Rendeiro, 92 anos, São Francisco-MG.

Simeão Reginaldo Ferreira. Presidente da Colônia Z-2, de Januária. Januária-MG.

Tarcísio Inácio Medeiros, 59 anos, São Francisco-MG.

Valtim Quintino da Rocha. Presidente da Federação dos Pescadores de Minas Gerais. Três Marias-MG.

Vanilson de Jesus dos Santos, 64 anos, São Francisco-MG.

Volubaldo Alves dos Santos, 48 anos. Januária-MG.

OUTRAS FONTES

ALMEIDA, Faustino Barbosa. **SF- O Jornal de São Francisco**, 16 nov. 1980

ANAIS do I Seminário de Pesca e Piscicultura no Médio São Francisco. Juazeiro, 3 a 8 de outubro de 1977. Juazeiro: SUDEPE, CHESF, CODEVASF, Secretaria da Agricultura, 1978.

ASSOCIAÇÃO dos Engenheiros de Pesca do Distrito Federal. **Pesca nacional: é preciso mudar**. Brasília, jun.1986. Fotocópia.

JORNAL O BARRANQUEIRO. **Praça dos Pescadores: Vida no Quebra**. Ano VII, nº243, 21 jun.2008, p.1

BDMG. **Área Mineira do Polígono das Secas: situação e problemas**. Belo Horizonte, 1967, Tomo II.

BOLETINS DE OCORRÊNCIA. 3º GP/6º MAMB. São Francisco-MG. 2011.

BRASIL. Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. **Primeiro Peixamento do Rio São Francisco para Repovoamento com Espécies Naturais**. Unidade de Três Marias. Estação de Hidrobiologia e Piscicultura. 1ª Diretoria Regional Montes Claros. Três Marias-MG, s/d.

_____. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Projeto de Resolução nº331**, de 1982. CPI – Cheias do São Francisco, Brasília, 1983.

_____. Controladoria Geral da União. Portal da Transparência. **Pescador artesanal por estado e município**. Minas Gerais/São Francisco. Disponível em <<http://www.portalttransparencia.gov.br/defeso/defesoListaFavorecidosPorMunicipio.asp?UF=MG&codMunicipio=316110>>; acesso em 29 jul 2014.

_____. Ministério da Agricultura. Departamento Nacional de Produção Animal. Divisão de Caça e Pesca. **Código de Pesca**. Decreto-Lei n.794, de 19 de outubro de 1938.

_____. Ministério da Agricultura. Superintendência do Desenvolvimento da Pesca. **Documento básico do PESCART**. Brasília, DF. Fev., 1974.

_____. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Benefícios da Previdência Social**. Jornal do Pescador. Ano I, 1ª ed., Maio 2010.

_____. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim do Registro Geral da Atividade Pesqueira**. Brasília-DF, 2012. Disponível em <<http://www.mpa.gov.br/index.php/pescampa/rgp/23-pesca/2104-uma-nova-fonte-de-consultas-o-boletim-do-rgp>>; acesso em 28 dezembro de 2013.

_____. Ministério da Pesca e Aquicultura. **O pescador artesanal é quem lidera**. Jornal do Pescador. Ano I, 1ª ed., Maio 2010.

_____. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Pesca artesanal**. Disponível em <<http://www.mpa.gov.br/pescampa/artesanal>>; acesso em 22 abril 2012.

_____. Ministério da Pesca e Aquicultura. Secretaria de Monitoramento e Controle da Pesca e Aquicultura. **Ofício nº196/2013**. SEMOC/MPA. Brasília, 20 jul. 2013.

_____. Ministério da Pesca e Aquicultura-MPA. **1º Encontro Nacional de Pesca Amadora. Texto Base**. Brasília, set. 2010, p. 7. Disponível em <http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Pesca/Pesca_Amadora/TEXTTO_BASE_FINAL_enpa.pdf>; acesso em 04 jan. 2014.

_____. Ministério da Previdência Social. **Guia do Empreendedor Individual: tudo o que você precisa saber para formalizar o seu negócio**. Nov., 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cadastro Único: conhecer para incluir. A porta de entrada para você receber os benefícios dos programas sociais do Governo Federal**. Cartilha. Brasília-DF, 2012.

_____. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. 2ª Ed. Recife: SUDENE, 1967.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Cametá: acordos de pesca – uma alternativa econômica e organizacional**. Projetos Demonstrativos: série sistematização. Revista II. Jan 2006, p.24. Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/pda/_publicacao/51_publicacao12012011105114.pdf>; acesso em 23 nov 2013.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Seguro Desemprego Pescador Artesanal** Disponível em <http://portal.mte.gov.br/seg_desemp/seguro-desemprego-pescador-artesanal.htm>; acesso 23 ago 2014.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei Delegada nº 10**, de 11 de outubro de 1962. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/ldl/ldl10.htm>; acesso em 26 mar 2012.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9790**, de 23 de março de 1999. Brasília-DF. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm>; acesso em 27 mar 2012.

_____. Presidência da República. **Lei 11.959**. 29 de Junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm>; acesso em 18 mai 2014.

_____. Presidência da República. **Lei 4504**, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, 30 de novembro de 1964.

_____. Presidência da República. **Lei Complementar nº11**, de 25 de maio de 1971. Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural e dá outras providências. Brasília, 25 de maio de 1971.

_____. Presidência da República. **Lei Delegada nº10**, de 11 de outubro de 1962. Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/ldl/ldl10.htm>; acesso em 23 nov.2013.

_____. Presidência da República. **Lei nº 541**. 15 dez. 1948. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0541.htm>; acesso em 27 set. 2013.

_____. Presidência da República. **Lei nº11.699**. Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores, regulamentando o parágrafo único do art. 8º da Constituição Federal e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967. Brasília-DF, 2008. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111699.htm>; acesso em 28 nov 2013.

_____. Presidência da República. Secretaria de Imprensa e Divulgação. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca.** Centro de Treinamento da CNTI – Luziânia-GO, 25 de novembro de 2003. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/2o-semester/25-11-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-abertura-da-conferencia-nacional-de-aquicultura-e-pesca>>; acesso em 19 set. 2014.

_____. Secretaria Especial de Aquicultura e pesca da Presidência da República. SEAP/PR. **Recadastramento alcança mais de meio milhão de pescadores.** **Jornal da SEAP.** Jul.2005.

BRAZ, Petrônio. E-mail. 19 set. 2012, 22:31.

CARTA AO PAÍS DOS SONHOS. Disponível em < <http://www.senado.gov.br/tv/cartas/>>; acesso em 02 de setembro de 2008.

COSTA, José Carlos. Crianças estão morrendo de fome.**Jornal Corrente**, Pirapora, ago. 1981.

EMATER. Relatório Agroclimatológico. 2013.

EMPRESA de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais. EPAMIG. **Diagnóstico da Pesca e Piscicultura em Minas Gerais. 1980-1985.** Fotocópia. p.9 e 14.

ESTATUTO da Colônia dos Pescadores Z-3 de São Francisco, São Francisco, MG. 1983.

JORNAL BOM DIA BRASIL. Rede Globo de Televisão. 19 ago. 2014. Disponível em <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/08/falsos-pescadores-tem-acesso-beneficios-e-linhas-de-credito-no-ceara.html>>; acesso em. 22 set. 2014.

JORNAL ESTADO DE MINAS. CGU cobra devolução de verba parada há 10 anos no Norte de Minas. Disponível em <www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/01/26/interna_politica,274375/cgu-cobra-devolucao-de-verba-parada-ha-10-anos-no-norte-de-minas.shtml>; acesso 22 set 2014.

SÃO FRANCISCO, MG. **Lei 933/83** Código de Obras e Especificações de São Francisco, Minas Gerais, que regulamentava as construções públicas e privadas neste município.

LEI N. 2.416 de 5 de novembro de 1877. Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras_docs/photo.php?lid=71289>; acesso 23 jul 2014.

LIVRO DE TOMBO da Paróquia São José, de São Francisco-MG, 1965-1990.

MARTINS, Francisco Diniz. São Francisco – Cidade Progresso. **SF – O Jornal de São Francisco.** São Francisco-MG. n.565, 25 de novembro de 1973, p.4 e 6.

MELO, João Naves de. Nossa História: Dionísio Pedro de Castro. **Jornal Nosso Tempo**. Ano I, nº5, 1ª Quinzena de 2002, p. 2.

MELO, João Naves. Folclore – Preces para chover I. **SF- O Jornal de São Francisco**. n.758.08 de fevereiro de 1976.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Rio São Francisco: Patrimônio Cultural e Natural**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2003.

_____. EMATER-MG. **Estudo de viabilidade econômica e da cadeia produtiva da piscicultura da Região do Médio São Francisco**. Januária: EMATER, Abr.2002.

_____. Governo do Estado de Minas Gerais. Conselho Estadual do Desenvolvimento, SUDEMINAS. **A zona mineira do polígono das secas e o nordeste brasileiro**. Contribuição do governo estadual à elaboração do IV Plano Diretor do Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste. Belo Horizonte, 1967.

_____. Instituto Estadual de Florestas – IEF. **Piracema**. Disponível em < <http://www.ief.mg.gov.br/pesca/piracema>>; acesso em 12 mar 2012.

_____. Instituto Estadual de Florestas – IEF. **Categorias de Pesca**. Disponível em <<http://www.ief.mg.gov.br/images/arquivos/categoriasdepesca.pdf>>; acesso em 12 de jan. 2013.

_____. Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral. **Área Mineira da SUDENE: 1º Encontro de Planejamento Regional (Pré-diagnóstico)**. Fundação João Pinheiro. Agosto 1975.

MOVIMENTO DOS PESCADORES-MG (Cartilha). **Pescadoras e Pescadores Artesanais têm direitos**. Out., Buritizeiro-MG, 2011.

PEIXES eram exportados em aviões. **Nossa História: São Francisco**. ano I, nº1, mai 2003.

PIERDONÁ, Zélia Luiza. **A proteção previdenciária do trabalhador rural na constituição de 1988**. Disponível em <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/salvador/zelia_luiza_pierdona-1.pdf>; acesso 25 jul. 2013.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil. 2013, Disponível em < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/sao-francisco_mg>; acesso em 02 ago.2013.

RIBEIRO, Luiz. **Pescadores de Areia**. O Estado de Minas. Caderno Gerais. n.25.719, 8 jul.2012, p.26.

SÃO FRANCISCO. Conselho Municipal de Entidades e Associações Comunitárias – COMENAC. **Relação de comunidades do município de São Francisco**. Fotocópia. 2010.

_____. Minas Gerais. Câmara Municipal de São Francisco. **Projeto de Lei n.22/69**. Assunto: Autoriza criar taxa de mercado para exportadores. São Francisco, 10 de outubro de 1969.

_____. **Prefeitura convida pesquisadores para atuarem em Projeto de Piscicultura**. Disponível em <<http://www.prefeituradesaofrancisco.mg.gov.br/prefeitura-convida-pesquisadores-para-atuarem-em-projeto-de-piscicultura/>>; acesso 05 set. 2014.

_____. Cartório do 1º Ofício. **Autos de Ação de Usucapião de Domínio**. Promovente: A Prefeitura Municipal de São Francisco. Promovidos: sucessores de Elísio Horbilon e outros. 29 abr.1960.

_____. Prefeitura Municipal de São Francisco-MG. **Relatório de Controle Ambiental-RCA**. Atividade: Projeto Redes de Aquicultura. Jun.2007, p. 3.

SEBRAE. Conheça o Sebrae. **Quem somos**. Disponível em <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quemsomos>; acesso 16 ago. 2014.

_____. **Identidade econômica dos municípios mineiros: São Francisco**. Região Norte. Microrregião Januária. Disponível em <<http://www.sebraemg.com.br/Atendimento/bibliotecadigital/documento/Diagnostico/Identidade-dos-Municipios-Mineiros---Sao-Francisco>>; acesso 23 jul 2014.

SEQUEIRA. Cláudio Dantas. **Fraude do anzol: Irregularidades descobertas num município paraense lançam luz sobre um golpe que pode chegar a R\$ 500 milhões país afora**. Revista Istoé. Edição 2142. 26 nov. 2010. Disponível em <http://www.istoe.com.br/reportagens/112791_FRAUDE+DO+ANZOLhttp://www.istoe.com.br/reportagens/112791_FRAUDE+DO+ANZOL>; acesso em 22 set. 2014.

SF-O JORNAL DE SÃO FRANCISCO. **Itasa pronta para início**. N.793, ano XVI, 17 out.1976, p.1.

SF-O JORNAL DE SÃO FRANCISCO. **Mamona preciosa oleaginosa**. Nº 972, 07 dez. 1980, p.1.

SF-O JORNAL DE SÃO FRANCISCO. **Peixes**. Ano XII, nº484, 23 abr.1972, p.5.

SF-O JORNAL DE SÃO FRANCISCO. **Primeiro ano da gestão do prefeito**. N.3, ano I, 27 mar 1960, p. 1.

SF-O JORNAL DE SÃO FRANCISCO. **Varejo do Peixe durante a Semana Santa**. Ano XIII, nº533, 8 abr.1973, p.5.

SUDEPE. **A pesca no Brasil**. Brasília-DF. s/d. Fotocópia..

BIBLIOTECAS E ARQUIVOS CONSULTADOS

Arquivo da Colônia de Pescadores Z-3. São Francisco-MG.
 Arquivo das Centrais Elétricas de Minas Gerais – CEMIG. Três Marias-MG.
 Biblioteca da CODEVASF. 1ª SR. Montes Claros-MG.
 Biblioteca da Universidade Estadual de Montes Claros. Campus Pirapora. Pirapora-MG.
 Biblioteca da Universidade Estadual de Montes Claros. Campus São Francisco. São Francisco-MG
 Biblioteca da Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros-MG
 Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia-MG.
 Biblioteca Geraldo Rocha. CODEVASF. Brasília-DF.
 Biblioteca IBAMA – Brasília-DF.
 Centro de Pesquisa e Documentação Regional – CEPEDOR - da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.
 Núcleo de Pesquisa e Preservação do Patrimônio Cultural de São Francisco – PRESERVAR. São Francisco-MG.

SITES

<http://cidades.ibge.gov.br>
<http://portal.mte.gov.br>
<http://www.atlasbrasil.org.br>
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>
<http://www.camarasaofrancisco.mg.gov.br/>
<http://www.portaltransparencia.gov.br>
<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>
www.ibama.gov.br
www.codevasf.gov.br
www.em.com.br
www.g1.globo.com
www.ibge.gov.br
www.ief.mg.gov.br
www.istoe.com.br
www.mma.gov.br
www.mpa.gov.br
www.planalto.gov.br
www.prefeituradesaofrancisco.mg.gov.br
www.sebraemg.com.br

ANEXO

MUDANÇAS NO RIO E NA VIDA: VIVÊNCIAS E SOBREVIVÊNCIAS



Fotos: Pescador artesanal em Três Marias-MG (2013); Lavadeiras em São Francisco (Década de 1960); Enchente de 1979 na cidade de São Francisco; Rio São Francisco assoreado (out.2014).



Fotos: Barcos dos pescadores artesanais atracados em São Francisco e famílias se locomovendo; Praça dos Pescadores em São Francisco, apenas passagem para o rio; Festa de Nossa Senhora dos Navegantes em São Francisco no início da década de 1950; Matéria jornalística: Pescadores de areia – areeiros; Obras paralisadas do Projeto de Piscicultura em São Francisco; Carroceiros-pescadores no centro da cidade de São Francisco (2014); Areeiros de São Francisco em busca da sobrevivência (2014).